

Revista (Con)Textos Linguísticos

Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística
da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Vitória - ES

Volume 16

| Número 34

| Ano 2022

Revista (Con)Textos Linguísticos

Programa de Pós-Graduação em Linguística
Departamento de Línguas e Letras
Centro de Ciências Humanas e Naturais
Universidade Federal do Espírito Santo

Av. Fernando Ferrari, 514
Goiabeiras – Vitória - ES
CEP: 29075-910
Telefax: (27) 4009-2524
linguistica.ufes.br
periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

Revista (Con)Textos Linguísticos [recurso eletrônico] / Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Linguística. – v. 16, n. 34 (2022)- . – Dados eletrônicos. – Vitória: PPGEL-UFES, 2007-
Quadrimestral.

ISSN 2317-3475

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web: <<http://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos>>

1. Linguística – Periódicos. 2. Linguística – Estudo e ensino. I. Programa de Pós-graduação em Linguística. II. Universidade Federal do Espírito Santo.

CDU: 81(05)

Ficha catalográfica elaborada por:
Saulo de Jesus Peres
CRB6 – Reg. 676/ES

Universidade Federal do Espírito Santo

Reitor: Paulo Sérgio de Paula Vargas

Vice-Reitor: Roney Pignaton da Silva

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Pró-Reitor: Valdemar Lacerda Júnior

Centro de Ciências Humanas e Naturais

Diretora: Edinete Maria Rosa

Vice-Diretora: Grace Alves da Paixão

Departamento de Línguas e Letras

Chefe: Mário Cláudio Simões

Subchefe: Igor Castilho Porsette

Programa de Pós-Graduação em Linguística

Mestrado e Doutorado em Estudos Linguísticos

Coordenadora: Flávia Medeiros Álvaro Machado

Coordenador-Adjunto: Fábio Maline

Conselho Editorial

Alexsandro Rodrigues Meireles (UFES), Ana Cláudia Peters Salgado (UFJF), Ana Cristina Carmelino (UNIFESP), Ana Lúcia Tinoco Cabral (Universidade Cruzeiro do Sul), Ana Zandwais (UFRGS), Antônio Simões (Kansas University, EUA), Antônio Suarez Abreu (UNESP), Carla Viana Coscarelli (UFMG), Donesca Cristina Puntel Xhafaj (UFSC), Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento (UNESP), Erasmo D'Almeida Magalhães (USP), Eric Guy Claude Laporte (Université Paris-Est Marne-la-Vallée, França), Fernanda Mussalim (UFU), Gregory Riordan Guy (New York University), Gustavo Ximenes Cunha (Universidade Federal de Alfenas), Hylea de Camargo Vale (IBC), Isabel Roboredo Seara (Universidade Aberta de Lisboa, Portugal), Ivo Costa Rosário (UFF), Janaína Soares Alves (UNB), Janayna Bertollo Cozer Casotti (UFES), Janice Helena Chaves Marinho (UFMG), José Olímpio de Magalhães (FALE/UFMG), José Magalhães (UFU), Júlio Araújo (UFC), Juscelino Pernambuco (UNESP/UNIFRAN), Jussara Abraçado (UFF), Leonor Werneck dos Santos (UFRJ), Lilian Coutinho Yacovenco (UFES), Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES), Luciana Lucente (UFAL), Luciane Corrêa Ferreira (UFMG), Luiz Antonio Ferreira (PUC/SP), Luiz Francisco Dias (UFMG), Lurdes de Castro Moutinho (Universidade de Aveiro, Portugal), Maria da Conceição Auxiliadora de Paiva (UFRJ), Maria Flavia de Figueiredo (UNIFRAN), Maria Luiza Braga (UFRJ), Maria Silvia Cintra Martins (UFSCAR), Marina Célia Mendonça (UNESP), Marina Terkourafi (University of Illinois at Urbana-Champaign, EUA), Micheline Mattedi Tomazi (UFES), Miguel Oliveira Jr. (UFAL), Pablo Arantes (UFSCar), Rebeqa Campos-Astorkiza (Ohio State University, EUA), Renata Archanjo (UFRN), Ronice Müller de Quadros (UFSC), Sônia Benites (UEM), Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (UFMG).

Comissão Editorial

Janayna Bertollo Cozer Casotti (Editora-gerente), Flávia Medeiros Álvaro Machado (Editora de Seção), Micheline Mattedi Tomazi (Editora de Seção), Mayara de Oliveira Nogueira (Editora de Texto).

Sumário

Apresentação

Comissão Organizadora..... 6

Analisando as crenças e atitudes linguísticas de professores brasileiros de espanhol em formação inicial

Cyndi Amanda Araújo de Souza, Aline Silva Gomes15

Análise das atitudes linguísticas de falantes bananeirenses em relação ao seu próprio falar

André Luiz Souza-Silva, Rubens Marques de Lucena34

O tratamento que a escola dá à variedade linguística do aluno do ensino fundamental de uma escola da zona rural, do município de Imperatriz-MA

Ana Carolina Freitas de Farias, Maria da Guia Taveiro Silva54

Uma análise do significado social da mesóclise em textos da esfera jornalística capixaba

Ludimilla Rupf Benincá73

Marcação de plural e variação linguística: análise de produções escritas de Alunos do Ensino Fundamental I

Any Cristina Felix, Maria Auxiliadora da S. Cavalcante88

Percepção sociolinguística da palatalização de /t/ e /d/ próximos a ditongo no Rio Grande do Norte

Gabriel Sales, Eliete Figueira Batista da Silveira106

Acessando a avaliação social das variantes do onset complexo na variedade carioca

Christina Abreu Gomes, Livia Fernandes da Silva, Ana Cristina Baptista de Abreu126

Percepção e avaliação de orações relativas: um estudo piloto

André Poltronieri Santos, Lilian Coutinho Yacovenco145

“Aqui não se fala assim não”: percepções avaliativas acerca da dupla negação no falar maranhense

Flávia Pereira Serra, Conceição de Maria de Araujo Ramos165

[avali'ãdʊ] ou [avali'ãɲʊ]: o significado social da alternância [d] ~ [n] entre jovens universitários cariocas

Marcelo Alexandre Silva Lopes de Melo, Ísis Garcia Bastos Silva185

A relação entre conhecimento, uso e faixa etária de blends por falantes nativos do PB

Emerson Viana Braga, Vera Pacheco, Warley José Campos Rocha205

O sotaque capixaba: um estudo de percepção

Leila Maria Tesch225

Consciência sociolinguística: uma revisão do conceito com base em estudos brasileiros e estrangeiros

Andréa Ualt, Isabella Mozzillo, Bernardo Limberger243

Apresentação

Avaliação, percepção, crenças e atitudes: uma revisão terminológica informal

Este número da Revista (Con)Textos Linguísticos apresenta artigos de pesquisadoras e pesquisadores de diversas regiões e instituições brasileiras que vêm se dedicando a estudos de avaliação, percepção, crenças e atitudes linguísticas. Tal conjunto de trabalhos mostra que as pesquisas sobre esses temas têm atraído cada vez mais o interesse de (socio)linguistas.

As pesquisas sobre crenças e atitudes acerca da linguagem gozam de tradição no Brasil. Além de alguns dos artigos que o presente número da Revista (Con)Textos Linguísticos traz a público (por exemplo, *Analisando as crenças e atitudes de professores brasileiros de espanhol em formação inicial*, de Cyndi Amanda Araújo de Souza (UNEB) e Aline Silva Gomes (UNEB); *Análise das atitudes linguísticas de falantes bananeirenses em relação ao seu próprio falar*, de André Luiz Souza-Silva (UEPB) e Rubens Marques de Lucena (UFPB); *O tratamento que a escola dá à variedade linguística do aluno do ensino fundamental de uma escola da zona rural, do município de Imperatriz-MA*, de Ana Carolina Freitas de Farias (UEMASUL) e Maria da Guia Taveiro Silva (UEMASUL); *Uma análise do significado social da mesóclise em textos da esfera jornalística capixaba*, de Ludimilla Rupf Benincá (Ufes); e *Marcação de plural e variação linguística: análise de produções escritas de alunos do Ensino Fundamental I*, de Any Cristina Felix (UFAL) e Maria Auxiliadora da S. Cavalcante (UFAL), muitos outros podem ser lembrados, tais como Fraga (2009), Botassini (2011), Silva & Aguilera (2014), Fiamengui (2015). Nesses trabalhos, o termo “crenças” vem, em geral, acompanhado do termo “atitudes” – o que, de imediato, sugere que os conceitos são complementares, mas diferentes.

Mais recentemente, vêm-se multiplicando trabalhos que se dedicam ao que se nomeia como “percepção”, termo que pode acompanhar “avaliação”, como podemos constatar nos seguintes artigos deste volume: *Percepção sociolinguística da palatalização de /t/ e /d/ próximos a ditongo no Rio Grande do Norte*, de Gabriel Sales (UFRJ) e Eliete Figueira Batista da Silveira (UFRJ); *Acessando a avaliação social das variantes do onset complexo na variedade carioca*, de Christina Abreu Gomes (UFRJ), Livia Fernandes da Silva (UFRJ) e Ana Cristina Baptista de Abreu (UFRJ); *Percepção e avaliação de orações relativas: um estudo piloto*, de André Poltronieri Santos (Ufes) e Lilian Coutinho Yacovenco (Ufes); *“Aqui não se fala assim não”*: percepções avaliativas acerca da dupla negação no falar maranhense, de Flávia Pereira Serra (UEL) e Conceição de Maria de Araujo Ramos (UFMA); *[avali'ãdʊ] ou*

[*avali'ãnõ*]: o significado social da alternância [d] ~ [n] entre jovens universitários cariocas, de Marcelo Alexandre Silva Lopes de Melo e Ísis Garcia Bastos Silva); e *A relação entre conhecimento, uso e faixa etária de blends por falantes nativos do PB*, de Emerson Viana Braga (UESB), Vera Pacheco (UESB) e Warley José Campos Rocha (UESB).

Diante dos trabalhos selecionados para esta edição temática da Revista (Con)Textos Linguísticos, fazemos aqui uma revisão informal desses termos, no sentido de que não partimos de uma busca exaustiva dos seus empregos, ao longo das numerosas publicações sobre esses assuntos. Ao tomarmos alguns exemplos, tais como os anteriormente citados, juntamente com certas referências teóricas, nosso objetivo não é apontar para potenciais equívocos nem prescrever usos, mas oferecer uma leitura possível das relações entre eles.

Em princípio, podemos afirmar que todos esses conceitos – avaliação, percepção, crenças e atitudes – estão interrelacionados, com base em duas considerações tacitamente inegáveis: i) a linguagem é um instrumento social que veicula mais do que informação referencial (CARGILE *et al.*, 1994) e ii) a linguagem tem efeito no julgamento social e tal efeito é parte integrante do processo comunicativo (GILES; BILLINGS, 2004). De fato, podemos considerar que “julgamento” é uma noção comum no emprego desses termos.

Quando ouvimos ou propagamos crenças acerca de pessoas (individualmente ou em grupos, maiores ou menores), em associação a fatos de linguagem, há julgamento envolvido. Quando tomamos ou presenciemos a atitude de corrigir a produção linguística de alguém, algum tipo de julgamento de natureza sociolinguística está sendo posto em prática. Quando perguntamos a alguém (no desenvolvimento de uma pesquisa ou no cotidiano) “o que você acha desse jeito de falar?”, estamos pressupondo que valorações e julgamentos acerca de formas linguísticas (de variada natureza) fazem parte da nossa vida social. Quando, na aplicação do que se tem chamado de “experimento de percepção”, pedimos a um ouvinte ou leitor voluntário que escolha um ponto numa escala de diferenciais semânticos (de nada afetado a muito afetado, por exemplo), estamos pedindo a tal ouvinte/leitor que faça um julgamento daquilo que ouviu/leu.

Entretanto, “julgar” parece mais próximo de “avaliar” do que de “perceber” e “crer”. Por outro lado, enquanto “avaliação”, “percepção” e “crença” têm em comum uma raiz verbal, o mesmo não parece poder ser prontamente dito sobre “atitude”. Se decidirmos abrir mão, momentaneamente, dos termos “percepção” e “avaliação”, podemos considerar que entre “crenças” e “atitudes” há uma distinção cognitivo-comportamental: com o primeiro, podemos nos referir a como nos sentimos ou ao que pensamos/acreditamos acerca da dimensão social de uma forma linguística; já com o segundo, podemos nos referir ao que fazemos, tendo em vista

aquilo que pensamos, sentimos ou em que acreditamos. É possível que ponderações como essas estejam na origem da tradição do emprego do binômio “crenças e atitudes”.

Na produção intelectual anglófona sobre essa temática, é menos comum que o termo “atitudes” venha acompanhado de *beliefs*. Interessantemente, Bohner & Dickel (2011, p. 392) definem atitude como “uma avaliação de um objeto de pensamento”¹. Assim, tal definição desfaz a distinção que propusemos anteriormente. Em seu artigo, essa dupla de autores reporta um balanço das respostas de vários pesquisadores, de diferentes subáreas da psicologia social, à pergunta “o que é uma atitude?”, que intitulou um número temático da revista *Social Cognition* (BOHNER; DICKEL, 2007). De acordo com eles, as respostas podem ser organizadas em um contínuo que vai de atitudes como entidades estáveis armazenadas na memória a atitudes como julgamentos desenvolvidos a partir de informações disponíveis no aqui e agora de uma interação (interação esta que pode ser, entende-se, tanto de natureza interpessoal quanto experimental). Dessa forma, o que se vai configurando nesta nossa discussão é a constatação de que esses termos podem ser empregados como mais ou menos próximos e similares entre si, conforme uma certa tradição de pesquisa.

Em Sociolinguística, o termo “percepção” vem se especializando para fazer referência a associações entre formas linguísticas e significados sociais a partir de estímulos sonoros, acompanhados ou não de imagens ou texto escrito. De uma perspectiva metodológica, tal termo tem sido especificamente empregado no contexto de experimentos nos quais ouvintes voluntários são levados a reagir a estímulos construídos e organizados de tal maneira que, se houver variação nas reações (de um mesmo ouvinte ou de grupos de ouvintes), tal variação pode ser atribuída ao elemento linguístico que caracteriza o estímulo ou *guise*. Nessa metodologia, dois aspectos são cruciais: i) a reação do ouvinte é (ou deve ser) inconsciente, com respeito ao elemento linguístico em foco no estudo e, nesse sentido, ii) trabalha-se com pares de estímulos, nos quais um deles contém apenas uma das variantes da variável em foco, enquanto o outro contém apenas a outra. Na crescente literatura sobre experimentos de percepção sociolinguística, estímulos organizados em pares têm sido providencialmente chamados de “disfarces”. Não vamos nos estender aqui na descrição dessa metodologia (CAMPBELL-KIBLER, 2009; 2010), assim como não encaminhamos uma revisão pormenorizada de pesquisas que a empregam (MENDES 2016a; 2016b; OUSHIRO, 2019), mas destacamos o arraigamento progressivo do pressuposto de que o estudo experimental da percepção sociolinguística é feito com a utilização de pares de disfarces.

¹ Na tradução que aqui sugerimos para *an evaluation of an object of thought*.

Tal arraigamento vem se observando com a própria replicação recente dos chamados “experimentos de percepção”. Em comentários adicionados à segunda edição do *Social Stratification of English in New York City*, Labov (2006, p. 265) afirma que abordagens experimentais (com vistas à elucidação de avaliações sociais de formas linguísticas) não emplacaram na Sociolinguística da mesma maneira que os estudos de produção.

Nos últimos 10 anos, contudo, esse cenário vem mudando rapidamente – inclusive no Brasil. De acordo com Labov (2006, p. 266), a partir de suas investigações sobre a avaliação social da variação linguística em Nova Iorque, em vez de fazer perguntas diretas aos falantes/ouvintes que se voluntariam a participar de nossas pesquisas, devemos induzi-los a algum tipo de comportamento avaliativo que seja suficientemente sensível para refletir a influência de variáveis (na avaliação) e possa ser quantitativamente medido. Se, por um lado, a “recomendação” laboviana pode ter provocado uma busca e revisão de métodos a fim de verificar e quantificar a “influência de variáveis linguísticas” no “comportamento avaliativo” de falantes/ouvintes, por outro, é possível que duas publicações tenham tido especial impacto na crescente replicação desses métodos: Eckert (2008), com sua estruturação da proposição de que formas linguísticas funcionam como índices de significados sociais, a partir de Silverstein (2003) e Ochs (1992), entre outros; e Eckert (2012), com sua visão de que nossa disciplina está voltando (e deve voltar) à significação social como aspecto central da variação linguística. Embora também não seja nosso objetivo fazer aqui uma revisão abrangente do teor desses dois artigos, convém revisitar algumas de suas ideias principais.

No que diz respeito à noção de indicialidade, é fundamental lembrar que a relação entre forma linguística e significados sociais se estabelece por virtude de coocorrência, ou seja, a forma linguística não é o significado social, mas funciona como índice dele (assim como fumaça não é fogo, mas é índice de fogo; coocorre com ele). Assim, a pronúncia [gɔjftɐ] para “gosta”, com ditongação do [ɔ] e palatalização da fricativa, pode ser imediatamente associada a (avaliada como) “carioca”, mas esta não é uma “propriedade” de [ɔjʃ], uma significação inerente ou essencial a [ɔjʃ]. Aliás, tal associação depende do acesso que temos tanto à forma linguística quanto aos significados sociais que potencialmente podem se associar a ela. É possível que a interpretação social de [ɔjʃ] como “carioca” seja algo que os brasileiros do Sudeste façam mais imediatamente do que brasileiros de estados do Norte, por exemplo. Além disso, devemos considerar que, localmente, [ɔjʃ] pode funcionar como índice de outros significados sociais: “meticuloso”, “charmoso”, “afetado”, “do Leblon”, “metido” – a depender de quem fala, de quem ouve, do lugar em que ocorre a interação, dos assuntos que são tratados, de posições que se tomam no aqui e agora (*stances*), de disposições de espírito dos e entre os

envolvidos na interação (*affect*), como empatia, antipatia, indiferença. Em outras palavras, a indicialidade de formas linguísticas é potencial; não está “dada”; é dinâmica e enraizada na interação, ainda que o *link* entre certas formas linguísticas e certos significados sociais possa estar mais ou menos “registrado”, no sentido de *enregistered* (AGHA, 2007).

“Experimentos de percepção” constituem, portanto, um dos meios para elucidar significados sociais potencialmente associados a formas linguísticas. Além deles, o sociolinguista também pode se dedicar ao uso situado de variantes de determinadas variáveis (via observação etnográfica), a fim de compreender quais formas linguísticas os falantes empregam de maneira socialmente significativa em suas experiências diárias (ECKERT, 2000; CONCHALO, 2015). Podemos também fazer um levantamento histórico acerca de como certos significados sociais são “registrados” como particularidades de variantes de certas variáveis ou mesmo de dialetos, como em Agha (2007), o caso de *received pronunciation* no inglês britânico; ou em Johnstone *et al.* (2006), o caso do que se “registrou” como “o dialeto de Pittsburgh”. Podemos, ainda, analisar como, em interações diferentes (com interlocutores diferentes, em locais diferentes, com intenções sociais específicas), um mesmo falante emprega diferentemente variantes de múltiplas variáveis linguísticas, como em Podesva (2007). Nesse último tipo de estudo, além do pressuposto da indicialidade, considera-se que um mesmo falante projeta diferentes *personae*, construindo estilos (interpretáveis em contraste uns com os outros) a partir da combinação de variantes de diversas variáveis linguísticas. O sujeito falante é, assim, um agente na construção de significados sociais.

Mencionamos anteriormente que os termos “avaliação”, “percepção”, “crenças” e “atitudes” podem ser empregados como mais ou menos equivalentes, a depender da tradição de pesquisa. Com nossa breve revisão de aspectos centrais em torno da noção de indicialidade, notamos que, ainda que “avaliação” e “percepção” possam ser empregados como sinônimos, tal como fica aparente nos comentários de Labov (2006), que retomamos acima, o último tem sido cada vez mais comumente empregado na referência a um processo de associação ideológica entre forma linguística e significado social, bem como entre significados sociais – um processo que se observa no cotidiano de nossas interações, mas que pode ser experimentalmente acessado. Alguns autores, contudo, valem-se do termo “avaliação” para se referir especificamente a comentários metalinguísticos desenvolvidos a partir de perguntas diretas acerca de variáveis linguísticas, como Oushiro (2015), que analisou respostas de paulistanos a perguntas como “O que você acha desse jeito de falar: ‘me vê dois pastel e um chopps?’” (com interesse na concordância nominal de número). Da mesma forma, André Poltronieri Santos (Ufes) e Lilian Coutinho Yacovenco (Ufes), em *Percepção e avaliação de*

orações relativas: um estudo piloto, também empregam esses dois termos distintamente, com foco em avaliações acerca de estruturas relativas (copiadora, cortadora e com “cujo”).

Adicionalmente, o termo “percepção” também é usado no sentido de “identificação” ou “reconhecimento”. Leila Maria Tesch (Ufes), em *O sotaque capixaba: um estudo de percepção*, por exemplo, interessa-se pelo “capixaba” como um sotaque e, entre outras, faz a seguinte pergunta aos participantes de sua pesquisa: “você consegue reconhecer o capixaba?” “poderia dar exemplos do sotaque capixaba?”. A autora conclui que o sotaque capixaba “é percebido”, ou seja, é reconhecido, é identificado, por meio de expressões típicas e aspectos prosódicos. Isso nos leva à consideração de que, no reconhecimento do “sotaque capixaba”, ainda não há variantes fonéticas “registradas” como típicas desse dialeto regional, diferentemente do que observamos sobre o carioca. O fato é que, nesse trabalho, o termo “percepção” está sendo empregado numa acepção específica e diferente daquela que destacamos anteriormente, ainda que estejamos dentro de um mesmo campo semântico, definido, da maneira mais geral, pelas relações entre forma linguística e significação social.

Finalmente, interessa tocar numa noção que pode ser bastante complexa e controversa, mas que tem a ver com os empregos dos termos que aqui tomam nossa atenção: a de consciência. Uma revisão crítica acerca desse conceito em Sociolinguística é encaminhada no artigo *Consciência sociolinguística: uma revisão do conceito com base em estudos brasileiros e estrangeiros*, de Andréa Ualt (UFPEL), Isabella Mozzillo (UFPEL) e Bernardo Limberger (UFPEL).

Na presente discussão que introduz este volume, já consideramos que, nos experimentos de percepção, aplicados com o objetivo de elucidar significados sociais que podem ser indicados por formas linguísticas, geralmente organizamos estímulos sonoros de maneira que o ouvinte voluntário execute tarefas, tais como a de avaliar se, num disfarce, uma voz soa mais ou menos masculina do que em outro (MENDES, 2016a) sem dar-se conta de qual é a variável linguística em foco, ou seja, queremos que o ouvinte tenha “reações inconscientes”. Essa é uma das motivações para o emprego distinto de “percepção” e “avaliação”, tal como vimos anteriormente. É claro que, se fazemos perguntas diretas a alguém sobre “o que ela ou ele acha de um certo jeito de falar”, se não houver consciência acerca da variável em foco, nosso entrevistado não vai ser capaz de elaborar comentários metalinguísticos específicos. É isso que Oushiro (2015) constata sobre a pronúncia de /e/ nasal (em palavras como “setenta”) como um ditongo ou um monotongo. Diante da pergunta “o que você acha de ‘meu, cê tá entendendo o que eu tô dizendo?’”, com pronúncia enfaticamente ditongada de /e/ nasal, a enorme maioria dos paulistanos entrevistados refere-se ao “meu”, ao “tá”, ao “cê”, à pergunta em si, mas não

ao /en/. Trata-se, então, de uma evidência de que o paulistano não tem consciência dessa variação – o que, por outro lado, não significa que a pronúncia de /en/ como ditongo ou monotongo não se associe localmente a significados sociais (MENDES, 2016b). Da mesma forma, tal inconsciência não significa que paulistanos não utilizem as variantes dessa variável, em conjunto com outras, nas suas performances sociolinguísticas, com intenções sociais. Eckert (2016) deixa claro que “agentividade” não requer consciência. Quando aqui falamos em “intenções sociais”, não estamos sugerindo que um falante conscientemente escolhe variantes específicas no momento de sua enunciação; referimo-nos ao fato de que, numa certa interação, podemos objetivar ser mais simpáticos do que em outras (ou mais elegantes, mais precisos, mais ameaçadores ou enérgicos) e, para isso, valemo-nos de elementos linguísticos variados. Quais elementos linguísticos empregamos com essas intenções? No aqui e agora de nossas interações, muitíssimo provavelmente não fazemos escolhas conscientes por essa ou aquela variante de determinada variável linguística, mas empregamos aquelas que, na nossa paisagem sociolinguística, são socialmente significativas. A resposta a essa pergunta poderá ser mais bem formulada, então, com um conjunto de pesquisas sobre avaliação, percepção, crenças e atitudes.

Estamos certos de que a leitura dos artigos deste dossiê temático levará a um maior conhecimento acerca de avaliação, percepção, crenças e atitudes. Além disso, reiteramos a importância da publicação de pesquisas sob esse viés, tendo em vista que a divulgação desses trabalhos inéditos pode estimular novas pesquisas e aprofundar ainda mais as discussões teórico-metodológicas nesse campo de investigação.

Para finalizar, agradecemos aos autores e às autoras pela confiança depositada ao submeterem seus artigos a este dossiê, bem como aos pareceristas, pelo seu árduo e minucioso trabalho.

Leila Maria Tesch (Ufes)

Ronald Beline Mendes (USP)

Flávia Medeiros Álvaro Machado (Ufes)

Referências

AGHA, A. **Language and social relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

BOHNER, G.; DICKEL, N. Attitudes and attitude change. **Annual Review of Psychology** 62, p. 391-417, 2014.

BOTASSINI, J. O. M. **Crenças e atitudes linguísticas: um estudo da relação do português com línguas de contato em Foz do Iguaçu.** *Línguas e Letras* 12(2): 65-84, 2011.

CAMPBELL-KIBLER, K. The nature of sociolinguistic perception. *Language Variation and Change* 21, p. 135–156, 2009.

CAMPBELL-KIBLER, K. Sociolinguistics and perception. *Language and Linguistics Compass* 4(6), p. 377–389, 2010.

CARGILE, A. C.; GILES, H.; RYAN, E. B.; BRADAC, J. J. Language attitudes as a social process: a conceptual model and new directions. *Language and Communication*, 14, p. 211–236, 1994.

CONCHALO, M. S. **A variação estilística na concordância nominal e verbal como construção de identidade social.** Tese de Doutorado. UNESP, São José do Rio Preto, 2015.

ECKERT, P. **Linguistic Variation as Social Practice.** Malden, Massachusetts: Blackwell Publishers, 2000.

ECKERT, P. Variation and the indexical field. *Journal of Sociolinguistics* 12(4), p. 453–476, 2008.

ECKERT, P. Three waves of variation study: The emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. *Annual Review of Anthropology* 41, p. 87-100, 2012.

ECKERT, P. Variation, meaning and social change. In: Coupland, N. **Sociolinguistics: Theoretical debates.** Cambridge, Cambridge University Press, 2016.

FIAMENGUI, A. H. R. **Multilinguismo e preconceito na fronteira Porã: Um estudo sobre crenças e atitudes linguísticas.** Tese de Doutorado. UNESP, São José do Rio Preto, 2015.

FRAGA, L. Atitudes Linguística e r-forte em Carambeí, *Acta Scientiarum/ Language and Culture*. 31(2), p. 155-168, 2009.

GILES, H.; BILLINGS, A. C. Assessing language attitudes: Speaker evaluation studies. In: Davies, A. and Elder, E. (eds.) **Handbook of Applied Linguistics.** Oxford: Blackwell, p. 187-209, 2004.

JOHNSTONE, B.; JENNIFER, A.; ANDREW, E. D. Mobility, indexicality, and the enregisterment of ‘Pittsburghese’. *Journal of English Linguistics* 34, p. 77–104, 2006.

LABOV, W. **The social stratification of English in New York City.** Cambridge University Press, 2006.

MENDES, R. B. Nonstandard plural noun phrase agreement as an index of masculinity. In: Levon, Erez; Mendes, R. B. **Language, sexuality and power. Studies in intersectional sociolinguistics.** Oxford University Press, 2016a.

MENDES, R. B. ‘Diphthongized (en) and the indexation of femininity and Paulistinity.’ *Cadernos de Estudos Linguísticos* 58(3), p. 425-444, 2016b.

OCHS, E. Indexing gender. In: DURANTI, A.; GOODWIN, C. **Rethinking context**: language as an interactive phenomenon. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 335–58.

OUSHIRO, L. **Identidade na Pluralidade: Avaliação, Produção e Percepção Linguística na cidade de São Paulo**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

OUSHIRO, L. ‘A computational approach for modeling the indexical field. **Revista de Estudos Linguísticos**, 27(4), 2019, p. 1737-1786, 2019.

PODESVA, R. Phonation type as a stylistic variable: The use of falsetto in constructing a persona. **Journal of Sociolinguistics** 11/4, p. 478-504, 2007.

SILVA, H. C. da; AGUILERA, V. A. de. O poder de uma diferença: um estudo de crenças e atitudes linguísticas. **Alfa** 58(3), p. 703-723, 2014.

SILVERSTEIN, M. Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life. **Language and Communication**, 23, p. 193-229, 2003.

Analisando as crenças e atitudes linguísticas de professores brasileiros de espanhol em formação inicial

Analyzing the linguistic beliefs and attitudes of Brazilian Spanish teachers in initial training

Cyndi Amanda Araújo de Souza¹
Aline Silva Gomes²

Resumo: Com base nos pressupostos teóricos da Sociolinguística (GÓMEZ MOLINA, 1996; BLANCO CANALES, 2004; MORENO FERNÁNDEZ, 2009) e nas contribuições da Linguística Aplicada (BARCELOS, 2001; AGUILERA, 2008), neste trabalho temos como objetivo principal analisar as concepções dos professores de Espanhol como Língua Estrangeira (ELE), em formação inicial, acerca das variedades linguísticas desse idioma. O estudo proposto é essencialmente qualitativo e de natureza interpretativista. Para desenvolvê-lo, investigamos 6 professores de ELE em formação inicial, matriculados em um curso de Licenciatura em Letras - Espanhol. Os dados do estudo foram gerados por meio de questionários e de entrevistas. Como resultado, observamos que os sujeitos investigados demonstram ter preferências por determinadas variedades da Língua Espanhola em detrimento de outras. Avaliamos, ainda, que os fatores que mais influenciaram as atitudes dos futuros professores de ELE foram os de natureza fonética e fonológica (prosódia), em especial, o tempo/a duração de elocução e o ritmo de fala dos locutores hispanofalantes. Entretanto, averiguamos que a frequência de voz não é um elemento que exerce grande interferência nas atitudes linguísticas dos estudantes investigados.

Palavras-chave: atitude linguística; língua espanhola; Sociolinguística; formação docente.

Abstract: Based on the theoretical assumptions of Sociolinguistics (GÓMEZ MOLINA, 1996; BLANCO CANALES, 2004; MORENO FERNÁNDEZ, 2009) and on the contributions of Applied Linguistics (BARCELOS, 2001; AGUILERA, 2008), this study aims to analyze preservice Spanish as a Foreign Language (ELE) teacher's attitudes regarding Spanish language varieties. The study methodological design is qualitative and interpretive in nature. We investigated 6 ELE preservice teachers pursuing an undergraduate degree in Spanish at UNEB. The data were gathered through questionnaires and interviews. As a result, we observed that the investigated participants showed preferences towards specific varieties of the Spanish language to the detriment of others. We also concluded that prosody was the linguistic factor which most influenced future ELE teacher's linguistic attitudes speech rate and accent in particular. However, we found that the voice pitch is not a factor that exerted great influence on the participants' the linguistic attitudes regarding preferences for specific Spanish varieties.

Keywords: linguistic attitude; spanish language; Sociolinguistics; teacher training.

¹ Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas I, Programa de Bolsas de Iniciação Científica da UNEB, Salvador, BA, Brasil. Endereço eletrônico: cyndiamanda@outlook.com.

² Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas I, Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens, Salvador, BA, Brasil. Endereço eletrônico: asgomes@uneb.br.

Palavras iniciais

Neste texto, buscamos compartilhar os resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado *Atitudes Linguísticas de Estudantes e Futuros Professores com Relação às Variedades Diatópicas do Espanhol*. Neste projeto, que integra o Grupo de Investigação *Letras Hispânicas em Foco — LEHISP*, e está vinculado ao Curso de Licenciatura em Letras — Língua Espanhola e Literaturas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), temos como propósito analisar a interpretação das atitudes de professores brasileiros de Espanhol como Língua Estrangeira (ELE), em formação inicial, com relação às variedades regionais.

O objetivo geral deste estudo é avaliar as concepções dos futuros professores brasileiros de ELE acerca da diversidade linguística desse idioma. Os objetivos específicos são: i) identificar as atitudes dos professores de Espanhol em formação inicial, com relação às variedades linguísticas, durante o processo de aprendizagem; ii) analisar os fatores que podem estar por detrás delas, facilitando-as, e se podem exercer influência (ou não) na formação desses aprendentes; e iii) comparar os achados deste estudo com os resultados observados em pesquisas anteriores.

As atitudes não se constituem em um novo objeto de pesquisa no campo das ciências humanas. Ao longo de décadas, disciplinas como a Sociologia e a Psicologia vêm se dedicando ao estudo do efeito das atitudes sobre a sociedade. (LAMBERT; LAMBERT, 1968). Dentre essas matérias, temos a Sociolinguística, que visa investigar as diferenças entre a forma como as pessoas usam a língua bem como suas crenças a respeito do comportamento linguístico dos outros falantes e de si próprio. Para a Sociolinguística, a importância do estudo das atitudes reside no fato de que elas, além de revelar diversos aspectos para um melhor entendimento de uma comunidade, influem nos processos de variação e de mudança linguística. Além disso, as atitudes afetam a eleição de uma língua em detrimento de outra, assim como o ensino-aprendizagem de línguas em uma comunidade (GÓMEZ MOLINA, 1996; BLANCO CANALES, 2004; MORENO FERNÁNDEZ, 2009).

O texto está estruturado em quatro seções. Nesta seção, *Palavras iniciais*, contextualizamos o trabalho proposto. Na segunda seção, *Atitude linguística*, apresentamos o conceito em questão bem como abordamos, brevemente, a relação entre atitudes, crenças e estereótipos. Na terceira seção, *Antecedentes sobre o tema*, discorremos sobre diferentes pesquisas desenvolvidas no Brasil relacionadas ao tema proposto, ou seja, variedades linguísticas e ensino-aprendizagem de Espanhol. Na quarta seção, *Aspectos metodológicos e análise dos resultados*, descrevemos os procedimentos adotados neste estudo e, com base nos dados gerados, avaliamos as atitudes linguísticas dos informantes pesquisados. Por fim, nas

considerações finais, destacamos a necessidade de ampliação das pesquisas experimentais — no Brasil — acerca das variedades da Língua Espanhola e o processo de ensino e/ou aprendizagem. Ademais, sugerimos algumas propostas para futuras pesquisas sobre o tema.

Atitude linguística

A atitude linguística é uma manifestação da atitude social dos indivíduos, que se distingue por focar e se referir especificamente à língua e ao seu uso na sociedade. E, quando se fala em língua, inclui-se qualquer tipo de variedade linguística. Podemos afirmar que as atitudes linguísticas estão diretamente relacionadas com a identidade dos grupos que a utilizam; entende-se por identidade aquilo que permite diferenciar um grupo de outro, uma etnia de outra, um povo de outro. (TABOURET-KELLER, 1997; MARTÍN ALCOFF; MENDIETA, 2003; OMONIYI; WHITE, 2006 *apud* MORENO FERNÁNDEZ, 2009).

Aguilera (2008), em um trabalho anterior ao de Moreno Fernández (2009), compartilha posicionamento semelhante ao afirmar que

[...] um traço definidor da identidade do grupo (etnia, povo) é a variedade linguística assumida e, desse modo, qualquer atitude em relação aos grupos com determinada identidade pode, na realidade, ser uma reação às variedades usadas por esse grupo ou aos indivíduos usuários dessa variedade, uma vez que normas e marcas culturais dos falantes se transmitem ou se sedimentam por meio da língua, atualizada na fala de cada indivíduo (AGUILERA, 2008, p. 106).

Em outras palavras, para a autora, as atitudes linguísticas se manifestam ante um grupo ou indivíduos que fazem uso de alguma variedade, podendo ser positivas ou negativas. “Na maioria das vezes, ao caracterizar um grupo ao qual não pertence, a tendência é o usuário fazê-lo de forma subjetiva, buscando resguardar o sentimento de comunidade partilhado classificando o outro como diferente” (AGUILERA, 2008, p. 106). De acordo com Liebkind (1999), usar a língua influencia a formação da identidade de grupo que, por sua vez, influencia os padrões de atitude e de uso linguísticos.

Em conformidade com Alvar (1975), Sabadin (2013, p. 58) destaca que “considerar o que possa ser Sociolinguística é, em primeiro lugar, abordar a questão do conceito de que o falante tem sua própria ferramenta linguística”. Em outras palavras, para a autora, as atitudes linguísticas partem do pressuposto que o falante tem da própria língua. Dessa forma, elas é que definem a escolha, a mudança, a variação e os padrões linguísticos.

As atitudes linguísticas são consideradas como manifestações de preferências e convenções sociais acerca do *status* e prestígio dos falantes. Deste modo, é mais frequente que o indivíduo, diante de uma variedade linguística, considere-a como melhor ou mais atrativa que outras, em grupos sociais, que sejam mais prestigiosos e/ou mais poderosos socioeconomicamente.

Uma das bases em que as atitudes se assentam é na consciência linguística; os indivíduos têm a possibilidade de forjar atitudes, a fim de atender seus próprios interesses. Os usuários de uma língua compreendem que, em sua comunidade ou em outras, alguns usos linguísticos são comuns, que certos grupos utilizam determinada variedade e, portanto, têm a capacidade de escolher o que lhes convêm e o que considera mais adequado para cada contexto.

Segundo Moreno Fernández (2009), as atitudes envolvem diretamente a presença de vários elementos ou subcomponentes: uma valoração (componente afetivo), um saber ou crença (componente cognoscitivo) e uma conduta (componente conativo). Oppenheim (1992), citado por Corbari (2013), apresenta a mesma concepção, como podemos ver no seguinte trecho:

[...] atitudes são reforçadas por crenças (o componente cognitivo) e frequentemente atraem sentimentos fortes (o componente emocional) que podem levar a determinadas intenções comportamentais (o componente da tendência de ação). (OPPENHEIM, 1992, p. 175 *apud* CORBARI, 2013).

Em linhas gerais, há duas concepções acerca das atitudes: condutista e mentalista. A primeira interpreta a atitude como uma conduta, com uma reação ou resposta a um estímulo, isto é, a uma língua, uma situação ou umas características sociolinguísticas determinadas; já a segunda concebe a atitude como um estado interno do indivíduo, uma disposição mental em relação a determinadas condições - os fatos linguísticos concretos. Nesse sentido, a atitude seria uma categoria intermediária entre o estímulo e o comportamento ou a ação individual (MORENO FERNÁNDEZ, 2009, p. 181).

As atitudes são obtidas no processo de socialização, pois é em contato com a sociedade que os indivíduos estão abertos a expressarem o que pensam e a agirem da forma que lhes convém. Elas são, portanto, uma característica antes do grupo que do indivíduo e têm uma dupla função: permitir uma visão simplificada da realidade e contribuir para a formação da identidade individual e social (PUOLTATO, 2006 *apud* CORBARI, 2013). As atitudes representam, assim, um componente fundamental da identidade linguística do falante e oferecem uma chave de leitura e de compreensão do próprio comportamento linguístico. As

atitudes linguísticas constituem uma categoria própria, dado que seu objeto de estudo não são as línguas, mas os grupos que a falam.

Embora esta pesquisa tenha como foco as atitudes, é pertinente destacar (ainda que de forma breve) a relação existente entre estas, as crenças e os estereótipos. De acordo com Labov (2008 [1972], p. 176), as crenças podem ser definidas como “um conjunto uniforme de atitudes frente à linguagem, que são partilhadas por quase todos os membros de comunidade de fala, seja no uso de uma forma estigmatizada ou prestigiada da língua em questão”. Para o autor, na comunidade de fala, apesar de as pessoas compartilharem as mesmas normas linguísticas, elas não falam da mesma maneira; pelo contrário, com frequência, podemos encontrar formas linguísticas, em variação, que disputam umas com as outras na comunidade.

As crenças nem sempre vão interferir nas atitudes do indivíduo. Contudo, trabalhos como o de Barcelos (2001) têm comprovado que, algumas vezes, elas se correspondem quando expressam opiniões, gostos, preferências e também as escolhas feitas pelos usuários da língua em determinada situação. A atitude linguística de um indivíduo é a junção de suas crenças, conhecimentos, afetos e comportamentos. Dessa forma, as crenças e as atitudes estão interligadas, pois as ações são resultado das crenças. Toda ação gera uma reação e, nesse movimento de ir e vir, elas se inter-relacionam (BARCELOS, 2001; AGUILERA, 2008). Em resumo, as crenças que um falante tem de sua própria língua, isto é, se ele a considera apropriada ou não perante outras variedades, fará com que ele a utilize e, de certa maneira, propague sua forma de falar.

Leite (2011), em seu texto, menciona que a Sociolinguística é um campo de estudo que também lida com preconceito e com estereótipos linguísticos, sendo este último o conceito mais importante na opinião dos estudiosos da área. A autora explica que atitudes e estereótipos são conceitos diferentes, mas que estão inter-relacionados. O estereótipo é um dos componentes da atitude e “a formação das atitudes é precedida pelo processo de informações, ou seja, uma atitude pessoal em relação a um objeto é baseada em suas crenças a respeito desse objeto” (LEITE, 2011, p. 93).

Em conformidade com Lippmann (2008), Leite (2011) explica que os estereótipos são valorativos, geram expectativas e são uma espécie de sistema mental denominado como *imagens de nossas mentes*. Sendo assim, presume-se que o que cada indivíduo faz está fundamentado em imagens criadas por ele mesmo ou transmitidas por ele, não em conhecimento direto e determinado. Essas imagens têm um papel crucial nas relações entre os indivíduos na sociedade porque são elas que irão definir o que eles farão, mas não aquilo que irão alcançar. Mais adiante, Leite (2011, p. 94) explica que

[...] as imagens estereotipadas poupam tempo e funcionam como uma defesa dos homens em sociedade na medida em que elas tendem a preservá-lo do efeito desconcertante de, verdadeiramente, ver o mundo e compreendê-lo de forma mais ampla. Essas imagens que medeiam a relação com o real são, portanto, representações cristalizadas através das quais cada um filtra a realidade que o envolve. Apesar de serem fatídicas, não podem ser classificadas como falsas, uma vez que expressam um imaginário social.

Outras pesquisas estabelecem estereótipos como crenças, avaliações ou sistemas conceituais. Segundo Leite (2011), Quasthoff (1987) afirma que os estereótipos são categorias que generalizam e simplificam, opõem-se aos fatos ou não abarcam vários *núcleos de verdade*, são emocionalmente avaliativos, persistentes e rígidos, isto é, são resistentes à mudança, tanto individuais quanto em sociedade.

Os estereótipos cooperam para a integração social do indivíduo, ainda que de forma indireta. Isso sucede quando existe adesão a uma opinião determinada ou a um pensamento compartilhado e existe a identificação a uma comunidade, assumindo seus paradigmas tipificados. Ao comportar-se dessa forma, o indivíduo substitui sua própria avaliação por aquela que é legitimada pelo grupo ao qual almeja fazer parte. Em compensação, pleiteia, implicitamente, a admissão de sua pertença. Em resumo, “os estereótipos cumprem, portanto, um papel importante na vida social” (LEITE, 2011, p.96).

Em seguida, apresentamos diferentes pesquisas já desenvolvidas acerca da diversidade linguística e do ensino-aprendizagem de Espanhol no contexto brasileiro.

Antecedentes sobre o tema

Investigadores, em diversos contextos, têm colaborado no sentido de ampliar, cada vez mais, as pesquisas sobre a variação linguística. No Brasil, diferentes estudos têm contribuído para o avanço na área, ao desenvolver trabalhos que abordam o tema e a sua importância dentro do processo de ensino e aprendizagem de Espanhol.

García Murga (2007), em sua pesquisa, analisa e interpreta as atitudes de estudantes brasileiros ingressos no curso de Letras/Espanhol, da Universidade de Brasília (UNB), em relação às variedades diatópicas do Espanhol, bem como fatores subjacentes. Trata-se de um estudo de caso, de natureza qualitativa, no qual os dados foram gerados por meio da aplicação de três questionários e de uma entrevista realizada com 22 alunos, com idades entre 18 e 35 anos. Segundo a autora, a gravação das entrevistas lhe permitiu analisar o componente cognitivo das atitudes e identificar alguns dos fatores envolvidos em sua formação.

Os resultados da pesquisa de García Murga (2007) demonstraram que as atitudes dos estudantes revelam preferências pelos falantes de variedades peninsulares (Madri e Sevilla), e que essa tendência está relacionada com a dimensão avaliativa de *status*. Essas atitudes correspondem às crenças associadas à correção ou à *superioridade* linguística dessas variedades. Por outro lado, a preferência dos estudantes investigados pelo falante da variedade mexicana estava atrelada à dimensão avaliativa de solidariedade. Entretanto, García Murga (2007) observou, nos informantes analisados, atitudes pouco favoráveis aos falantes das variedades argentina (rio-platense), chilena e cubana (caribenha); no que se referem à primeira variedade, os estudantes demonstraram percepções estereotipadas. Já perante os falantes das variedades cubana (caribenha) e chilena, os sujeitos informantes não demonstraram uma atitude positiva devido à dificuldade de compreensão do discurso oral. Em resumo, os fatores que influenciaram as atitudes dos estudantes são tanto de natureza linguística quanto extralinguística.

Aquino e Zambrano (2018), em seu trabalho, investigam como a interculturalidade e as variedades linguísticas do Espanhol são abordadas em uma escola municipal localizada na cidade de Pacaraima/Roraima. Para tal, as autoras avaliaram a própria prática de ensino de línguas estrangeiras. Os dados da pesquisa foram gerados por meio de entrevistas realizadas com alunos estrangeiros, matriculados nos últimos três anos do Ensino Médio, e também com a professora de Espanhol da instituição (de nacionalidade venezuelana). Realizaram-se, ainda, observações de aulas e do contexto escolar. Como resultado, Aquino e Zambrano (2018) constataram que a professora de Língua Espanhola não tinha o costume de desenvolver práticas pedagógicas ou projetos direcionados ao intercâmbio cultural. As autoras também notaram que ainda prevalece, na prática da docente entrevistada, a ênfase em conteúdos gramaticais que não coincidem com o contexto nem com o interesse dos alunos. Para Aquino e Zambrano (2018), o ensino da Língua Espanhola, na escola investigada, concede prestígio à variedade peninsular (madrilenha). Como consequência, o foco dado a esta variedade torna o processo de ensino-aprendizagem da língua-alvo cansativo e entediante para os estudantes e para a própria docente.

Alberti (2018), em sua dissertação de mestrado, analisa e discute como se efetiva o ensino de Língua Espanhola com enfoque nas variações linguísticas e nas múltiplas identidades culturais e sociais dos povos hispano-falantes. Ademais, a autora avalia as situações que perpassam a *práxis* educativa do idioma em questão. Neste trabalho, tem-se como foco de pesquisa professores de Espanhol que atuam em escolas públicas e privadas, de Ensino Fundamental e Médio, da cidade de Ponta Grossa/PR, além de docentes que ministram

aulas no Centro de Línguas Estrangeiras Modernas dessa localidade. Para gerar os dados do estudo, realizaram-se entrevistas semiestruturadas, gravadas em áudio, as quais foram analisadas com base na perspectiva da Sociolinguística. Para responder às perguntas da pesquisa, considerou-se, como fatores extralinguísticos, a idade dos professores, o tempo de atuação no magistério e a rede de ensino em que eles atuavam — pública ou privada.

Os resultados do estudo de Alberti (2018) apontaram que os professores valorizam a variação linguística do Espanhol. Entretanto, devido a diferentes fatores, como as políticas linguísticas atuais (que trazem insatisfação e insegurança), o número de aulas reduzido e o desinteresse dos alunos, nem todos os docentes atuavam do modo que supostamente acreditavam. Os achados da pesquisa não revelaram diferenças marcantes entre o trabalho dos profissionais que atuam na escola pública e o trabalho dos professores que exerciam a sua prática na escola privada, no que se refere ao tema de estudo.

Mendes e Oliveira (2019) desenvolvem um estudo que têm como objetivo investigar as ideologias linguísticas existentes a respeito das variedades do Espanhol, observando como essas ideologias se relacionam com as políticas linguísticas, dentro da sala de aula de língua estrangeira. A pesquisa foi dividida em três etapas: na primeira, formulou-se um questionário com 10 questões abertas, que serviram como roteiro para realizar as entrevistas orais dos informantes; na segunda, selecionaram-se três estudantes voluntários, matriculados no curso de Letras/Espanhol, da Universidade Federal de Santa Catarina, que tinham cursado o nível mais avançado do idioma; na terceira (e última) etapa, realizaram-se entrevistas individuais, as quais foram gravadas e transcritas posteriormente.

Como resultado, Mendes e Oliveira (2019) verificaram que os professores de Espanhol em formação inicial têm concepções a respeito do ensino do idioma que não refletem as políticas linguísticas executadas pela Espanha. Em outras palavras, não se identificou, neste estudo de caso, uma preponderância da ideia de que a variedade do Espanhol europeu (madrilenha) é *superior* ou mais adequada para o ensino. No entanto, os autores postulam a necessidade de realização de futuras pesquisas envolvendo um maior número de informantes, a fim de trazer mais evidências de que o ensino de Espanhol, na universidade, pode dar voz às inúmeras variedades que compõem essa língua. Nesse sentido, o papel das políticas linguísticas poderá ser mais evidente.

Melo e Ferrari (2020), em seu artigo, analisam a diversidade da Língua Espanhola na cidade de Guayaramerín (fronteira do Brasil com a Bolívia) e suas implicações para o ensino e aprendizagem desse idioma, como segunda língua, na região. Nesta pesquisa, as autoras pretendem fomentar, entre os estudantes dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, do

Instituto Federal de Rondônia (IFRO) - Guajará-Mirim, o conhecimento da variedade linguística do Espanhol, visando à valorização do idioma na localidade.

O texto de Melo e Ferrari (2020) parte do pressuposto de que os estudantes participantes da pesquisa, mesmo habitando em região de fronteira com a Bolívia, não demonstravam interesse em relação à Língua Espanhola. Assim, as autoras analisaram se existia uma relação entre o comportamento dos alunos e o uso da variação linguística nas aulas de Espanhol. A pesquisa se desenvolveu com base na abordagem qualitativa e adotou o método indutivo. Os dados foram gerados por meio de questionários e de rodas de conversas. Para tal, aplicaram-se os instrumentos de coleta de informações a 40 alunos descendentes de bolivianos (em sua maioria), devidamente matriculados na disciplina de Língua Espanhola, com o objetivo de avaliar sua visão em relação à língua-alvo, bem como o seu nível de contato com ela. As rodas de conversa foram promovidas em dois momentos da pesquisa, a fim de se alcançar uma melhor compreensão dos dados. Como resultado, o estudo de Melo e Ferrari (2020) aponta que há consenso quanto à presença de variação linguística na fronteira de Guajará-Mirim e Guayaramerín. Em linhas gerais, a pesquisa contribuiu para a formação dos estudantes, no sentido de ajudá-los a perceber e a demonstrar maior sentimento de pertencimento à comunidade de fala após as aulas. Ademais, colaborou para fomentar o fortalecimento da identidade dos discentes. De modo geral, podemos observar nos estudos mencionados a relação entre atitudes, crenças e estereótipos. Na seção seguinte, apresentamos os procedimentos metodológicos e os resultados alcançados durante a pesquisa.

Aspectos metodológicos e análise dos resultados

Esta pesquisa estabelece uma interface entre a Sociolinguística (que incorpora o estudo de atitudes e crenças) e a Linguística Aplicada, constrói-se com base na abordagem qualitativa e envolve a abordagem etnográfica (LÜDKE; ANDRÉ, 1986; CANÇADO, 1994; OLIVEIRA, 1997; BORTONI-RICARDO, 2008). O estudo foi desenvolvido na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus I*, localizada na cidade de Salvador/Bahia. Para realizá-lo, contamos com a participação de 6 estudantes de nível intermediário de Espanhol, matriculados no Curso de Licenciatura em Letras – Língua Espanhola e Literaturas, com faixa etária de 16 a 25 anos. A fim de preservar a identidade do grupo pesquisado, identificamos os participantes dando-lhes os seguintes nomes fictícios: Rosario, Tijuana, Mendonza, Soledad, Morelia e Mérida.

Os dados foram coletados por meio da aplicação de um questionário composto por 8 perguntas abertas e 10 fechadas, bem como 2 atividades de compreensão oral. Para elaborá-lo, adotamos o método *verbal-guise test*³ adaptado de Agheyisi e Fishman (1970). As tarefas propostas no questionário foram elaboradas com base em áudios de quatro falantes de espanhol como língua materna, do gênero masculino, procedentes dos seguintes países: Argentina, México, Espanha e Colômbia. No que tange ao conteúdo dos áudios, todos os locutores narraram sobre sua rotina diária durante a pandemia da Covid-19.

Para esta pesquisa, também geramos dados por meio de entrevistas realizadas na Plataforma *Zoom*, as quais foram gravadas e, posteriormente, transcritas grafematicamente. Durante as interlocuções, realizamos perguntas com o objetivo de avaliar se os licenciandos tinham preferência por alguma variedade da Língua Espanhola, assim como identificar se havia alguma que eles não gostavam ou não se identificavam. Para analisar as informações coletadas, adotamos o processo de triangulação (LÜDKE; ANDRÉ, 1986; GIL, 1999).

Neste trabalho, estabelecemos três categorias de análise, a saber: a primeira — Tempo/Duração —, em que procuramos identificar as atitudes dos futuros professores de Espanhol em relação à velocidade de elocução dos falantes; a segunda — Ritmo (Acento/Sotaque) —, em que buscamos analisar as atitudes dos sujeitos investigados, tendo em vista os sotaques de cada falante nativo de diferentes regiões de Língua Espanhola; e a terceira — Frequência —, em que procuramos investigar as atitudes dos participantes acerca dos tons de voz dos áudios escutados, ou seja, buscamos observar qual(is) sotaque(s) os estudantes achavam mais forte(s) e/ou que mais se destacavam. Nos próximos parágrafos, apresentamos análise e interpretação dos resultados.

Perguntamos aos participantes do estudo que forma de falar eles achavam mais bonita e menos bonita, que sotaque eles julgavam mais forte ou menos forte, que pronúncia lhes parecia mais elegante e menos elegante, e que voz lhes parecia mais fluida (clara) e menos fluida. Pedimos-lhes, ainda, que justificassem suas respostas.

O fenômeno mais abordado pelos participantes, nos questionários, foi a rapidez da elocução, bem como as pausas realizadas na produção oral dos locutores (tempo/duração da produção oral dos locutores). Segundo Gil (2007, p. 548), “velocidade de elocução é o número de elementos fônicos (sons e pausas) pronunciados em uma determinada unidade de tempo”. Sendo assim, o objetivo era saber quais as atitudes dos professores de ELE em

³ Trata-se de uma técnica por meio da qual se apresenta aos participantes da pesquisa gravações em áudio pertencentes a falantes de diferentes variedades regionais de uma determinada língua, a fim de que eles atribuam valores e emitam suas opiniões.

formação inicial, diante do que compreendiam (ou não) dos áudios que escutavam. Em seguida, apresentamos algumas respostas mencionadas, de acordo com este quesito:

Excerto 1: O falante falava muito rápido. (ROSARIO, questionário);

Excerto 2: Muitas pausas; foi um áudio cansativo (MORELIA, questionário);

Excerto 3: A maneira mais pausada de falar tornou o idioma mais claro (TIJUANA, questionário);

Excerto 4: Por conta das paradas pra pensar às vezes (MENDONZA);

Excerto 5: Porque foi a fala que teve menos interrupções ou parada (SOLEIDAD, questionário);

Excerto 6: Porque, no início do áudio, o falante fala muito devagar e com muitas paradas (SOLEIDAD, questionário);

Excerto 7: Em alguns momentos, ele fala rápido (MÉRIDA, questionário).

Ao analisar as declarações referidas anteriormente, percebemos que, para Soledad, falar com poucas interrupções é um elemento positivo. Entretanto, para outros sujeitos investigados, como Morelia, Mendonza e Soledad, a fala com pausas excessivas é um fator que desperta atitudes negativas. Observamos que, para alguns informantes, como Morelia, a fala com pausas torna a comunicação cansativa, mas, para Tijuana, ela se torna mais inteligível. Já para Rosario e Mérida, a fala muito rápida compromete a compreensão. Em resumo, as falas dos locutores de Espanhol como língua materna que mais despertaram atitudes positivas nos participantes da pesquisa foram as que possuíam tempo/duração que, em sua visão, contribuía para compreender a informação com clareza.

Os participantes do estudo deixaram claras suas preferências quando responderam sobre as variedades que eles mais gostavam (ou menos gostavam) ou se identificavam (ou não). Avaliamos que as respostas fornecidas fazem menção ao ritmo (acento/sotaque) da produção oral dos locutores. De acordo com Oliveira Ramos (2008, p. 24), ritmo “consiste na recorrência dos acentos ao longo do enunciado”.

Mérida, por exemplo, explica que gosta de um acento quando ela consegue reconhecer o país de origem do hispano-falante, isto é, quando o sotaque é forte, conforme podemos ler no seguinte trecho:

Excerto 8: Um acento forte... Eu diria bem que tem em alguns países que têm a marca... Uma... marca, assim, bem...diferente; por exemplo, Argentina.

Espanha, também **eu acredito que tenha um acento forte**, porque dá pra identificar o país. Acho que quando você tem como identificar, assim, de onde é a pessoa, **ela tem um acento forte** (MÉRIDA, entrevista, grifo nosso).

Tijuana acredita que uma variedade compreensível da Língua Espanhola pode contribuir para o aprimoramento de sua expressão oral. Como exemplo, a informante menciona que não tem apreço e não se sente confortável com o Espanhol rio-pratense, devido a certos traços característicos dessa variedade, como o *yeísmo rehilado*⁴, conforme podemos ler no seguinte excerto:

Excerto 9: Eu acho que uma variedade mais fácil de entender, é mais fácil de falar também. E... é porque o...o espanhol da... Argentina, geralmente, fala '*llamada*' (com chiado), essas coisas, assim, entendeu? Eu não gosto, não me sinto confortável. (TIJUANA, entrevista).

Já Mendonza, durante a entrevista, justifica sua preferência pelo Espanhol rio-platense e caribenho. O informante gosta e se identifica com essas variedades, principalmente pelo ritmo e pela velocidade de elocução. Ele demonstra apreço pela fala caribenha, devido a alguns fenômenos fonéticos presentes no idioma falado nessa região, no âmbito segmental (tendência à aspiração e pronúncia [l] de <r>) e suprasegmental, como podemos ver neste fragmento:

Excerto 10: A... a Rio-Platense pelo...é.. como fala? **Pelo ritmo da fala**, prosódia que fala né? Quando.... ah.... tipo, **o sotaque**, mesmo, ou a velocidade.. assim, eu acho um pouco parecido com a nossa, e eu gosto mais. E a... a de lá do Caribe, porque...assim, algumas transformações, tipo....o 'R' é diferente; às vezes vira 'L', também. Acho muito bonito, também, a questão da... desta... da mesma coisa da... rio-platense, que é a tonada... Essa coisa da prosódia, eu acho que é assim (MENDONZA, entrevista, grifo nosso).

Morelia justifica a sua preferência pelo Espanhol argentino e mexicano pelo seu nível de compreensão. Apesar de gostar das duas variedades e achar o sotaque de ambas bonitas, ela afirma que a mexicana é mais clara, como podemos ler no excerto 11:

Excerto 11: Eu acho que o **sotaque** argentino é bem bonito, mas, o mexicano, eu acho que ele é mais claro, não sei... Eu entendo melhor (MORELIA, entrevista, grifo nosso).

⁴ É uma característica do *yeísmo* no Espanhol rio-platense, em que há uma estridente pronúncia das letras *y* e *ll*, que são produzidas com um som similar ao *j* ou, às vezes, ao *ch* da língua portuguesa.

Por último, Rosario explica que, em função de sua proximidade com imigrantes argentinos, ela optou por essa variedade porque já era um sotaque conhecido e de fácil adaptação para ela, ao contrário da variedade espanhola, que lhe causa estranheza, como podemos ler no seguinte fragmento:

Excerto 12: Já tinha contato com pessoas da Argentina que moravam aqui no meu bairro, então... Como a pessoa, mesmo morando aqui há anos, continua com sotaque, então, quando entrei na faculdade, foi mais...foi um...foi **um acento mais fácil de eu me adaptar**, enquanto que o da Espanha, por exemplo, eu já...não é que eu não acho fácil; acho meio estranho falar como o pessoal da Espanha. (ROSARIO, entrevista, grifo nosso).

Em resumo, com base neste estudo, avaliamos que as variedades de Língua Espanhola que mais despertaram atitudes positivas nos participantes são as que possuíam um ritmo/sotaque que eles conseguem reconhecer e que contribuíam como fonte de *input* para o aperfeiçoamento da habilidade de expressão oral na língua-alvo. A maioria dos sujeitos entrevistados apontou o Espanhol rio-platense, representado pela Argentina.

No que tange à frequência de voz dos locutores, avaliamos que os participantes do estudo não deram uma ênfase ampla neste quesito, tanto nos questionários quanto nas entrevistas. Conforme Lahoz (2007, p. 94), a frequência corresponde ao “número de vibrações, por segundo, das cordas vocais e está associada com o tom mais grave ou mais agudo de um som”.

Nas respostas do questionário, especificamente na pergunta sobre o sotaque que eles achavam mais forte, os estudantes fizeram referência ao tom grave ou agudo das vozes dos falantes. Rosario, por exemplo, avalia que o sotaque do locutor é forte por causa da intensidade da voz; já Tijuana acredita que é por conta do timbre. Rosario, durante a entrevista, associa a frequência de voz a uma variedade da Língua Espanhola em particular, isto é, a mexicana, como podemos ler no seguinte trecho:

Excerto 13: Eu acho que é... a voz da pessoa como... como parece diferente por exemplo, quando eu ouço algum mexicano falando, **me parece sempre que a voz deles ficam finas pela pronúncia que eles... pronunciam a palavra**. Então, **parece que a voz sempre é mais fina**. Por exemplo, eu nunca vi um mexicano que tenha uma voz mais grossa e eu acho que isso decorre por causa da língua, por causa da pronúncia. Então, eu sempre presto atenção nessa questão... de como uma voz parece diferente. (ROSARIO, entrevista, grifo nosso).

Em outras palavras, para Rosario, um dos aspectos que mais lhe chama a atenção, ao escutar os falantes de Espanhol como língua materna (neste caso, os mexicanos), é a frequência da voz. Para a informante, os falantes dessa variedade — em geral — apresentam vozes finas (agudas). Neste caso, acreditamos que a avaliação de Rosario está baseada em uma crença que ela construiu em relação a essa variedade. No que tange à categoria frequência, supomos que não foi possível avaliar, com mais detalhe, as atitudes linguísticas dos informantes deste estudo, porque os instrumentos utilizados (os áudios) eram apenas de locutores masculinos.

Nesta pesquisa, durante as entrevistas, perguntamos aos futuros professores de Espanhol se gostavam de alguma variedade do idioma e se não apreciavam alguma, em especial. Tijuana, Mendonza e Mérida afirmaram não gostar das variedades argentina, mexicana e espanhola, respectivamente. Percebemos na fala de Tijuana, por exemplo, certa subjetividade na fundamentação de suas justificativas, uma vez que ela afirma não gostar ou não se sentir confortável com a pronúncia rio-platense, porque ela, em sua visão, é muito marcada. Rosario não se identifica com a variedade espanhola, pelo fato de esta ser de difícil compreensão, por não ter proximidade e por achar *estranho* como as pessoas dessa região falam. Soledad, apesar de optar pela variedade colombiana, afirma gostar de todas, sem exceção.

Após a análise das informações geradas para esta pesquisa, (por meio de questionários e entrevistas), tecemos em seguida algumas reflexões sobre o tema proposto, considerando o referencial teórico que o fundamenta. Segundo Moreno Fernández (2009), dentro de uma perspectiva mentalista (adotada neste estudo), as atitudes linguísticas envolvem diretamente a presença de três elementos nas respostas dos participantes. De acordo com Aguilera (2008), as atitudes linguísticas se manifestam em um grupo ou indivíduos que fazem uso de alguma variedade, podendo ser positivas ou negativas. Neste estudo, observamos que todos os sujeitos participantes expuseram suas preferências em relação às variedades da Língua Espanhola, demonstrando atitudes positivas e negativas.

No que diz respeito ao componente afetivo, todos os informantes elegeram as variedades por gosto pessoal e por se sentirem bem. Rosario e Soledad, por exemplo, optaram pelas variedades rio-platense e andina, respectivamente, por questão de predileção e também por se identificar com esses falares. Elas têm aproximação com falantes de Espanhol como língua materna dessas regiões, o que comprova, de certo modo, a tendência do indivíduo em procurar pertencer a um grupo com o qual ele se identifique. Referente ao componente cognoscitivo, observamos que Rosario — conforme explicamos anteriormente — possui uma

crença em relação à variedade mexicana, uma vez que acredita que todos mexicanos têm a voz fina. A conduta de cada um dos investigados é a junção de sua valoração e de sua crença acerca de determinadas variedades. Em consequência, podemos notar tanto atitudes positivas quanto negativas.

Sabemos, também, que as atitudes linguísticas são consideradas como manifestação de preferências e convenções sociais acerca do *status* e prestígio dos falantes. No entanto, nesta pesquisa, percebemos que estes aspectos não influenciaram as escolhas dos participantes. Por exemplo, Mendonza elegeu as variedades rio-platense e caribenha como as de sua preferência, posto que ele não gosta e não se identifica com variedades mexicana e espanhola, que são consideradas como padrão. Deste modo, o que influenciou a sua atitude não foi a variedade apontada como a melhor ou mais atrativa do ponto de vista socioeconômico, mas sim o contrário.

A atitude linguística de um indivíduo é a junção de suas crenças, conhecimentos, afetos e comportamentos. Neste estudo, 3 informantes manifestaram — em alguns momentos — atitudes negativas em relação ao falar argentino e 3 afirmaram não apreciar a variedade espanhola, especialmente devido às características fonéticas presentes nessas variedades, tais como o *yeísmo rehilado* (típico do Espanhol rio-platense) e o som fricativo interdental⁵ (característico do Espanhol peninsular). Deste modo, pudemos inferir que os sujeitos pesquisados tinham conhecimentos das particularidades próprias dessas variedades, nutriram um sentimento negativo e demonstram, assim, uma opinião de que as falas dessas pessoas lhes são estranhas, classificando-as como diferentes.

Ao comparar os resultados observados nesta pesquisa com algumas pesquisas descritas na seção três, identificamos semelhanças e diferenças. O estudo realizado por Mendes e Oliveira (2019) não identificou uma preponderância da ideia de que a variedade do Espanhol europeu é *superior* ou mais adequada para o ensino. Deste modo, o resultado se assemelha aos achados deste estudo.

Os resultados da pesquisa de Melo e Ferrari (2020) apontam que há consenso quanto à presença de variação linguística na fronteira de Guajará-Mirim e Guayaramerín. A investigação contribuiu para a formação dos estudantes, no sentido de ajudá-los a perceber e a demonstrar maior sentimento de pertencimento à comunidade de fala após as aulas. Assim, esta pesquisa também se assemelha à nossa, no sentido de que contribuiu para que os sujeitos

⁵ Fenômeno linguístico em que os fonemas representados pelas grafias *c*, antes das vogais /e/ e /i/ e *z*, antes das vogais /a/, /o/, /u/, tornam-se equivalentes; característica fonética do Espanhol peninsular.

participantes tivessem oportunidade de tecer reflexões acerca da diversidade linguística do Espanhol. O trabalho proposto por Aquino e Zambrano (2018) e Alberti (2018) se difere do nosso, no que tange aos resultados: no primeiro, observa-se o prestígio da variedade peninsular, apesar dos sujeitos investigados serem venezuelanos. No segundo, os informantes valorizam as variedades linguísticas; entretanto, em função de diferentes fatores, nem todos atuavam como acreditavam.

Considerações finais

Conforme mencionamos na introdução, o objetivo geral desta pesquisa foi avaliar as concepções dos futuros professores brasileiros de ELE acerca das variedades regionais deste idioma. Os objetivos específicos foram verificar as atitudes dos licenciandos em relação às variedades linguísticas durante o processo de aprendizagem; examinar os fatores que podem estar relacionadas a elas, favorecendo-as, e se podem exercer influência (ou não) na formação desses aprendentes; e comparar os resultados deste trabalho com os observados em investigações anteriores.

Durante a pesquisa, observamos que pesquisas experimentais sobre a diversidade da Língua Espanhola ainda são escassas no contexto brasileiro. Outro aspecto que nos chamou a atenção é que a maior parte dos estudos propostos concentra seu interesse no ensino da variação linguística do Espanhol, enquanto a aprendizagem da variação permanece em segundo plano.

Não podemos deixar de sugerir, neste trabalho, algumas recomendações para futuras pesquisas. Acreditamos que o tema abordado pode ser investigado considerando outros públicos-alvo e em diferentes contextos: alunos de ensino básico, de cursos de idiomas, ou professores em serviço. Outra sugestão é realizar estudos longitudinais, nos quais um grupo é pesquisado em dois momentos temporais diferentes, a fim de analisar as atitudes dos aprendentes brasileiros de ELE ao longo do tempo.

A respeito das possíveis conclusões que esta pesquisa pode conduzir, é importante ressaltar que o universo da atuação deste estudo se restringiu a 6 futuros professores brasileiros de ELE. Dessa maneira, o grau de generalização das considerações que são expostas aqui são, de certa forma, modestas e até mesmo restritas. Entretanto, esperamos que esta pesquisa, de alguma maneira, venha a contribuir para os estudos na área de ensino-aprendizagem de ELE no Brasil.

Referências

- AGHEYISI, R.; FISHMAN, J. A. **Language attitude studies: A brief survey of methodological approaches.** *Anthropological Linguistics*, v 12(5), 1970, p. 135-157.
- AGUILERA, V. A. **Crenças e atitudes linguísticas: o que dizem os falantes das capitais brasileiras.** *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 2, n. 37, p. 105-112, maio/ago. 2008.
- ALBERTI, R. J. S. **A variação linguística no ensino do espanhol como língua estrangeira moderna: um estudo de caso na cidade de Ponta Grossa.** 2018. 142 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem - Área de concentração – Pluralidade Linguística, Identidade e Ensino), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.
- ALVAR, M. **Actitud del hablante y sociolingüística. Teoría lingüística de las regiones.** Barcelona: Planeta, 1975, 93-114.
- AQUINO, G. C. M; ZAMBRANO, C. E. G. **Interculturalidade e variações linguísticas do espanhol em uma escola da fronteira Brasil/Venezuela.** *Revista EntreLínguas*, Araraquara, v.4, n.1, p. 97-113, jan./jun., 2018. DOI: 10.29051/rel.v4.n1.2018.11175. Disponível em: <https://doi.org/10.29051/rel.v4.n1.2018.11175>. Acesso em: 04 set. 2020.
- BARCELOS, A. M. **Metodologia de pesquisa das crenças sobre aprendizagem de línguas: estado da arte.** *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 71-92, 2001.
- BLANCO CANALES, A. **Estudio sociolingüístico de Alcalá de Henares.** Alcalá de Henares, Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alcalá, 2004.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa.** São Paulo: Parábola, 2008.
- CANÇADO, M. Um estudo sobre a pesquisa etnográfica em sala de aula. In: **Trabalhos em Linguística Aplicada**, n. 23, p. 55-69, IEL/UNICAMP, Campinas, jan./jun. 1994.
- CORBARI, C. C. **Atitudes linguísticas: um estudo nas localidades paranaenses de Irati e Santo Antônio do sudoeste.** 2013. 259 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- GARCÍA MURGA. M. H. B. **As atitudes de estudantes de E/LE com relação às variedades diatópicas do Espanhol.** 2007. 107 f. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Brasília, 2007. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3019/1/2007_MariaHortensiaBlancoGarciaMurga.PDF. Acesso em: 04 set. 2020.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GIL, J. **Fonética para profesores de español: de la teoría a la práctica.** Ed: Arco/Libros. 2007.

GÓMEZ MOLINA, J. R. Actitudes lingüísticas en Valencia y su área metropolitana: evaluación de cuatro variedades dialectales. In: **CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE LA AMÉRICA LATINA – ALFAL**, 11., 1996, Las Palmas de Gran Canaria. Actas..., Las Palmas de Gran Canaria: Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 1996. v. 2. p. 1027-1042.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de M. Bagno; M. M. P. Scherre; C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LAHOZ, J. La enseñanza de la entonación, el ritmo y el tempo. In: Gil, Juana (Ed.). **Aproximación a la enseñanza de la pronunciación en el aula de español**. Madrid: Edinumen, p. 93-132.2012.

LAMBERT, W. W.; LAMBERT, W. E. *Psicologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

LEITE, C. M.B. **Estereótipos sociais e suas implicações para os estudos sociolinguísticos**. Estudos da Língua (gem), 2011, v. 9, p. 71-90.

LIEBKIND, K. Social psychology. In: FISHMAN, J. A. (ed.). **Handbook of language and ethnic identity**. New York: Oxford University Press, 1999, p. 140-151.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MELO, S. B.; FERRARI, S. A. F. L. Variações linguísticas no processo de ensino-aprendizagem da língua espanhola na fronteira Brasil-Bolívia. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, Rondônia, v. 4, n° especial, p.102-121, abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/profept.v4iEspecial.636>. Acesso em: 04 set. 2020.

MENDES, J. C.; OLIVEIRA, G. M. Variedades linguísticas do espanhol na sala de aula de língua estrangeira: a relação entre ideologias e políticas linguísticas. **Revista Inteseções**, Santa Catarina, v.12, n.27, p. 391-410, maio. 2019.

MORENO FERNÁNDEZ, F. **Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje**. 4. ed. Barcelona: Ariel, 2009.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo: Pioneira.1997.

OLIVEIRA RAMOS, A. M. **El acento, el ritmo y la entonación en la enseñanza del español como LE**. Disponível em: https://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca_ele/publicaciones_centros/PDF/saopaulo_2008/02_ramos.pdf. Acesso em: 05 mar. 2021.

SABADIN, M. N. **Crenças e atitudes linguísticas: aspectos da realidade na tríplice fronteira**. 2013. 220 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

Sobre as autoras

Cyndi Amanda Araújo de Souza (Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-5320-6761>)

Licenciada em Letras - Língua Espanhola e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Ex-discente do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da UNEB.

Aline Silva Gomes (Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-7018-5993>)

Doutora em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com período sanduíche na Universidade de Alcalá (Espanha) financiado pela CAPES. Mestre em Estudo de Linguagens pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Licenciada e Bacharel em Língua Estrangeira Moderna/Espanhol também pela UFBA. É docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens e do Curso de Licenciatura em Letras - Língua Espanhola e Literaturas da UNEB.

Recebido em maio de 2022.

Aprovado em setembro de 2022.

Análise das atitudes linguísticas de falantes bananeirenses em relação ao seu próprio falar¹

Analysis of linguistic attitudes of speakers from Bananeiras regarding their own speech

André Luiz Souza-Silva²
Rubens Marques de Lucena³

Resumo: O presente estudo objetiva analisar as manifestações de atitudes linguísticas de falante de Bananeiras-PB em relação ao seu próprio falar e ao de sua comunidade, considerando o recorte teórico-metodológico feito por Morais e Lima (2019) acerca das atitudes de falantes de Patos-PB. Dito isso, este estudo ancora-se nos postulados da Teoria Variacionista (LABOV, 2008 [1972]), apoiando-se nas contribuições de Bagno (2007), Bortoni-Ricardo (2011 [1985]), entre outros, bem como nos estudos sobre atitudes linguísticas (LAMBERT; LAMBERT, 1972) junto às reflexões de Corbari (2013), Cardoso (2015), entre outras vozes. Para tal, trabalha-se com aspectos de natureza qualitativa e quantitativa, considerando o método descritivo e o caráter interpretativista. Mediante o exposto, identifica-se que bananeirenses apresentam atitudes mais otimistas em relação ao seu próprio falar ainda que, por vezes, continuam policiadas pelas noções de *certo* e *errado* como os patoenses.

Palavras-chave: variação linguística; atitudes linguísticas; próprio falar; nordeste.

Abstract: This paper aims to analyse the linguistic attitudes of speakers from Bananeiras (Northeastern Brazil) regarding their own speech, based on the theoretical and methodological decisions made by Morais e Lima (2019) about the linguistic attitudes of speakers from Patos (Northeastern Brazil). This study is also based on the assumptions of the Variationist Theory (LABOV, 2008 [1972]), the theoretical contributions by Bagno (2007), Bortoni-Ricardo (2011 [1985]), among others, as well as on the studies on linguistic attitudes (LAMBERT; LAMBERT, 1972), Corbari (2013), Cardoso (2015), and others. To achieve this aim, a qualitative and quantitative analysis was conducted, considering descriptive and interpretative methods. As a result, evidence showed that speakers from Bananeiras present more optimistic attitudes regarding their own speech, contrasting with the results of speakers from Patos. These attitudes, however, often seem to be controlled by notions of what is right and wrong.

Key words: linguistic variation; linguistic attitudes; own speak; northeast.

¹ Este estudo foi apresentado no XI Encontro de Sociolinguística: a sociolinguística no Nordeste, em 2021.

² Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Linguística, João Pessoa, PB, Brasil. Endereço eletrônico: andreluiz.bans@gmail.com.

³ Professor da Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Letras Estrangeiras Modernas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, João Pessoa, PB, Brasil. Endereço eletrônico: rubenslucena@yahoo.com.

Introdução

A todo momento, questões que envolvem apreciação sobre uma variante linguística, dialeto, prática linguística e/ou características de um falante são possíveis e perceptíveis no interior de toda e qualquer comunidade, seja ela de fala ou de prática. Essas questões podem ser analisadas a partir do campo de estudos atitudinais, voltando-se aos aspectos sociolinguísticos que funcionam como marcadores da diferença. Tais aspectos também concebem conceitos como crenças, valores e opiniões⁴, os quais são constituintes, em maior ou menor grau, das atitudes linguísticas.

Morais e Lima (2019) realizou estudo com falantes do sertão paraibano, em específico, falantes do município de Patos, um importante centro comercial e econômico da região supracitada. Para tanto, foi feita uma entrevista com 10 (dez) informantes, composta por 12 (doze) perguntas; tal método foi utilizado, de acordo com a autora, para suscitar atitudes mais espontâneas por parte dos/as informantes. Nesse intento, a pesquisa foi desenvolvida numa natureza quali-quantitativa, considerando os trâmites da pesquisa de Corbari (2013) – estudo realizado nas localidades paranaenses de Irati e Santo Antônio do Sudoeste.

Com o estudo, Moraes e Lima (2019) identificou que 80% de seus informantes ressaltaram mais aspectos negativos quanto às especificidades de sua fala, observando, assim, atitude negativa em relação ao falar paraibano. Nesse sentido, considera-se possível que tais atitudes também se façam presentes em meio à comunidade de fala de Bananeiras, município do interior da Paraíba e conhecido como principal destaque do Brejo Paraibano. Dito isso, levantou-se a questão sobre as atitudes linguísticas dos/as bananeirenses em relação ao dialeto paraibano serem mais positivas ou mais negativas.

Para responder a essa pergunta, o objetivo deste artigo é analisar a manifestação de atitudes linguísticas de falantes bananeirenses em relação ao seu próprio falar e ao de sua comunidade, por meio de questionário *online*, buscando adotar procedimentos qualitativos e quantitativos, como os que Moraes e Lima (2019) determinou, em que os resultados numéricos são expostos em gráficos e a interpretação focaliza os comentários/depoimentos dos/as informantes.

Considerando os aparatos teóricos, evidenciam-se os postulados da Sociolinguística, especialmente a Variacionista, a qual compreende que as línguas ofertam diferentes maneiras de se dizer uma mesma coisa (TARALLO, 1986). Dito isso, a investigação justifica-se pela

⁴ Para aprofundar tais conceitos, ler MORAIS E LIMA, P. E. **Atitudes linguísticas de paraibanos em relação ao seu próprio falar**. 2019. 178 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

escassez de estudos sobre atitude em relação ao dialeto paraibano, além disso, pela inexistência de estudos linguísticos no contexto do município de Bananeiras. Desse modo, o estudo contribui para evidenciar Bananeiras no contexto dos estudos de atitudes linguísticas e fornece material pedagógico para o ensino de língua materna (BORTONI-RICARDO, 2004) na educação básica do município, algo que nos motiva diretamente enquanto professores.

Este artigo estrutura-se em seções, e após esta introdução, tem-se a seção 1, em que se discute alguns conceitos-chave acerca de variação e atitudes linguísticas, centralizando postulados da Sociolinguística; já na seção 2 tem-se a apresentação dos aspectos metodológicos, considerando perfil dos/as informantes, características da localidade estudada e instrumento de pesquisa; depois, há a seção 3, com subseções que apresentam a descrição e a análise dos dados divididos em blocos que favorecem o entendimento acerca das atitudes e suas manifestações; por fim, tem-se as considerações finais e as referências que ancoram esta pesquisa.

Ancorando a sociolinguística: da variação à atitude

Os estudos sociolinguísticos são diversos e a sociolinguística consagra-se em âmbito nacional com destaque, tendo diversos estudos em contextos micro e macro de comunidades linguísticas do Brasil. Os estudos da vertente que considera o linguístico e o social como indissociáveis estão sob o guarda-chuva *Sociolinguística*: Dialetologia, Geolinguística, Sociolinguística Interacional, Sociolinguística Educacional e a Sociolinguística Variacionista⁵.

Exposto isso, observa-se como os estudos que associam o social ao linguístico têm expoentes diversos, os quais terão caráter teórico e metodológico particulares, considerando interesses, objetivos e limitações de suas perspectivas e propostas. Neste estudo, como dito, destaca-se a vertente da Teoria Variacionista, uma vez que compreende que “[...] pressões internas, estruturais, e as pressões sociolinguísticas agem em alternância sistemática [...]” (LABOV, 2008, p. 214). Desse modo, a perspectiva variacionista estuda os fenômenos de uso da língua buscando por padrões no suposto caos que o senso comum diz existir nos processos de variação linguística. Sobre isso, Tarallo (1986) indica o seguinte:

[...] o caos basicamente se configura como um campo de batalha em que duas (ou mais) maneiras de se dizer a mesma coisa se enfrentam em um duelo de contemporalização, por sua subsistência e coexistência, ou, mais fatalisticamente, em um combate sangrento de morte (TARALLO, 1986, p. 05).

⁵ Trabalho de Veloso (2014) expõe verticalizações dos estudos variacionistas, considerando as chamadas *ondas*, as quais foram propostas pela linguista estadunidense Penélope Eckert.

Nas palavras do autor, os processos de variação se configuram num campo de batalha – o da linguagem em uso. Dessa maneira, os fenômenos linguísticos disputam maior frequência de uso em meio aos falares de uma comunidade, a qual marca seus falantes por meio de diferentes fatores extralinguísticos: *origem, faixa etária, sexo/gênero, ocupação profissional, status socioeconômico, nível de escolaridade, rede social*, etc. Para este último condicionador, entende-se que “[...] cada um de nós adota comportamentos muito semelhantes ao das pessoas com quem convivemos em nossa rede social” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 49).

Por essa perspectiva, todo e qualquer processo de variação se faz possível pelo compartilhamento de usos linguísticos, pois a fala, ainda que individual, tem sua manifestação na interação pela linguagem, em que os sujeitos compartilham ideias, valores, opiniões por meio da língua falada, havendo não apenas troca de conhecimentos, mas também linguísticas, onde “características da rede, são, portanto, um conjunto eficiente de variáveis para a predição e interpretação da variação linguística” (BORTONI-RICARDO, 2011 [1985], p. 100).

A interpretação dos fenômenos de variação e mudança linguísticas resultam da busca pelo ordenamento e sistematicidade de tais fenômenos no seio das comunidades de fala. Quando analisadas, as variantes linguísticas podem agrupar-se sob algumas nomenclaturas: *diatópica* (lugares diferentes), *diacrônica* (diferentes etapas da história), *diatrática* (diferentes classes e grupos sociais), *diamésica* (língua falada x língua escrita) e *diafásica* (pelo grau de monitoramento), conforme explica Bagno (2007). Esses agrupamentos são possíveis porque se reconhece que a heterogeneidade não é avulsa, ela possibilita a busca de um padrão, mas que não deve servir para efeitos de padronização, haja vista a reivindicação da Sociolinguística pela democratização de toda e qualquer variedade linguística como plena e funcional.

Para tanto, é importante entender que a variação se manifesta por meio dos aspectos gramaticais que compõem uma língua, entendendo que o conceito de gramática se estabelece na compreensão de que a língua é um multissistema, o qual se configura conforme *limites* estabelecidos no interior do sistema linguístico da língua a ser investigada. Nessa direção, o sistema é *multi* porque se constitui de diferentes níveis, os quais possibilitam diversas realizações, ofertando recursos expressivos que, de acordo com Bagno (2007), estão à disposição dos/as falantes. Portanto, o multissistema é composto por aspectos fonético-fonológicos, morfológicos, semânticos, sintáticos e lexicais, funcionando entre os eixos estilístico e pragmático da linguagem.

Nessa direção, é preciso compreender que a variação é inerente ao sistema linguístico, sendo possível estudá-la para além de sua manifestação linguística, podendo compreender seu valor social, uma vez que a linguagem tem função metalinguística, a qual oportuniza, por meio

da língua, que os/as outros/as falem dela em si. Esse dizer, que tem forte apoio popular, fundamenta-se em compêndios linguísticos que favorecem a *padronização*, a exemplo dos dicionários, acordos ortográficos, projetos de lei e gramáticas normativas.

De acordo com Milroy (2011 [2001], p. 51, grifos do autor), “[...] o processo de padronização opera promovendo a *invariância* ou a *uniformidade* na estrutura da língua”. Nesse sentido, a padronização é um processo que regula o uso dos recursos linguísticos disponíveis em uma língua, indicando aqueles que funcionam no campo da formalidade e, por exclusão à norma, aqueles que são do campo da coloquialidade/informalidade, sendo fator contribuinte para a construção de estigma e prestígio linguístico que não se limita às variantes, mas também engloba seus falantes. Afinal, como explica Milroy (2011), o prestígio que se atribui a um código linguístico também indexicaliza, por metonímia, a vida social dos/as falantes.

Os efeitos da padronização acarretam em estudos sobre atitude, uma vez que em toda comunidade há falantes mais ou menos conscientes, os quais têm mais conhecimento, mesmo que tácito, sobre o valor das formas de prestígio, agindo linguisticamente conforme forças dos padrões externos e tidos como de excelência, conforme aponta Labov (2008). Logo, tal comportamento acarreta em atitudes linguísticas, a respeito disso, Hora (2011) indica o seguinte:

[...] as atitudes linguísticas são dominadas por posições ideológicas de poder que são amplamente baseadas na existência suposta dessa forma padrão, e essas, tomadas juntas, constituem a ‘ideologia da língua padrão’. Os falantes, normalmente, não têm consciência de que eles estejam condicionados por essas posições ideológicas: eles, normalmente, acreditam que suas atitudes em relação à língua sejam de senso comum e assumem que, virtualmente, todos concordam com eles (HORA, 2011, p. 19).

A partir do exposto, evidencia-se a análise linguística não se limitando aos fenômenos no interior do sistema linguístico ou, simplesmente, pela influência social sobre os usos linguísticos. Então, faz-se importante observar, mapear e questionar a estrutura social quanto às posições positivas e/ou negativas em virtude da variação, sobre as quais se tem “[...] atitudes de rejeição ou de aceitação que não têm, necessariamente, influência sobre o modo de expressão dos falantes, mas que certamente têm influência sobre o modo com que percebem o discurso dos outros” (CALVET, 2002, p. 65).

Por isso que Cardoso (2015) afirma que os/as falantes ao mesmo tempo em que imaginam os fenômenos do mundo físico também imaginam os fenômenos do mundo linguístico. A partir dessas imaginações, os sujeitos têm atitudes, as quais, de modo geral, desempenham função determinante no comportamento, afetando julgamentos e percepções

sobre os/as outros/as, auxiliando na determinação dos grupos com os quais as pessoas se associam, as profissões que escolhem exercer, bem como as filosofias sob as quais vivem (LAMBERT; LAMBERT, 1972), o que está associado aos comportamentos linguísticos e à construção de redes sociais dos/as falantes em geral.

Para explicitar essas posições, há a pesquisa de Morais e Lima (2019), já mencionada, em que os/as informantes se posicionam frente a questões que envolvem avaliação de seu próprio falar, revelando posições ideológicas e crenças em relação à língua e suas variedades dialetais. Então, quando questionados sobre o que acham de sua forma de falar, os/as informantes colocam o seguinte:

1. Eu acho boa, acho que eu procuro... é sempre falar da forma correta e clara
2. Um pouco arrastada, mas ‘correta’
3. Pelo sotaque, um pouco arrastada, porém acredito que falo ‘correto’

Nos discursos apresentados, identifica-se uma associação dos seus falares ao campo do *falar correto*, isto é, conforme aquilo que é reconhecido como norma-padrão. Além disso, caracterizam seu falar como arrastado, mas com conotação negativa, como indica a autora, uma vez que utilizam de conjunções adversativas – *mas* e *porém* – numa espécie de compensação da característica que eles reconhecem como marcante de seus falares. Logo, por meio de julgamentos subjetivos os/as falantes demonstram uma avaliação negativa em relação à sua própria fala, conforme aponta Morais e Lima (2019).

Também se mostra interessante o estudo realizado por Silva (2016), com falantes paraibanos residentes em São Paulo, em que estudou questões de acomodação linguística e em uma das etapas de sua investigação o autor buscou constatar atitudes linguísticas diretas em relação ao falar paraibano no contexto sudestino. Para tanto, um dos questionamentos feitos aos/às seus/suas colaboradores/as foi o seguinte: você já precisou mudar a sua maneira de falar para ser aceito/a? Você gostaria de falar como as pessoas daqui? Sobre isso, destaca-se os trechos de duas respostas:

4. Eu não sei, nunca fui obrigado a mudar a maneira de falar, mas ainda acho linda a forma de falar daqui, acho suave e o sotaque não é tão ‘aperreado’ como o **de vocês de lá** (p. 90, grifo do autor);
5. Eu tentava mudar meu vocabulário, falava mais devagar, os ‘esses’ eu mudava os ‘chidados’ que eram mais necessários, o vocabulário que faz parte daqui [...] eu não gostaria de falar como as pessoas daqui, eu quero ser aceita e respeitada por ser paraibana (p. 87).

Em (4), o/a colaborador/a manifesta posições negativas em relação ao falar paraibano, inclusive distanciando-se do dialeto ao utilizar os dêiticos *vocês* e *de lá*; já em (5), a colaboradora demonstra que há pressões sociais que a levavam a mudar sua forma de falar.

Assim, as reflexões de Silva (2016) colaboram para o mapeamento das atitudes linguísticas em contexto interestadual, evidenciando o *poder da palavra* a partir das postulações de Bakhtin e Bourdieu, por exemplo.

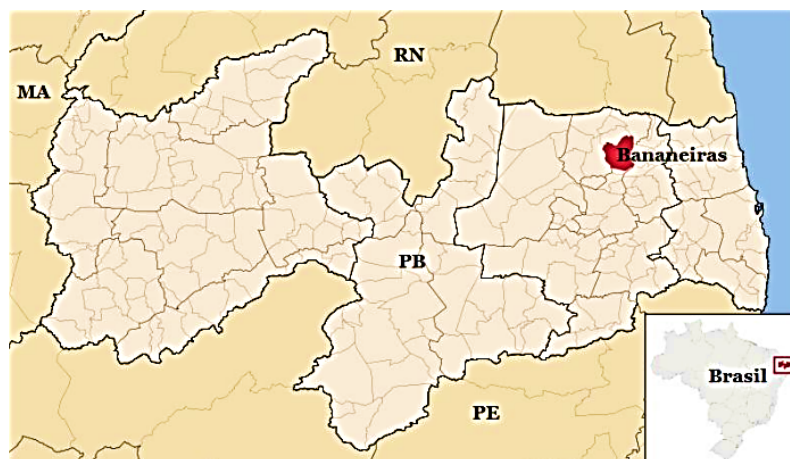
Exposto isso, entende-se como os aspectos variacionistas são mais do que as manifestações linguísticas, pois manifestam atitudes e corroboram crenças sobre a língua, questões que podem segregar, discriminar e excluir falantes, uma vez que a linguagem funciona como território de ação e interação em que a diversidade de óticas viabiliza múltiplas ações e significações.

Trajetos metodológico

O estudo que aqui se desenvolve tem característica panorâmica, uma vez que sua amostra não é extensa em número de informantes, haja vista a natureza mista que se produz. Nessa direção, este estudo é quantitativo de um lado, pois quantifica os dados obtidos por meio de questionário, empregando técnica de porcentagem; por outro lado é qualitativo, uma vez que o uso exclusivo do quantitativo é limitado. Então, para melhor envolvimento com os dados e interpretação da realidade, estabelece-se a necessidade de detalhamento de fatos específicos, bem como a interpretação de certas particularidades obtidas por meio de questões abertas, como expressa Oliveira (2016).

As atitudes linguísticas estudadas advêm de falantes de Bananeiras, município brasileiro situado no estado da Paraíba, localizado a 141 Km da capital João Pessoa e sua localização no planalto da Borborema lhe possibilita características do Agreste, Brejo e Semiárido, tendo clima peculiar e caracterizado como tropical chuvoso e de verão seco, apresentando relevo marcado por vales estreitos e profundos, como indica Sousa (2013). O mapa abaixo apresenta a localização do município nos limites do Estado:

Figura 1 – Município de Bananeiras-PB em mapa do estado da Paraíba



Fonte: Sousa, 2013, p. 66.

Além disso, o município apresenta diferentes divisões entre zonas urbanas e rurais, sendo composta pelos distritos Roma e Tabuleiro, por uma vila (Maia), a área da cidade se divide em Alta (Conjunto) e Baixa (Centro), e diversos sítios, apresentando uma população de, segundo o último censo, 21.850 habitantes (IBGE, 2010 *apud* SOUSA, 2013). Além dessas características, o autor aponta as seguintes:

Historicamente, Bananeiras foi colonizada por volta da segunda ou terceira década do século XVII, destacando-se as figuras de Domingos Vieria e Zacarias de Melo, oriundos de Mamanguape. Ganhara, uma sesmária, no ano de 1716, circunvizinhando uma lagoa, numa floresta densa, onde havia um bananal que produzia frutos muito pequenos, imprestáveis para o consumo, de que teria nascido o topônimo da cidade – Bananeiras (SOUSA, 2013, p. 67).

Expostas tais características, faz-se possível estabelecer o marco de Bananeiras dentro do estado da Paraíba, sendo um município centenário que baseia sua economia na atividade turística, tendo comerciantes de diferentes nichos como beneficiários desse ramo. Além disso, é marco cultural na região, onde diversos municípios, hoje emancipados, foram seus distritos, bem como destaca-se na atividade educacional, uma vez que diversos discentes, oriundos de cidades avizinhas, buscam pelos serviços escolares, tanto público quanto privado, ofertados no município.

Apresentadas as características do *locus* de estudo, faz-se importante a exposição do perfil dos/as informantes. Para tanto, considerou-se os seguintes traços: sexo/gênero, faixa etária, grau de escolarização, ocupação e localidade. Sobre tais características, o quadro a seguir:

Quadro 1 – Perfil dos/as informantes bananeirenses

Informante	Sexo/Gênero	Faixa Etária	Escolarização	Ocupação	Localidade
01	M	31-41	EM	Serviços G.	Urbana
02	F	26-33	ES	Servidora	Urbana
03	M	26-33	ES	Desempregado	Urbana
04	F	26-33	ES	Atendente	Urbana
05	M	34-41	ES	Servidor	Urbana
06	M	34-41	ES	Advogado	Urbana
07	F	26-33	EM	Estudante	Rural
08	F	23-33	ES	Professora	Rural
09	M	26-33	EM	Autônomo	Rural
10	F	50 +	ES	Professora	Urbana

Fonte: dados da pesquisa

Exposto o quadro, identifica-se a participação de 50% dos/as informantes de sexo/gênero⁶ feminino e 50% masculino; 60% com idade entre 26-33 anos, 30% entre 34-41 e 10% acima de 50 anos; acerca do grau de escolarização tem-se 70% de nível superior completo e 30% de nível médio completo; 70% residindo em zonas urbanas do município e 30% em zonas rurais, exercendo diferentes ocupações em suas comunidades.

Para a coleta desse perfil, utilizou-se de questionário *online*⁷ – disponível pela plataforma *Google* – que foi respondido por esses/as (10) informantes de modo remoto e sem seleção prévia, logo, no instante em que se alcançou o total de respondentes idêntico aos de Morais e Lima (2019), o questionário foi finalizado já estabelecendo os/as informantes desta pesquisa acerca de atitudes.

Assim, questionou-se sobre as atitudes dos/as informantes sobre seu próprio falar. Então, o questionário foi elaborado a partir das categorizações de Morais e Lima (2019), considerando que seja possível mensurar aproximações e distanciamentos dos dados coletados pela autora com os/as falantes de Patos-PB. Para a coleta de comentários, deixou-se em aberto espaços para a justificativa das respostas, sendo item opcional. Além disso, com Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) apresentado antes da referida coleta.

⁶ Haja vista as discussões que permeiam tal variável, apesar de aqui não ser controlada de forma categórica, a opção *outro* esteve presente no questionário a fim de mapear aqueles que não se enxergam nos padrões binários de sexo/gênero.

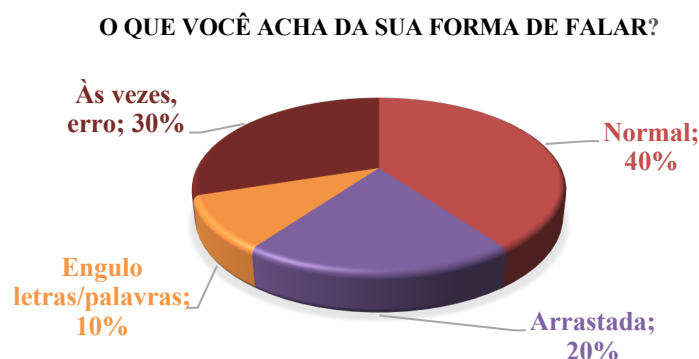
⁷ Por força da pandemia do novo coronavírus, tornou-se inviável realizar a pesquisa campo de modo presencial, a partir de entrevistas face a face e gravadas. De acordo com o Boletim Epidemiológico de 04 de agosto de 2021 do município em estudo, Bananeiras apresentava 25 casos ativos, tendo 1.610 casos confirmados e registrando 24 óbitos. Portanto, por questões de segurança pública, fez-se impossível a coleta presencial, sendo necessário reconfigurar o instrumento de coleta de dados para o questionário *online*.

Descrição e análise dos dados

Nesta seção, apresentam-se os dados coletados, e que foram organizados em blocos, como feito por Moraes e Lima (2019), mediante a proposta de Corbari (2013), considerando aspectos como sentimento, consciência, avaliação, reação e crenças frente a questões que dizem respeito ao falar/dialeto paraibano.

O bloco 1 – *Sentimento com relação à sua própria fala* – objetiva aferir o sentimento que os/as informantes têm em relação ao seu próprio falar. Para tanto, o gráfico abaixo esquematiza o seguinte:

Gráfico 01 – Avaliação positiva/negativa do próprio falar



Fonte: dados da pesquisa

A maioria dos/as informantes – 40% - afirmam achar normal a maneira como falam; próximo a isso, Moraes e Lima constatou 36% com falantes patoenses. Entretanto, diferente dos dados aqui expostos, 21% dos/as informantes da referida autora reconheciam seu falar como *correto*, mas no questionário disponibilizado tal opção não foi selecionada entre os/as informantes que compõem este estudo. Para exemplificar a posição de *normalidade*, tem-se o seguinte comentário⁸:

INF. 06: Não considero minha fala um primor de correção, mas procuro me expressar corretamente, mesmo utilizando regionalismos considero dentro da normalidade num país com tantos sotaques e expressões diferentes.

De acordo com o informante (06), sua fala não é, necessariamente, primorosa, mas ele diz que procura se “expressar corretamente”. Exposto isso, identifica-se uma postura concebida nos polos de *certo* e *errado*. Além disso, vale destacar o reconhecimento do

⁸ As respostas dos/as informantes estão expostas respeitando as particularidades de como foram cedidas, logo, desvios ortográficos serão identificados, haja vista a obtenção de dados por meio digital.

informante sobre regionalismos, sotaques e expressões que demarcam seu falar e os de outros brasileiros, estando, portanto, dentro da *tipicidade*.

Logo depois, 30% dos/as informantes indicaram que *às vezes, erram*, algo que se fundamenta na crença de *certo* e *errado*, bastante arraigada na mente dos/as falantes, compondo herança colonial baseada em prescritivismos, a exemplo das posturas abaixo:

INF. 01: falo rapido as vezes.ai erro

INF. 07: A gramática é complexa

INF. 09: O hábito da linguagem na pronuncia incorreta.

Nos dizeres do informante (01), os *erros*, *às vezes*, ocorrem por ele falar rápido – inclusive, negativamente, associa-se o “pitoresco” aos falares/dialetos nordestinos (BAGNO, 2015). Para a informante (07), a questão é a complexidade da gramática, mesmo não estabelecendo qual a gramática, sabe-se que é a gramática normativa (escolar), uma vez que suas regras, preceitos e ordenamentos são perpassados como recurso precioso e complexo beletrista. Por fim, o informante (09) indica sua pronúncia habitual como *incorreta*, auxiliando na manutenção das ideologias do padrão e colocando-se entre os/as falantes que pronunciam errado, não diferente.

Ademais, tem-se 20% caracterizando seu falar como “arrastado” e outros 10% assumindo que engolem letras/palavras, sendo comum associarem, de modo geral, seus modos de falar com *falar informalmente*, como se sua competência linguística fosse marcada para campos da coloquialidade e pouco produtiva em campos de maior monitoramento.

Na segunda pergunta do bloco, obteve-se o agrupamento de respostas, que indicam diretamente que 20% - assim como em Moraes e Lima – “gostam” de sua forma de falar. Entre os 30% que indicam características particulares, os/as informantes (03) com “*gírias próprias que viram rotineiras*” e (09) com “*gosto de falar a palavra oxê [...]*”, evidenciando seus modos de falar por meio de itens lexicais. Além disso, 40% evidenciam o “sotaque” como característica positiva em seus modos de falar, constata-se isso pelos seguintes comentários:

INF. 10: Gosto do meu sotaque, pois me identifica logo como nordestina

INF. 02: Gosto do meu sotaque e da forma como falo [...].

INF. 06: Tenho orgulho de meu sotaque.

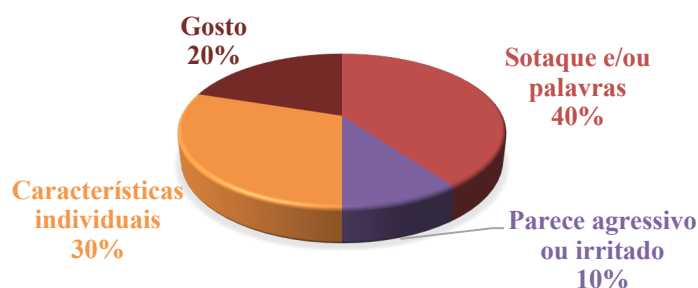
As posições acima revelam uma atitude positiva para com seu sotaque, sendo um marcador sobre o qual (06) diz ter “orgulho” e (10) porque, rapidamente, identifica sua “origem geográfica”. Entretanto, vale a ressalva de (02): “[...] mesmo sendo um pouco

fanha”, algo que, comumente, é sequela de má-formação do palato, sendo importante conscientizar os/as falantes sobre o que é fruto da variação linguística e o que é resultado de distúrbio fonológico.

De modo negativo, 10% diz considerar seu modo de falar “aparentemente agressivo ou irritado”, dizendo que “*falo alto é de família*”, expressa (01), evidenciando uma atitude negativa com amparo em “falar alto” e argumenta “ser algo de família”. Assim, pode-se identificar uma crença negativa sobre o modo de falar não só seu, mas de seus familiares mais próximos e que compõem sua rede social de tessitura miúda (BORTONI-RICARDO, 2011). Exposto isso, o gráfico abaixo segmenta e quantifica as respostas:

Gráfico 02 – Avaliação sobre gostar/não gostar do próprio falar

HÁ ALGO ESPECÍFICO DE QUE VOCÊ GOSTA/NÃO GOSTA NA SUA FORMA DE FALAR?



Fonte: dados da pesquisa

No bloco 2 – *Consciência sobre aspectos de seu grupo linguístico* – tem-se a pretensão de aferir o sentimento de pertença dos/as informantes ao dialeto paraibano, considerando suas impressões sobre sotaque. No estudo conduzido por Moraes e Lima (2019, p. 86, grifos da autora), “todos os informantes que responderam positivamente, afirmaram possuir o sotaque *nordestino/paraibano*”. Entre as opções apresentadas neste estudo, 70% indicam “gostar do sotaque”, 10% consideram como “aspecto cultural”, outros 10% determinam o desejo de “amenizar” e 10% consideram engraçado. Dito isso, o gráfico a seguir expõe o conjunto de respostas:

Gráfico 03 – Avaliação do próprio sotaque



Fonte: dados da pesquisa

Mediante as opções escolhidas pelos/as informantes, também lhes foi solicitado que justificassem a resposta e, dos comentários, destacam-se estes:

INF. 05: Pq falam que entonação da fala se torna característicos para as várias história que eu conto e enaltece apresentações de palestras e seminários.

INF. 06: O sotaque me possibilita um sentimento de pertencimento, identificação com minha região geográfica e com as pessoas que a ocupam.

INF. 08: Eu gosto do meu sotaque. Porque pertence a minha cultura, a cultura da região em que eu vivo, não mudaria nada

Identifica-se em (05) uma postura positiva, mas passível de reflexão quando ele indica que *falam*, ou seja, sujeitos indeterminados que valoram o que ele discursa e argumentam que é algo que caracteriza o modo como esse informante conta histórias, o que pode ser visto como uma espécie de *exotização* a depender de quem sejam aqueles que *falam*. Afinal, podem alimentar estereótipos em relação ao marcador origem, inclusive porque esse informante avaliou seu sotaque como *engraçado*. Já (06) e (08) argumentam no campo do pertencimento, considerando o sotaque como marca identitária e cultural.

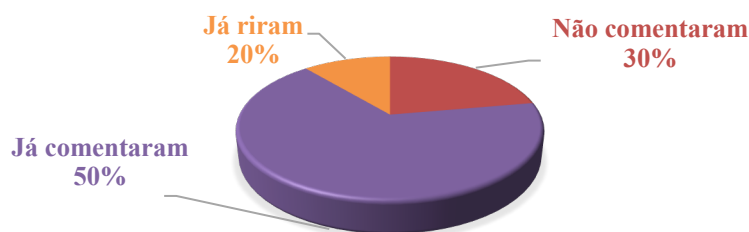
Por fim, aquele que diz ter preferência por amenizar seu sotaque, justifica com “pra não chama a atenção”, revelando postura negativa, algo que pode influenciar em sua autoestima linguística e social, causando mal-estar em falas públicas, impossibilitando seu acesso a espaços de diferentes letramentos, por ocasião de achar seu sotaque chamativo, especialmente se houver a presença daqueles que sejam distantes de seus marcadores sociais, principalmente de origem.

O bloco 3 – *Descrição e avaliação feita pelo interlocutor* –, de acordo com Moraes e Lima (2019, p. 88), “[...] o preconceito em relação ao falar nordestino está mais associado a questões de diferenças sociais do que, necessariamente, a variedade linguística em si”. Nesse cenário, é possível mapear a percepção que os/as falantes têm em relação às atitudes de outros/as falantes. Assim, pode-se questionar aos/às informantes se alguém já criticou, elogiou,

riu ou comentou algo a respeito de sua forma de falar. Sobre isso, o gráfico abaixo estabelece o seguinte:

Gráfico 04 – Atitudes negativas do interlocutor

ALGUÉM JÁ CRITICOU, ELOGIOU, RIU OU COMENTOU A RESPEITO DA SUA FORMA DE FALAR?



Fonte: dados da pesquisa

Conforme o gráfico, 30% diz não ter havido comentários sobre sua forma de falar. Os demais, indicaram já terem sido alvo de risos (20%) e 50% já foram alvo de algum comentário, nesse sentido, destacam-se os relatos que indicam carga de negatividade:

INF. 02: Parentes e amigos sudestinos já riram de como eu falo, bem como das expressões que usamos aqui e são pouco conhecidas deles [...] eles também tem sotaque por mais que acreditem que sua forma de falar é a correta e a geral/dominante [...]

INF. 04: Quando falamos algo que é característico da nossa região em algum lugar diferente as pessoas olham e comentam as vezes de firma negativa

INF. 07: Já fui elogiada, como também já passei por situações constrangedoras na cidade de São Paulo, onde debocharam da minha maneira de falar

INF. 10: Em outras regiões do Brasil, principalmente no sul e sudeste já riram do meu sotaque [...]

Os relatos consideram aspectos que remetem a questões diatópicas: origem, dialeto, região geográfica. Em (02), a informante ressalta ter sido alvo de risos por usos lexicais e reconhece a dominância que existe por parte daqueles que se localizam em regiões que centralizam maior poder socioeconômico e (04) reitera uma percepção negativa por parte de outros/as falantes. A informante (07) indica que já foi elogiada, mas também já foi alvo de “deboche” o que lhe fez passar por situações constrangedoras e (10) também aponta ter sido alvo de discriminação por seu sotaque.

O informante (06) aponta algo interessante: “[...] poderia citar várias vezes em que o sotaque foi citado com atenção especial e surpresa, pela capacidade de argumentação, como se a possibilidade de formular e expressar ideias estivesse vinculada ao local de nascimento ou ao sotaque”. Essa posição demonstra uma consciência em relação ao modo de falar e à origem

serem marcadores sociais que influenciam em crenças e atitudes a respeito da capacidade de argumentação, por exemplo. Logo, aqueles que tenham essa postura, revelam como o poder faz outros/as falantes julgarem o lugar do outro, desconsiderando as formas de falar de menor prestígio como uma possibilidade linguística para a comunicação interpessoal, conforme indica Silva (2016).

O bloco 4 – *Tendências de reação do informante* – considera a adaptação do/a falante ao seu entorno comunicativo, considerando “sim” e “não”, registrando, assim como em Moraes e Lima, 50% para cada item. Exposto isso, têm-se as seguintes justificativas:

INF. 03: Entre um grupo de pessoas com padrão linguístico mais formal

INF. 05: Já mudei pra adaptar as circunstâncias mais formais.

Para (03), há a necessidade de adequação entre os contextos que considera *formais* e *informais*, algo também perceptível em (05) ao considerar essas mesmas circunstâncias. Esses discursos associam-se aos ideais de padronização, considerando que contextos tidos como formais requerem usos tidos como padrão, isso oportuniza refletir sobre estilos mais ou menos monitorados (BORTONI-RICARDO, 2004).

Ademais, informante (08) apresenta em sua justificativa o seguinte: “dependendo da situação [...]”, algo oportuno para questões de acomodação dialetal, também possibilitando pensar como o comportamento linguístico dá-se consciente e/ou inconscientemente e quais os efeitos dessa questão.

Tem-se o bloco 5 – *Pensamentos e crenças sobre preconceito linguístico* – e do mesmo modo que informantes de Moraes e Lima, 90% dos/as informantes bananeirenses indicaram que as pessoas são julgadas pela forma que falam. Já o informante que assinalou “não” justificou com: “pq ninguém tem culpa na forma de falar”, mas é um informante que tem demonstrado insegurança e baixa autoestima linguística, tal justificativa revela ingenuidade e desconhecimento acerca do poder da linguagem, o que corrobora a necessidade de um ensino de língua(s) que oportunize maior reflexão sobre a linguagem, uma vez que a escola é a principal e maior agência de letramento em nossa sociedade. A seguir, alguns comentários acerca dessa questão:

INF. 04: Quando se fala errado ou com palavras diferentes do ambiente em que está as pessoas crítica de forma negativa

INF. 06: [...] atribuindo-se negatividade ao que caracteriza as pessoas de locais com menor índice de desenvolvimento, sendo a fala um elemento de identificação óbvia e natural, ela é usada em pré-julgamentos

INF. 08: Principalmente pessoas de baixa escolaridade que não tiveram e nem tem oportunidade de uma boa formação passam e passarão por esse

preconceito linguístico, porque o modo de falar automaticamente para alguns está ligado a ser inteligente ou não

Para (04), tem-se o julgamento como resultado de não falar conforme os compêndios que determinem o que é correto, seja pela pronúncia, seja pelos itens lexicais, reconhecendo que isso aponta para valoração negativa em relação ao modo que as pessoas falam. O informante (06) indica que a fala é algo pré-julgado, considerando o marcador socioeconômico como característico daqueles que sofrem avaliação negativa,

A posição supracitada não está distante de (08) ao enfatizar a variável “grau de escolarização” – que está intimamente ligada ao status socioeconômico, uma vez que o Brasil tem uma distribuição de renda bastante desigual – destacando que os de nível de escolaridade baixo serão oprimidos e alvos de discriminação pela linguagem, inclusive por ter aqueles que estabelecem o modo de falar como característica dos inteligentes. Por assim dizer, avalia-se mais o *design* dos falares do que seu conteúdo.

Nesse sentido, observa-se, como Morais e Lima, um julgamento dos falares a partir de uma avaliação da classe social dos/as falantes. Adiante, questionou-se aos/às informantes se já foram julgados/as por seu modo de falar e nesse quesito distancia-se de Morais e Lima, que 80% disse *não*, e os/as bananeirenses dividiram-se igualmente em 50% entre *sim* e *não*. Os que indicaram *não* naturaliza(ra)m violências com e pela linguagem, como se vê abaixo:

INF. 05: Nunca fui rebaixado por isso, apenas fui motivo de risos saudáveis pelos que estavam a minha volta.

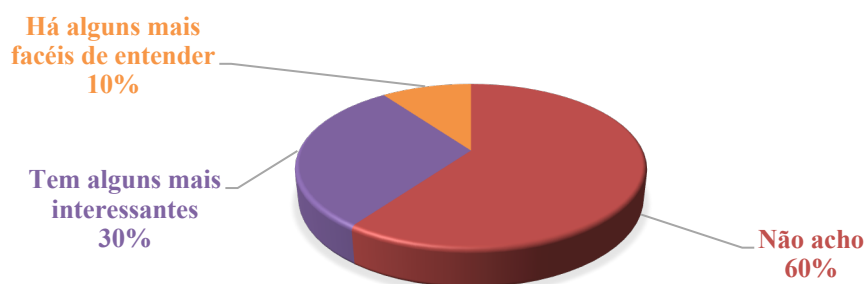
INF. 07: A convivência me fez mudar naturalmente.

A partir do exposto, tem-se em (05) uma postura interessante, uma vez que indica já ter sido motivo de risos, mas um riso que ele adjetiva como “saudável”. Assim, entende-se uma postura que não enxerga como as ações com e pela linguagem, conforme Silva (2016), enraízam-se nos aparelhos ideológicos como forma de repressão social, bem como (07), ao dizer que mudou naturalmente, desconhecendo como tal atitude também é resultado de coerção social. Assim, identifica-se posturas inconscientes em relação às violências que se dão pela linguagem, algo naturalizado em nossa sociedade.

Por fim, o bloco 6 – *Consciência e avaliação da diversidade linguística* – destina-se à avaliação que os/as informantes fazem a respeito da diversidade linguística e em relação a outros dialetos brasileiros. Para tanto, questiona-se se acham alguns dialetos/falares mais bonitos, melhores ou mais fáceis, e os dados compõem o gráfico abaixo:

Gráfico 5 – Avaliação dialetal

VOCÊ ACHA ALGUNS DIALETOS/FALARES MAIS BONITOS, MELHORES OU MAIS FÁCEIS DE ENTENDER?



Fonte: dados da pesquisa

Conforme o gráfico acima, 60% dos/as respondentes não hierarquizam dialetos, atribuindo-lhes um mesmo status; já 30% diz ter alguns que são mais interessantes e 10% indica que há alguns mais fáceis de entender. Diferentemente de Morais e Lima, em que 30% dos/as informantes patoenses consideram que há dialetos “mais bonitos”, os/as informantes bananeirenses não indicaram esse status estético. Contudo, é possível pensar sobre a concepção de “interessante” que habita na crença desses informantes bananeirenses, uma vez que algo interessante se faz por ter algo que chame atenção, o que não necessariamente é avaliado como “feio” ou “ruim”, essa postura requereria maior questionamento do pesquisador.

Entre os/as bananeirenses que responderam ao questionário, 70% indica que o dialeto paraibano é fácil de entender e 30% diz que não. Aqueles que indicam “sim”, favorecem a percepção dos/as patoenses, pois consideram que se trata de seu próprio falar. Aqueles que optaram por “não” justificam o seguinte:

INF. 03: Temos expressões linguísticas próprias e isso difere MT de outras regiões, o que causa uma certa confusão em algumas palavras usadas

INF. 04: Porque é usada palavras que precisa de interpretação para entender o que quer falar

INF. 08: Em particular para o nordeste, nós todos compreendemos creio eu o dialeto falado nesta região, mas em particular para o Brasil eles não compreendem muitas vezes o que a gente fala, e também a gírias que nós usamos aqui são gírias diferentes.

De acordo com os/as informantes, há traços lexicais que podem dificultar a comunicação: expressões linguísticas, palavras, gírias. Esses são os recursos linguísticos que utilizam para remeter à variedade local, e tal variedade necessita ser compreendida e interpretada pelos/as interlocutores/as.

Considerações finais

A partir dessas análises, observa-se que cerca de 80% dos/as bananeirenses ressaltaram mais aspectos positivos quanto às especificidades de sua fala, opondo-se aos/às informantes de Patos (MORAIS E LIMA, 2019). Entretanto, ressalta-se que nenhum dos/as informantes reconheceu seu falar como *correto*, o que indica o efeito da padronização presente na mente dos/as falantes, não lhes permitindo que assegurem seu modo de falar como correto, havendo sempre um *mas* que lhes faça argumentar questões de sotaque, léxico, etc.

Esse maior otimismo (ALVES, 1979) pode resultar de duas questões: 1) por força metodológica, uma vez que o estudo utilizou de questionário *online*, impossibilitando interação face a face que favorece ao pesquisador a constatação de questões prosódicas, menor assertividade nas respostas, hesitações, etc., o que deixa em aberto uma possibilidade de sancionar respostas, ainda que tenham anonimato assegurado e 2) por força social, pois Bananeiras é um lugar interiorano que vem ganhando destaque no ramo turístico, evidenciando suas atividades culturais e econômicas, algo que pode favorecer aos/às informantes sentimento de maior pertença e avaliação positiva de si e sua comunidade linguística.

Isso posto, sugere-se que um novo estudo possa ser feito, considerando o uso da entrevista face a face, para mapear as atitudes de outros/as informantes, a fim de comparar e alastrar os dados. Desse modo, deixa-se em aberto a possibilidade de novo estudo e a sugestão para colegas pesquisadores interessados no fenômeno das atitudes.

Por fim, este estudo foi enviado para professores de Língua Portuguesa do município de Bananeiras, mediante contato com a Secretária de Educação, para contribuir com aparatos linguísticos e discursivos no que tange às atitudes linguísticas que possam favorecer o fazer docente dos/as profissionais de linguagem das escolas municipais. A intervenção desta discussão no contexto da educação básica oportuniza a reflexão sobre a linguagem, o empoderamento linguístico dos alunos e combate ao preconceito linguístico, objetivos legítimos e presentes em diferentes documentos oficiais de ensino.

Referências

ALVES, M. I. P. M. **Atitudes linguísticas de nordestinos em São Paulo**: abordagem prévia. 1979. 226 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1979.

BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BAGNO, M. **Preconceito Linguístico**. 56. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Do campo para a cidade**: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais. Tradução de Stella M. Bortoni-Ricardo e Maria do Rosário R. Caxangá. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

CALVET, L. J. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

CARDOSO, D. P. **Atitudes Linguísticas e Avaliações Subjetivas de Alguns dialetos Brasileiros**. São Paulo: Blucher, 2015.

CORBARI, C. C. **Atitudes Linguísticas**: um estudo nas localidades paranaenses de Irati e Santo Antônio do Sudoeste. 2013. 259 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

HORA, D. Variação dialetal e atitude. In: HORA, D. da; NEGRÃO, E. V. (org.). **Estudos da Linguagem**: casamento entre temas e perspectivas. João Pessoa: Ideia, 2011. p. 15-36.

LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta P. Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LAMBERT, W. W; LAMBERT, W. E. **Psicologia Social**. 3. ed. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MILROY, J. Ideologias linguísticas e as consequências da padronização. Tradução de Marcos Bagno. In: LAGARES, X. Carlos; BAGNO, Marcos (org.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 49-88.

MORAIS E LIMA, P. E. Atitudes linguísticas de falantes do sertão paraibano em relação ao seu próprio falar. In: ATAÍDE, Cleber (org.). **Estudos linguísticos e literários**. São Paulo: Pá de Palavra, 2019. p. 83-94.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

SILVA, M. R. **Contato linguístico**: atitudes do falar paraibano em São Paulo. 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

SOUSA, J. A. X. de. **Saberes e experiências no ensino de história na Universidade do Tabuleiro – UNITAB**: um estudo no município de Bananeiras-PB. 2013. 296 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

TARALLO, F. A **Pesquisa Sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1986.

VELOSO, R. As três ondas da Sociolinguística e um estudo em comunidades de práticas. In: **XVII Congresso Internacional Asociación de Lingüística y Filología de América Latina**. João Pessoa: Ideia, 2014. p. 1740-1749.

Sobre os autores

André Luiz Souza-Silva (Orcid ID <http://orcid.org/0000-0002-3560-9129>)

Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING/UFPB/CAPES). Graduado em Letras (Língua Portuguesa) pela Universidade Estadual da Paraíba e com formação *latu sensu* em Ensino de Língua e Literaturas na Educação Básica pela mesma instituição. Tem Mestrado em Linguística (UFPB), com área de concentração em Teoria e Análise Linguística. Seus temas de pesquisa são Diversidade Linguística, Tabus Linguísticos, Ensino de Língua Materna, isso com base na Sociolinguística e suas Interfaces.

Rubens Marques de Lucena (Orcid ID <https://orcid.org/0000-0003-0799-299X>)

Professor Associado da Universidade Federal da Paraíba, onde atua no Departamento de Letras Estrangeiras Modernas (DLEM) e no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING). Graduado em Direito e em Letras (Português e Inglês) pela Universidade Federal da Paraíba. Possui Mestrado em Letras (UFPB) e Doutorado em Linguística (UFPB), com área de concentração em Teoria e Análise Linguística. Atualmente suas áreas de interesse em pesquisa são Sociolinguística e Estudos de Contato Linguístico.

Recebido em maio de 2022.

Aprovado em setembro de 2022.

O tratamento que a escola dá à variedade linguística do aluno do ensino fundamental de uma escola da zona rural, do município de Imperatriz-MA

The treatment that the school gives to the linguistic variety of the elementary school student in a rural school, Imperatriz-MA

Ana Carolina Freitas de Farias¹
Maria da Guia Taveiro Silva²

Resumo: Este estudo busca investigar como a variedade linguística de alunos de escolas rurais, localizadas no município de Imperatriz/MA, é tratada pelo professor do Ensino Fundamental, especificamente oitavo e nono anos, da rede pública de ensino. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa em uma escola da zona rural. Os principais recursos de investigação deram-se por observação, entrevistas e análise documental (de textos dos alunos). Os pressupostos teóricos que serviram de subsídio partiram dos estudos de Bagno (1999), Bortoni-Ricardo (2004; 2005), Coelho *et al.* (2018), Marinho (2008), entre outros. Os resultados evidenciam pequenas mudanças no cenário da Educação do Campo, especialmente no que se refere ao ensino de Língua Portuguesa, pois a língua assume perspectivas voltadas ao aspecto social e concepções sobre falar *errado* ou *certo* são substituídas pela noção linguística de adequação e inadequação. No entanto, ainda existem questões que merecem ser repensadas na prática pedagógica, entre elas: a forma de os professores lidar com a variação linguística em sala de aula. Observa-se que as intervenções são em geral limitadas, pois os professores se sentem inseguros quanto ao momento de intervir, especialmente em eventos de oralidade. Por fim, o presente estudo pretende contribuir para a promoção de um ensino mais consciente e democrático, especialmente em escolas rurais.

Palavras-chave: escrita; educação do campo; ensino fundamental; variedade linguística.

Abstract: This study seeks to investigate how the linguistic variety of students from rural schools, from rural schools, is treated by the elementary school teacher, from the public school system. Therefore, a qualitative research was carried out in a school in the rural area, in the city of Imperatriz - MA, specifically in the Estrada do Arroz pole. The main research resources were observations, interviews and document analysis (students' texts). The reasoning was sought in theorists such as Bagno (1999), Bortoni-Ricardo (2004; 2005), Coelho *et al.* (2018), Marinho (2008), among others. The results show small changes in the rural education scenario, especially with regard to the teaching of Portuguese Language, in which the language takes on socially-oriented perspectives and situations such as saying *wrong* or *right* are replaced by the linguistic notion of adequacy. and inadequacy. However, there are still issues that deserve to be rethought in pedagogical practice, among them: the teachers' behavior when dealing with linguistic variation in the classroom. It is observed that interventions are generally limited, as teachers feel insecure about the moment to intervene, especially in oral events. Finally, the present study aims to contribute to the promotion of a more conscious and democratic teaching.

¹ Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Letras, Imperatriz, MA, Brasil. Endereço eletrônico: ana.farias@uemasul.edu.br.

² Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Letras, Imperatriz, MA, Brasil. Endereço eletrônico: maria.silva@uemasul.edu.br.

Keywords: writing; rural education; elementary school; linguistic variety.

Introdução

Esta pesquisa é resultado do projeto de iniciação científica realizado entre os anos de 2017 e 2019. Este artigo trata-se especificamente da unidade pertencente à rede pública municipal de ensino, que fica localizada no povoado Olho D'Água dos Martins, no município de Imperatriz-MA.

A história do Brasil é permeada por um processo contínuo de exclusão, no qual predomina a ideologia de superioridade da elite sobre os demais cidadãos e tal fato é tido como *natural*. A escola, em parte, tem responsabilidade na manutenção das desigualdades, a exemplo do que acontece com os alunos do campo: a eles pouco valor é dado, são estigmatizados, pois, muitas vezes, sua capacidade de aprender é subestimada e o que sabem é visto como algo que precisa ser *consertado*.

A educação do campo, nos âmbitos histórico e político, muitas vezes não recebeu a atenção e o investimento apropriado das autoridades governamentais, haja vista que a imagem do homem do campo está fortemente atrelada à falta de instrução, ao atraso e à improdutividade. Sua relevância é associada ao trabalho braçal, sendo dispensável custear uma educação de qualidade e até mesmo espaço físico para a prática do ensino (MARINHO, 2008).

Nesta perspectiva, este trabalho defende a Educação no campo, estabelecida pelo Decreto 7352/2010, que define a escola no campo como aquela situada em área rural, conforme estabelecida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda, predominantemente, a população do campo (BRASIL, 2010). Além disso, em forma de resistência de um povo, de um lugar e de uma língua, defende-se a Educação do campo, que reafirma o campo como um território de relações sociais, de cultura, de diálogo entre os saberes pedagógicos e os saberes dos camponeses. Portanto, “[...] trata de construir uma educação *do* povo do campo e não apenas *com* ele, nem muito menos *para* ele” (CALDART, p. 18, 2004a, grifos do autor).

Para a educação do campo, muitos são os problemas a serem enfrentados, dado que ao longo do território nacional se pode encontrar, ainda, turmas multisseriadas, com clara falta de investimento em formação e, conseqüentemente, com profissionais despreparados para lidar com a diversidade. Logo, há o esquecimento de um povo, de um local e de uma língua.

Uma vez que é estabelecida uma visão de supremacia do urbano sobre o rural, o homem do campo cria uma enganosa miragem da cidade como o espaço ideal para residir, trabalhar, estudar e, o que é ainda mais comum, aceita a legitimação da fala do sujeito do meio urbano

em detrimento da sua maneira de falar. Nesse viés, é estabelecida a ideia de hegemonia, na qual somente uma parcela da população é valorizada.

Esse cenário aponta para o processo de transplantação da educação urbana para o campo, na/no qual são organizados e construídos modelos de ensino que fortalecem e justificam a crença de uma língua uniforme, tendo a norma culta³ como a principal referência para o *falar bem*. Desse modo, o aluno que deveria ser o protagonista do processo de educação é esquecido. Sendo considerado, portanto, um mero receptor de informações, que em nada contribui para a sua formação linguística ou social.

Nota-se que a variedade linguística, especialmente no Brasil, não é somente um fator linguístico. A estratificação social está diretamente ligada às variedades linguísticas, como ocorre na diferenciação das variedades rurais e urbanas. Aqueles que fazem o uso da primeira são julgados incultos não somente pelos falantes da segunda variedade, mas, também, por si mesmos (BAGNO, 2003; BORTONI-RICARDO, 2004).

Nesse contexto, a Sociolinguística possibilita, entre outros objetivos, o compromisso de desenvolver, junto ao professor da educação básica, recursos para um ensino de língua consciente e inclusivo. O principal objetivo é que o discente consiga desenvolver plenamente suas competências linguísticas e possa interagir em diversos contextos (BORTONI-RICARDO, 2004; COELHO *et al.* 2018). Consequentemente, o aluno não se sente preso a um único modelo de língua; pelo contrário, deve entender que existem diferentes formas de falar e isso não impossibilita a interação comunicativa.

Face ao exposto, o presente estudo se orienta pelos princípios da Sociolinguística Educacional, na busca de um ensino que respeite a individualidade e a diversidade de falares. Entende-se que o principal papel da escola nesse processo é oferecer apoio ao aluno, possibilitando a ampliação de suas competências sociocomunicativas. Nesse caso, serão utilizados, sobretudo, os estudos de Bagno (1999), Bortoni-Ricardo (2004; 2005), Marinho (2008) e Coelho *et al.* (2018).

Portanto, este estudo buscou investigar como a variedade linguística de alunos de escolas rurais é tratada pelo professor do Ensino Fundamental. Pretende-se refletir sobre o processo de ensino-aprendizagem, visando contribuir com a prática pedagógica do professor de língua natural. Assim, intenta-se construir caminhos que possibilitem ao aluno entender o português como uma ferramenta de libertação. Além disso, busca-se despertar um olhar crítico para como a variedade linguística da zona rural é tratada no ambiente escolar.

³ Entende-se por norma culta, de acordo com Faraco (2008), o valor social positivo a um conjunto de fenômenos linguísticos, que ocorre habitualmente nos usos linguísticos dos falantes letrados em contextos mais monitorados.

Este artigo apresenta a seguinte estrutura: (i) A Sociolinguística e a prática do ensino; (ii) Educação do Campo: reconstrução histórica e perspectivas atuais; (iii) Caminhos metodológicos; (iv) Análise e discussão dos dados; (v) Considerações finais.

A Sociolinguística e a prática do ensino

Não raro se ouve de algumas pessoas, ao serem perguntadas se desejam aprender um novo idioma, responderem que não, justificando em seguida que *mal falam* o português. Assim, cabe questionar: o que seria falar bem ou mal uma língua? Existe uma forma correta? E o que motiva o falante a pensar dessa forma? A resposta para essas perguntas está correlacionada ao ideal de língua, buscado por aqueles que acreditam que qualquer variedade/uso fora das normas gramaticais prescritivas está incorreta/incorreto e não deve ser usada/usado.

Mesmo que a maioria dos falantes, no Brasil, use a língua portuguesa para se comunicar, o feito não é, necessariamente, uma garantia de que todos falem da mesma maneira. No entanto, essa é uma conjuntura que ganhou força, criando o mito de que existe uma forma correta de falar, prescrita pela gramática normativa. Dessa maneira, os indivíduos que não fazem uso da variedade privilegiada são estigmatizados, ridicularizados e excluídos (BAGNO, 1999).

A escola tem grande responsabilidade na formação linguística dos indivíduos. Nessa perspectiva, é indispensável a adoção de metodologias que não ignorem a língua natural dos alunos, que seja inclusiva e democrática, afinal,

[...] a escola costuma ser um dos primeiros lugares em que a criança experimenta, de modo sistemático, relações sociais mais amplas das que vive na família, e de uma intencionalidade política e pedagógica nessa dimensão pode depender muitos dos traços de seu caráter, muitos dos valores que assume na sua vida (CALDART, 2004b, p. 39).

Essa perspectiva não significa que a escola terá que renunciar o ensino formal da língua, o problema se configura ao se acreditar e fazer com que os educandos acreditem na ideia fantasiosa de que a língua pode ser mantida de forma intacta, presa em um ideal de perfeição, desconsiderando as variações e fazendo aflorar o preconceito linguístico. Como ratificam Coelho *et al.* (2018, p. 141), “[...] é sempre importante lembrar que usar apenas uma variedade culta nas situações comunicativas que requerem diferentes estilos é tão inadequado (ou disfuncional) quanto usar apenas o vernáculo (tenha ele forma estigmatizadas ou não)”.

Conforme Bortoni-Ricardo (2004, p. 58), “[...] a escola é, por excelência, o *locus* – o espaço – em que os educandos vão adquirir, de forma sistemática, recursos comunicativos que lhes permitam desempenhar-se competentemente em práticas sociais especializadas”. A tendência dos alunos de zona rural é sair do campo, principalmente quando chegam ao Ensino

Médio, e o papel da escola, então, é viabilizar a aprendizagem da língua, de forma que se consiga prover os recursos comunicativos necessários, de forma que o aluno se sinta à vontade para falar e capacitado para usar, de maneira adequada, as variedades que a língua dispõe nos variados contextos sociais.

Pode-se mencionar, de forma ilustrativa, que, quando uma pessoa decide aprender um novo idioma, não significa que ela deixará de falar sua língua materna; pelo contrário, haverá a ampliação de suas competências linguísticas. Desse modo, quando uma criança ingressa na escola, o objetivo não deve ser que ela deixe de usar a língua que a identifica, a aprendida em sua comunidade de fala, mas, como defende Bortoni-Ricardo (2005, p. 15), “[...] os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de falar”.

Nessa concepção, o componente curricular Língua Portuguesa, na escola, afirma Cyranka (2016), necessita da adoção de uma *pedagogia da variação linguística*, com a necessária *substituição* da pressão normativa do certo *versus* errado, pela concepção de adequação, bem como a *promoção* de suporte teórico/de práticas para a identificação de diferenças dialetais.

Assim, para sentir a importância da própria língua/variedade, é oportuno proporcionar ao aluno a experiência de estudar/pesquisar a língua a partir de dados reais, para analisar e discutir os fenômenos presentes no português. Dessa maneira, “[...] o conteúdo escolar será sempre um instrumento de compreensão da realidade em que aluno e professor estão inseridos” (GASPARIN, 2002, p. 37-38).

Ademais, a Sociolinguística pode corroborar para o fim de uma prática pedagógica unilateral que desvaloriza a variedade linguística de seus alunos e reduz a língua à questão de errado e certo. Como postula Perini (2016, p. 35), “[...] ‘certo’ é aquilo que ocorre na língua” (grifo do autor). Logo, a escola que promove a reflexão sociolinguística pode contribuir para que os alunos tomem consciência da variação e das razões de ela existir.

Estudos voltados para a contemplação da variação linguística constituem-se em um importante instrumento de combate à crença da homogeneidade da língua, assumindo uma postura antipreconceituosa em relação às variáveis. Em vista disso, a Sociolinguística Educacional objetiva desenvolver um ensino mais democrático e, conseqüentemente, respeitoso, por não esconder que a língua é multifacetada.

Educação do Campo: reconstrução histórica e perspectivas atuais

A educação brasileira emerge de um contexto social excludente, em que interesses externos sobrepuseram-se aos interesses do processo de ensino-aprendizagem, tal como os programas governamentais que contemplam a Educação do Campo que, em teoria, deveria

oferecer subsídio a um ensino capaz de despertar uma consciência crítica e inclusiva nos educandos, vencendo, por fim, as desigualdades presentes entre o campo e a cidade. Contudo, o fim principal de tais programas acha-se em garantir trabalhadores especializados para suprir as pretensões do agronegócio (MARINHO, 2008).

Em vista disso, uma das heranças deixadas pelo período colonial, no Brasil, deu-se pela concentração de investimentos destinados à educação dos centros urbanos, privilegiando os que faziam parte da classe dominante. Como resultado, desenvolveu-se uma população rural majoritariamente de pessoas analfabetas, desenvolvendo, assim, a imagem de que o homem do campo não necessitava de educação, em virtude de

[...] a atividade econômica do país era braçal e não requeria uma mão-de-obra especializada, pois para trabalhar no campo, extrair minério, ou cuidar do gado, o homem não precisa saber ler e nem escrever, para os senhores, melhor não saber mesmo, é mais fácil a manipulação (MARINHO, 2008, p. 27).

Nesse sentido, as dificuldades presentes no cenário educacional brasileiro se sucedem, em parte, por descaso do poder público pela realidade do corpo social que os alunos estão inseridos. O fato é que a educação na zona rural brasileira tende a assumir um caráter subalterno, no qual o sujeito do campo é validado, de forma geral, quando surge a necessidade de qualificação de mão de obra, em especial para o agronegócio. Desse modo, são renegados a planos inferiores, culminando em desigualdade e pobreza (MARINHO, 2008).

As dificuldades para alunos de zona rural estão além da sala de aula, sendo, muitas das vezes, negligenciadas pelo poder público, que deixam esses grupos à margem, para enfrentar os seguintes desafios, dentre outros: infraestrutura precária, salas multisseriadas e falta de transporte para o seu deslocamento. Dessa maneira, pode-se dizer que não é apenas a oferta de Educação do Campo que falta, mas, também, uma educação que atenda às reais necessidades dos alunos e que dialogue com as suas vivências.

Percebe-se que, para o sujeito do campo, as avaliações a seu respeito, no que perpassa as suas características linguísticas, estão fortemente ligadas à posição social; cabendo, portanto, ao poder econômico, a tarefa de determinar as formas prestigiadas e estigmatizadas da língua. A determinação de legitimar uma variedade superior à outra, “[...] de fato, é um profundo e entranhado *preconceito social*. [...]” praticado para com aqueles que utilizam a variedade rural (BAGNO, 2003, p. 16, grifo do autor). Como afirma Bortoni-Ricardo (2004, p. 36), “[...] o dialeto (ou variedade regional) falado em uma região pobre pode vir a ser considerado um dialeto ‘ruim’, enquanto o dialeto falado em uma região rica e ‘poderosa’ passa a ser visto como um ‘bom’ dialeto” (grifos da autora). Todavia, a estudiosa ressalta que isso não significa que

uma variedade é superior à outra; o que ocorre é o resultado de uma ideologia de classe que percorre toda a sociedade.

Outro fato que mantém a dicotomia urbano *versus* rural é a discrepância das condições de infraestrutura presentes nas escolas. Como apontado pelo Censo Escolar/INEP⁴ (2020), considerando os serviços públicos oferecidos à escola da rede pública da educação básica com ensino fundamental regular, somente 29% das escolas de zonas rurais (14.2018) recebem água via rede pública, em contraste aos 93% (47.549) das escolas de zona urbana. Para as instituições de ensino que se encontram em perímetro urbano, a oferta de esgoto via rede pública é de 69% (35.461) e de energia de 100% (51.655); na área rural, o serviço de esgoto é apenas de 8% (3.767) e de energia de 88% (42.461). O serviço de internet alcança 96% (49.415) das escolas da cidade, enquanto no campo esse número chega a apenas 44% (21.399).

É evidente que a prática educacional presente no campo, muitas vezes, encontra-se em desacordo se comparada ao que se encontra no Art. 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/9.394 (BRASIL, 1996, Art. 28), que estabelece os direitos dos participantes da educação oferecida no campo:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Diante desse cenário, e na busca pela eficácia educacional, não se pode olvidar que o aluno é protagonista do processo ensino-aprendizagem, acrescentando que o “[...] objetivo é mostrar que não basta ter uma preocupação pela educação de uma determinada classe, é necessário que a educação proposta corresponda à sua realidade e aos seus anseios, o que significa o despertar de uma consciência crítica” (MARINHO, 2008, p. 11). Assim, a educação do/no campo não só deve preparar o aluno para a vida, mas deve acontecer na vida dele; na realidade em que se encontra. Marinho (2008, p. 25) acrescenta que “[...] sem considerar a educação como um valor para o ser humano, não existe processo educacional que possa ser considerado como adequado”.

⁴ Fonte: <https://novo.qedu.org.br/brasil/censo-escolar?7&brasil>. Acesso em: 23 mai. 2022.

Caminhos metodológicos

Esta pesquisa é resultado do projeto de iniciação científica⁵ realizado entre os anos de 2017 e 2019. Este artigo trata especificamente da unidade pertencente à rede pública municipal de ensino, que fica localizada no povoado Olho D'Água dos Martins, no município de Imperatriz-MA.

Cabe observar que, ao se pensar em Educação do/no Campo, faz-se necessário ir além dos conhecimentos básicos preestabelecidos pela educação básica urbana, tornando-se indispensável essa inserção da pesquisadora na comunidade escolar estudada, objetivando uma melhor construção dos dados. Conforme Bortoni-Ricardo (2005, p. 237), “[...] o objetivo da pesquisa etnográfica de sala de aula é *desvelamento* das rotinas escolares, de forma a identificar e interpretar os processos, *invisíveis* para os participantes” (grifos meus). Dessa forma, a pesquisadora teve a possibilidade de estudar/observar o ambiente e a fala daqueles que fazem parte do *locus* da pesquisa.

Nesse sentido, foi realizado um estudo com aluno(s) e professor(es) de Língua Portuguesa, do 8º ano *A* e *B* e 9º ano do Ensino Fundamental, contendo, respectivamente, 20, 17 e 33 alunos. À turma do 9º ano, deu-se uma maior atenção, uma vez que os alunos estão encerrando o segundo ciclo do Ensino Fundamental e, possivelmente, devem ingressar no Ensino Médio, em escolas de rede pública; localizadas, no entanto, na área urbana da cidade. Os participantes foram identificados por código alfanumérico. Utiliza-se *A* para aluno, conforme a sequência das entrevistas (*A1*, *A2* etc.), de modo a garantir o anonimato dos colaboradores.

Com a defesa dessa proposta, de modo a identificar o tratamento linguístico dado pelo professor de Língua Portuguesa aos alunos do Ensino Fundamental de uma escola da zona rural, os instrumentos utilizados na pesquisa consistiram, especificamente, em conversas informais e entrevistas semiestruturadas com os alunos e professor(es). Tais conversas e entrevistas foram devidamente registradas, por meio de gravações ou por escrito. Ademais, foi realizada análise documental de textos dos alunos, visando descrever as dificuldades relacionadas ao ensino-aprendizagem da língua materna, com foco nos fenômenos fonológicos.

No que concerne à geração de dados, um dos primeiros passos seguidos deu-se pela identificação das instituições escolares presentes no perímetro rural da Estrada do Arroz. Para

⁵ O projeto *LINGUAGEM NA ZONA RURAL: o tratamento que a escola dá à variedade linguística o aluno do ensino fundamental de escolas rurais*, aprovado e financiado pelo CNPq, cumpriu todas as exigências. Ele foi desenvolvido, finalizado e teve a prestação de contas aprovada. Os resultados compõem o banco de dados do Núcleo de Estudos Literários e Linguísticos do Maranhão, da UEMASUL. A pesquisa teve participação de acadêmicos que desenvolveram Projetos de Iniciação Científica ligados ao Projeto. O projeto recebeu bolsas de IC do CNPq e da FAPEMA.

tanto, a Secretaria de Educação de Imperatriz (SEMED) disponibilizou uma lista com os nomes das escolas e suas respectivas localidades. Em seguida, foi feita uma visita ao campo de investigação, a qual permitiu o primeiro contato com a direção, professores e os alunos. Nesse momento, houve a apresentação da proposta da pesquisa e, sem exceção, todas as escolas foram muito receptivas à ideia do projeto. Além disso, foi possível conhecer o ambiente e entender seu funcionamento e estrutura física.

Para a análise foram estabelecidas duas categorias, sendo elas: a percepção da pesquisadora e o tratamento atribuído às variedades linguísticas em sala de aula, incluindo a fala e os textos produzidos pelos alunos. Assim, houve visitas posteriores durante o período compreendido pelo segundo semestre de 2019, destinadas a entrevistas com os professores de Língua Portuguesa, observações das aulas e recolhimento de produções textuais dos alunos para serem analisadas.

Análise e discussão dos dados

Nesta seção, serão analisados os trechos das entrevistas realizadas com os professores, gravações das aulas e trabalhos escritos dos alunos, visando evidenciar o tratamento dado à variedade linguística dos alunos do Ensino Fundamental pelo professor de Língua Portuguesa.

A formação linguística do professor e sua prática

Os professores colaboradores desta pesquisa afirmam que percebem a presença da variação linguística em sala de aula, bem como entendem a importância de um ensino que garanta o direito à valorização do uso da língua falada e/ou escrita como parte integrante da identidade cultural dos seus alunos. Nesse sentido, foi realizada uma entrevista com os professores de Língua Portuguesa da instituição que lecionam do sexto ao sétimo ano. A seguir, apresentam-se alguns fragmentos da entrevista:

Fragmento 1 – Entrevista com uma professora.

Pesquisadora: *Quando acontece alguma inadequação, por exemplo, na sala de aula, como é a sua reação?*

Professora: *Primeiro quem age é os outros, os outros alunos, eles riem do colega, eee⁶ o interessante que eles mesmos, ééé... também costumam fazer o mesmo erro, praticar o mesmo*

⁶ As transcrições das falas de professores e alunos foram reconstituídas da forma original, com a finalidade de manter-se fiel, tanto quanto possível, às gravações.

erro. Aí, eu observo, aí eu tento ééé.... mostrar que ele errou, que o aluno errou, mas de uma maneira simples e natural, para que ele não venha se sentir ofendido, envergonhado.

(E.: 14-11-2019)

Esse é um dos dados que requer atenção. A professora relata que o julgamento para com aqueles que utilizam a variedade não padrão parte dos próprios colegas. Acredita-se que tal ocorrência acontece pela falta de compreensão dos estudantes sobre a variação linguística. A respeito do preconceito linguístico, Bagno (1999) argumenta que esse comportamento se baseia no ideário da existência de única variedade linguística digna de chamada de língua portuguesa, seria a língua presente nos dicionários, ensinada nas escolas, prescrita pelas gramáticas. Esse cenário requer, portanto, um ensino de língua capaz de ampliar os recursos linguísticos dos alunos camponeses, apresentando-lhes, de um lado, que as suas próprias variedades são legítimas e os usos que devem fazer da norma de prestígio nos contextos que a exigir (SANTOS; AMORIM; SANTANA, 2022)

A professora de Língua Portuguesa, colaboradora desta pesquisa, assume uma postura que contribui para a conscientização dos discentes quanto à pluralidade de uso da língua. Ela enfatiza que procura corrigir as inadequações de forma respeitosa, com cuidado para não constranger o aluno. A partir das observações em sala de aula, foi possível perceber que a docente, para conscientizar os alunos quanto às diferenças sociolinguísticas, fornecia a variante adequada aos eventos de monitoração, como nas correções das atividades.

Essa atitude da professora pode ser explicada, pois ela, durante o período de sua graduação em Letras, obteve conhecimentos referentes às questões linguísticas. Observa-se, portanto, o quanto é importante que os docentes tenham conhecimento que os auxiliem na construção de uma educação sociolinguística mais sensível aos saberes dos alunos, aqueles adquiridos da sua bagagem sociocultural.

Nessa perspectiva, é necessário estar atento a como o repertório linguístico do docente influencia o do aluno. Assim, apresenta-se o fragmento 2:

Fragmento 2 - Pergunta sobre a adaptação do professor à escola.

Pesquisadora: - *O senhor é professor formado na zona urbana e morador de zona urbana. Então, aqui tem um conflito geográfico. Como o senhor adapta a sua realidade linguística com a realidade deles?*

Professor: - *O professor tem que ser criativo, tem que ser dinâmico, porque cada realidade é cada realidade. Você tem que se adequar.*

(E.: 14- 11-2019)

O dado mostra que o colaborador da pesquisa compreende que deve haver a adequação do profissional de língua materna à comunidade escolar, uma vez que “cada realidade é cada realidade”. O professor salienta que a elaboração didática necessita do uso de metodologias “criativas e dinâmicas”, a fim de manter o aluno próximo ao conteúdo estudado, conciliando o saber local com os demais saberes. Cada uma tem sua carga de relevância para o desenvolvimento da consciência crítica e linguística dos alunos.

A seguir, encontra-se mais um fragmento relacionado à formação linguística e à prática do professor:

Fragmento 3 - As dificuldades encontradas pelo discente.

Pesquisadora: - *Qual a maior dificuldade que o senhor enfrenta com os seus alunos?*

Professor: - *A questão da dificuldade com os alunos é a questão do ensino aprendizagem mesmo. Eles chegam na série que estão ..., muitos não sabe ler, muitos não sabe escrever direito.*

(E.: 14-11-2019)

O fragmento indica que as dificuldades encontradas pelos discentes estão ligadas diretamente à defasagem do ensino, principalmente quando se pensa que a quantidade de alunos aptos a prosseguirem ou reprovados é vista com mais atenção pelo governo, que a qualidade do ensino. Dessa forma, a aprovação “forçada” dos alunos ocasiona problemas como os destacados pelo professor, em virtude de que o aluno não consegue acompanhar o conteúdo da série em que está, por ainda não possuir os recursos necessários como a leitura e o domínio da escrita padrão. Pode-se inferir que esses empecilhos comprometem o prosseguimento dos estudos, pois alguns não conseguem concluir a educação básica.

Sendo assim, o professor colaborador afirma usar como estratégia para amenizar essas lacunas os conteúdos que possam ser facilmente entendidos por todos os educandos. Por isso, muito pouco do livro didático é aproveitado; ele somente o usa como guia sequencial das matérias. Nesse sentido, em uma aula observada pela pesquisadora, o docente, como método para o desenvolvimento da leitura e escrita, solicitou à turma que, primeiramente, lesse um texto sobre o conteúdo da referida aula, a fim de que, posteriormente, pudesse produzir uma crônica.

A princípio, o docente explicitou os conceitos básicos que envolvem a produção de uma crônica, a quem o texto se destina, qual o uso da linguagem mais predominante, em quais veículos a crônica é reproduzida etc. Em seguida, solicitou a leitura de uma crônica presente no

livro didático, a respeito da escolha de profissão. A última etapa, a produção escrita, não foi realizada em sala de aula, pois o horário não permitiu.

Verifica-se que o trabalho do professor de língua materna é intensivo e produtivo, devido ao fato de que, mesmo as demandas básicas da aprendizagem, como a alfabetização, eventualmente devem ser contempladas em séries nas quais o processo de aquisição da lecto-escrita já deveria estar consolidado. Diante disso, um ensino que ofereça subsídio para a diversidade linguística, torna-se mais necessário.

A variação linguística e a percepção do professor

No processo de ensino-aprendizagem, o comportamento adotado pelo docente em relação à variedade linguística do aluno é determinante para a quebra de paradigmas excludentes e impositivos do *certo* e *errado* na língua. Então, à escola cabe promover um ensino da língua consciente e sensível, que inclua as variedades presentes no contexto em que os alunos estão inseridos, oferecendo, ainda, o conhecimento da norma padrão.

O fragmento a seguir expõe um evento de oralidade ocorrido durante uma das aulas, na escola pesquisada.

Fragmento 4 - Correção de atividade na turma do nono ano.

Professora: *a frase correta é: aquilo são ameaças inúteis ou aquilo é ameaças inúteis?*

Alunos: - *aquilo são ameaças inúteis.*

Professora: - *mas, se fosse no dia a dia, vocês falaria como?*

A1: - *aquilo é ameaças inúteis.*

Professora: - *Os responsáveis por isso foram eles ou foi eles?*

Alunos: - *foram eles.*

Professora: - *alguém fala foi?*

Aluno 1: - *nós fala.*

Professora: - *o certo é tu és, ou tu é?*

Alunos: - *tu és.*

Professora: - *e como vocês aprenderam a falar tu é?*

A3: - *é do Maranhão, professora.*

Professora: - *vocês acham que é errado falar assim?*

A 4: - *pra nós não é, não.*

Professora: - *na comunicação oral vocês podem até ser aceitos, mas se vocês forem com essa linguagem para a forma verbal, como numa redação, a redação de vocês vai reprovar. Por isso é necessário aprender a norma padrão.*

(G.: 27-11-2019)

É importante frisar dois pontos de destaque nesse trecho, sendo o primeiro deles, como se observa no dado, que o Aluno 1, ao empregar “*nós fala*”, faz supressão das marcas de plural redundantes, sendo que o primeiro termo está no plural e o segundo mantém-se no singular (BORTONI-RICARDO, 2004). O Aluno 4 usa “*pra nós não é não*”, ocorrendo a variação fonológica – alteração dos fonemas das palavras – com a supressão de “a” na palavra “*para*”.

O fragmento mostra que a professora não faz nenhuma interferência nesse evento de oralidade. Pode-se ponderar que ela não percebe o uso de variantes não-padrão ou até mesmo que percebe, mas não corrige o aluno, evitando constrangê-lo. Todavia, ressalta-se que, durante essa observação e em conversas informais com a professora, foi possível perceber que ela se preocupa em manter o monitoramento de sua fala, oferecendo aos alunos um modelo de linguagem adequado à norma padrão.

Outro ponto de grande relevância no trecho em análise é a concepção e a maneira como a professora aproveita a aula, que tinha como temática a concordância verbal, para apresentar e refletir sobre a concordância de número que, geralmente, os falantes do português brasileiro fazem nos eventos menos formais. A docente esforça-se, a fim de expor outras variedades da língua, incluindo em sua fala que “*na comunicação oral vocês podem até ser aceitos, mas se vocês forem com essa linguagem para a forma (verbal) como numa redação, a redação de vocês vai (sic) reprovar. Por isso é necessário aprender a norma-padrão*”.

Nesse trecho, nota-se que a professora utiliza a expressão “forma verbal”, havendo um equívoco. Apesar disso, o contexto de sua fala demonstra que é feita uma referência à modalidade escrita da língua. O ocorrido não desmerece o trabalho da professora de reforço ao respeito da/à adequação linguística, principalmente no que concerne ao domínio da escrita.

As consequências da postura adotada pela educadora podem ser muito proveitosas e positivas para a vida escolar e social de seu aluno, primeiro no que tange ao entendimento da existência de diversas maneiras de se usar a língua, e segundo de que é preciso haver adequação de sua linguagem de acordo com o contexto em que estará inserido. Um dos benefícios notados é encontrado no comentário de um aluno que, ao ser perguntado “*como vocês aprenderam a falar tu é?*” responde, “*é do Maranhão, professora*”. O aluno inferiu que a localização geográfica afeta o modo como os falantes usam a língua.

Em busca de verificar a formação linguística do professor e sua prática em sala de aula, apresenta-se mais um fragmento:

Fragmento 2 - Aplicação de uma prova oral na turma do nono ano.

A 1: - *qual dos tempo? Três tempo?*

Professora: - *um dos TEMPOS.*

Alunos: - *tu não sabe nãããã, macho?!*

Professora: - *Eiiiiita, seus miniiino.*

(G.: 27-11-2019)

O fragmento mostra que o Aluno 1 utiliza-se da concordância de número coloquial “três tempo”, em vez de “três tempos”. A docente percebe o uso da variante e indiretamente apresenta a variante padrão, salientada pelo aumento do tom de voz, em “TEMPOS”. Na mesma sequência, como uma maneira de chamar atenção para o barulho que os alunos faziam, a professora usa a expressão “*seus miniiino*”, não fazendo uso da pluralização esperada.

Apresenta-se mais um fragmento para verificar formação linguística do professor e sua prática:

Fragmento 3 - Aplicação de uma prova oral na turma do nono ano.

A1: - *bora, macho! Ligêro a muié qué gravá ali ô!*

A2: - *Ela já tá gravano.*

A1: - *Tá gravano?*

A2: - *faizóóóóra.*

(G.: 27/ 11/ 2019)

O Aluno 1 faz uso de uma gíria, havendo a redução da expressão “vamos embora”, por “bora”, ocorrendo uma apócope. Na mesma sequência, há ocorrência da monotongação em “ligêro”, em vez de “ligeiro” e despalatalização da palavra “mulher”, por “muié”. Há, ainda, “gravá”, em que se tem a supressão do “r”, que marca a forma nominal do verbo no infinitivo. Além disso, o Aluno 2 omite o morfema –NDO, em “gravando” por “gravano”, ocasionando a queda do fonema /d/ e produzindo a variação fonológica assimilação. Em “faizooora”, sucede-se a transferência de fonema e não segmentação das palavras, caracterizando-se como uma variação fonológica (COELHO *et al.*, 2018).

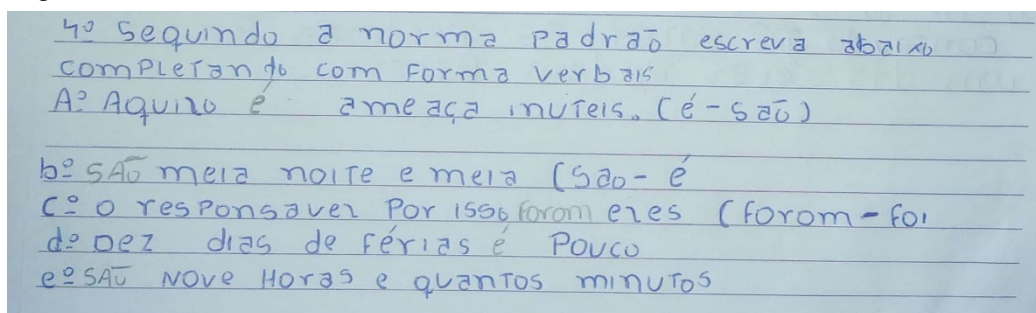
Nesse momento, há um número relevante de ocorrências da variedade não padrão, mas a professora não tece nenhum comentário a respeito. Justifica-se tal fato, pois, neste dia

específico, estava ocorrendo uma prova oral, na qual o aluno devia ir à mesa da professora para que fosse aplicado o teste de forma individual.

Desse modo, é relevante salientar que a conscientização linguística, além de exigir do profissional de língua materna o conhecimento sobre teorias que as fundamentam, como a Sociolinguística, é preciso também dedicação. Conquanto, sabe-se que a realidade em sala de aula atribui ao professor muitas responsabilidades, sendo impossível que ele perceba e interfira em todas as ocasiões.

A fim de verificar as dificuldades dos discentes quanto à escrita e tratamento dado ao professor, tem-se o seguinte fragmento:

Figura 1 – Atividade de um aluno do 9º ano



Fonte: A pesquisa (2019).

Evidencia-se que, apesar de a atividade do aluno ter sido previamente copiada do material didático⁷, a escrita revela carências em sua aprendizagem. Por exemplo, ele comete alguns desvios, tais como “aquilo é ameaça inúteis” (linha 3). Também, verifica-se que, ao completar a sentença, ele usa a flexão do verbo ser no singular, “é”; embora a flexão correta, no caso desse contexto, seja no plural, “são”. Possivelmente, tal desvio aconteça pelo fato de o aluno relacionar o uso correto com a forma que fala, transcorrendo uma interferência da oralidade para a escrita. Ele faz ainda o uso indevido de letras maiúsculas (linha 3, 6, 7) e redige a palavra “foram” como “forom” (linha 5), que se constitui outro reflexo da fala na modalidade escrita da língua. A professora, por sua vez, não faz nenhuma observação por escrito.

No entanto, durante a observação da aula destinada à correção deste exercício, ocorreu um fato bastante significativo. Nesse episódio, com base na questão quatro do exercício (linha 1 e 2), em que foi solicitado ao discente que escrevesse as formas verbais de acordo com a norma padrão, um aluno do nono ano questionou a professora a respeito do que seria a norma padrão. A docente, em resposta, afirmou que a variedade padrão está ligada à gramática, sendo

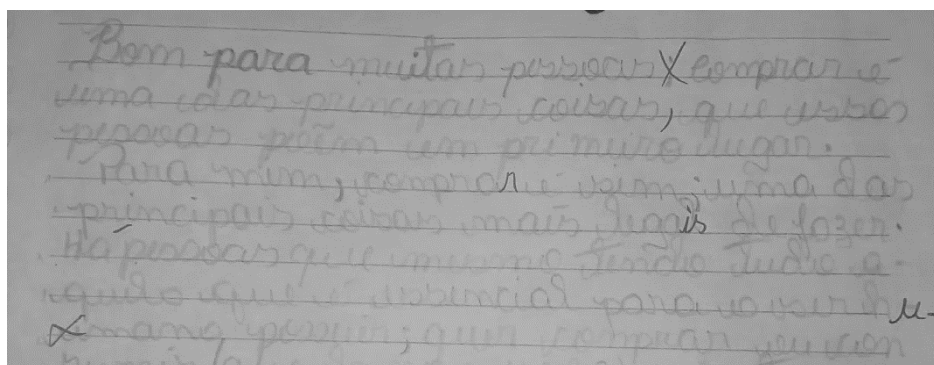
⁷ Cf. em: CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. **Português: Linguagens**. 9º ano. 9ª ed. reform. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 194.

a “linguagem formal”, acrescentando ainda que a variedade não padrão é a “informal, usada no dia a dia”.

Assim, mesmo que de forma superficial, a docente demonstra ter conhecimento sobre a questão da variação e, embora a aula não fosse destinada especificamente para o conteúdo a respeito da diversidade linguística, a professora não desconsidera o questionamento do aluno. Contudo, a informação foi restrita ao aluno que perguntou.

Ademais, nos minutos finais da mesma aula, após a correção oral do exercício, a professora chamou, individualmente, os alunos para passar o “visto”. Observou-se que, à medida em que fazia isso, a docente lia as respostas dos alunos e, se houvesse alguma inadequação, chamava-lhes a atenção.

Figura 2 Atividade de um aluno do 8º ano



Fonte: A pesquisa (2019).

Ao produzir um texto, percebe-se que a aluna comete alguns desvios de ortografia. Por exemplo, na supressão do “r” que marca o infinitivo no verbo “comprar” (linha 1). Há, também, ocorrência do plural não redundante, em que se pluraliza as primeiras palavras da sentença e a última é deixada no singular: “uma das principais coisas mais legal (is) de fazer” (linha 5). Além disso, faz a segmentação indevida de “h-umano”.

Entretanto, percebe-se que a aluna tem um bom domínio da escrita, uma vez que, ao grafar no texto o verbo “comprar”, a primeira vez fê-lo corretamente, como manda a norma padrão (linha 1). Porém, na segunda ocorrência, a discente o faz de forma inadequada (linha 4). Interpreta-se o equívoco como sendo falta de atenção da estudante. Destaca-se que a educadora, como método de correção, marca um “X” nos erros e insere letras, como se pode ver no fragmento. Diante disso, afirma-se que:

- a) A professora percebe o uso da variedade não padrão e, quando possível, dá ao aluno o modelo da variedade presente na gramática prescritiva;

- b) A docente esforça-se em responder as dúvidas dos seus alunos referentes à diversidade linguística;
- c) E há a exposição da questão da variação linguística, por fazer associação aos conteúdos pertinentes; para isso, a professora usa o próprio repertório linguístico dos alunos;
- d) Especificamente no modo de falar, a docente colaboradora faz o uso predominante da norma padrão, aproveitando, com isso, o seu turno de fala para ensinar.

Diante disso, pode-se dizer que o ensino de língua que garante a identificação do *erro* e, logo após, a conscientização da diferença contribui para uma educação linguística que faz o aluno entender que não precisa, necessariamente, usar a língua igual aos outros falantes que a compartilham, pois, cada pessoa fala de forma individual. Assim, é possível, aos alunos, entenderem que carregam diversas experiências que os influenciam na maneira de se expressar.

Considerações finais

O estudo buscou identificar o tratamento linguístico dado pelo professor de Língua Portuguesa aos alunos do Ensino Fundamental, de uma escola da zona rural do município de Imperatriz-MA. Sabe-se que utilizar a norma padrão é uma tarefa árdua, principalmente para aqueles que têm menos disponibilidade de recursos e não convivem com modelos de usos, além de carregar o estigma de que sua variedade linguística é desprestigiada.

Na análise dos dados, percebeu-se que os alunos, mesmo os do nono ano, estabelecem uma relação entre fala e escrita como, por exemplo, a não segmentação das palavras, uma vez que tal processo na oralidade geralmente não se aplica. Percebeu-se, também, a marcação de plural de forma não redundante.

Outro fator relevante nesta pesquisa é que os desvios encontrados estão ligados a alunos da fase inicial da alfabetização, visto que não possuem uma gama de recursos linguísticos que os permitam fazer as adequações necessárias ao se comunicar e escrever. Por consequência, a falta inicial justificada, quando se perdura ao longo da vida escolar dos alunos, pode tornar-se um problema.

Assim, no decorrer desta pesquisa, ratificou-se a importância do trabalho do professor de língua portuguesa, compreendendo que é ele o principal ponto de referência, da variação prescrita pela gramática normativa, para os seus alunos em sala de aula. Apresentar, mesmo que indiretamente, múltiplas maneiras de se usar a língua, é algo que os estudantes parecem esperar dos seus preceptores. Para isso, é necessário que ele tenha um suporte teórico que o habilite em sua prática.

Entretanto, mesmo diante de muitos desafios, como infraestrutura precária, falta de materiais didáticos e uma formação adequada para a heterogeneidade linguística, nota-se que é

possível trabalhar e ajudar mais o aluno. A contribuição maior, nesse caso, seria no que concerne ao domínio da norma padrão, sem deixar de entender que sua forma de falar é legítima e parte da sua formação social e cultural.

É válido mencionar que os resultados desta pesquisa foram surpreendentes, por causar reflexão de como é percebida a Educação do Campo. O esperado, muitas vezes, é um ensino inadequado e de pouca qualidade. Os resultados mostram que o ato de pesquisar é substancial para a educação, especialmente quando os dados são de áreas menos privilegiadas. Assim, deve-se buscar ter um olhar atento e sem pré-julgamentos, o que contribui para que se tenha, de fato, uma pesquisa imparcial e justa para com os colaboradores.

Por fim, é possível afirmar que há um início de um ensino que atenda às necessidades dos alunos, mas ainda há muito a ser feito, principalmente no que diz respeito à ampliação da postura adotada pela professora colaboradora. Ademais, é preciso que essa prática comece a ser realizada nas fases iniciais da educação, porque, para o pleno desenvolvimento linguístico, é preciso um trabalho desde a entrada do aluno na escola e o reforço deve ser contínuo.

Referências

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**: o que é e como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.

BAGNO, M. **A norma oculta**: língua e poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BORTONI-RICARDO, S.M. **Educação em língua materna**: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei Nº. 9394/96 de 20, de dezembro de 1996.

BRASIL. **Decreto 7352 de 04 de novembro de 2010**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.352%2C%20DE%204%20DE%20NOVEMBRO%20DE,Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20na%20Reforma%20Agr%C3%A1ria%20-%20PRONERA. Acesso em: 04 jun. 2021.

CALDART, R. A Escola do Campo em Movimento. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. (org.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004a.

CALDART, R. Elementos para a construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (Org.). **Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo**. Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, n. 5, Brasília, 2004b.

COELHO, I. L., GÖRSKI, E. M., SOUZA, C. M. N.; MAY, G. E. **Para conhecer sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2018.

CYRANKA, L. Sociolinguística aplicada à educação. In: MOLLICA, M.C; FERRAREZI, C. J. (Orgs). **Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução**. São Paulo: Editora Contexto, 2016. p. 167-176.

FARACO, A. C. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.

GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores associados, 2002.

MARINHO, E. **Um olhar sobre a educação rural brasileira**. Brasília: Universa, 2008.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português brasileiro**. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

QEDU. **Censo Escolar 2020: infraestrutura**. Disponível em: <https://novo.qedu.org.br/brasil/censo-escolar?7&brasil>. Acesso em: 23 maio 2022.

SANTOS, M. P. dos; AMORIM, da S.; SANTANA, E. C. de. Educação do Campo e Sociolinguística Educacional: Trilhas pedagógicas decoloniais. **Enlaces**, Salvador, v. 3, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.ifba.edu.br/enlaces/article/view/962/586>. Acesso em: 01 out. 2022.

Sobre as autoras

Ana Carolina Freitas de Farias (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-0710-6548>)

Mestranda em Letras, pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, estudante no grupo de pesquisa GELITI (Grupo de Estudos Literários e Imagéticos) e bolsista CAPES. Graduada em Letras Licenciatura: Língua Portuguesa e Literaturas da Língua Portuguesa, pela mesma universidade.

Maria da Guia Taveiro Silva (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-6520-1845>)

Professora, Adjunto IV, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Nessa Universidade, trabalha no Curso de Letras Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Letras (CCHSL), e no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGLE), Mestrado em Letras, modalidade Profissional. É mestre em Educação (2007), pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em Linguística (2012), pela mesma Universidade.

Recebido em junho de 2022.

Aprovado em setembro de 2022.

Uma análise do significado social da mesóclise em textos da esfera jornalística capixaba

An analysis of the social meaning of mesocclisis in texts from the journalistic sphere of Espírito Santo

Ludimilla Rupf Benincá¹

Resumo: Apesar de a mesóclise não ser totalmente vigorosa no PB, como uma variante disponível no vernáculo dos falantes, sua presença em textos escritos da esfera jornalística não é desprezível. Neste trabalho, analisamos qualitativamente textos publicados no jornal A Gazeta, o mais influente do Espírito Santo, de setembro a novembro de 2012, nos quais encontramos uma recorrência de 35,7% dessa colocação (5 dados) nos contextos em que é possível sua emergência (tempos do futuro, sem contextos antecedentes categóricos ou semicategóricos: palavra negativa, pronome relativo/focalizador, palavras Qu- interrogativas e sujeitos quantificados). O emprego da mesóclise, de acordo com nossa análise, está associado a significados sociais de conservadorismo, rebuscamento, erudição e domínio de conhecimentos especializados, embora significados sociais negativos também possam estar indexados. Os modelos teóricos que fundamentam as análises aqui propostas são (i) a Sociolinguística Variacionista, especialmente na abordagem estilística de *speaker design* (ECKERT, 2001; WOLFRAM; SCHILLING, 2016[1998]); (ii) estudos de texto e discurso, nomeadamente as propostas de Adam (2019[1992]), sobre a categorização de seqüências discursivas, e do Círculo de Bakhtin (VOLÓCHINOV, 2017[1929]; BAKHTIN, 2011[1953]) a respeito da enunciação enquanto ação discursiva dialógica e da noção de esferas da atividade humana como instâncias sociais hierárquicas organizadoras do discurso.

Palavras-chave: Sociolinguística; mesóclise; esfera jornalística; variação estilística; significado indexado.

Abstract: Despite mesocclisis not being entirely vigorous in PB, as a variant available in the vernacular of the speakers, its presence in written texts of the journalistic sphere is not insignificant. In this paper, we analyzed texts published in the newspaper A Gazeta, the most influential newspaper in Espírito Santo, from September to November 2012, in which we found a recurrence of 35.7% (5 occurrences) of this clitic placement in contexts in which its emergence is possible (future tenses, without categorical or semicategorical antecedent contexts: negative word, relative/focusing pronoun, Qu-interrogative words and quantified subjects). The use of mesocclisis, according to our analysis, is associated with social meanings of conservatism, erudition and mastery of specialized knowledge, although significant negative social factors may also be indexed. The theoretical models that support the analyzes proposed here are (i) Variationist Sociolinguistics, especially in the stylistic approach of speaker design (ECKERT, 2001, 2004; WOLFRAM; SCHILLING, 2016[1998]); (ii) text and discourse studies, namely the proposals of Adam (2019[1992]), on the categorization of discursive

¹ Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL), Vitória, ES, Brasil. Endereço eletrônico: ludimillarupf@gmail.com.

sequences, and of the Bakhtin Circle (VOLÓCHINOV, 2017[1929]; BAKHTIN, 2011[1953]) regarding of enunciation as a dialogic discursive action and of the notion of spheres of human activity as hierarchical social instances that organize the discourse.

Keywords: Sociolinguistics; mesoclis; journalistic sphere; stylistic variation; indexed meaning.

Introdução

Com a ascensão do então vice-presidente Michel Temer à presidência em 2016, após o golpe/*impeachment* que derrubou a presidenta eleita Dilma Roussef, a mesóclise ganhou os jornais, que reportavam os pronunciamentos de Temer, recheados de mesóclises. Na mesma medida, passaram a ser fartos os memes que satirizavam tal situação, associando a atuação linguística do político a um elitismo exacerbado. No entanto, anteriormente a esse fato, as mesóclises já figuravam nos jornais como uma variante hipermonitorada, que carrega consigo, de acordo com nossa proposta, alguns valores indexados.

Para observar o comportamento da mesóclise, analisamos textos jornalísticos vinculados aos gêneros carta do leitor, editorial, crônica e artigo de opinião, publicados no jornal A Gazeta entre setembro e dezembro de 2012, constantes do banco de dados do PortVix – Português Falado na cidade de Vitória (TESCH, YACOVENCO, 2022). Nesse *corpus*, foram examinados 1977 dados de colocação pronominal em relação a lexias verbais simples, dos quais apenas 14 estavam em contexto linguístico de potencial emergência da mesóclise (tempos do futuro, sem contextos antecedentes categóricos ou semicategóricos: palavra negativa, pronome relativo/focalizador, palavras Qu- interrogativas e sujeitos quantificados), tendo a mesóclise ocorrido em 5 deles.

Neste trabalho, apresentamos as análises qualitativas de cada uma dessas 5 mesóclises, duas delas presentes em crônicas, duas em artigo de opinião e uma em carta de leitor. As teorias que fundamentam e embasam essa análise são os princípios da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008[1972]) ligados à variação estilística e aos significados sociais das variantes, dos quais observamos aportes oriundos de diferentes abordagens – *attention to speech* (LABOV, 2008[1972]; 2001), *audience design* (BELL, 1984), *speaker design* (WOLFRAM E SCHILLING, 2016[1998]); ECKERT, 2001; 2008; 2011; 2012), além das contribuições de Bentes (2009), Eckert e Labov (2017) e Melo (2020) –; postulações sobre a norma linguística, especialmente Kato (2005), Mateus e Cardeira (2007), Faraco (2008), Poplack (2015), Bagno (2017) e Benincá e Yacovenco (2020), e as teorias de texto e discurso, especialmente

Volóchinov (2017[1929]), Bakhtin (2011[1953]), Adam (2019[1992]), Paredes Silva (1997) e Marcuschi (2010[2002]; 2003; 2007).

Referencial teórico

A Sociolinguística Variacionista, ou Teoria da Variação e Mudança Linguística, é um modelo teórico que tem por objeto de análise a língua em uso e sua relação com a sociedade que a fala. Um dos princípios primordiais da Sociolinguística é o de que toda língua varia e toda língua muda. Apesar desse fato, a língua não é caótica ou aleatória, a variação que apresenta – podendo culminar em mudanças ou não – é inerente ao sistema e parte do repertório linguístico do falante. Weinreich, Labov e Herzog (2006[1968]) denominam essa propriedade das línguas como *axioma da heterogeneidade ordenada*; ou seja, existem forças internas e externas à língua que levam o falante a escolher uma das formas concorrentes (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 35)

Por outro lado, a tradição normativa não deixa de ser um forte lastro, que busca levar o falante/escritor a estar mais próximo de uma homogeneidade linguística, com o registro de formas canônicas e pretensamente corretas. No entanto, essa norma idealizada é capaz de se sobrepor, num jogo de forças opostas, às outras normas? Fracionando e simplificando a questão: diante de fenômenos que recebem tratamento normativo claro, entre os quais está a colocação pronominal, por que os falantes, ainda que tenham frequentado a escola e conheçam a forma padrão, empregam outras variantes?

Poplack (2015), na tentativa de buscar a resposta para essa questão, observou em alunos de ensino médio algumas variáveis do francês falado em Québec, Canadá. Segundo ela, muitas vezes a associação entre o emprego de formas não padrão por pessoas escolarizadas e o fracasso do sistema escolar na disseminação da norma-padrão parece imediata. No entanto, para a autora, é importante avaliar outras forças que atuam na escolha e não apenas o sucesso ou fracasso da escola em disseminar as variantes padrão. O que a autora observou é que, independentemente da transparência normativa ou do prestígio que o uso padrão de uma forma possa apresentar, a norma que prevaleceu entre os alunos foi a natural da comunidade de fala.

Entre essas *outras forças* que direcionam um falante para diferentes normas e atuações linguísticas, podem estar fatores internos ao sistema linguístico, como os morfossintáticos, e fatores de ordem social, discursiva e estilística, como os gêneros discursivos a que os textos se vinculam, os aspectos que envolvem o falante/escritor e a situação de fala/escrita, como quem é o falante, qual é o papel social que ocupa, quem é a audiência, qual a relação que os interlocutores têm entre si, que *persona* o enunciador pretende assumir ou mostrar etc.

O condicionamento estilístico-discursivo já foi observado, na esteira das investigações estilísticas, sob diferentes enfoques: de acordo com a primeira delas, proposta por Labov (1994 2001), essa condição é o grau de atenção que o falante presta à própria fala (*attention to speech*), monitorando-a menos ou mais. Já na abordagem de *audience design*, proposta por Bell (1984), a condição capaz de alterar o estilo do falante é sua audiência – o interlocutor e os demais participantes ou observadores na situação de enunciação. Por fim, temos a abordagem de *speaker design*, que se aproxima do que Eckert (2012) considera como a terceira onda dos estudos sociolinguísticos, cujo enfoque está nos significados indexados à fala dos indivíduos em relação aos grupos a que pertencem ou desejam pertencer – as palavras de ordem nessa abordagem são *criatividade* e *agentividade* (e não apenas responsividade) (WOLFRAM; SCHILLING, 2016).

Para este trabalho, consideramos que o estilo é multifacetado e não se esgota em nenhuma dessas abordagens, que se aplicam a amostras de diferentes naturezas, todas concentradas em dados de fala. Baseamo-nos, então, na proposta de Valle e Görski (2014) de criação de uma variável complexa multidimensional para o tratamento da variação – extraíndo as contribuições mais relevantes das três abordagens consagradas –, adotada por Benincá (2022) para analisar a variação da colocação pronominal com lexias verbais simples e complexas em dados de fala e de escrita, trabalho do qual deriva este artigo.

Com a colocação pronominal, o que temos é um *continuum* estilístico afetado por diferentes normas, ou diferentes *forças*, que levam o falante/escrevente a se aproximar ou se distanciar da norma da comunidade, sabidamente proclisadora independentemente do contexto linguístico que precede o conjunto clítico-verbo (cf., entre outros, VIEIRA, 2002; VIEIRA, 2011; BIAZOLLI, 2016). Benincá e Yacovenco (2020) constataram que na amostra que analisaram (editoriais e cartas de leitor) diferentes normas operam na colocação pronominal, fato denominado por Benincá (2022, p. 112) como norma *extra-arquetípica*, por ter alinhamento em partes ao arquetipo da norma padrão, mas atravessando-o, por razões estilísticas, quais sejam o papel social ocupado pelo falante/escrevente, o envolvimento emocional do falante/escrevente, a audiência esperada ou mesmo o gênero discursivo a que se vincula o texto.

Mostrar-te-ei as mesóclises

Houve cinco ocorrências de mesóclise no *corpus* analisado. Os condicionadores de próclise e ênclise já documentados (cf. VIEIRA, 2002; VIEIRA, 2011; BENINCÁ, 2022) muitas vezes não são suficientes para explicar a ocorrência da mesóclise de modo mais amplo.

Por isso, a análise que se apresenta nesta seção é qualitativa e individualizada para cada um desses 5 dados, elencados a seguir:

- (1) “as pessoas [...] experimentariam inovadora motivação, *revelar-se-iam* tal como, de fato, o são” (crônica)
- (2) “Durante um ou dois meses por ano os juízes *dedicar-se-iam* [...] a executar as sentenças (artigo de opinião)
- (3) “Há necessidade de aprofundar canal de navegação, mas ainda assim, *restringir-se-ia* a navios de menor calado” (artigo de opinião)
- (4) *De-ver-se-ia* (sic), unicamente levar em conta a capacidade intelectual do candidato (carta “Fala, leitor”)
- (5) “acredita-se, vejam só, que *amar-se-á* aquela pessoa pra vida inteira...” (crônica)

Apesar de ser um uso bastante restrito, seu emprego se deu no *corpus* analisado – textos da esfera jornalística, vinculados aos gêneros discursivos crônica, carta de leitor, editorial e artigo de opinião – em três desses gêneros: crônica (2 dados), artigo de opinião (2 dados) e carta de leitor (1 dado), não tendo sido registrado apenas no editorial. A mesóclise apresentou frequência de uso muito baixa se considerarmos o total de dados (1977), mas se contabilizarmos apenas os contextos propícios (verbos no futuro do presente e no futuro do pretérito não antecedidos por contextos invariantes), a frequência foi de 35,7% (5/14).

Em (1), a mesóclise se encontra em uma crônica narrativo-reflexiva em que a cronista-narradora conta aos leitores a experiência de dar uma palestra para funcionários de determinado banco sobre um distinto escritor capixaba, argumentando que outras empresas poderiam ter a iniciativa de proporcionar a seus funcionários experiências como essa, que os enriquece e os valoriza. O trecho em que aparece a mesóclise encontra-se transcrito a seguir:

(...) se as empresas implantassem a Pausa no Expediente, no modelo adotado pelo Bandes, as pessoas, sim, as pessoas e não o reducionismo à condição de empregados ou funcionários, experimentariam inovadora motivação, *revelar-se-iam* tal como, de fato, o são e – ousar crer – sentiriam sutil nesga de felicidade. Fica a sugestão (Crônica narrativo-reflexiva, Jeanne Bilich, “Pausa no expediente”. Jornal A Gazeta, 25 out. 2012).

A enunciadora revela nesse trecho seu desejo de que as empresas tomem a atitude de repetir e expandir momentos como o que ela descreve. Para isso, emprega verbos no futuro do pretérito (“experimentariam”, “revelariam” e “sentiriam”), expressando o que ela acredita que seriam os benefícios colhidos de tal iniciativa. Além do tempo verbal, essa ideia de desejo, de hipótese (associados ao modo *irrealis*) também se encontra codificada na oração condicional introduzida por “se” e nos comentários “ousar crer” e “fica a dica”; podemos supor que o

emprego da mesóclise se alinha ao valor semântico de condicionamento potencial presente em todo o trecho, reforçando-o.

O trecho (2) foi extraído do artigo de opinião *Parar de julgar*, escrito pelo desembargador Cláudio dell'Orto. Nesse artigo, o autor denuncia o aumento da *taxa de congestionamento* da justiça pelo fato de os juízes serem incentivados (inclusive financeiramente) a redigirem sentenças em processos novos, mas não a executá-las. O autor apresenta números e argumenta em favor de se estabelecer uma espécie de força-tarefa em alguns momentos para os juízes se dedicarem a executar as sentenças, finalizando o processo. Vale comentar que no discurso jurídico, especialmente escrito, a mesóclise continua operativa (observemos também as falas públicas do ex-presidente Michel Temer, de carreira jurídica), apesar de não ser a variante mais frequente.

O trecho (3) também está em um artigo de opinião escrito por uma especialista, nesse caso de Arquitetura e Urbanismo. No texto intitulado *Os nossos gargalos*, a arquiteta Isabella Batalha Muniz Barbosa aponta problemas nos diferentes modais de transporte de cargas do Espírito Santo, apresentando números, fatos e comparações. Utiliza esses recursos argumentativos para defender um maior investimento do Estado no setor por meio de parcerias público-privadas.

Nos casos (2) e (3), prevalece a argumentação, e os autores escrevem artigos sobre temáticas englobadas por sua área de atuação ou formação. No primeiro, o contexto antecedente ao conjunto clítico/verbo é um sintagma nominal sujeito, para o qual a prescrição permite a próclise e até a recomenda (visto que, em geral, a regra é que se deve usar a mesóclise apenas quando a próclise não for possível). No segundo, o contexto antecedente rejeita a próclise, de acordo com a tradição normativa, logo, a mesóclise é a variante, de fato, recomendada.

A escolha pela mesóclise, de processamento mais difícil e com regras complexas que não são facilmente aprendidas na escola (RIBEIRO, 1999 *apud* VIEIRA, 2003, p. 7), pode realçar o lugar de fala dos especialistas; supõe-se que, ao empregarem a variante hiperformal (VIEIRA, 2003), demarcam a distância entre o articulista e os leitores.

Os casos de mesóclise mencionados até aqui apareceram em gêneros discursivos com características compatíveis com uma variante hiperformal: a crônica, que apresenta regras de colocação pronominal com condicionamentos distintos dos gêneros prototipicamente jornalísticos, e o artigo de opinião (que ocupou o segundo lugar mais alto na escala de estilo² de acordo com a análise de Benincá, 2022), representando o olhar de especialistas.

² Trata-se de um procedimento metodológico proposto por Benincá (2022), em que são observados sete formantes de estilo (a saber: emissor, papel social do emissor, audiência, relação de poder/solidariedade entre os participantes

Agora passemos à observação de (4), em que o emprego da mesóclise se deu em uma carta *Fala, leitor*, seção do jornal na qual os leitores discorrem sobre temas diversos e apontado por Benincá (2022) como tendo baixo grau de formalidade, no geral. Os autores das cartas são identificados pelo nome e pela sua cidade (informação frequentemente substituída pela inscrição por *email*). A seguir, transcrevemos integralmente a carta em que essa mesóclise foi empregada.

Cotas

Neste instante em que se discutem as cotas raciais para o vestibular, a Ufes resolveu reservar 25% das vagas para os negros, atendendo a uma determinação do MEC. Não concordamos com essa medida, uma vez que a cor da pele jamais deveria ser critério para reserva de vagas. É discriminatória, injusta e ilegal, já que todos os cidadãos deveriam ser iguais, tratados sem quaisquer distinções, perante à Constituição. *De-ver-se-ia* (sic), unicamente levar em conta a capacidade intelectual do candidato ou, no máximo, as condições sociais do aluno, independentemente da cor da pele. Estamos vendo, orgulhosamente, como exemplo, um negro, filho de um pedreiro, o ministro Joaquim Barbosa, que, certamente, não precisou se utilizar de cotas raciais ou de qualquer privilégio para alcançar o cargo que ocupa. Apenas, sua capacidade intelectual e seus conhecimentos levaram-no a ocupar um lugar de destaque no STF, do qual, com méritos, será presidente (carta *Fala, leitor*).

Como se vê, a temática da carta é polêmica, o sistema de cotas raciais recém-implantado pela Universidade Federal do Espírito Santo na seleção de seus futuros estudantes. O autor da carta demonstra um posicionamento conservador sobre o tema, colocando-se contrário às cotas raciais. Critica-as duramente (*cf.* “discriminatória, injusta e ilegal”), enquanto defende, em contraponto, o mérito desprovido de privilégios como única forma legítima de sucesso, lançando mão, para sustentar seu ponto de vista, do exemplo de um homem negro que alcançou um posto na mais alta corte do poder judiciário brasileiro sem esses ditos privilégios.

O conservadorismo político-social presente na postura assumida pelo autor parece se refletir também no registro selecionado, pretensamente alinhado à variedade padrão, com o emprego de mesóclise e do clítico alomórfico *no*, que teve ocorrência mais rara no *corpus* do que a própria mesóclise (apenas 3 dados).

Assim, se for legítimo evocar algum significado como potencialmente indexado ao emprego da mesóclise nesse caso, por hipótese, podemos dizer que está associado ao reforço da posição conservadora do leitor diante do assunto discutido; além disso, assim como nas duas

da enunciação, supertópico, gatilho tópico e envolvimento emocional do emissor), que resultam em uma somatória a partir da atribuição de valores a cada fator que compõe um formante. Quanto maior o valor final da somatória, por essa análise, mais o estilo se distancia da frugalidade, espontaneidade e informalidade.

mesóclises nos artigos de opinião mencionados acima há aqui uma tentativa de expressar fortemente um desejo (alinhado ao modo *irrealis*) do leitor/autor, o de que o mérito seja o único elemento a ser considerado em provas de seleção.

É evidente que o *irrealis* é codificado pelo próprio futuro do pretérito. O que defendemos é que, ao empregar, além do futuro do pretérito, a mesóclise, o autor reforce sua atitude epistêmica frente ao que enuncia.

A única ocorrência de mesóclise ao futuro do presente se deu após conjunção integrante, contexto tradicionalmente atrator do clítico. Abaixo, transcrevemos o parágrafo inteiro no qual se deu essa ocorrência, sem alterar qualquer aspecto da publicação original (à exceção do grifo no segmento sob análise):

depois dos 15 anos... data marcada pelo sentido mercadológico do conto de fadas... todo mundo tem 18... vale um complemento dessa ilegalidade da idade... não há nada para quem tem entre 15 e 17: 364 dias de idade... é aí que aflora a caminhada para o fim das virgindades celestiais... todo mundo sabe disso, porque todo mundo já esteve por essas bandas da idade, e é ali que o pecado original e a sua maçã infalível contracenam com o que antes era individualismo impuro... nasce amor namoradeiro... acredita-se, vejam só, que *amar-se-á* aquela pessoa pra vida inteira... (Crônica expositivo-reflexiva, Lúcio Manga, *tudo que você sabe sobre sexo, mas dá uma de bobo pra pagar de puritano*. Jornal A Gazeta, 06 out. 2012)

Nessa crônica, o autor expõe suas reflexões sobre a relação entre real e virtual no que diz respeito ao sexo. Trata-se de uma temática pouco ortodoxa, mesmo para uma crônica, e com marcas gráficas no texto que também demonstram o não alinhamento às convenções (o não emprego de letra maiúscula, as sentenças curtas e sintaticamente mais simples se alternando com outras mais longas e complexas); além disso, o uso constante de reticências reforça o tom de reflexão, insinuação e fragmentação.

Apesar de alguns aspectos apontarem para uma cisão com a tradição, o cronista emprega a mesóclise – uma variante que resiste no PB apenas em domínios restritos de escrita – e ainda em um contexto em que a prescrição recomenda a próclise, variante preferida no PB oral e em gêneros escritos. Podemos supor que, ao optar por essa variante, o autor deixa ainda mais explícita a oposição *moderno vs. arcaico* que essa sentença representa em relação ao todo na crônica: 1. no plano do sentido: a crônica discorre sobre a banalização, fluidez e volatilidade do sexo, e a sentença em análise, em contraponto, denota estabilidade e constância (cf. “pra vida inteira”); 2. no plano da forma: pretende-se expressar um ar de vanguardismo, com formas gráficas e pontuação não convencionais (além de reduções, como “pra”, e gírias, como “pagar de [adjetivo]”), e a mesóclise rompe essa congruência harmônica do texto.

A construção “que amar-se-á”, apesar de estar no futuro do presente e não do pretérito, parece exprimir um valor de incerteza. O comentário intercalado “vejam só” demonstra atitude descrente do enunciador frente ao que reporta de discursos alheios (por meio de “acredita-se”); ou seja, a leitura que se pode fazer desse contexto é que os outros acreditam “que amar-se-á aquela pessoa pra vida inteira”, mas o enunciador não acredita nisso, e reforça a atitude de improbabilidade ou impossibilidade – tomando de empréstimo os termos propostos por Gryner (1990 apud GRYNER; OMENA, 2004) para determinar os fatores de diferentes atitudes epistêmicas – por meio da mesóclise.

Assim, ao flertar com o domínio literário, o autor pode ter empregado a mesóclise como recurso estilístico tanto para reforçar a oposição mencionada anteriormente quanto para potencializar a ironia presente em “pra vida inteira” (a sentença “vejam só” intercalada demonstra o não alinhamento do cronista a essa ideia). Esses valores discursivos e estilísticos parecem ter sido mais fortes que a prescrição e levaram o cronista a não “corrigir” a colocação numa possível revisão do texto, não por desconhecimento da regra, visto que se trata de um professor de Português e colunista de rádio em programas com foco em norma padrão.

Ao que parece, a mesóclise foi empregada nesses casos para transmitir ao leitor um valor semântico adicional, além do significado referencial expresso no texto. Nos casos de mesóclise ao futuro do pretérito (que representaram 4 das 5 ocorrências), essa colocação parece reforçar o aspecto *irrealis* do verbo. Apesar de não termos controlado a atitude epistêmica do enunciador ou outro aspecto de cunho semântico como variável independente, julgamos importante mencionar esse ponto, concordando com Gryner e Omena (2004), que afirmam: “[...] sabe-se que o significado linguístico não se esgota no conteúdo lexical, mas deriva em grande parte dos contextos linguísticos ou situacionais em que a forma ocorre” (GRYNER; OMENA, 2004, p. 89). Parece ser esse o caso da mesóclise, que teve 80% de suas ocorrências ligadas a um hospedeiro no futuro do pretérito, cujo conteúdo é eventual, hipotético, o que se encontra reforçado por outras pistas linguísticas (como outros verbos no futuro do pretérito ou no pretérito imperfeito do subjuntivo na sequência e modalizadores discursivos).

A mesóclise ocorreu no *corpus* com ambos os tempos que permitem sua emergência (futuro do presente e futuro do pretérito do indicativo nas suas formas sintéticas), mas com frequências distintas (1/12 com futuro do presente e 4/12 com futuro do pretérito, também chamado de condicional). Como foram poucas as ocorrências de verbos nesses tempos, não podemos afirmar categoricamente que seu comportamento é invertido quanto à colocação pronominal, com o futuro desfavorecendo a mesóclise mais que o condicional. No entanto,

algumas considerações devem ser feitas sobre o condicional, que podem, de fato, exercer alguma influência sobre o emprego da colocação hipermonitorada, a mesóclise.

Inicialmente, devemos levar em conta que os tempos do futuro se distinguem dos outros tempos do indicativo, conforme pontua Santos (2002) ao propor, com base em Givón (1984; 1993; 1995), Bybee *et al.* (1994) entre outros autores, que esses tempos são mais *modos* do que essencialmente *tempos*. Sobre o futuro, a autora afirma: “[...] concordamos com Givón (1993:172): ‘o futuro é, por definição, um modo *irrealis*’. Portanto, deveria estar associado ao modo subjuntivo nas gramáticas normativas” (SANTOS, 2002, p. 5). A autora assume que a irrealidade atinge similarmente o futuro do presente e do pretérito (rotulados como *futuro verbal*), mas na análise de dados os distingue, ressaltando que os dados com futuro do presente “[...] codificam o conhecimento, a crença do falante sobre o conteúdo das proposições enunciadas e observa-se o grau de comprometimento do falante com a verdade da proposição” (id., p. 5). Assim, se pudermos distinguir entre os dois tempos qual deles expressa de forma mais saliente a noção de irrealidade, de mundo hipotético, condicional, esse tempo é o futuro do pretérito.

Ainda sobre o futuro do pretérito, que desencadeou a maioria das mesóclises em tela, destacamos o trabalho de Tesch (2011), que, baseada na Teoria da Variação e Mudança Linguística, analisou a expressão do âmbito *irrealis* entre os falantes de Vitória (PortVix). Esse fenômeno se manifestou sob a forma de quatro variantes: futuro do pretérito (*faria*), pretérito imperfeito (*fazia*) e as formas perifrásticas com pretérito imperfeito (*ia fazer*) e com futuro do pretérito (*iria fazer*). Dessas, a variante padrão (futuro do pretérito sintético) ocorreu em 41% dos casos, seguida do pretérito imperfeito (38%) e da forma perifrástica *ia + V* (21%) – a forma perifrástica *iria + V* não chegou a 1% das ocorrências. No trabalho de Tesch (2011), o futuro do pretérito foi favorecido, entre as variáveis sociais e discursivas, pelo tipo de texto argumentativo e pela maior escolarização do falante.

Reunidas todas essas informações sobre a expressão do âmbito *irrealis* na comunidade de fala capixaba, podemos esboçar algumas relações entre o futuro do pretérito, a forma padrão, de maior prestígio – e, segundo Tesch (2011), mais formal – e a colocação mesoclítica, favorecida por esse tempo. A argumentação, apontada por Tesch (2011) como favorecedora da forma padrão futuro do pretérito, é a sequência tipológica predominante em dois dos gêneros em que ocorreram as mesóclises, a carta e o artigo de opinião, que concentram 3 das 5 mesóclises encontradas.

Podemos ter aqui uma confluência de fatores que desembocam na associação entre futuro do pretérito e a mesóclise: a argumentação desencadeou mais futuro do pretérito como

forma de expressar o âmbito *irrealis* (Tesch, 2011) e a argumentação concentrou, em nossa amostra, a maioria dos dados de mesóclise. Com a devida cautela, dado o aporte teórico distinto, podemos recorrer ao princípio de marcação³ (GIVÓN, 1995) para justificar essa confluência de fatores, uma vez que temos três fatores marcados associados: o futuro do pretérito, a argumentação e a mesóclise. Além disso, a mesóclise, assim como o futuro do pretérito, é a variante mais monitorada.

Para finalizar esta exposição sobre a mesóclise, não podemos deixar de mencionar a avaliação negativa que a mesóclise pode ter incorporado ao longo do tempo entre os falantes do PB, especialmente depois da ascensão do então vice-presidente Michel Temer à presidência em 2016, empossado após um conturbado processo de golpe/*impeachment* que derrubou a presidenta Dilma Rousseff. Há nas redes sociais vários memes pejorativos ligando o uso da mesóclise, fartamente presente nos discursos de Michel Temer, a valores negativos, como hermetismo, ardileza, arrogância e distância das pautas populares. Eralldo (2017), em seu blog, publicou um artigo em que elenca e analisa alguns desses memes (*cf.* <http://www.douglaseralldo.com/2017/04/o-caso-da-mesoclise-do-desaparecimento.html>).

Considerações finais

Discorreremos neste artigo sobre os possíveis significados indexados à mesóclise. Quanto à colocação pronominal, podemos supor que a próclise é a variante não marcada, sem expressão de significados sociais associados ao seu emprego. Os motivos que nos levaram a essa leitura foram o fato de essa variante ser, no PB, quase categórica na fala e a mais recorrente na escrita, além de extrapolar em todos os gêneros discursivos em tela o limite da prescrição (figurando em contextos de recomendação categórica de ênclise). A ênclise, de acordo com nossa interpretação, indicia valores ligados a conhecimentos especializados e prototípicos de espaços letrados. A mesóclise, que é o foco deste artigo, por sua vez, por ser a variante hiperformal, poderia denotar maior rebuscamento, refinamento, conhecimento e elegância ou ainda de modalização discursiva, mas, como se observa nos diversos memes que circulam nas redes sociais, pode carregar também, a depender da situação sociocomunicativa em que ocorre, um valor simbólico de arrogância e elitismo.

Considerando esses possíveis valores indexados e os usos de ênclise e mesóclise, podemos levantar a hipótese de que a colocação pronominal é um *marcador* (LABOV, 1994),

³ O princípio da marcação se define como um status meta-icônico da língua que associa a codificação linguística a questões de ordem comunicativa e cognitiva. Pelo princípio da marcação, uma categoria se define, por oposição binária, como marcada ou não marcada.

pois sofre variação estilística e demonstra ser alvo de avaliação dos falantes/escreventes, estando acima do nível da consciência. A mesóclise, especificamente, pode ser, em determinados contextos, apontada como um *estereótipo*, por ter alto grau de consciência por parte do falante/escrevente e indiciar, algumas vezes, significados negativos.

Referências

- ADAM, J. **Textos: tipos e protótipos**. São Paulo: Contexto, 2019 [1992].
- BAGNO, M. Norma. In: **Dicionário crítico de sociolinguística**. São Paulo: Parábola, 2017.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail (org.). **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. a. [1953], p. 261–269.
- BELL, A. **Language style as audience design**. *Language in society*, Wellington, n. 13, p. 145–204, 1984.
- BENINCÁ, L. R. **A posição dos clíticos pronominais em textos jornalísticos capixabas: uma investigação do continuum da variação estilística inter- e intragenérica**. 2022. Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Vitória, 2022. Tese (Doutorado em Linguística).
- BENINCÁ, L. R.; YACOVENCO, L. C. “Me dá um sinal”: que norma opera na colocação dos clíticos pronominais no PB em gêneros do domínio jornalístico? In: FARIA, Sandra Teixeira de; MARQUES, Francisco Cláudio Alves; JIMÉNEZ, María Colom; DUARTE, Osvaldo Copertino (org.). **Novas contribuições em investigação e ensino em língua portuguesa**. Madrid: Punto Didot, 2020. p. 145–178.
- BENTES, A. C. “Tudo que é sólido desmancha no ar”: sobre o problema do popular na linguagem. **Gragoatá**, Niterói (RJ), n. 27, p. 117–134, 2009. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33109>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- BIAZOLLI, C. C. **Posição de clíticos pronominais em duas variedades do português: inter-relações de estilo, gênero, modalidade e norma**. 2016. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), Araraquara, SP, 2016. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/144643>. Acesso em: 15 set. 2020.
- ECKERT, P. **Linguistic variation as social practice**. Oxford: Blackwell, 2001.
- ECKERT, P. Variation and the indexical field. **Journal of Sociolinguistics**, v. 12, n. 4, p. 453–476, 2008. DOI: 10.1111/j.1467-9841.2008.00374.x.
- ECKERT, P. Where does the social stop? In: PARROTT, Jeffrey K.; QUIST, Pia; GREGERSEN, Frans (org.). **Language Variation: European Perspectives III**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2011. p. 15–30.
- ECKERT, P. Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. **Annual review of Anthropology**, n. 41, p. 87–100, 2012.

ECKERT, P.; LABOV, W. Phonetics, phonology and social meaning. **Journal of Sociolinguistics**, Hoboken (New Jersey), v. 21, n. 4, p. 467–496, 2017. DOI: 10.1111/josl.12244.

ERALLDO, D. **Blog do Douglas Eralldo**. 2017. Disponível em: <http://www.douglaseralldo.com/2017/04/o-caso-da-mesoclise-do-desaparecimento.html>. Acesso em: 30 nov. 2021.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.

GIVÓN, T. **Functionalism and grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

GRYNER, H.; OMENA, N. P. De. A interferência das variáveis semânticas. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (org.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004 [2003]. p. 89–100.

KATO, M. A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In: MARQUES, M. A.; KOLLER, E.; TEIXEIRA, J.; LEMOS, A. S. (org.). **Ciências da Linguagem: trinta anos de investigação e ensino**. Braga: CEHUM, U. do Minho, 2005. p. 131–145.

LABOV, W. **Principles of linguistic change: internal factors**. Cambridge/Oxford: Blackwell, 1994.

LABOV, W. The anatomy of style shifting. In: ECKERT, Penelope; RICHFORD, John R. (org.). **Style and sociolinguistic variation**. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2001. p. 85–108.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

MARCUSCHI, L. A. Questão do suporte dos gêneros textuais. **DLCV**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 9–40, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/dclv/article/view/7434/4503>. Acesso em: 23 jun. 2021.

MARCUSCHI, L. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007 [2001].

MARCUSCHI, L. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (org.). **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola, 2010[2002]. p. 19–38.

MATEUS, M. H. M.; CARDEIRA, E. **Norma e variação**. Lisboa: Caminho, 2007.

MELO, M. A. S. L. De. Furando as ondas: a contribuição de falantes à margem da estrutura social para a discussão sobre o significado social da variação. **Linguística**, Rio de Janeiro, v. 16, n. Edição Especial Comemorativa, p. 799–816, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/download/21677/23391>. Acesso em: 30 nov. 2021.

PAREDES SILVA, V. L. Forma e função nos gêneros de discurso. **Alfa**, São Paulo, v. 41, n. Especial, p. 79–98, 1997. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4033/3697>. Acesso em: 22 maio 2019.

POPLACK, S. Norme prescriptive, norme communautaire et variation diaphasique. In: KRAG, K.; LINDSCHOUW, J. (org.). **Variations diasystemiques et leurs interdependances**, *Revue de Linguistic Romane*. Ottawa: Université d'Ottawa, 2015. p. 1–37. Disponível em: <http://www.sociolinguistics.uottawa.ca/shanapoplack/francais/pubs/pubs.html>. Acesso em: 18 fev. 2019.

SANTOS, J. R. Dos. O futuro verbal é um tempo ou um modo? **Cadernos do CNLF - Gramaticalização e estudos de gramática**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 8, p. 1–6, 2002. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/vicnlf/anais/caderno08-11.html>. Acesso em: 13 out. 2021.

TESCH, L. M. A variação entre as formas do futuro do pretérito e pretérito imperfeito do indicativo na fala capixaba. **Percursos Linguísticos**, Vitória, v. 2, n. 1, p. 89–109, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/1705/1294>. Acesso em: 13 out. 2021.

TESCH, L. M.; YACOVENCO, L. C. A continuidade da documentação em pesquisas sociolinguísticas. In: FREITAG, Raquel Meister Ko.; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; DIAS, Valter de Carvalho (org.). **Desafios para pesquisa em Sociolinguística**. São Paulo: Blucher, 2022. p. 51–70. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/download-pdf/531/22960>. Acesso em: 23 mar. 2022.

VALLE, C. R. M.; GÖRSKI, E. M. Por um tratamento multidimensional da variação estilística na entrevista sociolinguística. In: GÖRSKI, E. M.; COELHO, I. L.; SOUZA, C. M. N. De (org.). **Variação estilística: reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise**. Florianópolis: Insular, 2014. p. 93–121.

VIEIRA, M. de F. **A cliticização pronominal em lexias verbais simples e em complexos verbais no português europeu oral contemporâneo: uma investigação sociolinguística**. 2011. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

VIEIRA, S. R. **Colocação pronominal nas variedades europeia, brasileira e moçambicana: para a definição da natureza do clítico em Português**. 2002. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

VIEIRA, S. R. Colocação pronominal nas variedades europeia, brasileira e moçambicana: para a definição da natureza do clítico em português. In: BRANDÃO, Sílvia Figueiredo; MOTA, Maria Antônia C. Da (org.). **Análise contrastiva de variedades do Português**. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2003. p. 37–60.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2017 [1929].

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

WOLFRAM, W.; SCHILLING, N. Dialects and style. In: WOLFRAM, W.; SCHILLING, N. (org.). **American English: dialects and variation**. 3rd. ed. Malden (MA) / Oxford: Wiley Blackwell, 2016 [1998]. p. 266–293.

Sobre a autora

Ludimilla Rupf Benincá (Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-2156-3294>)

Graduou-se em Letras Português na Universidade Federal do Espírito Santo, em 2006. Finalizou o Mestrado em Estudos Linguísticos em 2008 na mesma universidade, onde defendeu o Doutorado em Linguística em 2022, tendo passado 6 meses em doutorado sanduíche na Universidade do Minho, em Portugal. Integra o corpo de pesquisadores do Projeto Português Falado em Vitória (PortVix).

Recebido em maio de 2022.

Aprovado em setembro de 2022.

Marcação de plural e variação linguística: análise de produções escritas de alunos do Ensino Fundamental I

Plural marking and linguistic variation: an analysis of the written production of Primary I students

Any Cristina Felix¹

Maria Auxiliadora da S. Cavalcante²

Resumo: Este trabalho procura refletir sobre produções escritas de crianças do 2º, 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental I. Para tanto, foram planejadas e executadas aulas de língua portuguesa para coletar produções escritas com foco nos casos de variação linguística, observando a marcação do plural e a viabilidade da compreensão comunicativa nos casos identificados. A pesquisa é de natureza qualitativa, a coleta de produções escritas foi realizada por meio de pesquisa de campo. Os estudos realizados para embasamento teórico da pesquisa tomam por base autores que estudam e trabalham com a sociolinguística variacionista. Os principais resultados apontam que as diferenças na marcação de plural em desacordo com a gramática normativa indicam enraizamento e manifestações de problemáticas sociais, essas que, por sua vez, provocam situações de desprestígio da língua, rotulação e preconceito linguístico.

Palavras-chave: anos iniciais; marcação de plural; produções escritas; Sociolinguística; variação linguística.

Abstract: This paper seeks to reflect on the written productions of children in the 2nd, 3rd, 4th, and 5th grades of Elementary School I. To this end, Portuguese language classes were planned and executed to collect written productions focusing on cases of linguistic variation, observing the marking of the plural and the viability of communicative understanding in the identified cases. The research is qualitative in nature, and the collection of written productions was carried out through field research. The studies carried out for the theoretical basis of the research are based on authors who study and work with variationist sociolinguistics. The main results indicate that the differences in marking plurals in disagreement with the normative grammar indicate rooting and manifestations of social problems, which in turn cause situations of language discredit, labeling and linguistic prejudice.

Keywords: early years; plural marking; written productions; Sociolinguistics; linguistic variation.

¹ Universidade Federal de Alagoas, Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Maceió, AL, Brasil. Endereço eletrônico: any.felix@cedu.ufal.br.

² Universidade Federal de Alagoas, Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Maceió, AL, Brasil. Endereço eletrônico: auxiliadora.s.cavalcante@gmail.com

Introdução

O cotidiano social tem como característica marcante os diversos usos da língua que formam o fenômeno da variação linguística. Dada a frequência de uso das variações da língua, sabe-se que geralmente, quando há manifestações de variação, pode haver também manifestações de preconceito linguístico, visto a heterogeneidade da língua e a desigualdade social. Nesse sentido, acreditamos que o preconceito linguístico relacionado à marcação do plural pode estar vinculado a casos de variação linguística, fato que nos motivou a refletir sobre as manifestações das variações da língua na escrita de crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental I. Para tanto, questionamos: a marcação de plural nas manifestações linguísticas de alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental I inviabiliza a compreensão da mensagem comunicativa?

Pensando sobre esse questionamento, entendemos que a língua está em constante movimento sob influências cotidianas de ordem cultural, social, histórica, bem como que as pessoas fazem os mais diversos usos da língua de acordo com suas preferências, com seus pares e com os ambientes formais/informais.

Partindo desse pensamento, objetivamos refletir sobre a marcação do plural utilizada nos usos reais da língua por alunos dos anos iniciais, analisando as produções escritas de alunos do 2º, 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental I, partindo da identificação de casos de variação linguística relacionados à marcação do plural e da possível ou não viabilidade da compreensão comunicativa nos casos identificados.

A pesquisa desenvolvida justifica-se pela observação dos diversos usos da língua e a frequência de casos de variedades que fomentam investigações sobre a universalidade do fenômeno da variação linguística, visto que ele se manifesta em diferentes grupos sociais, dentre eles crianças estudantes dos anos iniciais.

Para o desenvolvimento da investigação, partimos do pressuposto de que as crianças com seus pares em sala de aula utilizam a língua de forma espontânea. Diante disso, planejamos e realizamos uma produção textual na qual os estudantes pudessem falar sobre o dia mais incrível de suas vidas, pois, na nossa visão, esse tema tem uma amplitude para a liberdade/espontaneidade de escrita, já que os alunos poderiam escrever sobre algo do seu interesse a partir de uma vivência significativa.

Fundamentamos as análises tomando por base autores que estudam e pesquisam casos de variação linguística em interface com as questões de ensino e aprendizagem da língua, dentre os quais: Bagno (2006), Bortoni-Ricardo (2004), Cavalcante (2008), Marinho e Costa Val (2006), entre outros.

Aspectos metodológicos

O percurso metodológico, para o desenvolvimento deste trabalho, pautou-se na abordagem qualitativa, por meio da pesquisa de campo. Escolhemos esse tipo de investigação porque “[...] a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes” (GODOY, 1995, p. 21). As produções escritas analisadas, neste artigo, foram coletadas no mês de novembro/2021 com alunos³ do 2º, 3º, 4º e 5º anos, durante aulas de língua portuguesa. Considerando o que ressalta Godoy (1995, p. 27), “[...] os dados devem ser coletados no local onde eventos e fenômenos que estão sendo estudados naturalmente acontecem [...]” As análises do material coletado foram realizadas nos meses de dezembro/2021 e janeiro/2022, concomitante ao aprofundamento de estudos para fundamentação teórica e discussão dos resultados.

Coletamos uma narrativa escrita referente a cada ano do Ensino Fundamental I⁴, para investigar os possíveis casos de variação linguística, observando a marcação do plural e a viabilidade da compreensão comunicativa nos casos identificados, pois “[...] um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte [...]” (GODOY, 1995, p. 21). As narrativas escritas produzidas pelas crianças foram construídas dentro da temática *Os dias mais incríveis da minha vida* para incentivar criações autorais significativas e livres da obrigação de escrever sobre um tema com o qual os alunos não tivessem afinidade e nem interesse, entendendo que “[...] o pesquisador vai a campo buscando ‘captar’ o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes” (GODOY, 1995, p. 21). Após a realização das escritas, ocorreu a socialização oral da narrativa com a participação de todas as crianças.

Fundamentação teórica

A língua, parte constituinte do ser humano, desde sua formação social, histórica e cultural, está diretamente no centro das mudanças sociais como elemento que colabora com a interação entre os indivíduos e as relações de poder. Para Marinho e Costa Val (2006), “[...] a língua é um sistema de recursos expressivos que está a serviço da interação humana” (MARINHO; COSTA VAL, 2006, p. 13), portanto, seus usuários moldam o uso da língua de

³ As identidades das crianças autoras das produções escritas analisadas, neste artigo, são preservadas. As narrativas são identificadas apenas pelo ano escolar de cada criança.

⁴ Durante a pesquisa de campo, não havia criança do 1º ano participando das produções escritas, desse modo não houve coleta de material referente ao 1º ano do Ensino Fundamental I.

acordo com a situação comunicativa que lhe convém e isso, por si só, já seria algo extraordinário e um indicador da capacidade de mutação e possibilidades do uso da língua.

Considerando a premissa de que a língua está a serviço da interação humana e de que a mutabilidade cotidiana ocorre conforme as práticas sociais dos sujeitos nos mais diferentes espaços, é importante ressaltar, conforme Cavalcante (2008), que “[...] em um mesmo espaço geográfico podem conviver diferentes variedades linguísticas (popular, culta, padrão e não padrão)” (CAVALCANTE, 2008, p. 01).

Sabendo-se que a língua é constituída pela heterogeneidade com aspectos que diferem de acordo com o espaço em que é utilizada, bem como pelo uso formal ou informal, logo se entende que ela é influenciada pela cultura, considerando que a cultura é “[...] um conjunto de conhecimentos, valores, crenças, costumes, modos de agir e de se comportar adquiridos pelos seres humanos como membros de uma sociedade [...]” (LIBÂNEO, 2012, p. 319). Desse modo, é válido destacar que a vivência e a manifestação desses conhecimentos, crenças, costumes, modos de agir e se comportar estão diretamente ligados aos diferentes usos da língua e ela, por sua vez, imersa neles. Nesse sentido, “[...] a língua é um dos bens sociais mais relevantes e de maior valor, apreciada pela humanidade em qualquer época, povo e cultura. É propriedade adotada por todos os membros de uma comunidade, pois nenhuma delas permanece viva sem comunicação” (FIGUEIREDO; GRANADEIRO; SILVA, 2019, p. 03).

Costa (2009, p.13) enfatiza que “[...] a língua é, por excelência, um instrumento de comunicação social. Por meio dela, o homem projeta o processo de criação e recriação da sua realidade, mediante a interação que estabelece consigo mesmo e com os outros”. Portanto, reconhecer a heterogeneidade da língua nega a ideia de uma língua pura, homogênea, sem influências históricas e culturais e que não acompanha o movimento de mudanças sociais. Entendê-la, por esse viés, rompe com a ideia da constituição de objeto inacessível à camada populacional em geral, pois como afirma Possenti (1996), “[...] todos os que falam sabem falar” (POSSENTI, 1996, p. 26). São exatamente os diferentes usos da língua, os novos sentidos e construções que vão sendo feitas que a constituem como um elemento provocante a diversos tipos de estudo, pois “[...] o uso da língua é variado e rico” (FIGUEIREDO; GRANADEIRO; SILVA, 2019, p. 03).

Para tanto, as mudanças na língua não ocorrem de forma instantânea. Trata-se de um processo histórico que demanda tempo em que as mudanças ocorrem de forma gradual, conforme os diversos usos que vão sendo feitos por seus usuários, bem como pelas influências sociais, culturais, regionais e econômicas, por exemplo. Nesse sentido, destaca-se

a percepção do dinamismo da língua, porque ela vai mudando com o tempo e com as ocorrências sociais.

Naro (2003) afirma que as mudanças que ocorrem na língua não são regulares e nem a curto prazo, ou seja, não há uma linearidade e nem celeridade instantânea no processo de transformação da língua e seus diferentes usos. Para tanto, “[...] por mais que sejam refreadas, as forças de mudança interna da língua nunca param de agir” (BAGNO, 2006, p. 40).

Compreendida a ideia de que a língua está em constante processo de mutabilidade, não linear, a longo prazo, influenciando e sendo influenciada por aspectos internos e externos, aponta-se para a diversidade linguística, pois, “[...] é fato que as línguas são instáveis e mudam com o passar do tempo” (COSTA, 2009, p. 20), então a diversidade da língua é construída por uma realidade plural, concretizada no falar dos seres humanos no dia a dia.

Esse falar tão comum e cotidiano ocorre em diferentes espaços físicos que constituem espaços de interação social e contribuem com a formação de papéis sociais. Bortoni-Ricardo (2004) ressalta que os espaços de interação humana, nos quais a língua se manifesta, são domínios sociais em que os indivíduos têm contato entre si, a casa como um desses espaços se pauta na cultura falada.

A autora ressalta também que a escola, na condição de outro espaço de interação, se constitui como lugar de predominância da cultura escrita e, desse modo, a sensibilidade do aluno vai sendo moldada para a percepção quanto ao uso formal e informal da língua.

Diante de tais espaços, é elementar afirmar que a diversidade da língua condiciona a reflexão sobre a variação da língua porque “[...] a variação é inerente à própria comunidade linguística” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 25).

A heterogeneidade da língua é implícita à diversidade linguística em uso pelos falantes, porém quase sempre a língua torna-se objeto de estudo com maior frequência pela perspectiva da norma gramatical padrão, como um conjunto de regras que devem ser seguidas pelos indivíduos (POSSENTI, 1996). No entanto, não é apenas para essa visão gramatical que ela constitui objeto de análise.

Enquanto para a gramática normativa a língua é voltada para a ideia de erro ou acerto, sem levar em consideração a forma como a pessoa pensa e constrói o modo que fala ou escreve – língua ideal e não língua real -, há poucas descrições de como a língua está de fato acontecendo, sendo essa função da gramática descritiva e analítica. O que se observa é que não se leva em consideração o lançamento de hipóteses linguísticas que o falante faz de acordo com as regras internalizadas, ou seja, que foram aprendidas na cultura local (POSSENTI, 1996).

Nesse ponto, busca-se o apoio da corrente sociolinguística, porque compreende que a língua utilizada no cotidiano social é a língua real e não a ideal, como prescreve a gramática normativa. Dessa forma, faz-se necessário pensar a influência de fatores internos e externos que contribuem com a formação do repertório linguístico dos indivíduos.

A Sociolinguística é uma subárea da ciência Linguística. De acordo com Coelho *et al.* (2010), em meados da década de 1960, o linguista William Labov avançou com estudos numa vertente diferente dos estudos linguísticos até então realizados por Ferdinand de Saussure (estruturalismo) e Noam Chomsky (gerativismo), apresentando uma nova visão sobre os fenômenos linguísticos. Os estudos de Labov se destacam porque, a partir deles, o aspecto social passa a ser considerado como fator de influência sobre as manifestações da língua,

[...] tanto estruturalistas quanto gerativistas deixam de lado as possíveis influências externas (históricas, sociais, ideológicas etc.) sobre a estrutura linguística, assumindo uma perspectiva pela qual as regras e relações internas dos componentes da gramática são suficientes para uma descrição adequada do objeto (COELHO *et al.*, 2010, p. 19-20).

Desse modo, a Sociolinguística desenvolve estudos com a observação dos usos da língua no meio social, tendo como objeto de estudo a variação linguística,

[...] ponto fundamental na abordagem proposta por Labov é a presença do componente social na análise linguística. Com efeito, a sociolinguística se ocupa da relação entre língua e sociedade e do estudo da estrutura e da evolução da linguagem dentro do contexto social da comunidade de fala (COELHO *et al.*, 2010, p. 22).

Nesse sentido, Bagno (2006, p. 208) defende que essa corrente teórica “[...] estuda as correlações entre fenômeno linguístico e fato social”. A variação linguística é, portanto, um fenômeno universal com existência de formas linguísticas alternativas, dessa forma, pode ser descrita e analisada cientificamente (MOLLICA, 2003). Para Bortoni-Ricardo (2004), a variação linguística está relacionada a grupos etários (idade, geração), gênero (papeis sociais/cultura), status socioeconômico (desigualdade de renda), mercado de trabalho (repertório linguístico ligado a profissão), grau de escolarização (anos de estudo e qualidade escolar), rede social (comportamento de vivências próximas) e grupo de referência (quando mesmo sem interação presencial sofre influência, por exemplo: TV, internet), compondo uma diversidade sociolinguística que requer reconhecimento e consciência.

Marinho e Costa Val (2006) afirmam que o fenômeno da variação linguística ocorre devido às diferenças na fala e na escrita pelas transformações da língua ao longo do tempo.

Cavalcante, partilha do mesmo pensamento quando afirma que a variação linguística ocorre tanto na fala quanto na escrita (CAVALCANTE, 2008). Bortoni-Ricardo (2004) expõe que tais diferenças acontecem também na variedade do lar com o uso da língua informal e no ambiente escolar devido à cultura formal da escola, ou seja, manifestam-se no falar cotidiano das pessoas, bem como na forma de utilizar a língua escrita de acordo com o contexto em que elas estão inseridas. Assim, a língua firma-se como elemento cultural e heterogêneo que permite a comunicação de forma satisfatória, ou seja, de modo a cumprir a função comunicativa a partir da intenção do locutor, podendo ocorrer o fenômeno da variação.

Após a reflexão sobre as mudanças sociais que afetam diretamente os usos da língua e provocam dinamismo, diversidade, bem como o fenômeno da variação linguística, ressalta-se a importância de refletir sobre como a língua se concretiza tanto na fala quanto na escrita, para abarcar a universalidade da variação como um fenômeno, não a curto prazo, que de tempos em tempos, acompanhando as mudanças da sociedade, imprime suas marcas nas construções comunicativas dos falantes/ouvintes e escritores e leitores.

Pensando a marcação do plural e o preconceito linguístico

De acordo com Bagno (2006), a marcação do plural em apenas uma das palavras que compõem uma oração sofre preconceito social sendo rotulada, de “[...] ‘fala de caipira’, ‘fala de matuto’, ‘língua de jeca’, ‘língua de caboclo’, ‘português errado’ [...]” (BAGNO, p. 48, 2006). Para Cavalcante (2008), esse preconceito social se intensifica em relação à variedade linguística utilizada pela camada popular, tornando-se uma forma de falar estigmatizada e desprestigiada.

Possenti (1996) afirma que existem julgamentos das diferentes formas de falar de acordo com o ponto de vista de determinados grupos de falantes (normalmente grupos privilegiados). As diferenças existentes são rotuladas como erro e funcionam como um intensificador da desigualdade social. Para tanto, o autor esclarece que diferenças linguísticas não são erros, são construções que divergem do que é considerado padrão. Na verdade, erro é aquilo que não se enquadra em qualquer variedade da língua, explica o autor.

A marcação do plural em apenas uma palavra da frase, embora compreensível pelos falantes do português, só é considerada um erro e motivo de preconceito porque não se admite formas de falar que estejam destoantes da gramática normativa,

[...] na verdade, a gramática sempre foi pensada como autônoma e indiferente a mudanças e o ensino de Língua Portuguesa, por sua vez,

sempre foi baseado nessa gramática normativa e prescritiva, que não considera as variações da língua e não sofre influências dos contextos de uso da língua (MOURA JÚNIOR; MESQUITA, 2019, p. 108).

Dessa forma, fundamentar o ensino da língua considerando apenas o que indica a gramática normativa pode levar à ocorrência de dois problemas: o primeiro se dá em distanciar a sala de aula do aluno. A sala de aula passa a ser um ambiente de estranhamento para o aluno que, ao expressar-se de forma espontânea, torna-se alvo de correções. Um exemplo desse estranhamento é a negativa da personagem Emília no livro *A língua de Eulália*:

Aliás, se você prestar atenção na fala das pessoas com quem convive em casa, no trabalho, no círculo de amizades, vai perceber que em situações informais, descontraídas, mesmo as pessoas ditas cultas aplicam a regra de plural do PNP⁵.

— É verdade, tia, eu já reparei isso — confirma Vera.

— Não sei não — duvida Emília. — Eu tenho certeza de que não falo assim nunca. Meus plurais estão sempre bem marcadinhos, bonitinhos...

— Será mesmo? — diz Irene, piscando um olho. — Um dia a gente grava a sua fala numa situação informal e depois põe a fita para tocar. Sou capaz de apostar que vai haver muito plural ‘faltando’ ... (BAGNO, 2006, p. 51).

O segundo problema decorre das manifestações do preconceito linguístico apontado no primeiro problema. Por não se reconhecer aceito em determinada forma de falar, entre outros fatores, o aluno corre o risco de perder o interesse pelo estudo e para refletir sobre a língua materna.

Ainda hoje, é possível constatar que muitos professores de Língua Portuguesa privilegiam o ensino da gramática normativo-tradicional, que aponta o certo e o errado quanto ao uso da língua. Esse modo de conceber o ensino da língua contribui para que os alunos continuem alheios ao funcionamento da língua, acreditando que aprender gramática normativa fará com que eles desenvolvam habilidades de leitura e de escrita (MOURA JÚNIOR; MESQUITA, 2019, p. 108).

Conforme já exposto acima, uma forma de falar só é considerada um erro e, conseqüentemente, alvo de preconceito, porque não são admitidas formas de falar que diferem das regras gramaticais. No entanto, isso não significa que não se deve ensinar a gramática normativa nos espaços de aprendizagem da língua. Significa dizer que, junto ao estudo da língua pela gramática normativa, deve-se reconhecer também que existem outras formas de

⁵ No livro *A língua de Eulália*, Bagno utiliza a sigla *PNP* para se referir ao português não-padrão.

falar que não constituem erros se são compreensíveis aos falantes. Dessa forma, Bagno (2006) esclarece:

Como já enfatizei, não vamos querer eliminar o português padrão das escolas e passar a ensinar o PNP. Mas o conhecimento dessas regras serve para que fiquemos mais atentas às diferenças que existem entre as duas variedades... Diferenças que quase sempre, infelizmente, são logo consideradas ‘erros’ por quem não consegue compreender a lógica que existe nelas... (BAGNO, 2006, p. 54).

Para além da compreensão de que uma forma de falar diferente das regras normativas da gramática não constitui necessariamente erro, faz-se necessário refletir, tratando-se do PNP, o porquê de a marcação de plural ocorrer em apenas uma das palavras da frase. Para explicar esse fenômeno, Bagno esclarece que, “[...] estamos falando do português não padrão, que tem regras gramaticais diferentes das do português padrão” (BAGNO, 2006, p. 49).

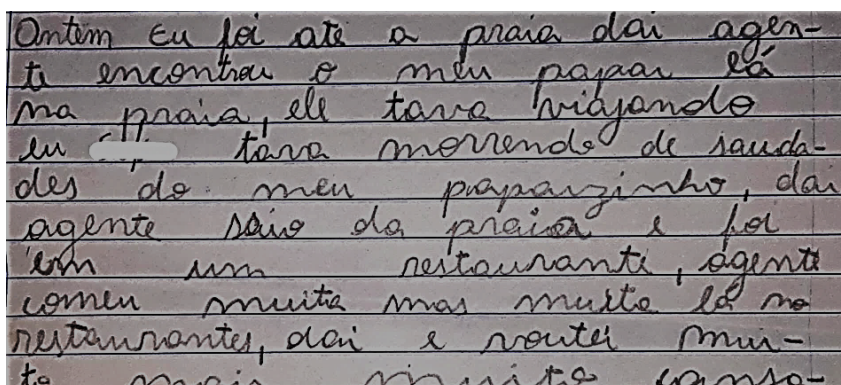
Segundo o autor, a diferença ocorre na redundância da marcação do plural. Ela ocorre com maior frequência no português padrão, estando presente em mais de uma palavra “[...] no português padrão existe aquilo que se chama marcas redundantes de plural. [...] Na nossa norma-padrão de português, para indicar que estamos falando de mais de uma coisa, acrescentamos ‘marcas de plural’ em muitas palavras da frase” (BAGNO, 2006, p. 49), assim se caracteriza a concordância de número.

Análises das produções escritas

O fenômeno da variação linguística se manifesta nas diferentes formas de falar e de escrever que marcam a identidade de um povo. Desse modo, para refletir sobre esse fenômeno, por meio da marcação do plural utilizada nos usos reais da língua por alunos dos anos iniciais, propomos analisar produções escritas de alunos do 2º, 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental I - doravante EF I – sobre o tema *Os dias mais incríveis da minha vida*, a fim de identificar casos de variação linguística relacionados à marcação do plural, para discutir sobre a viabilidade da compreensão comunicativa nos casos identificados.

A figura 01, conforme imagem abaixo, apresenta o relato de uma criança do 2º ano do EF I sobre o tema proposto *Os dias mais incríveis da minha vida*.

Figura 1 – Relato da criança do 2º ano sobre o tema *Os dias mais incríveis da minha vida*



Fonte: Cavalcante; Felix (2021)

A escrita espontânea da criança apresenta traços da linguagem oral transposta na linguagem escrita. Nesse sentido, destacamos o trecho “[...] daí agente saio da praia e foi em um restaurante, agente comeu muito mas muito lá no restaurantes [...]”. Ressalta-se que a criança faz uso do pronome “a gente” em substituição ao pronome “nós” para evidenciar que estava na companhia de outras pessoas, bem como a utilização do “saio” para “saímos”, “foi” para “fomos” e “comeu” para “comemos”, comunicando, então: “agente saio” para “nós saímos”, “agente foi” para “nós fomos” e “agente comeu” para “nós comemos”, demonstrando traços de heterogeneidade linguística na sua forma de falar. Nesse sentido, Santos (2013) destaca que a heterogeneidade linguística é objeto de estudo da sociolinguística, da qual se percebe traços da fala na escrita espontânea da criança,

[...] para a sociolinguística, a língua apresenta um dinamismo próprio, possuindo formas diferentes, mas que são semanticamente equivalentes. Essas formas, diferentemente da visão normativa, não são consideradas desvios. A língua permite a construção das mesmas e, por isso, devem ser respeitadas (SANTOS, 2013, p. 27).

Observando a produção escrita apresentada acima, entende-se que o uso do pronome “a gente” para expressar duas ou mais pessoas em substituição do pronome “nós”, bem como a conjugação dos verbos na 3ª pessoa do singular não inviabilizam a compreensão da intenção comunicativa da criança.

A forma que a criança utilizou para narrar seu relato, ressalta a percepção da influência do aspecto social em sua na fala cotidiana. Esta que, transposta na escrita, evidenciou traços da variação diatópica, relacionada à região que a criança vive, bem como a

variação diastrática, de acordo com os grupos sociais com os quais ela convive. Nesse sentido, destacamos a percepção de Coelho *et al.* (2010), ao afirmar que:

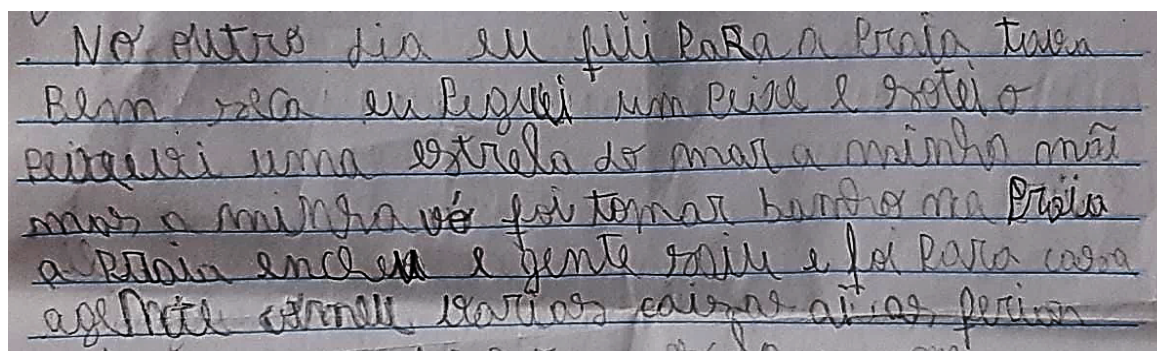
[...] o fato de em uma comunidade, ou mesmo na fala de um indivíduo, conviverem tanto a forma tu quanto você não pode ser considerado marginal, acidental ou irrelevante em termos de pesquisa e de avanço de conhecimento. Como já vimos, a variação é inerente às línguas, e não compromete o bom funcionamento do sistema linguístico nem a possibilidade de comunicação entre falantes (COELHO *et al.*, 2010, p. 25).

As manifestações linguísticas apresentadas pela criança também têm influência social de acordo com a faixa etária e grau de escolaridade a qual pertencia no dado momento da realização da produção escrita. Esse fato nos permite inferir que conforme a criança avance em idade e, respectivamente, em anos escolares, a forma de falar também poderá mudar de acordo com o contexto histórico e cultural, revelando traços da variação diacrônica.

Além disso, a forma de escrever também poderá receber influências conforme o aumento do grau de escolaridade, no sentido de que a criança poderá desenvolver a compreensão da escrita com intenção de comunicar o que lhe é significativo de acordo com seus interesses, por exemplo, a escrita da redação nas provas anuais do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, revelando influências da variação diafásica com a escolha de estilo, seleção de palavras e argumentos com consciência do que quer e como quer comunicar intencionalmente.

A figura 02, abaixo, traz o relato de uma criança do 3º ano do EF I. A escrita espontânea da criança do 3º ano do EF I relata um passeio à praia junto com a mãe e a avó. A criança descreve o trio de pessoas com o uso de “agente” em substituição do pronome “nós”.

Figura 2 – Relato da criança do 3º ano sobre o tema *Os dias mais incríveis da minha vida*



Fonte: Cavalcante; Felix (2021).

Percebe-se, nessa produção escrita, assim como a narrativa da criança do 2º ano, a transposição das palavras da fala para a escrita de forma espontânea. A intenção da criança foi

a de comunicar acontecimentos do seu passeio, conforme o trecho a seguir: “[...] a minha mãe mas a minha vó foi tomar banho na praia a praia encheu e gente saiu e foi para casa agente comeu várias coisas [...]”.

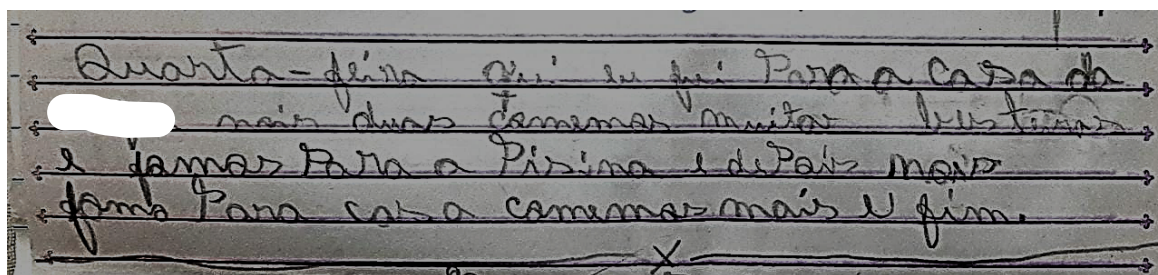
O breve relato narra uma sequência de fatos que não tem a lógica prejudicada pelo uso coloquial da língua. O uso do “a gente” atrelado à conjugação do verbo “foi” não impede a compreensão do “nós fomos” pelo interlocutor. Para além desse uso da língua, essa junção pronome “nós” com o verbo “fomos” ainda pode ser utilizada, dentro da variação linguística, na expressão “a gente fomos”, mostrando que o falante transita entre o português não padrão e o português padrão, com naturalidade, ampliando o repertório linguístico,

[...] mais do que dois modos que se opõem, temos graus de formalidade que permeiam as situações cotidianas de interação. Eventualmente, falantes vão apresentar uma escala maior ou menor de possibilidades de registro, dependendo de seu desempenho linguístico. As crianças, por exemplo, usualmente não apresentam uma escala grande e, portanto, têm menor possibilidade de variar estilisticamente seus registros (COELHO *et al.*, 2010, p. 82).

Nota-se também que a conjugação dos verbos foi feita na 3ª pessoa do singular. Tal observação nos permite perceber que a criança utiliza a língua de forma econômica em relação às regras da gramática normativa, mas que não inviabiliza a compreensão do que ela quis relatar, pois a sua intenção comunicativa foi perfeitamente clara para o interlocutor/leitor do seu texto. Nesse sentido, Bagno explica que “o PNP [...] é uma língua ‘enxuta’, que evita as redundâncias, o excesso de marcas para indicar um único fenômeno” (BAGNO, 2006, p. 65).

A figura 03, a seguir, traz o relato de uma criança do 4º ano do EF I. A produção escrita da criança do 4º ano relata a ida dela para a casa de uma colega, na qual comeram e se divertiram na piscina.

Figura 3 – Relato da criança do 4º ano sobre o tema *Os dias mais incríveis da minha vida*



Fonte: Cavalcante; Felix (2021).

Destacamos a marcação de plural do verbo “ir” na primeira pessoa do plural: “[...] Quarta-feira qui eu fui para a casa da xxx⁶ nois duas comemos muitas besteiras e fomos para a pisina e depois nois fomo para casa comemos mais e fim”. As duas formas de conjugação do verbo “ir” podem, dependendo do contexto, gerar situações de preconceito linguístico, a considerar que

a marcação de plural e singular é, portanto, um assunto que reflete diretamente o preconceito linguístico na sala de aula. Essa realidade pode estar associada ao fato de que os conceitos de certo e errado são noções relativas, porém, por muitos motivos, e em várias situações, esses conceitos são entendidos como se fossem absolutos e imutáveis (MOURA JÚNIOR; MESQUITA, 2019, p. 119).

O caso a ser observado nessa produção escrita refere-se a dois pontos: o primeiro é a percepção de que a criança acrescenta a desinência “s”, no “nós”, na primeira utilização. Porém, não o faz na segunda utilização. Isso nos leva a pensar que pode ter ocorrido uma distração no ato da escrita e uma possível não revisão textual antes da finalização.

Outra possibilidade é a mistura entre saberes da gramática normativa para a conjugação de “fomos” com saberes da gramática internalizada que a criança aprendeu em seus espaços de convivência com seus pares para a conjugação “fomo”. Nesse sentido, pode-se pensar que a criança talvez possa ter realizado a transcrição da fala para a escrita, na tentativa de selecionar um estilo formal para sua narrativa, elaborando hipóteses de escrita entre a linguagem formal e informal.

[...] as gramáticas normativas da Língua Portuguesa, ao fazerem oposição entre estruturas marcadas e não marcadas, objetivam nos orientar para a manutenção e preservação do modelo defendido pela norma padrão, em que sujeito no singular exige verbo no singular, sujeito no plural exige verbo no plural (MOURA JÚNIOR; MESQUITA, 2019, p. 121).

O segundo ponto é a percepção do uso da gramática normativa na produção escrita em relação à duas análises anteriores (2º e 3º ano). Constatou-se que, conforme o avanço no grau de escolaridade, é menos frequente o uso da informalidade em produções escritas em ambientes de sala de aula. Para esclarecer esse ponto, Coelho *et al.* (2010) nos explica que,

falantes mais escolarizados tendem a produzir formas como ‘as meninas bonitas’, marcando o plural em todos os elementos do sintagma, ao passo que falantes menos escolarizados tendem a produzir formas como ‘as

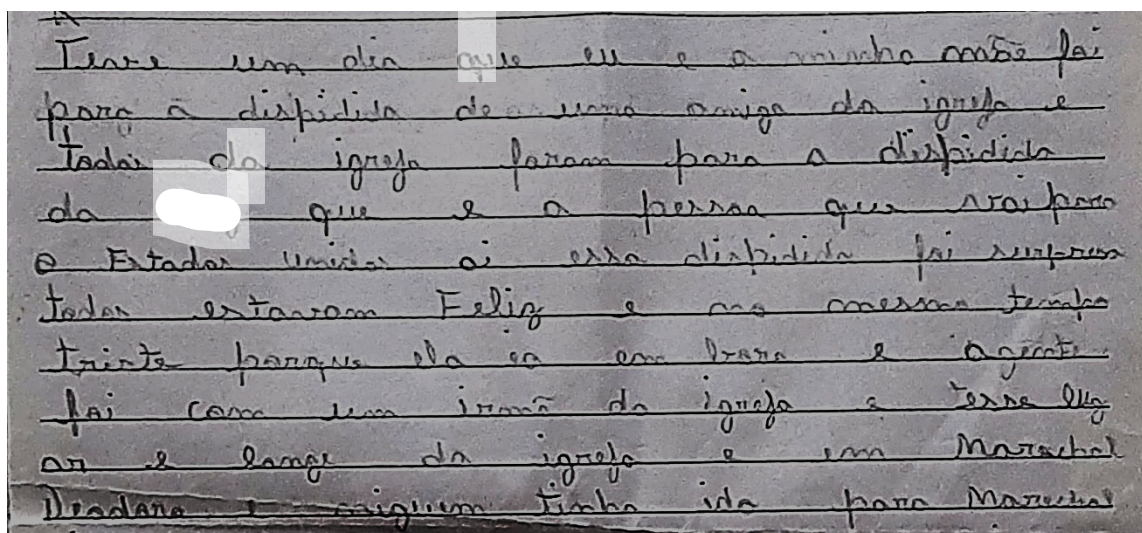
⁶ Utilizamos “xxx” para não identificar a criança citada na narrativa.

meninas bonita’ ou ‘as menina bonita’, marcando o plural em um ou dois elementos do sintagma (COELHO *et al.*, 2010, p. 78).

Essa questão é diretamente relacionada às manifestações da variação diastrática pela influência social, bem como variação diafásica porque a criança do 4º ano mostrou-se atenta para a utilização da conjugação dos verbos de acordo com a gramática normativa o que permite perceber que ela escolheu utilizar o estilo formal para intencionalmente comunicar as informações em sua narrativa e suas escolhas não inviabilizaram a compreensão da sua intenção comunicativa.

A figura 04, a seguir, traz o relato de uma criança do 5º ano do EF I. A produção escrita da criança do 5º ano do EF I relata a despedida de uma amiga de sua mãe que iria viajar para outro país. A produção escrita da criança do 5º ano apresenta semelhança com a produção da criança do 4º ano. Percebe-se o uso de elementos que se relacionam com a gramática internalizada, bem como com a gramática normativa.

Figura 4 – Relato da criança do 5º ano sobre o tema *Os dias mais incríveis da minha vida*



Fonte: Cavalcante; Felix (2021)

Nesta produção, chama-nos atenção o uso do verbo “ir” conjugado na 3ª pessoa do singular (foi) referindo-se à 1ª pessoa do plural (nós), bem como a concordância entre o verbo “estavam” e os adjetivos “feliz” e “triste”, e o uso do “a gente” em substituição ao pronome “nós”: “Teve um dia que eu e a minha mãe foi para a despedida de uma amiga da igreja e todos da igreja foram para a despedida da xxx⁷ que e a pessoa que vai para o Estados Unidos ai essa despedida foi surpresa todos estavam Feliz e no mesmo tempo triste porque ela ia em bora

⁷ Utilizamos “xxx” para não identificar a pessoa citada na narrativa.

e agente foi com um irmão da igreja e esse lugar e longe da igreja e em Marechal Deodoro [...]”.

Quando a criança afirma “Teve um dia que eu e a minha mãe foi para a dispidida de uma amiga da igreja [...]”, é compreensível a intencionalidade comunicativa “Teve um dia que eu e a minha mãe fomos para a dispidida de uma amiga da igreja”. Do mesmo modo quando afirma “[...] ai essa dispidida foi surpresa todos estavam Feliz e no mesmo tempo triste [...]”, ambas as frases nos mostram que no português não padrão a marcação do plural apenas em uma das palavras da oração continua mantendo o sentido, “sua regra de plural é a seguinte: ‘marcar uma só palavra para indicar um número de coisas maior que um’ (BAGNO, 2006, p. 50).

Essa regra do PNP é fielmente obedecida em conversas informais e não causa faltas ou prejuízos na troca e compreensão de informações entre os falantes. Desse modo, Bagno (2006) afirma que o PNP é suficiente e eficiente “um falante de PP⁸, por mais preconceituoso que seja, entende perfeitamente a diferença entre ‘as garça dá meia volta, senta na bera da praia’ e ‘a garça dá meia volta, senta na beira da praia’ (BAGNO, 2006, p. 51).

Na seguinte frase “[...] agente foi com um irmão da igreja [...]”, o uso do “agente foi” em substituição ao “nós fomos”, é comumente utilizado em conversas rotineiras cotidianas sendo transcrita da fala da criança para a produção escrita. Embora a criança tenha optado pelo estilo predominantemente informal em sua narrativa, a intenção comunicativa não deixa de ser compreensível para o interlocutor/leitor.

Após as análises apresentadas neste artigo, ressaltamos que é interessante que as crianças/alunos dominem tanto as regras da gramática normativa quanto as regras da gramática internalizada, para que possam produzir textos orais/escritos de forma consciente, de acordo com suas intenções comunicativas.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo principal refletir sobre casos de variação linguística, a partir de produções escritas de crianças do 2º, 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental I, com atenção para a marcação de plural dentro do fenômeno da variação linguística, apoiada em estudos sociolinguísticos. Evidenciou-se que a língua é um sistema em movimento cotidiano, seja na camada popular, seja na camada mais abastada, seja no comércio, seja na escola, não é limitada ou finita, está em constante processo de mudança com usos e desusos,

⁸ No livro *A língua de Eulália*, Bagno utiliza a sigla *PP* para se referir ao português padrão.

transformações e inovações. Cada pessoa faz uso da língua conforme suas intenções comunicativas e, assim, se faz compreender dentro da sua variedade linguística.

Desse modo, refletimos sobre a marcação do plural utilizada nos usos reais da língua por alunos dos anos iniciais, buscando analisar suas produções escritas para a identificação de casos de variação linguística relacionados à marcação do plural e a possível ou não viabilidade da compreensão comunicativa nos casos identificados.

Os resultados apontam que não houve impedimento da mensagem comunicativa nos casos analisados. Observou-se a influência de fatores relacionados aos aspectos social, regional, de faixa etária e grau de escolaridade nas narrativas das crianças. Para além disso, houve transposição de palavras da fala oral para a escrita sem consideração de uso formal ou informal, porém sem prejudicar a lógica de sentido comunicativo devido ao uso coloquial da língua; houve menos frequência de uso da linguagem informal conforme o avanço do grau de escolaridade. Ficou também evidente que a marcação de plural em apenas umas das palavras da oração não impediu a intenção de comunicação da mensagem e nem a compreensão do leitor, pois não ocorreu falta de informações ou de lógica comunicativa.

Dessa forma, afirmamos que a marcação de plural nas manifestações linguísticas de alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental I, por meio das narrativas analisadas, não inviabilizaram a compreensão da mensagem comunicativa e, após tais análises das produções escritas, evidenciamos que a língua está em constante movimento sob influências cotidianas de ordem cultural, social, histórica, entre outros fatores, bem como as pessoas fazem os mais diversos usos da língua, utilizam as formas de linguagens de acordo com suas preferências, com seus pares, com os ambientes formais e informais.

Assim, constatou-se que a marcação de plural não inviabiliza a compreensão da mensagem comunicativa, pois na verdade a não conjugação de determinado verbo de acordo com a gramática normativa ou a ausência do plural em relação à concordância de número dentro de uma sentença são, muito mais, indicativos de problemáticas sociais do que um problema linguístico sem solução que desemboca em situações de rotulação e preconceito.

Referências

- BAGNO, M. **A língua de Eulália**: novela sociolinguística. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- BORTONI - RICARDO, S. M. **Educação em língua materna**: a sociolinguística em sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- CAVALCANTE, M. A. da S. **Variações Linguísticas**: Implicações Pedagógicas no Ensino de Língua Materna. In: CAVALCANTE, M. A. da S; FREITAS, M. L. de Queiroz. O ensino

da língua Portuguesa nos anos iniciais: eventos e práticas de Letramento. Maceió: Edufal, 2008.

CAVALCANTE, M. A. da S.; FELIX, A.C. **Pesquisa de campo**: Os dias mais incríveis da minha vida. Maceió/AL. 2021.

COELHO, I. L. [et al]. **Sociolinguística**. – Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010. Disponível em: https://ppglin.posgrad.ufsc.br/files/2013/04/Sociolingu%C3%ADstica_UFSC.pdf. Acesso em: 10 dez. 2021.

COSTA, E. O. da. **Variação lexical nas capitais brasileiras**. Trabalho de Conclusão de Curso. Belém: UFPA, 2009. Disponível em: https://alib.ufba.br/sites/alib.ufba.br/files/variacao_lexical_nas_capitais_brasileiras.pdf. Acesso em: 21 dez. 2021.

FIGUEIREDO, C. A. de; GRANADEIRO, T. P.; SILVA, V. R. da. **Oralidade**: uma questão pouco falada nos livros didáticos de português. Revista Khora, v. 6, n. 7, 2019. Disponível em: <http://site.feuc.br/khora/index.php/vol/issue/view/7>. Acesso em: 28 dez. 2021.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa**: tipos fundamentais. Revista de Administração de empresas, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2021.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.

MARINHO, J. H. C.; COSTA VAL, M. da G. **Variação linguística e ensino**. Belo Horizonte, MG: Ceale, 2006. Disponível em: https://www.ceale.fae.ufmg.br/files/uploads/Col.%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20Letramento/Col%20Alf.Let.%2015%20Variacao_Linguistica.pdf. Acesso em: 03 jan. 2022.

MOLLICA, M. C. **Fundamentação teórica**: conceituação e delimitação. In: Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação/Maria Cecília Mollica, Maria Luiza Braga, (orgs.). São Paulo: Contexto, 2003.

MOURA JÚNIOR, G. A.; MESQUITA, E. M. de C. **A marcação de plural no sintagma verbal em textos produzidos por alunos da educação básica brasileira**. revista Linguagem, São Carlos, v.31, n.1, jul./dez. 2019 p. 106- 133. Disponível em: <https://www.linguagem.ufscar.br/index.php/linguagem/article/view/504/283>

NARO, A. J. **O dinamismo das línguas**. In: Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação/Maria Cecília Mollica, Maria Luiza Braga, (orgs.). São Paulo: Contexto, 2003.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.

SANTOS, R. L. de A. **A Escolaridade e a concordância verbal na escrita de menores carentes que vivem em entidades filantrópicas na cidade de Maceió**. 2013. 137 f. Tese (Doutorado em Letras: Linguística) – Faculdade de Letras, Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013. Disponível em:

<http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/1831/1/A%20Escolaridade%20e%20a%20concord%C3%A2ncia%20verbal%20na%20escrita%20de%20menores%20carentes%20que%20vivem%20em%20entidades%20filantr%C3%B3picas.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2022.

Sobre as autoras

Any Cristina Felix (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-4301-9698>)

Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gramática, Análise Linguística e Variação (GEGALV/CEDU/UFAL), graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), graduada em Serviço Social pela Faculdade Integrada Tiradentes (FITs).

Maria Auxiliadora da Silva Cavalcante (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-4028-2669>)

Professora Doutora da Universidade Federal de Alagoas. Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAL, Graduada em Letras pela Universidade Federal de Alagoas (1996), com doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (2001) e Pós-Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto-PT (2011).

Recebido em junho de 2022.

Aprovado em setembro de 2022.

Percepção sociolinguística da palatalização de /t/ e /d/ próximos a ditongo no Rio Grande do Norte

Sociolinguistic perception of /t/ and /d/ palatalization adjacent to diphthong in Rio Grande do Norte state

Gabriel Sales¹

Eliete Figueira Batista da Silveira²

Resumo: Este trabalho objetiva delimitar a indexação social das formas alveolar e palatal dos fonemas /t, d/ no estado brasileiro do Rio Grande do Norte (RN), em ambiente átono contíguo a ditongo, no qual essas realizações estabelecem relação de variação (CRISTÓFARO-SILVA *et al.*, 2012; ANANIAS; CUNHA, 2022). Partindo da perspectiva teórico-metodológica da sociolinguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]; LABOV, 2008 [1972]), organizamos uma amostra com participação de 76 avaliadores com ensino superior, responsáveis por julgar estímulos sonoros em um questionário eletrônico de elicitación de atitudes hospedado na plataforma *Google Forms*. Reportamos a inspeção de respostas a escalas de 8 atributos, distribuídos nas categorias de competência, integridade pessoal, atratividade social e associação geográfica. Realizamos a análise via modelos de regressão logística ordinal de efeitos mistos, com uso do pacote *ordinal* (CHRISTENSEN, 2019), na plataforma R (R CORE TEAM, 2022). De modo geral, os resultados indicam atitudes mais positivas associadas à forma palatal em contexto regressivo, possivelmente motivadas pela opacidade da regra fonológica que dispara o processo. Em contexto de assimilação progressiva, por outro lado, a realização palatal é associada a atitudes mais negativas, sendo percebida como indexadora de indivíduos menos competentes, menos íntegros, menos atrativos socialmente e mais interioranos.

Palavras-chave: Sociolinguística; percepção; palatalização; ditongo; opacidade.

Abstract: This paper aims to delimit the social meaning of alveolar and palatal forms of /t, d/ in the brazilian state of Rio Grande do Norte (RN), considering the linguistic context of unstressed syllable contiguous to diphthong, in which these forms compete (CRISTÓFARO-SILVA *et al.*, 2012; ANANIAS; CUNHA, 2022). Assuming the theoretical and methodological perspectives of sociolinguistics (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]; LABOV, 2008 [1972]), a sample was organized with participation of 76 higher education judges, which evaluated sound stimuli in an on-line questionnaire hosted on Google Forms. We report the inspection of responses to scales of 8 attributes, distributed in categories of competence, personal integrity, social attractiveness and geographic association. The analysis was performed with cumulative link mixed models, using the ordinal package (CHRISTENSEN, 2019), on the R platform (R CORE TEAM, 2022). In general, the results indicate more positive attitudes associated with the palatal form in the regressive context, possibly motivated by the opacity of

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas (PPGLEV), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. gabriel-sales@outlook.com.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas (PPGLEV), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. elietesilveira@letras.ufrj.br.

the phonological rule that triggers the process. In the context of progressive assimilation, on the other hand, the palatal form is associated with more negative attitudes and perceived as indicator of less competence, less upstanding, less socially attractive and more rural individuals.

Keywords: Sociolinguistics; perception; palatalization; diphthong; opacity.

Contextualização e base teórica

No imaginário popular, a palatalização de oclusivas /t, d/ é marca característica de alguns falares do Sul e do Sudeste do Brasil. A região Nordeste, em contrapartida, é reconhecida pela preservação da articulação alveolar dessas consoantes. Apesar dessa generalização, produções palatais são uma realidade em diversas comunidades de fala nordestinas, ainda que possam ser menos frequentes, quando comparadas às realizações alveolares. Além disso, em algumas comunidades nordestinas, fatores linguísticos distintos dos atuantes no Sul/Sudeste disparam o processo assimilatório que resulta na articulação palatal dos fonemas /t, d/ (CRISTÓFARO-SILVA *et al.*, 2012; SANTOS, 2012; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2021; ANANIAS; CUNHA, 2022).

No estado nordestino do Rio Grande do Norte (RN), foco deste estudo, a forma palatal emerge em ambiente de sílaba átona antecedida ou sucedida de ditongo envolvendo a vogal anterior alta /i/, seja ela concretizada como tal, seja como glide [j] (ANANIAS; CUNHA, 2022). Desse modo, a assimilação que resulta em palatalização pode ser tanto regressiva, como em [hẽ'mɛ.dʒjʊ] 'remédio', quanto progressiva, a exemplo de ['doj.dʒʊ] 'doido'. Logo, a produção esperada de uma palavra como 'aditivo', que não atende à descrição estrutural da regra, é [a.di.'ti.vʊ] (CRISTÓFARO-SILVA *et al.*, 2012). A regra de palatalização, no entanto, é de natureza variável. Assim, [hẽ'mɛ.dʒjʊ] e ['doj.dʒʊ] competem com [hẽ'mɛ.djʊ] e ['doj.dʊ].

A partir disso, é evidenciado que o gatilho em atuação no RN se diferencia daquele em atividade na fala do Rio de Janeiro (RJ), por exemplo, em que basta o compartilhamento de sílaba entre /t, d/ (C1 de *onset* simples) e vogal alta /i/ (núcleo) para disparar o processo, que é de aplicação categórica (CALLOU, 2015). De tal modo, na fala carioca, são esperadas as produções [a.dʒi.'tʃi.vʊ] e [hẽ'mɛ.dʒjʊ], mas não ['doj.dʒʊ], que se concretiza categoricamente como ['doj.dʊ].

Diante da realidade diferenciada da palatalização de /t, d/ na comunidade potiguar³, objetivamos, neste estudo, traçar o significado social das realizações alveolar e palatal dessas consoantes no RN, considerando os contextos linguísticos que motivam a regra de palatalização

³ Mesmo que natural do Rio Grande do Norte.

no estado. Com isso, esperamos ampliar a compreensão da variação em foco, sistematizando seus correlatos subjetivos.

Este trabalho se insere, dessa forma, no paradigma teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, e pretende atender ao problema da avaliação delimitado por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) e Labov (2008 [1972]), que prevê a interferência de fatores subjetivos, a que nos referimos como percepção sociolinguística, em processos de variação e mudança, favorecendo ou inibindo a difusão de fenômenos linguísticos. Especificamente, buscamos delimitar a indexação social das variantes de /t, d/ por meio da elicitación de atitudes, definidas por Garrett (2010) como orientações avaliativas para um objeto social – como a língua –, que podem ser inferidas da manifestação de crenças, opiniões, etc.

Tal enquadramento teórico é justificado por sua adequação ao escopo da pesquisa: uma ampla comunidade de fala, que, por sua vez, pode conter comunidades menores em seu interior, bem como inúmeras comunidades de prática, em que valores estilísticos distintos podem circular. Este estudo, portanto, lida com amplas categorias sociais, uma vez que se dedica ao estabelecimento de uma visão geral da percepção sociolinguística da palatalização de /t, d/ na extensa comunidade de fala que é o RN. No entanto, como será visto, os resultados encontrados fornecem indícios que justificam a realização de pesquisas futuras em que a investigação do fenômeno recaia sobre contextos sociais mais específicos.

Metodologia

Para a coleta de dados deste trabalho, adotamos a metodologia experimental caracterizada pelo uso da técnica de falsos pares (LAMBERT *et al.*, 1960). Essa técnica é configurada pela apresentação de pares de estímulos a um painel de avaliadores, sem que saibam que os elementos de um par são produções linguísticas de um mesmo indivíduo. Os pares se diferenciam em relação a apenas uma variável linguística, nesse caso, a produção palatal ou alveolar de /t, d/. Com isso, caso seja identificada diferença entre as avaliações dos pares, é possível atribuí-la à variável linguística em consideração.

Elaboramos quatro pares de estímulos, a partir dos contextos estruturais favoráveis à palatalização descritos por Cristófar-Silva *et al.* (2012) e Ananias e Cunha (2022): dois pares envolvendo a direção progressiva e dois envolvendo a direção regressiva do processo. Além disso, cada uma das oclusivas, a vozeada e a desvozeada, computou uma ocorrência em cada estímulo, no contexto linguístico delimitado. Nos quadros 1 e 2, é reproduzido ortograficamente o conteúdo de cada estímulo elaborado, com transcrições fonéticas dos contextos linguísticos relevantes.

Quadro 1 - Estímulos em contexto de assimilação progressiva

Produção palatalizada	Produção alveolar
Meu cachorro é praticamente membro da família. Eu cu[j][dʒ]o mu[j][tʃ]o bem dele.	Meu cachorro é praticamente membro da família. Eu cu[j][d]o mu[j][t]o bem dele.
Já tinha o[j][tʃ]o pessoas na fila. Eu tava quase ficando do[j][dʒ]o, com medo de perder o prazo.	Já tinha o[j][t]o pessoas na fila. Eu tava quase ficando do[j][d]o, com medo de perder o prazo.

Fonte: elaborado pelos autores

Quadro 2 - Estímulos em contexto de assimilação regressiva

Produção palatalizada	Produção alveolar
Eu sinto uma certa angús[tʃ][j]a ⁴ , então quando compro um remé[dʒ][j]o sempre leio a bula pra saber se tem efeito colateral.	Eu sinto uma certa angús[t][j]a, então quando compro um remé[d][j]o sempre leio a bula pra saber se tem efeito colateral.
Minha prima fez um vi[dʒ][j]o bonito lá naquele sí[tʃ][j]o. Todo mundo ficou com vontade de visitar.	Minha prima fez um vi[d][j]o bonito lá naquele sí[t][j]o. Todo mundo ficou com vontade de visitar.

Fonte: elaborado pelos autores

Dois leitores voluntários foram recrutados para oralização dos estímulos⁵, um homem e uma mulher naturais do RN com idades entre 20 e 30 anos. As oralizações foram gravadas e inspecionadas acusticamente, a fim de identificar a necessidade de regravações. Também realizamos uma etapa de pré-teste, em que sete voluntários potiguares contribuíram tanto para validação dos estímulos quanto do instrumento de pesquisa, um questionário de elicitación de atitudes hospedado na plataforma *Google Forms*.

A composição do questionário envolveu oito escalas tipo Likert com seis pontos, cada uma associada a um atributo, que foi avaliado de *pouco* a *bastante* aplicável ao estímulo sonoro ouvido. Houve, ainda, uma escala de semelhança de fala e mais quatro perguntas de caráter qualitativo, que incorporaram tarefas de atribuição de faixa etária, escolaridade, atividade profissional e pertencimento geográfico. Neste trabalho, por limitação de espaço, reportamos apenas a análise de respostas às escalas de atributos. O Quadro 3 resume os atributos selecionados para compor o instrumento, organizados em categorias de *competência, integridade e atratividade*, em reprodução do instrumento de Botassini (2013). Incluímos, ainda, a categoria *associação geográfica*, que resulta da hipótese dos autores de distinção avaliativa das realizações de /t, d/ de acordo com os atributos que a integram. Essa hipótese é

⁴ O contexto contemplado, nesse caso, é o de ditongo crescente pós-lexical, ou ditongo falso, nos termos de Bisol (1994).

⁵ A participação tanto de leitores quanto de respondentes foi regida por procedimentos aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRJ. O projeto está registrado sob CAAE 48361221.0.0000.5286 e a aprovação foi emitida no parecer de número 5140083.

gerada a partir de 1. observação e de convívio com membros da comunidade estudada; 2. descrições de Cristófar-Silva *et al.* (2012) e de Ananias e Cunha (2022).

Quadro 3 - Atributos organizados em categorias

<i>Competência</i>	<i>Integridade pessoal</i>	<i>Atratividade social</i>	<i>Associação geográfica</i>
Inteligente Desenrolado	Honesto Orgulhoso	Elegante Simpático	Interiorano Potiguar

Fonte: elaborado pelos autores

O questionário ficou disponível para registro de respostas entre 30 de março e 10 de abril de 2022. O *link* foi compartilhado em redes sociais pelos pesquisadores e por colegas. Também foram disparados *e-mails* destinados às coordenações de cursos de graduação de instituições públicas de ensino do RN, com pedido de divulgação da pesquisa entre os alunos. A amostra bruta registrou 92 respostas, das quais 16 foram excluídas na etapa de *data cleansing*, pelos critérios de equilíbrio da amostra e adequabilidade das respostas.

Em relação ao primeiro critério, respostas de indivíduos com nível de ensino médio ou inferior foram desconsideradas, dada sua baixa representatividade ($n = 9$). Com isso, os dados analisados dizem respeito apenas à percepção de indivíduos com nível superior de ensino. Já em relação ao segundo, foram excluídas respostas de indivíduos que não viveram pelo menos 2/3 de sua vida em alguma cidade potiguar, a fim de evitar a influência de normas externas à comunidade. Também foram isoladas respostas com erros no preenchimento do perfil sociodemográfico do indivíduo, possivelmente causados por interferência de corretores automáticos de texto. Com os filtros mencionados, a amostra final totalizou 608 respostas de 76 indivíduos, 51 mulheres e 25 homens.

No que diz respeito à metodologia de análise, considerando a ordenação intrínseca entre os níveis de escalas de tipo Likert (CLASON; DORMODY, 1994), submetemos os dados a modelos de regressão logística ordinal com efeitos mistos, na plataforma R (R CORE TEAM, 2022), com a função *clmm*, do pacote *ordinal* (CHRISTENSEN, 2019). Comparações entre modelos foram feitas por *likelihood-ratio tests*, com a função base *anova*. Essa função fornece valores para o Critério de Informação de Akaike (AIC) e informa, com base em estimativas por máxima verossimilhança, se há diferença estatisticamente significativa entre os modelos comparados. Desse modo, foi possível selecionar aquele que melhor explica a variação da amostra. Ademais, por esse mesmo método, foi testada a relevância das interações entre variáveis.

Para a construção dos modelos, as escalas de seis pontos foram simplificadas, preservando a simetria de seus limites. A simplificação foi fundamentada em testes de estimativas por máxima verossimilhança com a função *anova*, que tomaram como *input* os modelos mais adequados para cada uma das escalas, a expandida e a simplificada. Os testes resultaram em diferença não significativa entre os modelos ($p > 0.05$), licenciando a adoção da escala mais simples. Com isso, os pontos mais baixos da escala, 1 e 2, foram recodificados como *pouco*; os pontos centrais, 3 e 4, como *neutro*, e os pontos mais altos, 5 e 6, como *bastante*, em relação aos atributos avaliados. Para representações da distribuição de dados em gráficos de barras feitas na seção de análise, por outro lado, optamos pela utilização da escala expandida, a fim de possibilitar melhor visualização de gradações entre as respostas. As menções à distribuição, porém, são feitas sempre com base nos agrupamentos citados: pontos mais baixos, intermediários e mais altos.

As variáveis previsoras estimadas na análise estão listadas no Quadro 4, bem como seus respectivos níveis. Em negrito, estão destacados os níveis de referência⁶ das variáveis nominais⁷. Também foi analisada, quando pertinente, a possibilidade de interação entre essas mesmas variáveis.

Quadro 4 - Variáveis previsoras da análise

VARIÁVEIS PREVISORAS	NÍVEIS
Realização de /t,d/	Alveolar Palatal
Contexto/direção de palatalização	Regressiva Progressiva
Sexo do informante	Feminino Masculino
Área de formação ⁸	Biológicas Engenharias Exatas e da Terra Letras Humanas Saúde Sociais aplicadas Não informado
Naturalidade	Região metropolitana de Natal Interior do RN Outra UF ⁹
Idade	19 a 66 anos
Tempo de residência	0 a 64 anos
Área de residência	Região metropolitana de Natal Interior do RN Outra UF
Nº de observações: 608 Nº de participantes: 76	

Fonte: elaborado pelos autores

⁶ Nível de referência equivale a valor de aplicação, terminologia mais usual na literatura linguística. Neste trabalho, adotaremos os dois termos em sinonímia.

⁷ Com a finalidade de facilitar a compreensão, os níveis de referência de variáveis categóricas serão retomados no rodapé de cada tabela apresentada na seção de análise.

⁸ A categorização de áreas de formação foi baseada na Tabela de Áreas de Conhecimento/Avaliação assumida pela CAPES.

⁹ Os indivíduos naturais de outra UF que integram a amostra estão de acordo com o critério de residência no RN por pelo menos 2/3 de sua vida.

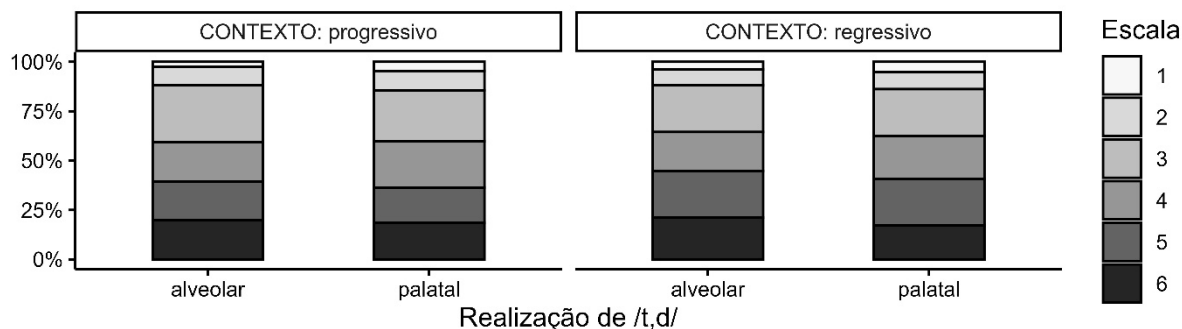
Análise

Nesta seção, analisamos as escalas de atributos de acordo com os agrupamentos estabelecidos na seção anterior: competência, integridade pessoal, atratividade social e associação geográfica, considerando o modelo de regressão construído para cada um dos atributos que compõem essas categorias, cujos resultados são apresentados no formato de tabelas.

A interpretação dos modelos de regressão logística ordinal é feita por espelhamento: os níveis de variáveis predictoras especificados nas tabelas se opõem aos níveis de referência. O coeficiente β em Logits, então, indica a diferença entre o nível em questão e aquele tomado como valor de aplicação. Logits ou Log-odds são coeficientes centralizados em zero (LEVSHINA, 2015) que também figuram como *output* da regressão logística convencional. No caso da regressão ordinal aplicada a variáveis dependentes constituídas por escalas de tipo Likert, valores negativos sugerem tendência a uma avaliação em pontos mais baixos da escala, em comparação ao nível de referência. Já valores positivos sinalizam tendência contrária, em favor de uma avaliação em pontos mais altos da escala (GARCIA, 2021).

Das oito escalas de atributos consideradas (Quadro 3), apenas as respostas a *honesto(a)* não puderam ser explicadas pelas variáveis predictoras estimadas. Os modelos de regressão construídos para análise desse atributo não selecionaram nenhuma variável independente como significativa, o que pode ser um vestígio de sua baixa contribuição para a indexação social das realizações de /t, d/, de modo que as respostas dos informantes foram guiadas por alguma variável além das controladas nesta pesquisa. Em outras palavras, pelo viés de nossas categorias de análise, produções alveolares ou palatais não parecem indicar indivíduos mais ou menos honestos. Isso é refletido na Figura 1, em que podemos visualizar que as concentrações de respostas positivas para *honesto(a)* são bastante proporcionais, com leve favorecimento de realizações alveolares, sem relevância estatística, nas duas direções possíveis de assimilação.

Figura 1- Respostas ao atributo *honesto(a)* em escala percentual



Fonte: elaborado pelos autores

As análises reportadas adiante, portanto, não fazem referência ao atributo *honesto*. A discussão é iniciada pelo agrupamento de competência, que compreende os atributos *inteligente* e *desenrolado(a)*. Nas Tabelas 1 e 2, apresentamos os resultados dos modelos de regressão para cada uma dessas variáveis.

Tabela 1 - Modelo de regressão ordinal para *inteligente* (AIC = 953.03)

<i>Preditores</i>	<i>Coefficientes β</i> <i>(logit)</i>	<i>Intervalos</i> <i>de confiança (95%)</i>	<i>Valores de p</i>
Realização [palatal]	-0.15	-0.67 ~ 0.36	0.55
Contexto [progressivo]	-0.11	-0.63 ~ 0.40	0.65
Anos de residência	-0.05	-0.10 ~ -0.01	<0.05
Área de res. [interior]	-1.50	-3.86 ~ 0.85	0.21
Área de res. [outra UF]	-0.30	-4.16 ~ 3.54	0.87
Realização [palatal] * Contexto [progressivo]	-1.49	-2.23 ~ -0.74	<0.05
Anos * Área de res. [interior]	0.09	0.006 ~ 0.17	<0.05
Anos * Área de res. [outra UF]	-2.02	-4.13 ~ 0.08	0.06

Níveis de referência: realização [alveolar]; contexto [regressivo]; área de res. [metropolitana]

Fonte: elaborado pelos autores

A Tabela 1 demonstra que, com relação à escala de inteligência, as variáveis predictoras estatisticamente significativas ($p < 0.05$) são o fator *anos de residência*, isoladamente, e as interações entre 1. *anos* e *área de residência*; 2. *realização de /t, d/* e *contexto de palatalização*. Desses resultados, interpretamos que a realização alveolar de oclusivas em contexto favorável à assimilação regressiva – [fĩ. 'mɛ.djʊ] –, embora seja predominante na fala do RN, tende a ser levemente mais penalizada na escala de inteligência, em comparação à realização palatal – [fĩ. 'mɛ.dʒjʊ] – ($\beta = -0.05$), a cada unidade de aumento em anos de residência do indivíduo. A razão dessa penalização pode estar associada à opacidade¹⁰ da regra de palatalização em atividade no RN, em relação à regra mais prototípica do PB, característica do Sudeste do país. Na fala espontânea potiguar, como descrito por Ananias e Cunha (2022), a palatalização, independentemente de sua direção, é motivada pela contiguidade de /t, d/ com ditongo, estando as consoantes em sílaba átona. Quando a direção do processo é regressiva, no entanto, o *output* da regra típica dessa comunidade é idêntico ao da palatalização mais comum no PB, motivada apenas pelo compartilhamento de sílaba entre /t, d/ e /i/: [fĩ' mɛ.dʒjʊ]¹¹. Há, portanto, uma coincidência entre formas de superfície geradas por regras distintas, que justifica a confusão entre os *outputs* de cada uma. Haja vista a estereotipia da realização alveolar em contexto

¹⁰ Ausência de clareza sobre as regras fonológicas que derivam uma forma de superfície. Uma regra $A \rightarrow B / C_D$ é opaca se 1. A ocorre no ambiente C_D ; 2. B ocorre em ambientes diferentes de C_D . (KIPARSKY, 1976).

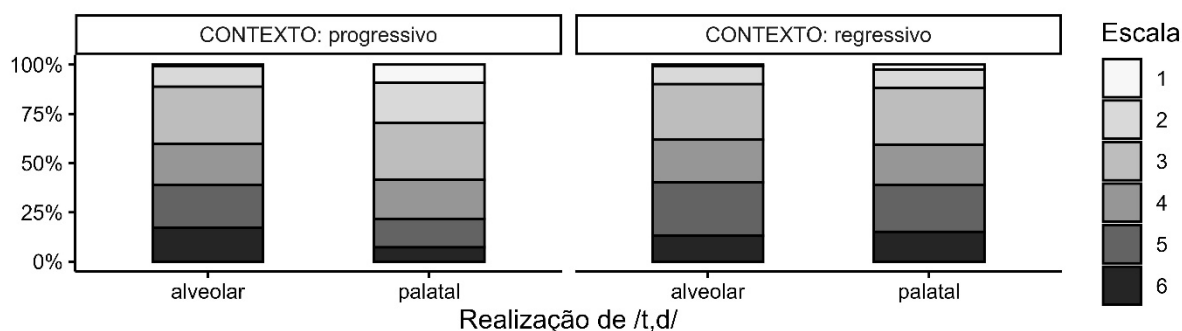
¹¹ Cristófaros-Silva *et al.* (2012) não identificam produções palatalizadas de oclusivas em contexto como o de ['mɛ.tʃi] (mente) na fala do RN, reforçando a interpretação de que há diferença entre a regra local e a prototípica do PB.

favorável à assimilação regressiva – a exemplo de [fĩ' mɛ.djɔ] –, geralmente associada à fala nordestina e alvo de comentários explícitos em função disso, é justificada a avaliação positiva da forma palatal em contexto regressivo pelos respondentes da pesquisa.

Trabalhos realizados em outras comunidades da região Nordeste, tomando como objeto o processo de palatalização, como os de Freitag (2020) e Vitório (2020), também identificam diferenças avaliativas a depender da direção da assimilação, sendo a variante inovadora – a palatal – prestigiada em comparação à conservadora, o que pode sugerir a influência da palatalização característica do Sudeste do país nas normas locais. O resultado acima discutido em relação ao RN, portanto, é interpretado como um indicativo de interferência dessa natureza, sendo a direção da assimilação, em conjunto com a realização de /t, d/, determinante do valor social indexado à variante. A interação entre *anos* e *área de residência*, porém, demonstra que esse padrão de resposta pode não ser verdadeiro para todas as áreas do estado, pois quanto maior o tempo de residência no interior menor é a penalização da forma alveolar na escala de inteligência ($\beta = 0.09$), considerando o contexto regressivo – em outras palavras, maior é a probabilidade de o juiz interiorano atribuir valores mais altos na escala às variantes [t, d].

Já no que diz respeito à interação entre *realização de /t,d/* e *contexto de palatalização*, importa o fato de esses fatores não atuarem isoladamente, mas em conjunto, como já mencionado. Além disso, a estimativa negativa em Logits ($\beta = -1.49$) indica que a realização palatal em contexto de assimilação progressiva – ['doj.dʒɔ] – tende a ser avaliada mais negativamente para o atributo inteligência, em comparação à realização alveolar em contexto propício de assimilação regressiva – [fĩ' mɛ.djɔ] –, quando as demais variáveis estão em seus respectivos níveis de referência (Quadro 4). Esse resultado pode ser visualizado também em termos percentuais, como explicita a Figura 2.

Figura 2 - Respostas ao atributo *inteligente* em escala percentual



Fonte: elaborado pelos autores¹²

¹² Os códigos em linguagem R utilizados para *plots* de gráficos foram adaptados de Garcia (2021), com uso dos pacotes Tidyverse (WICKHAM *et al.*, 2019) e Scales (WICKHAM; SEIDEL, 2022).

A Figura 2 revela, ainda, que, em contexto de assimilação progressiva, estímulos de realização palatal [tʃ, dʒ] concentram mais respostas negativas, nos níveis mais baixos da escala, 1 e 2, em comparação aos de realização alveolar [t, d], que, por sua vez, registram mais respostas nos níveis mais altos, 5 e 6, evidenciando a preferência dos potiguares pela alveolar nesse ambiente, no plano subjetivo. Já em contexto fonético-fonológico favorável à assimilação regressiva, a diferença de distribuição percentual não é tão visível, quando considerada toda a amostra da pesquisa. Entretanto, como visto na Tabela 1, há diferença estatisticamente significativa em favor da realização palatal quando incorporadas certas variáveis independentes na análise. Passemos à análise dos resultados para o atributo *desenrolado(a)*, expostos na Tabela 2.

Tabela 2 - Modelo de regressão ordinal para *desenrolado(a)* (AIC = 988.46)

<i>Preditores</i>	<i>Coefficientes β (logit)</i>	<i>Intervalos de confiança (95%)</i>	<i>Valores de p</i>
Realização [palatal]	-0.12	-0.63 ~ 0.37	0.61
Contexto [progressivo]	-0.06	-0.57 ~ 0.43	0.78
Anos de residência	-0.06	-0.10 ~ -0.02	<0.05
Área de res. [interior]	-2.43	-4.49 ~ 0.36	<0.05
Área de res. [outra UF]	-0.11	-3.64 ~ 3.40	0.94
Realização [palatal] * Contexto [progressivo]	-0.74	-1.45 ~ -0.02	<0.05
Anos * Área de res. [interior]	0.09	0.02 ~ 0.17	<0.05
Anos * Área de res. [outra UF]	-3.23	-6.14 ~ 0.32	<0.05

Níveis de referência: realização [alveolar]; contexto [regressivo]; área de res. [metropolitana]

Fonte: elaborado pelos autores

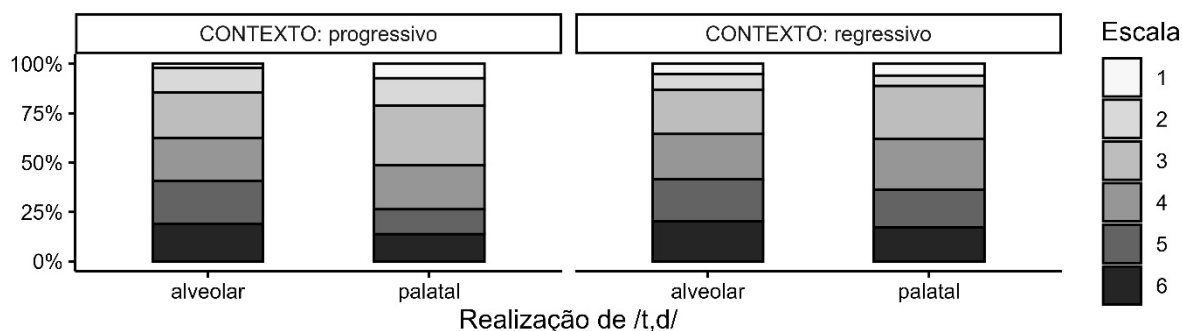
Para o atributo *desenrolado(a)*, as variáveis selecionadas como significativas foram *anos* e *área de residência* (isoladamente e em conjunto), além da interação entre *realização de /t, d/* e *contexto de palatalização*. A mesma tendência apontada para *inteligente* em relação a *anos de residência* é identificada, sugerindo que a realização alveolar em contexto regressivo – [fĩ.ˈmɛ.dʒo] – tende a ser mais negativamente avaliada conforme aumenta o tempo de residência ($\beta = -0.06$). Ademais, de modo geral, indivíduos que residem no interior do estado avaliam a forma alveolar mais negativamente em comparação àqueles que vivem na região metropolitana ($\beta = -2.43$). Essa tendência estigmatizante, porém, é revertida quando observada a interação entre as duas variáveis em discussão. Assim como observado para o atributo *inteligente*, residentes no interior passam a avaliar mais positivamente a forma alveolar conforme aumenta seu tempo de residência, em comparação àqueles que residem na área urbana ($\beta = 0.09$). Já aqueles que vivem em estado diferente do RN tendem a avaliar mais negativamente a forma alveolar em contexto regressivo, quando comparados aos que moram na região metropolitana de Natal ($\beta = -3.23$).

Tais resultados explicitam uma gradação de valor atribuído à forma alveolar em contexto regressivo – [fĩ. 'mɛ.djʊ] –, de acordo com o tempo e o local de residência, sendo os moradores do interior do RN aqueles que atribuem valores mais altos na escala para estímulos com realização alveolar e os que residem em outra UF aqueles que atribuem valores mais baixos. Os moradores da região metropolitana, nesse caso, se comportam como ponto intermediário. Desse modo, é reforçada a interpretação de sensibilidade a variantes características de outras comunidades, especialmente sobre aqueles que vivem fora do RN, que registram respostas mais positivas para a realização palatal – [fĩ. 'mɛ.dʒʊ]. Esse movimento dos residentes de outra UF caracteriza um reflexo adaptativo aos traços linguísticos da nova comunidade, que pode ter motivações variadas, como o estigma que carregam as variantes [t, d] diante de /i/, na perspectiva de algumas comunidades do PB (SÓSTENES; DE PAULA, 2017; VITORIO, 2020). Surge, ainda, a interpretação de que a valorização da forma alveolar por aqueles que residem no interior pode ser interpretada como reafirmação da identidade local que, à exceção do contexto estrutural delimitado, é caracterizada por produções alveolares. Nesse sentido, é estabelecida oposição à tendência de valorização subjetiva da forma palatal seguida por indivíduos da área metropolitana e por residentes de outra UF.

Por fim, a interação entre os fatores estruturais *contexto de palatalização e realização de /t, d/* também se mostrou relevante, indicando para *desenrolado(a)*, assim como constatado para *inteligente*, uma maior penalização da forma palatal em contexto de assimilação progressiva – ['kuj.dʒʊ] –, em oposição à alveolar em contexto regressivo – [fĩ. 'mɛ.djʊ] – ($\beta = -0.74$).

No que diz respeito às distinções internas aos grupos, considerando o contexto progressivo, a Figura 3 exibe distribuição similar à da Figura 2, com a forma alveolar [t, d] concentrando maior percentual de avaliações positivas. Já considerando a direção regressiva, há certo equilíbrio percentual das avaliações de realizações fonéticas [t, d] e [tʃ, dʒ].

Figura 3 - Respostas ao atributo *desenrolado(a)* em escala percentual



Fonte: elaborado pelos autores

A seguir, passamos a analisar respostas ao atributo componente da categoria integridade pessoal, *orgulhoso(a)*¹³. Para esse atributo, duas variáveis se mostraram estatisticamente significativas: a *área de formação* do indivíduo, em nível superior de ensino, e a interação entre *realização variável de /t, d/* e *contexto de assimilação*. Os resultados do modelo de regressão estão dispostos na Tabela 3.

Tabela 3 - Modelo de regressão ordinal para *orgulhoso(a)* (AIC = 1060.9)

<i>Preditores</i>	<i>Coefficientes β (logit)</i>	<i>Intervalos de confiança (95%)</i>	<i>Valores de p</i>
Realização [palatal]	0.21	-0.27 ~ 0.70	0.38
Contexto [progressivo]	0.13	-0.35 ~ 0.61	0.60
Formação [biológicas]	2.70	-0.26 ~ 5.67	0.07
Formação [saúde]	2.57	0.88 ~ 4.26	<0.05
Formação [engenharias]	2.05	0.08 ~ 4.03	<0.05
Formação [humanas]	1.83	0.11 ~ 3.55	<0.05
Formação [exatas e da terra]	1.73	0.12 ~ 3.34	<0.05
Formação [sociais aplicadas]	1.54	0.10 ~ 2.99	<0.05
Formação [não informado] ¹⁴	-0.12	-3.19 ~ 2.93	0.93
Realização [palatal] * Contexto [progressivo]	-0.79	-1.49 ~ -0.09	<0.05

Níveis de referência: realização [alveolar]; contexto [regressivo]; formação [letras]

Fonte: elaborado pelos autores

O modelo de regressão para o atributo *orgulhoso(a)* foi o único em que a *área de formação* do indivíduo apresentou resultado significativo. Conforme os resultados da Tabela 3, as respostas de participantes das áreas de Ciências da Saúde, Engenharias, Ciências Humanas, Ciências Exatas e da Terra e Ciências Sociais Aplicadas diferenciam-se das registradas por indivíduos da área de Letras ($p < 0.05$), sendo os estímulos com produção alveolar em contexto favorável à assimilação regressiva – [fĩ. 'mẽ.dju] – avaliados mais positivamente na escala de ‘orgulho’ por indivíduos do agrupamento de cursos mencionados ($\beta = 2.57, 2.05, 1.83, 1.73, 1.54$, respectivamente). Os coeficientes positivos também podem sugerir uma menor sensibilidade dos indivíduos vinculados às áreas com relevância estatística à regra de palatalização regressiva, em comparação aos indivíduos de Letras. A razão dessa diferença, possivelmente, é devida a características internas dos grupos, as quais não podem ser detectadas nesta pesquisa, dada sua natureza ampla. Entretanto, o resultado se mostra relevante na medida

¹³ A concepção do experimento previa a interpretação desse atributo como uma característica positiva: *ter orgulho de falar assim*. Entretanto, como bem apontado em parecer, não podemos mensurar se a interpretação dos respondentes seguiu esse viés. Como reflexão metodológica, consideramos uma delimitação semântica mais específica em experimentos futuros. Também registramos nosso agradecimento às contribuições dos pareceristas.

¹⁴ Corresponde a indivíduos com nível superior, mas que não informaram o curso ao qual se vinculam.

em que aponta caminhos para investigações futuras em agrupamentos sociais menores, inclusive sob outros enfoques teórico-metodológicos.

Tais comportamentos singulares, de acordo com a *área de formação*, em relação às alveolares [t, d] em contexto regressivo – [fĩ. 'mɛ.dʒʊ] – são acompanhados de uma avaliação mais positiva desta, pela amostra como um todo, quando comparada à realização palatal em contexto progressivo – ['kuj.dʒʊ] ($\beta = -0.79$). Desse modo, a tendência estigmatizante associada à palatalização progressiva, identificada nas respostas à categoria de competência, é refletida também na categoria de integridade pessoal.

Na sequência, são analisadas as respostas aos atributos componentes da categoria atratividade social, *elegante* e *simpático*, respectivamente. Na Tabela 4, exibimos os resultados do modelo de regressão para *elegante*, o mais simples dentre os elaborados para as escalas de atributos analisadas nesta seção, contendo apenas fatores estruturais, dos quais o único significativo é a interação entre *realização de /t, d/* e a *direção de assimilação*.

Tabela 4 - Modelo de regressão ordinal para *elegante* (AIC = 987.28)

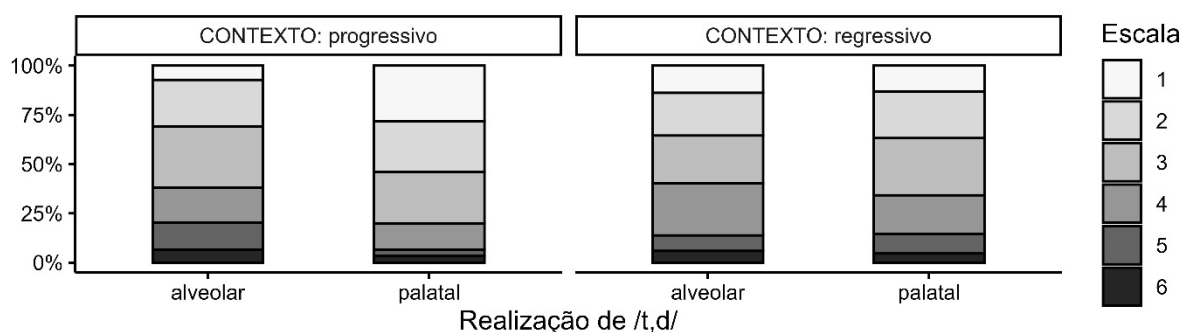
<i>Preditores</i>	<i>Coefficientes β</i> (logit)	<i>Intervalos</i> <i>de confiança (95%)</i>	<i>Valores de p</i>
Realização [palatal]	-0.03	-0.53 ~ 0.46	0.89
Contexto [progressivo]	0.49	-0.01 ~ 0.99	0.053
Realização [palatal] * Contexto [progressivo]	-1.61	-2.35 ~ -0.88	<0.05

Níveis de referência: realização [alveolar]; contexto [progressivo]

Fonte: elaborado pelos autores

Os resultados na Tabela 4, a exemplo do que já foi discutido para os demais atributos, refletem a tendência de a realização palatal em contexto progressivo – ['kuj.dʒʊ] – ser avaliada em níveis mais baixos da escala, em comparação à realização alveolar em contexto regressivo – [fĩ. 'mɛ.dʒʊ] – ($\beta = -1.61$), ou seja, há uma avaliação negativa de produções como ['doj.dʒʊ]. Isso é ilustrado, na Figura 4, por meio de diferenças percentuais.

Figura 4: respostas ao atributo *elegante* em escala percentual



Fonte: elaborado pelos autores

A Figura 4 também demonstra que, em contexto progressivo, há maior concentração de respostas positivas na escala de ‘elegância’ associadas à forma alveolar, o que evidencia o estigma da forma palatal, percebida como menos elegante. No contexto regressivo, por outro lado, há certo equilíbrio percentual de respostas nos níveis mais altos, 5 e 6, entre realizações alveolar e palatal, sugerindo que, quando está em jogo essa direção assimilatória, a palatalização de oclusivas não é estigmatizada.

No que diz respeito ao atributo *simpático*, cujos resultados estão dispostos na Tabela 5, apenas a *realização de /t, d/* e a *idade* do respondente, isoladamente, figuram como significativas.

Tabela 5 - Modelo de regressão ordinal para *simpático(a)* (AIC = 1099.71)

<i>Preditores</i>	<i>Coefficientes β (logit)</i>	<i>Intervalos de confiança (95%)</i>	<i>Valores de p</i>
Realização [palatal]	-0.61	-1.09 ~ -0.13	<0.05
Contexto [progressivo]	-0.31	-0.79 ~ 0.15	0.18
Idade	-0.04	-0.08 ~ -0.003	<0.05
Anos de residência	-0.01	-0.05 ~ 0.01	0.32
Área de res. [interior]	-1.19	-2.82 ~ 0.43	0.15
Área de res. [outra UF]	-0.92	-3.52 ~ 1.67	0.48
Realização [palatal] * Contexto [progressivo]	0.66	0 ~ 1.33	0.051
Anos * Área de res. [interior]	0.05	0 ~ 0.11	0.056
Anos * Área de res. [outra UF]	-1.17	-2.57 ~ 0.22	0.09

Níveis de referência: realização [alveolar]; contexto [regressivo]; área de res. [metropolitana]

Fonte: elaborado pelos autores

O modelo exposto na Tabela 5 sugere que, de modo geral, a forma palatal é negativamente avaliada na escala de simpatia em relação à alveolar, quando todas as demais variáveis estão em seus níveis de referência ($\beta = -0.61$). No entanto, a forma alveolar tende a ser avaliada mais negativamente a cada unidade de aumento na idade dos indivíduos ($\beta = -0.04$). Ou seja, entre os mais velhos, é esperada a atribuição de níveis mais baixos na escala de simpatia para a realização alveolar, ao passo que, entre os mais novos, essa mesma forma é representativa de sujeitos mais simpáticos. Testamos, ainda, um modelo que previsse a interação entre realização de /t, d/ e idade, porém, a interação não se mostrou significativa.

Discutimos, por fim, os modelos de regressão para os atributos *interiorano(a)* e *potiguar*, que compõem a categoria de associação geográfica. Na Tabela 6, são exibidos os resultados referentes ao primeiro atributo, que apontam para a seleção de três variáveis como significativas: 1. *Direção de assimilação*; 2. *Área de residência* e 3. Interação entre *realização de /t, d/* e *contexto de palatalização*.

Tabela 6 - Modelo de regressão ordinal para *interiorano(a)* (AIC = 1224.1)

<i>Preditores</i>	<i>Coefficientes β</i> (logit)	<i>Intervalos</i> <i>de confiança (95%)</i>	<i>Valores de p</i>
Realização [palatal]	-0.24	-0.68 ~ 0.18	0.26
Contexto [progressivo]	-0.83	-1.27 ~ -0.39	<0.05
Naturalidade [interior]	0.53	-0.08 ~ 1.14	0.08
Naturalidade [outra UF]	-0.47	-1.31 ~ 0.35	0.25
Área de res. [interior]	0.27	-0.37 ~ 0.93	0.40
Área de res. [outra UF]	-2.02	-3.28 ~ -0.75	<0.05
Realização [palatal] *	1.82	1.17 ~ 2.46	<0.05
Contexto [progressivo]			

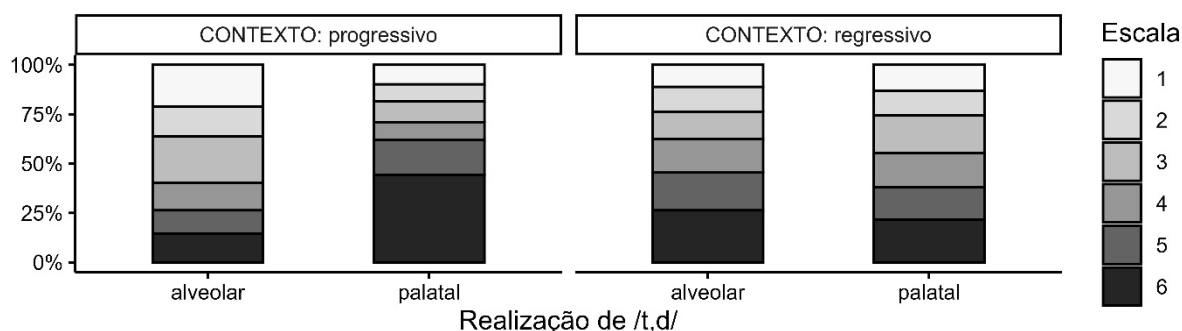
Níveis de referência: realização [alveolar]; contexto [regressivo]; naturalidade [metropolitana]; área de res. [metropolitana]

Fonte: elaborado pelos autores

No que diz respeito a 1, a produção alveolar em contexto progressivo – ['doj.dv] – é avaliada como menos interiorana em comparação a essa mesma produção em contexto favorável à assimilação regressiva – [hẽ.'mɛ.djv] – ($\beta = -0.83$), um indicativo de expectativa dos juízes pela realização palatal na fala de indivíduos naturais do interior do estado, quando atendidos os fatores motivadores de assimilação progressiva. Essa expectativa parece ser exagerada entre aqueles que residem em outra UF, pois tendem a atribuir valores mais baixos na escala à realização alveolar em contexto regressivo ($\beta = -2.02$), o que sugere seu não reconhecimento como uma ocorrência interiorana. Já em relação a 3, a palatal em contexto progressivo é avaliada como mais interiorana em comparação à alveolar em contexto regressivo ($\beta = 1.82$).

Esse resultado é refletido também pela distribuição percentual na Figura 5, a qual explicita que, em contexto progressivo, a realização palatal concentra mais respostas nos níveis mais altos da escala, em comparação à alveolar. Já em contexto regressivo, a maior concentração de respostas positivas é a estímulos de produção alveolar, embora a diferença não seja tão acentuada quanto a identificada em contexto de assimilação progressiva.

Figura 5 - Respostas ao atributo *interiorano(a)* em escala percentual



Fonte: elaborado pelos autores

Embora a direção da palatalização, isoladamente, seja relevante para explicar diferenças nas respostas à escala de interioranidade, o mesmo não acontece quando considerado um atributo de associação geográfica mais amplo: *potiguar*. O modelo de regressão construído para essa variável-resposta nem mesmo contém esse previsor, conforme resultados expostos na Tabela 7.

Tabela 7 - Modelo de regressão ordinal para *potiguar* (AIC = 1088.19)

<i>Preditores</i>	<i>Coefficientes β (logit)</i>	<i>Intervalos de confiança (95%)</i>	<i>Valores de p</i>
Realização [palatal]	-1.50	-2.21 ~ -0.79	<0.05
Anos de residência	-0.05	-0.08 ~ -0.02	<0.05
Área de res. [interior]	0.16	-0.65 ~ 0.99	0.69
Área de res. [outra UF]	-3.44	-5.38 ~ -1.50	<0.05
Realização [palatal] * Anos de residência	0.02	0 ~ 0.05	<0.05

Níveis de referência: realização [alveolar]; área de res. [metropolitana]

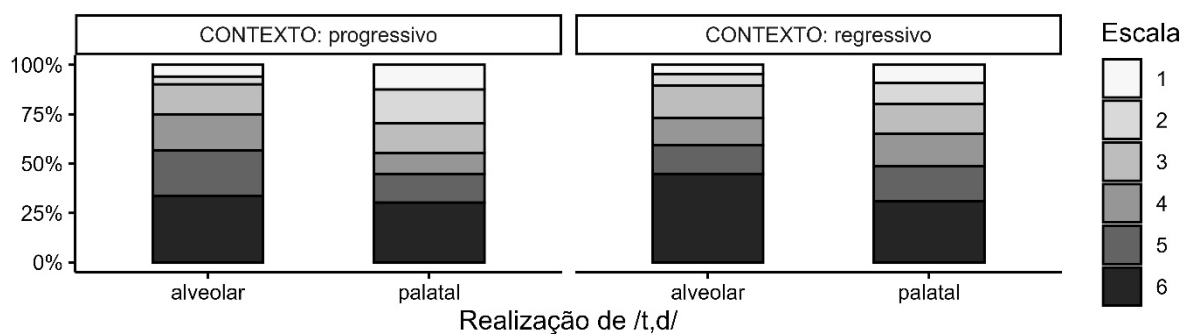
Fonte: elaborado pelos autores

O modelo sinaliza que a *realização* palatal é, no geral, avaliada em níveis mais baixos da escala para o atributo *potiguar*, em comparação à alveolar ($\beta = -1.50$), independentemente da direção da assimilação, o que elege a alveolar em contexto regressivo – [fĩ. 'mɛ.dʒo] – como mais representativa da fala do estado, na percepção dos participantes. Entretanto, a cada unidade de aumento em *anos de residência*, a alveolar perde um pouco de espaço para a palatal – [fĩ. 'mɛ.dʒjo] – ($\beta = -0.05$), sendo avaliada em níveis levemente mais baixos. Isso é reforçado pela interação entre essas duas variáveis previsoras, que indica o registro de respostas mais favoráveis à forma palatal na escala de representatividade potiguar, conforme aumentam os anos de residência ($\beta = 0.02$). São os indivíduos que residem em estado diferente do RN, assim como observado para o atributo *interiorano(a)*, aqueles que figuram como líderes da rejeição da variante alveolar ($\beta = -3.44$), mudança de perspectiva sobre traços linguísticos locais que, embora esteja em consonância com a interação apresentada, manifesta um efeito mais expressivo, potencialmente em função do contato com variedades em que formas palatais são mais frequentes.

Apesar dessa tendência de valorização da palatal em contexto regressivo, a Figura 6 demonstra que, quando outras variáveis não são consideradas, a emergência alveolar de /t, d/ é a considerada mais *potiguar*, concentrando mais respostas nos níveis mais altos da escala, bem como menos respostas nos níveis mais baixos, em ambos os contextos de assimilação. Esse resultado está dentro das expectativas, uma vez que realizações palatais, no RN, ocorrem em contextos estruturais bastante específicos (ambiente átono contíguo a ditongo, como *remédio*)

e reduzidos em relação aos contextos de ocorrência de alveolares (CRISTÓFARO-SILVA *et al.*, 2012; ANANIAS; CUNHA, 2022). Desse modo, em termos de frequência, a fala potiguar é mais caracterizada por produções alveolares, uma vez que a regra de palatalização tem descrição estrutural menos ampla, em comparação ao que ocorre em outras comunidades, como o Rio de Janeiro.

Figura 6 - Respostas ao atributo *potiguar* em escala percentual



Fonte: elaborado pelos autores

Também é interessante observar que, ainda que a forma palatal, na Figura 6, não seja a mais representativa, a porcentagem de respostas positivas se aproxima de 50%, independentemente da direção de assimilação, o que está de acordo com a interação entre as variáveis expostas na Tabela 7.

Conclusão

A análise das respostas às escalas de atributos que constituem o instrumento desta pesquisa permite o estabelecimento de algumas generalizações. De modo geral, a palatalização progressiva – [ˈdoj.dʒʊ] – é avaliada negativamente, sendo preferida a forma alveolar nesse contexto – [ˈdoj.du]. Já a palatalização regressiva – [hĩ.ˈmɛ.dʒjʊ] – não sofre estigma, ainda que seja engatilhada, na comunidade estudada, pelo mesmo fator estrutural que motiva a assimilação progressiva. O comportamento da amostra demonstra que, estatisticamente, em contexto regressivo, há preferência pela realização alveolar, que é levemente superada pela palatal conforme avançam a idade do indivíduo ou o seu tempo de moradia em sua atual área de residência, principalmente entre os que residem fora do RN. Tal diferença de avaliação, a depender da direção da assimilação (e da realização de /t,d/, como evidenciado pelas interações entre variáveis), é possivelmente motivada pela opacidade da regra de palatalização

característica da comunidade, cujo *output* é idêntico ao da regra de palatalização característica do Sudeste do Brasil – que, por sua vez, constitui norma de prestígio¹⁵.

O valor positivo associado à forma palatal – [ã.'guʃ.tʃja] – para os participantes que residem fora do RN é ainda superior ao que é identificado para aqueles que residem na Região Metropolitana de Natal, o que possivelmente constitui reflexo da exposição a variedades linguísticas de outras comunidades. Por outro lado, os falantes que residem no interior parecem apresentar certo conservadorismo, por registrarem uma avaliação mais positiva da realização alveolar nesse mesmo contexto – [ã.'guʃ.tja]. Dessa constatação, advém a hipótese de que a postura conservadora dos que residem no interior demonstra movimento de reafirmação da identidade local, caracterizada majoritariamente por realizações alveolares, no que se refere à produção de fala, considerando todos os contextos possíveis de realização de /t, d/ (CRISTÓFARO-SILVA *et al.*, 2012).

A tensão interior x capital é explicitada também pelas respostas à categoria de associação geográfica, que demonstram a percepção da variante palatal em contexto progressivo – ['doj.dʒu] – como mais característica do interior. Essa produção é, ainda, indiciadora de indivíduos menos inteligentes, menos desenrolados, menos orgulhosos, menos simpáticos e menos elegantes, portanto, menos competentes, menos íntegros e menos atrativos socialmente, considerando as categorias maiores. Fica evidente, por esses resultados, o estigma associado a tal produção, o qual independe do sexo do participante.

Apesar da mencionada valorização da palatalização regressiva, essa realização não é reconhecida como marca de pertencimento à comunidade potiguar, possivelmente devido à maior frequência de produções alveolares no RN, já que formas palatais são manifestadas em contextos bastante restritos (ANANIAS; CUNHA, 2022). No entanto, em nossa amostra, conforme aumentam os anos de residência, a forma palatal passa a ser considerada levemente mais representativa dessa categoria, sinalizando que, ao longo de sua vivência, os indivíduos compartilham práticas estilísticas em que a palatalização emerge como índice identitário, principalmente entre aqueles que residem fora do RN. Porém, mesmo nos limites geográficos do estado, não é incomum, em determinados ambientes acadêmicos e profissionais, que sejam ouvidas produções palatalizadas por assimilação regressiva não motivadas pela regra fonológica local – ['dẽ.tʃi], por exemplo –, produções que parecem não se sustentar em

¹⁵ Realizações [t, d] em contexto de assimilação regressiva (aditivo) parecem constituir estereótipos das variedades nordestinas que ainda as preservam, afetando inclusive a percepção dos próprios falantes que as produzem, os quais tendem a enxergar as variantes [tʃ, dʒ] como mais prestigiosas. Há necessidade de ampliação de estudos que definam mais claramente o valor dessas formas, mas já podem ser conferidos, por exemplo, os trabalhos de Sóstenes e De Paula (2017) e Vitória (2020), que abordam esse aspecto em comunidades nordestinas.

situações mais informais de comunicação (CRISTÓFARO-SILVA *et al.*, 2012). São sugeridos, então, estudos de percepção no nível de comunidades menores e que envolvam indivíduos com maior amplitude de níveis de escolaridade, a fim de identificar os valores estilísticos veiculados pelas realizações de /t, d/ em seu âmago.

Referências

ANANIAS, T. C.; CUNHA, C. M. A palatalização dos segmentos /t/ e /d/ adjacentes a ditongo em registros de fala mossoroense. **Revista de estudos da linguagem**, Belo Horizonte, v. 30, n. 1, p. 11-52, 2022.

BISOL, L. Ditongos derivados. **Delta**, São Paulo, v. 10, n. especial, p. 123-140, 1994.

BOTASSINI, J. O. M. **Crenças e atitudes linguísticas**: um estudo dos róticos em coda silábica no norte do Paraná. 2013. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

CALLOU, D. Variação e mudança no âmbito do consonantismo. In: MARTINS, M. A.; ABRACADO, J. **Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 39-64

CHRISTENSEN, R. H. B. **Ordinal**: regression models for ordinal data. 2019. Pacote R versão 2019.12-10. Disponível em: <https://CRAN.R-project.org/package=ordinal>.

CLASON, D.L.; DORMODY, T.J. Analyzing data measured by individual Likert-type items. **Journal of Agricultural Education**. v. 35, n. 4, p. 31-35, 1994.

CRISTÓFARO-SILVA, T.; BARBOZA, C.; GUIMARÃES, D.; NASCIMENTO, K. Revisitando a palatalização no português brasileiro. **Revista de estudos da linguagem**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 59-89, jul. 2012.

FREITAG, R. M. K. Effects of the linguistics processing: palatals in brazilian portuguese and the sociolinguistic monitor. **University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics**, v. 25, n. 2, p. 19-30, 2020.

GARCIA, G. D. **Data visualization and analysis in second language research**. New York: Routledge, 2021.

GARRETT, P. **Attitudes to language**. New York: Cambridge University Press, 2010.

KIPARSKY, P. Abstractness, opacity, and global rules. In: KOUTSOUDAS, A. **The application and ordering of grammatical rules**. The Hague: Mouton, 1976. p. 160-184

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LAMBERT, W. E.; HODGSON, R. C.; GARDNER, R. C.; FILLENBAUM, S. Evaluational reactions to spoken languages. **Journal of abnormal and social psychology**, v. 60, n. 1, p. 44-51, 1960.

LEVSHINA, N. **How to do Linguistics with R: data exploration and statistical analysis**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2015.

OLIVEIRA, A. A.; OLIVEIRA, A. J. Variação diatópica e o processo de mudança na valorização social da palatalização progressiva em alagoas. **Alfa**, São Paulo, v. 65, 2021.

R CORE TEAM. **R: A language and environment for statistical computing**. Versão 4.0.4. Vienna, Austria: R Foundation for Statistical Computing, 2022. Disponível em: <https://www.R-project.org/>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SANTOS, A. M. O. **As “Africadas Baianas” em Sergipe e Alagoas: um estudo a partir dos dados do Projeto ALiB**. 2012. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SÓSTENES, G. S.; DE PAULA, A. S. A fala de telejornalistas de duas capitais nordestinas. **Revista leitura**, Maceió, v. 2, n. 59, p. 143-167, 2017.

VITÓRIO, E. G. S. L. A. Acessando o significado social da palatalização /t, d/. **(Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 14, n. 29, p. 208-226, 2020.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].

WICKHAM, H. *et al.* Welcome to the tidyverse. **Journal of Open Source Software**, v. 4, n. 43, p. 1-1686, 2019.

WICKHAM, H.; SEIDEL, D. **Scales: scale functions for visualization**. 2022. Pacote R versão 1.2.0. Disponível em: <https://CRAN.R-project.org/package=scales>.

Sobre os autores

Gabriel Sales (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-9205-3334>)

Mestrando em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Eliete Figueira Batista da Silveira (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-6928-2614>)

Doutora em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), instituição em que atua como professora, pesquisadora e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas (PPGLEV).

Recebido maio de 2022.

Aprovado em setembro de 2022.

Acessando a avaliação social das variantes do onset complexo na variedade carioca

Assessing the social evaluation of the variants of the complex onset in the carioca variety

Christina Abreu Gomes¹

Lívia Fernandes Silva²

Ana Cristina Baptista de Abreu³

Resumo: Este artigo apresenta os resultados de um estudo que focalizou a percepção das variantes lateral e tepe no *onset* complexo, como em *chiclete* ~ *chicrete*, por ouvintes universitários, moradores da cidade do Rio de Janeiro. O objetivo foi identificar em que medida a forma linguística afeta a percepção de características sociais dos falantes dos estímulos. A hipótese é que a variante tepe será relacionada a perfil socioeconômico baixo, independentemente do sexo dos falantes dos estímulos, e a variante lateral não indexa característica social. O estudo foi desenvolvido com base nos pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista e dos Modelos de Exemplares. 40 participantes ouviram 16 sentenças alvo, contendo um item lexical com uma das duas variantes. A tarefa consistiu na indicação do possível falante do estímulo, homem ou mulher, caracterizado quanto a perfil socioeconômico, escolhido entre duas opções de foto. O comportamento dos participantes foi acessado em função da escolha da foto e do tempo de resposta. Somente os resultados para tempo de resposta foram conclusivos para a correlação esperada para a variante tepe. Questões metodológicas relacionadas ao *design* experimental e os resultados obtidos são apresentados e discutidos.

Palavras-chave: variação; percepção; avaliação social; *onset* complexo.

Abstract: This article presents the results of a study that focused on the perception of the lateral and tap variants in the complex onset, as in *chiclete* (gum) ~ *chicrete*, by university listeners, residents of the city of Rio de Janeiro. The goal was to identify to what extent the linguistic form affects the perception of social characteristics of the stimuli' speakers. The task consisted to indicate the possible speaker of the stimulus, male or female, characterized in terms of socioeconomic profile, chosen between to photos. The study was developed based on the theoretical assumptions of Variacionist Sociolinguistics and that of exemplar-based Models. 40 participants heard 16 target sentences, containing a lexical item either with the lateral or the tap. The hypothesis is that the tap will be related to low socioeconomic profile, regardless the sex of the speaker of the stimuli, while the lateral will not be related to social characteristics. The participant's behavior was assessed by the choice of the photo and by the response time.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Departamento de Linguística e Filologia, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: christina-gomes@uol.com.br.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: liviafernandes.5@hotmail.com.

³ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: anacristina.abreu@hotmail.com.

Only the results for response time were conclusive for the expected correlation for the tap. Methodological issues concerning the experiment design and the results obtained are presented and discussed.

Keywords: variation; perception; social evaluation; complex onset.

Introdução

Este artigo apresenta os resultados de um estudo que focaliza a percepção das variantes lateral e tepe no *onset* complexo, como em *chiclete* ~ *chicrete*, relativa aos valores sociais associados às variantes. Além disso, serão também discutidas algumas questões metodológicas que se colocam sobre a abordagem da percepção da variação linguística e sua relação com os resultados obtidos. A pesquisa foi aprovada pelo CEP/NESC/UFRJ, parecer no. 3.099.714.

Os dados foram coletados através de um experimento que teve por objetivo identificar em que medida a forma linguística afeta características sociais percebidas dos falantes dos estímulos (DRAGER, 2014, p. 61). Com base na estratificação social das variantes lateral e tepe, observada nos estudos com dados de produção de falantes da cidade do Rio de Janeiro (GOMES, 1987, 2021; GOMES; PAIVA, 2002), foram estabelecidas as seguintes hipóteses de trabalho: a variante tepe indexa perfil socioeconômico baixo, independentemente do sexo dos falantes dos estímulos, e a variante lateral não indexa características macrossociais dos falantes na variedade carioca.

O estudo foi desenvolvido com base nos pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista e dos Modelos de Exemplares. Parte-se da hipótese de que a variação é parte do conhecimento linguístico do falante, isto é, nos termos de Weinreich, Labov e Herzog (1968), o sistema linguístico contém heterogeneidade sistemática. Postula-se também a indissociabilidade entre língua e sociedade, expressa na relação entre o conhecimento linguístico internalizado pelo falante e o valor social atribuído às formas linguísticas (indexação social) quer seja em função de características macrossociais dos falantes (LABOV, 2001), como idade, classe social, sexo etc, quer seja em função de características que permeiam as diferentes situações de produção: quem fala, para quem fala, qual o tópico e com que propósito (SCHILING-ESTES, 2002). Além disso, de acordo com os Modelos de Exemplares (BYBEE, 2010; PIERREHUMBERT, 2016; CRISTÓFARO SILVA; GOMES, 2017), a variação tem status representacional no conhecimento linguístico internalizado, diferentemente do conceito de regra variável. Parte-se da hipótese de que as representações mentais dos itens lexicais contêm o detalhe fonético, são abstrações sobre a fala, baseadas na experiência do falante em ouvir e produzir as palavras em diferentes contextos sociais, discursivos e interacionais. Assim, as variantes de uma variável linguística estão representadas, não são geradas por uma regra que

se aplica a uma forma abstrata invariante que contém somente a informação sonora imprevisível. Às representações em exemplares também estão associadas informações sociais atribuídas às formas linguísticas.

O artigo está organizado em quatro seções, além da Introdução: seção com questões teóricas relativas ao estudo do valor social das variantes linguísticas com base na percepção dos falantes; seção com a descrição da metodologia de trabalho, em que se apresenta o design do experimento, questões e hipóteses de trabalho, participantes e aplicação do experimento; seção com a apresentação e discussão dos resultados; e, finalmente, a Conclusão.

Acessando a percepção do valor social da variação sociolinguística

A Sociolinguística experimental tem abordado o processamento da variação linguística buscando responder questões sobre o status da variação no conhecimento linguístico do falante (CONNINE; RANBOM; PATTERSON, 2008; SQUIRES, 2011), sobre como a forma linguística e seu respectivo valor social são percebidos/processados pelos indivíduos (DRAGER, 2014), sobre o efeito de condicionamentos linguísticos, cognitivos e sociais na percepção das variantes (HAY; WARREN; DRAGER, 2006; LABOV, 2010). O método experimental adotado tem relação com a questão da pesquisa. Assim, diferentes *designs* e técnicas experimentais têm sido utilizados nos estudos de percepção da variação.

Com relação à avaliação social das variantes, segundo Drager (2014, p. 61), há duas direções principais nos estudos voltados para a percepção da variação: uma focaliza de que maneira as variantes influenciam qual a informação social atribuída ao falante (LEVON, 2007; CAMPBELL-KIBLER, 2007, 2010; LABOV, 2011; LEVON; BUCHSTALLER, 2015; OUSHIRO, 2015; BATTISTI; OLIVEIRA, 2016; MENDES, 2016, entre outros), e outra investiga em que medida a informação social atribuída ao falante pode influenciar a forma como a variante é percebida (NIEDZIELSKI, 1999; HAY; WARREN; DRAGER, 2006; KOOPS *et al.*, 2008; HAY, DRAGER, 2010; DRAGER, 2011; SQUIRES, 2011; LOUDERMILK, 2013; entre outros).

A questão do valor social das variantes tem sido debatida nos estudos sociolinguísticos no que diz respeito a como esses valores são estabelecidos, construídos, reproduzidos e ressignificados (SCHILING-ESTES, 2002; ECKERT, 2008, 2012). De um lado, os valores sociais estão relacionados à organização de uma sociedade determinada principalmente por sua base econômica, além de aspectos sociais e psicológicos (GURVITCH, 1982), assim como também estão relacionados à dinâmica da vida do indivíduo na sociedade. Dessa maneira, os valores sociais relacionados às formas linguísticas precisam ser situados em relação à

organização macrossocial da sociedade, e das diferentes organizações ou grupamentos de que o indivíduo participa, instâncias que devem ser entendidas e abordadas de forma dialética e não de forma dicotômica, conforme observa Milroy (2002) sobre não haver incompatibilidade entre a observação do indivíduo como pertencente a uma determinada classe social e as redes sociais que estabelece ao longo da vida. Na pesquisa sociolinguística, as amostras de fala para estudo da variação e da mudança situam o indivíduo na dimensão macrossocial. Normalmente essas dimensões são um recorte da organização da sociedade em função de determinadas características, como classe social, escolaridade, idade etc, típicas de centros urbanos do mundo ocidental. Já a dinâmica do indivíduo na sociedade tem sido capturada nos conceitos de rede social e comunidade de prática. O primeiro conceito se refere às relações do indivíduo com outros dentro e fora de seu grupo social imediato, definido em função de classe social, como no estudo de Milroy (2002). O segundo se refere a grupamentos de indivíduos com um objetivo compartilhado e um determinado grau de coesão em termos de frequência de convivência (MEYERHOFF, 2006, p. 178-184).

Os estudos de Gomes (1987; 2021) e Gomes e Paiva (2002), com dados de produção, mostraram que há uma diferença abrupta na realização da variante tepe na variedade carioca em função de características macrossociais, respectivamente como classe social e escolaridade dos falantes. Nas amostras estudadas, não há nenhuma ocorrência do tepe entre falantes com status socioeconômico (SSE) compatível com perfil de classe média e classe média alta e escolaridade acima de quatro anos. Em Gomes (1987), os percentuais do tepe são 0% para os falantes de classe média e 22,5%, para os falantes de classe baixa. Essa diferença abrupta de frequência de ocorrência do tepe entre falantes com diferentes perfis sociais é indicativa de que a variante tepe pode ser indexadora de status socioeconômico baixo na cidade do Rio de Janeiro. Por outro lado, o fato de a variante lateral ser majoritariamente usada entre os falantes de mais alta escolaridade e de classe média não necessariamente é diretamente relacionada com status socioeconômico alto porque é a variante que predomina em todas os estratos sociais mapeados nas amostras estudadas. A questão aqui é a ausência do tepe na fala captada nas amostras de classe média e média alta. O tepe é maximamente evitado pelos falantes com mais escolaridade, ao passo que a lateral é majoritariamente usada na comunidade de fala como um todo. Portanto, parte-se da hipótese de que produzir o item com o tepe, como em *chicrete*, indexa SSE baixo, ao passo que o produzir com a lateral, como em *chiclete*, não é indexador de pertencimento ou identidade de classe média ou média alta. Assim, o valor social das variantes foi observado em função da possibilidade de indexar ou não o status socioeconômico dos falantes.

Metodologia

O valor social das variantes do *onset* complexo foi acessado através de experimento elaborado para a finalidade da pesquisa. O *design* experimental se enquadra na direção mencionada em Drager (2014, p. 61): observar se as variantes influenciam qual informação social é atribuída ao falante de uma sentença que contém uma variante da variável em estudo. A tarefa consistiu em indicar o falante do estímulo oral a partir de duas fotos de pessoas com perfis socioeconômicos diferentes apresentadas logo após o estímulo oral.

40 participantes de nível universitário ouviram 16 sentenças alvo, contendo um item lexical com uma das duas variantes, e 14 sentenças distratoras. A tarefa consistiu na indicação do possível falante do estímulo, homem ou mulher, caracterizado quanto a perfil socioeconômico, escolhido entre duas opções de foto. O sexo do falante do estímulo foi uma condição *between-subjects*, em que diferentes grupos de participantes são expostos a condições experimentais diferentes (DRAGER, 2014, p. 64). Assim, cada participante ouviu as sentenças do experimento produzidas somente com vozes masculinas ou somente com vozes femininas. Nenhum falante ouviu a mesma palavra com as duas variantes. Assim, os estímulos foram divididos em duas listas, formadas com os mesmos itens lexicais, porém com variantes diferentes para cada item. Por exemplo, na lista 1, o item *claro*, em *Ficou bem claro o erro no cálculo da conta de água*, foi produzido com a lateral e na lista 2, com o tepe. Todos os participantes foram expostos às mesmas condições experimentais, com exceção do sexo do falante, e ouviram o mesmo número de variantes, 8 de cada.

Os itens com o *onset* complexo foram selecionados em função de duas condições estruturais, presença ou não de outra líquida na palavra e frequência de ocorrência do item lexical (alta e baixa frequência), verificada na base do Projeto ASPA/UFMG (CRISTÓFARO-SILVA; ALMEIDA; FRAGA, 2005), conforme pode ser observado no Anexo 1. Esses dois critérios foram escolhidos dentre os condicionamentos estruturais sobre a alternância de líquidas no *onset* complexo, embora não haja convergência nos resultados de diferentes estudos com dados de produção. Mollica e Paiva (1991) e Tem Tem (2010) identificaram efeito do modo e do vozeamento da primeira consoante do *onset* complexo, assim como da presença de outra líquida na palavra: o tepe é favorecido quando precedido por oclusiva surda e há outra líquida na palavra. No estudo de Tem Tem, também foi identificado o efeito da tonicidade e da posição da sílaba na palavra, com favorecimento do tepe em sílabas tônicas e em início de palavra. Gomes (1987) testou os mesmos condicionamentos estruturais e não encontrou significância estatística para nenhum dos grupos de fatores anteriormente mencionados, porém foi encontrada significância estatística para condicionamento lexical, possivelmente

relacionado à frequência de ocorrência dos itens lexicais na amostra estudada. No entanto, de acordo com Gomes (2021), não foi possível obter resultados confiáveis para determinar as propriedades dos itens lexicais que poderiam atuar na variação devido à ausência de uma base de dados maior para a análise de frequência dos itens e de uma análise estatística mais adequada na época em que a pesquisa foi realizada.

As fotos com os perfis sociais pretendidos, homens e mulheres com status socioeconômico (SSE) alto e baixo, foram elaboradas para a finalidade específica deste estudo. Para tal, foram recrutados universitários com idades entre 19 e 28 anos. Os voluntários assinaram um termo de cessão de imagem para os objetivos da pesquisa. Cada voluntário foi fotografado com indumentária caracterizando SSE alto e SSE baixo para garantir que, de fato, é o conjunto da composição de roupa, penteado, acessórios e local de habitação que indicam um determinado perfil socioeconômico.

Com o objetivo de representar a sociedade brasileira, os mesmos perfis socioeconômicos foram organizados com voluntários de diferentes grupos étnicos. Assim, foi evitado um experimento com fotos exclusivamente de pessoas brancas, o que provavelmente estaria em desacordo com a diversidade dos participantes voluntários que seriam recrutados para a aplicação dos experimentos. As fotos dos indivíduos, homens e mulheres, foram recortadas e montadas, por profissional da área de *design* gráfico, nos ambientes correspondentes ao perfil de SSE pretendido. Os ambientes foram fotografados nas cidades de Petrópolis e do Rio de Janeiro. O resultado final está exemplificado na Figura 1 a seguir, que contém fotos dos mesmos voluntários caracterizados nos dois perfis de SSE.

Figura 1 – Exemplos de fotos apresentadas como opção de resposta para cada estímulo



Fonte: própria

Foram organizados 16 pares de fotos, sendo metade com voluntários negros e metade com voluntários brancos (cada par com os dois perfis de SSE, combinando voluntários diferentes), sendo 16 pares para cada sexo, 1 par para cada estímulo, utilizados em cada lista (lista 1 e lista 2 com vozes femininas, lista 1 e lista 2 com vozes masculinas). A fase experimental foi precedida de uma fase treino para que os participantes se familiarizassem com a tarefa. Os mesmos pares de fotos da fase experimental foram usados para os estímulos da fase treino e para as sentenças distratoras. Para evitar o viés racial nas respostas, já que, no Português Brasileiro, não há evidência de padrões linguísticos associados a etnia, como no inglês falado nos Estados Unidos, os pares de fotos apresentados aos participantes para escolha do falante do estímulo têm o mesmo perfil étnico.

As fotos foram avaliadas previamente quanto ao perfil social pretendido para verificar sua adequação à finalidade do experimento. A verificação das fotos se baseou nas respostas a um questionário submetido, através do *Google Forms*, conforme em Hay, Warren e Drager (2006). Foram coletadas respostas de estudantes de nível universitário, recrutados através de chamada em mídias sociais de grupos da universidade, e de estudantes de nível médio de escola pública, recrutados através de um dos componentes da equipe de pesquisa. Os voluntários que avaliaram o perfil social pretendido foram expostos somente a fotos de mulheres ou a fotos de homens e responderam às seguintes questões:

1. Você conhece essa pessoa? SIM NÃO
(Em caso afirmativo) De onde?
2. Qual você acha ser mais provável o nível de escolaridade dessa pessoa?
 - a. sem escolaridade; b) ensino fundamental; c) ensino médio; d) ensino superior
3. Qual você acha ser mais provável a área de trabalho dessa pessoa?
 - a. ambulante; b) atendente de lanchonete; c) médico(a); d) advogado(a)

As fotos com mulheres foram avaliadas por 40 indivíduos e as fotos com homens, por 15 indivíduos⁴, totalizando 55 avaliadores. Os respondentes das fotos das mulheres apresentam

⁴ A diferença de quantidade de respostas na avaliação das fotos de homens (15) e mulheres (40) se deve ao fato de que essa etapa foi realizada de forma remota em 2021. Assim, os links para os formulários ficaram disponíveis em mídias sociais e não foi possível controlar o acesso às duas listas. Como havia prazos para execução de todas as etapas (checagem das fotos, montagem e aplicação dos experimentos) não foi possível aguardar por mais adesões à lista com fotos de homens. Porém, apesar da diferença na quantidade de respostas por perfil de sexo das fotos, as avaliações são convergentes, conforme pode ser observado no Quadro 1.

majoritariamente o seguinte perfil: 87% com idades entre 18 e 25 anos, 76% com nível superior incompleto e 40% com renda familiar de até 2 salários mínimos (apenas 5%, acima de 10 salários mínimos). O perfil dos respondentes das fotos com homens é o seguinte: 93% entre 18 e 25 anos, 60% com nível superior incompleto, 67% com renda familiar até 2 salários mínimos.

Foi estabelecido o seguinte método para pontuação das respostas, com vistas a checar se o SSE percebido corresponde ao perfil pretendido para cada foto: a) quanto à escolaridade percebida para o indivíduo da foto, foi atribuído 1 ponto para as opções 2a, 2b e 2c e 2 pontos para a opção 2d (ensino universitário). Para o perfil da profissão, foi atribuído 1 ponto para as opções 3a e 3b (atividades profissionais que não requerem formação educacional específica), e dois pontos para 3c e 3d (atividades profissionais que requerem formação universitária específica). A pontuação de cada foto foi obtida somando-se os pontos obtidos por cada resposta de cada categoria (escolaridade e profissão), divididos pelo total de respostas. A pontuação final corresponde à soma dos pontos obtidos para cada categoria dividida por 2. Assim, a pontuação mais alta possível a ser obtida por cada foto é 2, o que seria indicativo de SSE alto. Pontuação próxima de 1 indica SSE baixo. A avaliação de cada uma das fotos pode ser observada no Quadro 1 e no Quadro 2 a seguir.

Quadro 1 - Avaliação das fotos das mulheres em função do *status* socioeconômico pretendido

Perfil SSE pretendido	Status SSE alto						Status SSE baixo					
	M1	M3	M5	M7	M9	M11	M2	M4	M6	M8	M10	M12
Ordem da foto no Google form												
Escolaridade	2	1,6	1,9	1,97	1,87	1,65	1,1	1,25	1,32	1,5	1,22	1,12
Profissão	1,97	1,7	1,9	1,97	1,87	1,8	1,07	1,27	1,27	1,1	1,37	1,47
Total	1,98	1,65	1,9	1,97	1,87	1,7	1,08	1,26	1,3	1,3	1,3	1,34

t = 10.419, df = 11, p-value = 2.45e-07

Legenda: M=mulher

Fonte: própria

Quadro 2 - Avaliação das fotos dos homens em função do *status* socioeconômico pretendido

Perfil SSE pretendido	Status SSE alto						Status SSE baixo					
	H2	H4	H6	H7	H9	H11	H1	H3	H5	H8	H10	H12
Ordem da foto no Google form												
Escolaridade	2	2	2	2	1,8	1,83	1,2	1,13	1,26	1,13	1,26	1,06
Profissão	1,87	2	2	2	1,8	1,83	1,13	1,2	1,13	1,4	1,13	1,06
	1,9	2	2	2	1,8	1,83	1,16	1,16	1,2	1,26	1,2	1,06

t = 23.661, df = 11, p-value = 4.373e-11

Legenda: H=homem

Fonte: própria

De acordo com o observado no quadro 1, há uma tendência à pontuação próxima a 2 no perfil pretendido como SSE alto e próxima a 1, no perfil pretendido como SSE baixo, nas fotos com mulheres. A mesma tendência é observada nas fotos com os homens (quadro 2), sendo que há médias iguais a 2 no perfil pretendido como SSE alto. O t-test realizado na Plataforma R (t.test=(x, y, alt="greater", paired=T), comparando as médias obtidas por foto em função do SSE, para cada grupo de fotos, mostra que as diferenças entre as médias para cada perfil de SSE são estatisticamente significativas. Em nenhum dos grupos, houve diferença de média em função do perfil étnico da foto, conforme o esperado.

O experimento foi montado com o software *Psychopy* e hospedado na Plataforma *Pavlovia*. Das 40 participações voluntárias, 8 foram obtidas de forma remota e as demais através do recrutamento direto na universidade⁵. Nesse caso, o experimento foi aplicado individualmente em uma sala reservada para esta finalidade. Informações sobre os participantes (nome, sexo, idade, bairro de moradia, e-mail) e confirmação de participação voluntária (TCLE) foram obtidas em formulário *Google*. Há 10 respostas para cada lista (1 e 2) com vozes femininas e vozes masculinas.

A ordem de apresentação dos estímulos foi pseudoaleatória. Os estímulos foram ordenados de maneira que há uma sentença distratora entre cada estímulo alvo, com exceção do penúltimo e do último estímulos. Essa ordem foi organizada para que não houvesse repetição da mesma variante na sequência de estímulos. Optou-se por adotar a ordem pseudoaleatória, já que na Plataforma *Pavlovia*, ao aplicar a ordem aleatória dos estímulos, também os pares de fotos seriam apresentados aleatoriamente para escolha do perfil social. Isso tornaria impossível identificar as respostas dos participantes, pois optou-se por alternar a ordem do perfil socioeconômico das fotos por estímulo, já que a resposta foi registrada apertando-se duas teclas no computador (E – foto esquerda e L – direita). O objetivo da ordem alternada dos perfis das fotos foi evitar automatizar a resposta para um determinado perfil com a mesma tecla. A fase experimental foi precedida das instruções relativas à tarefa do experimento, seguida de uma fase treino com dois estímulos e de uma nova tela com as instruções apresentadas no início e sinalizando o início da fase experimental.

O comportamento dos participantes foi acessado em função da escolha da foto e do tempo de resposta (TR). As variáveis explicativas são a variante do item lexical (lateral, tepe),

⁵ O experimento foi inicialmente aplicado de forma remota no final de 2021. Houve baixa adesão ao experimento neste modo de apresentação, totalizando somente 8 respostas. Assim que as atividades presenciais foram retomadas foi possível recrutar os participantes na universidade, o que resultou no aumento de respostas. Considerações sobre as diferenças de coleta (remota ou presencial) serão apresentadas na seção resultados, nota 6.

o sexo do falante do estímulo (homem, mulher), a frequência de ocorrência do item lexical (alta, baixa) e a presença ou ausência de outra líquida na palavra, respectivamente como em *claro* e *chiclete*. A hipótese, estabelecida com base na estratificação social observada nos estudos com dados de produção anteriormente mencionados, conforme descrita no último parágrafo da seção anterior, é que a variante tepe será relacionada a perfil socioeconômico baixo, independentemente do sexo dos falantes dos estímulos, e a variante lateral não indexa característica socioeconômica. Assim, a hipótese é que a variante tepe alveolar constitui um estereótipo relacionado a status socioeconômico baixo. Já a lateral, como é a variante mais usada na variedade carioca, independentemente da escolaridade/status social dos falantes, não é relacionada a status socioeconômico. Assim, espera-se que haja mais correlações de respostas entre estímulos com a variante tepe e as fotos com perfil de SSE baixo e tempos de respostas mais baixos para a associação entre variante tepe e SSE baixo. Por outro lado, não são esperados TRs significativamente baixos para a escolha de SSE alto e estímulos com a lateral e concentração de respostas com associação entre lateral e fotos com SSE alto.

Resultados

Foram obtidas 640 respostas de todos os estímulos dos 40 participantes universitários. A Tabela 1 a seguir apresenta a distribuição das respostas (escolha do status socioeconômico do falante do estímulo) em função das variantes (tepe ou lateral).

Tabela 1 - Distribuição das respostas por variante do estímulo

Variante	Resposta SSE do falante			
	Alto		Baixo	
	N	%	N	%
Lateral	161	50,3	159	49,7
Tepe	148	46,3	172	53,7

Legenda: SSE – status socioeconômico

Fonte: própria

A distribuição das respostas revela que não houve associação da variante lateral com nenhum perfil social, o que já era esperado, já que é a variante mais usada por falantes de diferentes graus de escolaridade, conforme observado nos trabalhos com dados de produção mencionados anteriormente. Também foi observada uma leve tendência a associar o tepe ao SSE baixo.

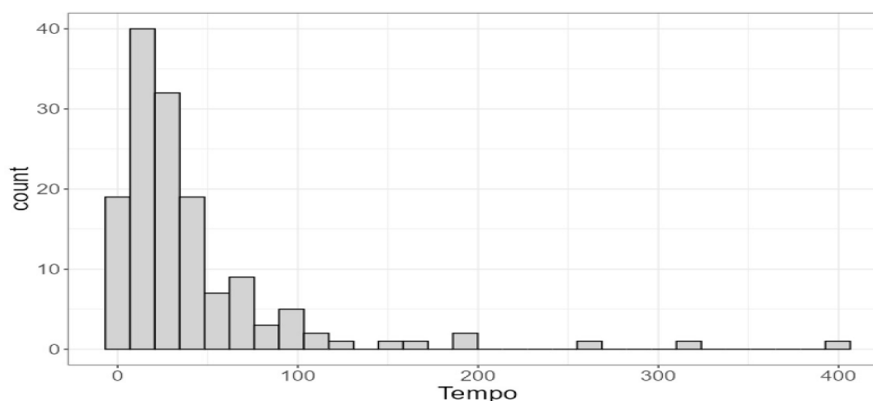
No entanto, esperava-se uma maior incidência de escolha do status socioeconômico baixo para estímulos com a palavra alvo com a variante tepe. Conforme já mencionado, estudos com dados de produção mostram que o tepe é restrito a falantes de baixa escolaridade e SSE baixo na cidade do Rio de Janeiro, sendo categoricamente ausente entre falantes de maior escolaridade e SSE alto nas amostras.

O resultado do teste de qui-quadrado (χ^2), que avalia o grau de dependência entre duas variáveis, no caso, se a distribuição das respostas (escolha do perfil SSE) tem relação com a variante do estímulo, lateral ou tepe, não rejeita a hipótese nula, indicando que não há relação entre as variáveis, isto é, não há efeito da variante do estímulo na escolha da foto ($X\text{-squared} = 0.18029$, $df = 1$, $p\text{-value} = 0.6711$).

Essa distribuição levantou uma questão de trabalho: a que atribuir esse resultado? De fato, a variante tepe não indexa características macrosociais na comunidade de fala do Rio de Janeiro? O *design* do teste pode ter interferido neste resultado? A análise dos resultados da variável dependente *tempo de resposta* (TR) permite entender melhor a dinâmica dos valores sociais associados às duas variantes no Rio de Janeiro pelos participantes de ensino superior, além de permitir identificar outras questões da metodologia experimental utilizada. O tempo de resposta foi medido em milissegundos.

O histograma (figura 2) a seguir mostra a quantidade de respostas em função dos tempos de resposta. Na figura 2, o eixo x contém as medidas de tempo em milésimos de segundo e o eixo y corresponde à quantidade de respostas em cada faixa de tempo.

Figura 2 - Histograma com a distribuição das respostas por tempo de resposta



Fonte: própria

De acordo com a distribuição observada no histograma, observa-se que há uma concentração de TRs baixos, sendo a maioria das respostas abaixo de 50 milissegundos.

Observa-se ainda alguns *outliers* muito discrepantes, respostas acima de 200 milissegundos. Para a análise estatística (Regressão Linear Modelo Misto), foram retirados os três *outliers* acima de 200 milissegundos.

Foi realizada uma regressão linear usando o Pacote gratuito *Jamovi* (www.jamovi.org) com participantes e itens como variáveis aleatórias e resposta, variantes, presença de outra líquida na palavra e frequência de ocorrência do item lexical, como variáveis de efeito fixo⁶. O melhor modelo é o que indicou interação entre resposta, variante, frequência de ocorrência da palavra e presença de líquida na palavra. Os resultados estão apresentados na tabela 2 a seguir.

Tabela 2 – Efeito das variáveis independentes e aleatórias em relação ao tempo de resposta

Variáveis	Effect	Estimate	SE	95% Confid. Interval		Df	T	P
				Lower	Upper			
(Intercept)	(Intercept)	37.102	5.77	26.19	48.03	103.6	6.661	<.001
Resposta 1 *	baixa – alta * tepe –	96.258	40.97	15.96	176.56	492.0	2.349	0.019
Variante * Tipo	lateral * n-liq –							
1* Frequência 1	líquida * baixa – alta							

Fonte: própria

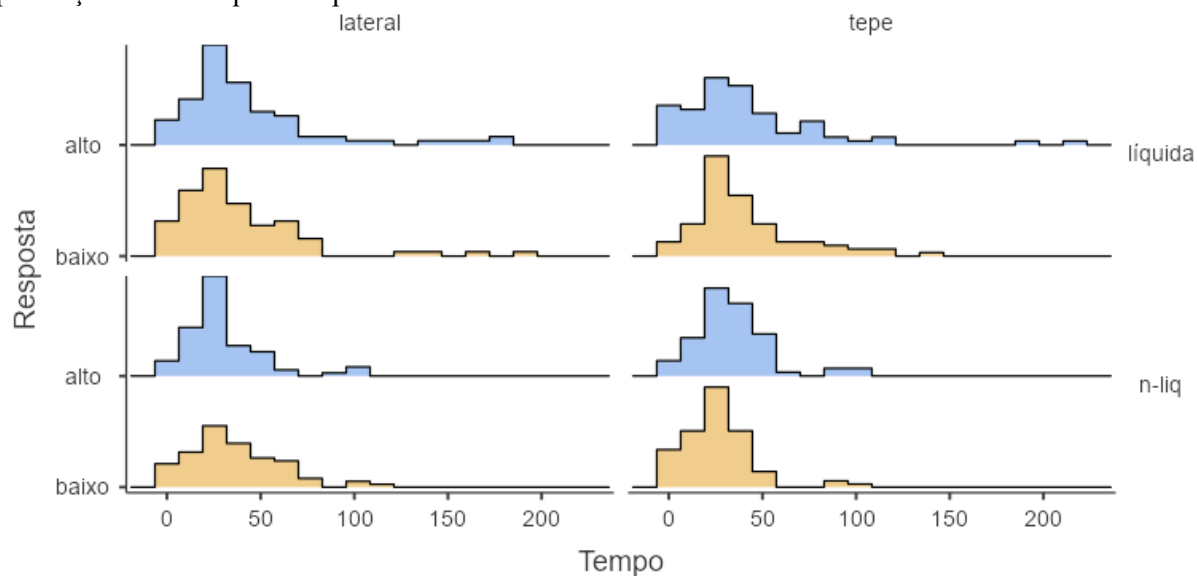
Os p-valores obtidos (última coluna da tabela 2), abaixo de 0.05, são indicativos da significância estatística da variância de tempo de resposta na escolha do perfil socioeconômico da foto de acordo com a variante e características dos itens lexicais dos estímulos, como presença de outra líquida na palavra e frequência de ocorrência da palavra. Os tempos de respostas são mais baixos nas escolhas de perfil SSE baixo em estímulos com a variante tepe de item lexical de alta frequência e sem outra líquida no item lexical (média= 23.9; mediana=22.3), seguidos dos TRs com itens sem outra líquida e de baixa frequência de ocorrência (média= 30.4; mediana=25.8). No geral, independentemente das características controladas dos itens lexicais (frequência e presença de outra líquida na palavra), o TR foi mais baixo na correlação entre resposta SSE baixo e variante tepe do estímulo (média=32.9; mediana=26.8), e mais altos nas demais correlações: resposta SSE baixo e variante lateral (média=36.9; mediana=30.6); resposta SSE alto e variante tepe (média=37.8; mediana=32.1); resposta SSE alto e variante lateral (média=37.2; mediana=29.1).

Os histogramas a seguir (figura 3 e figura 4) apresentam os tempos de resposta em função da escolha do perfil social de acordo com a variante do estímulo, presença de líquida na

⁶ Devido às diferentes formas de aplicação do experimento (presencial ou remotamente), foi realizada uma rodada incluindo o tipo de coleta (presencial ou remoto) como uma variável independente. Os resultados obtidos foram os mesmos para a rodada sem essa variável e apresentados na tabela 2, o que significa que a forma de coleta não interferiu nos resultados.

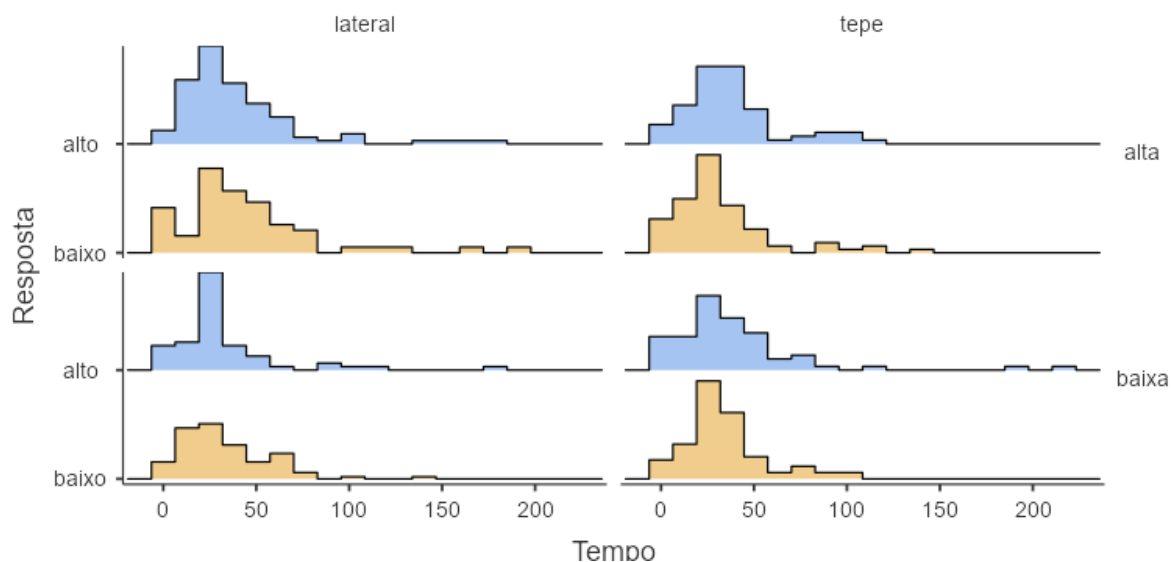
palavra e frequência de ocorrência do item lexical. Por limitações do *software* utilizado não foi possível incluir as quatro variáveis no mesmo gráfico.

Figura 3 – Tempos de resposta por perfil de SSE do falante em função da variante do estímulo, presença de outra líquida na palavra



Fonte: própria

Figura 4 – Tempos de resposta por perfil de SSE do falante em função da variante do estímulo, frequência de ocorrência do item lexical



Fonte: própria

Em ambas as figuras, os tempos de resposta para a escolha do perfil de SSE baixo associado a estímulo com a variante tepe sem outra líquida na palavra (última linha, segunda coluna), figura 3, e de alta frequência de ocorrência (segunda linha, segunda coluna), figura 4, estão concentrados no intervalo abaixo de 50ms, seguidos dos TRs das respostas de SSE baixo

com estímulo com tepe em item de baixa frequência de ocorrência (última linha, segunda coluna, figura 3, e com estímulos com tepe em itens de alta frequência de ocorrência (segunda linha, segunda coluna), figura 4. Somente os resultados para tempo de resposta foram conclusivos para a correlação esperada para a variante tepe, tendo sido observada a interação com características dos itens lexicais. Questões metodológicas relacionadas ao design experimental e os resultados obtidos são apresentados e discutidos a seguir.

Os resultados de tempos de resposta mais baixos para a correlação entre SSE baixo do falante dos estímulos com a variante tepe em itens lexicais sem outra líquida e de baixa frequência de ocorrência são indicativos de que os participantes acionaram uma relação de valor social entre a variante e o perfil SSE baixo das fotos em interação com características dos itens lexicais, o que permite afirmar que essa associação faz parte do conhecimento linguístico internalizado dos participantes. Tempos baixos de resposta revelam que há um processamento imediato da correlação para a relação forma e valor social da variante. Segundo Squires (2011), evidências desse tipo corroboram a hipótese de que as variantes têm status representacional. De acordo com os Modelos de Exemplares (PIERREHUMBERT, 2003; FOULKES; DOCHERTY, 2006, BYBEE; COCOULLOS, 2008), variantes são estocadas com detalhamento fonético rico, e o detalhe é associado a características sociais abstraídas. Também, postula-se que categorias linguísticas emergem *bottom-up*, a partir das experiências com as interpretações da língua enquanto produzidas pelos indivíduos em situações de uso. Assim como abstrações estruturais emergem dos exemplares, o mesmo ocorre com as informações sociais, que podem se referir tanto ao indivíduo quanto a diferentes categorias sociais.

Quanto à variante lateral, como esta constitui a forma mais frequente na comunidade de fala, os percentuais de distribuição das respostas nos dois perfis sociais em torno de 50% são indicativos de que a lateral não indexa perfil de SSE ou de escolaridade dos falantes na cidade do Rio de Janeiro.

No entanto, ainda resta a questão do percentual relativamente alto de respostas (46,3%) de atribuição do SSE alto à variante tepe. É possível que o tepe não tenha sido percebido nos diferentes estímulos. Labov *et al.* (2011) mostram que a percepção da variante dental estigmatizada da variável (-ing) do inglês americano é sensível à frequência com que a variante é ouvida. Os resultados mostraram uma tendência a avaliar a inadequação da performance com a variante apical do sufixo (-ing) do inglês de uma suposta candidata a âncora de jornal de TV a partir do terceiro estímulo (frase que contém o item lexical com o ambiente relevante) de um conjunto de 10, apresentados aos participantes de um experimento de percepção. No presente estudo, nenhum participante ouviu a mesma variante em sequência, conforme mencionado

anteriormente. Hay, Warren e Drager (2006), em estudo que observou a percepção de itens lexicais em processo de mudança no inglês da Nova Zelândia, devido à fusão da vogal núcleo do ditongo (*beer* [biə], *bear* [beə] ~ [biə]), mostraram que a acurácia no reconhecimento de itens lexicais em processo de mudança, no inglês da Nova Zelândia, foi maior na condição em que os estímulos orais foram pareados com fotos de possíveis falantes em função de idade, sexo e SSE, em comparação com a condição sem foto. Neste estudo, o estímulo oral é a única informação recebida, já que as fotos apresentadas constituem a concretização da tarefa de associar a forma a um perfil social. É possível, portanto, que haja algum limite do método experimental utilizado neste experimento, ao passo que os resultados reforçam a evidência de Labov *et al.* (2011) de que a frequência com que a variante é ouvida em situação experimental afeta sua percepção, o mesmo podendo ocorrer na fala espontânea.

Conclusão

Neste artigo, foram apresentados os resultados de estudo sobre percepção da variação de líquidas em *onset* complexo. Os resultados relativos ao tempo de resposta foram mais conclusivos para a hipótese de trabalho, segundo a qual a variante *tepe* indexa SSE baixo, tendo sido obtidos os TRs mais baixos para a correlação entre a foto com perfil de SSE baixo e a variante *tepe* no estímulo com itens lexicais de alta frequência de ocorrência e sem outra líquida na palavra, como em *chicrete*, seguidos dos TRs com a associação entre variante *tepe* e SSE baixo sem outra líquida na palavra e de baixa frequência de ocorrência, como em *pruma*. Os resultados obtidos para os estímulos com a lateral são indicativos de que a variante não é relacionada a SSE alto do falante. Squires (2011, p. 133-134) encontrou resultado semelhante com ausência de associação entre SSE alto da foto e estímulo com a concordância padrão do inglês com o auxiliar *don't* (*The trucks don't run*). Para a autora, trata-se de evidência de que os participantes estão usando o conhecimento linguístico internalizado, já que essa variante pode ser usada por qualquer falante. Já a clara associação entre SSE baixo e variante com a concordância não padrão (*The truck don't run*) mostra uma associação entre variante e perfil social do falante, que também é parte do conhecimento internalizado. Squires (op. cit) conclui que variantes padrão podem ser associadas a qualquer tipo de falante, ao passo que variantes não padrão são marcadas socialmente.

Os resultados apresentados contribuem com mais evidência de que os falantes usam a informação linguística presente na fala para fazer julgamentos sobre características macrossociais dos falantes, e, como consequência, reafirmam a hipótese da Sociolinguística

Variacionista, segundo a qual os dois tipos de informação, linguística e social, estão integrados no conhecimento linguístico internalizado pelos indivíduos.

O recorte sobre o valor social do tepe aqui apresentado não esgota os diferentes aspectos que envolvem o comportamento dos falantes, como o que pode ser observado nas diferentes interações em que se encontram no dia a dia. Uma questão interessante a ser pesquisada, por exemplo, nos estudos que focalizam o indivíduo em diferentes situações comunicativas (variação estilística) seria verificar em que medida uma variante que indexa status socioeconômico baixo entra no repertório de recursos estilísticos de falantes com diferentes graus de escolaridade e, se são usadas, qual seria o propósito. Em outras palavras, é importante verificar, em estudos dessa natureza, se o alto grau de estigma de uma variante influencia no conjunto de opções estilísticas do falante para se situar frente aos seus interlocutores, em função do seu propósito comunicativo e tópico da conversa.

Referências

- BATTISTI, E.; OLIVEIRA, S. G. de. Significados sociais do Ingilding de vogais tônicas no português falado em Porto Alegre (RS). **Todas as Letras**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 14-29, 2016.
- BYBEE, J. **Language, Usage, and Cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BYBEE, J.; CACOULOS, R. T. Phonological and grammatical variation in exemplar models. **Studies in Hispanic and Lusophone Linguistics**, Berlin/New York, v. 1, n. 2, p. 399-413, 2008.
- CAMPBELL-KIBLER, K. Accent, (ING), and the social logic of listener perceptions. **American Speech**, Durham, US, v. 82, n. 1, p. 32-64, 2007.
- CAMPBELL-KIBLER, K. The sociolinguistic variant as a carrier of social meaning. **Language Variation and Change**, Cambridge, v. 22, p. 423-441, 2010.
- CONNINE, C. M.; RANBOM, L. J.; PATTERSON, D. J. Processing variant forms in spoken word recognition: The role of variant frequency. **Perception & Psychophysics**, v. 70, n. 3, p. 403-411, 2008.
- CRISTÓFARO-SILVA, T.; ALMEIDA, L. S., FRAGA, T. ASPA: a Formulação de um Banco de Dados de Referência da Estrutura Sonora do Português Contemporâneo. In: XXV Congresso da Sociedade Brasileira de Computação, 2005, São Leopoldo. **Anais do XXV Congresso da Sociedade Brasileira de Computação** (CD-Room). São Leopoldo: Sociedade Brasileira de Computação, v. 1. p. 2268-2277, 2005.
- CRISTÓFARO-SILVA, T.; GOMES, C. A.. Teoria de Exemplos. In: HORA, D.; MATZENAUER, C. (Orgs.) **Fonologia, Fonologias: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 157-68.

DRAGER, K. Speaker age and vowel perception. **Language and Speech**, New York, v. 54, n. 1, p. 99-121, 2011.

DRAGER, K. Experimental methods in sociolinguistics. In: HOLMES, J.; HAZEN, K. (Orgs.) **Research Methods in Sociolinguistics: A practical guide**, Wiley-Blackwell: Oxford, 2014. p. 58-73.

ECKERT, P. Variation and the indexical field. **Journal of Sociolinguistics**, Cambridge, v. 12, n. 4, p. 453-476, 2008.

ECKERT, P. Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, n. 41, p. 87-100, 2012.

FOULKES, P.; DOCHERTY, G. The social life of phonetics and phonology. **Journal of Phonetics**, Amsterdam, v. 34, p. 409–438, 2006.

GOMES, C. A. . **Rotacismo em grupo consonantal: abordagem sincrônica e diacrônica**. 1987. 118f. Dissertação (Mestrado em Linguística) (Programa de Pós-Graduação em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Letras, Belo Horizonte, 1987.

GOMES, C. A. Passado e presente da alternância entre a lateral e o tepe no onset complexo no português: considerações sobre representação, mudança linguística e avaliação social. **LABORHISTÓRICO**, v. 7, p. 16-42, 2021.

GOMES, C. A.; PAIVA, M. C. Variação no grupo, no indivíduo e relação implicacional entre variáveis linguísticas. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 11, n.1, p. 105-113, 2002.

GURVITCH, G. **As classes sociais**. São Paulo: Global Editora, 1982.

HAY, J.; WARREN, P.; DRAGER, K. Factors influencing speech perception in the context of a merger-in-progress. **Journal of Phonetics**, Amsterdam, v. 34, n. 4, p. 458-484, 2006.

HAY, J.; DRAGER, K.; WARREN, P. Short-term exposure to one dialect affects processing of another. **Language and Speech**, New York, v. 53, n. 4, p. 447-471, 2010.

KOOPS, C.; GENTRY, E.; PANTOS, A. The effect of perceived speaker age on the perception of PIN and PEN vowels in Houston, Texas. **University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics**, Philadelphia, v. 14, n. 2, Article 12, 2008.

LABOV, W. **Principles of linguistic change: Social Factors**. Philadelphia: John Benjamins, 2001.

LABOV, W. **Principles of linguistic change: Cognitive and Cultural Factors**. Philadelphia: John Benjamins, 2010.

LABOV, W.; ASH, S., RAVINDRANATH, M., WELDON, T.; BARANOWSKI, M.; NAGY, N. Properties of the sociolinguistic monitor. **Journal of Sociolinguistics**, Oxford, v. 15, n. 4, p. 431–463, 2011.

LEVON, E. Sexuality in context: Variation and the sociolinguistic perception of identity. **Language in Society**, Cambridge, v. 36, p. 533–554, 2007.

LEVON, E.; BUCHSTALLER, I. Perception, cognition, and linguistic structure: The effect of linguistic modularity and cognitive style on sociolinguistic processing. **Language Variation and Change**, Cambridge, v. 27, p. 319–348, 2015.

LOUDERMILK, B. C. **Cognitive mechanisms in the perception of sociolinguistic variation**. 2013. 202f. Dissertation (PhD in Linguistics) - University of California, Center of Neuroscience, Davis, 2013.

MENDES, R. B. Diphthongized (en) and the indexation of femininity and paulistinity. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 58, p. 1-23, 2016.

MEYERHOFF, M. **Introducing Sociolinguistics**. London/New York: Routledge, 2006.

MILROY, L. Social Networks. In: CHAMBERS, J.K.; TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (Orgs.) **The handbook of language variation and change**. Oxford: Blackwell, 2002. p. 549-569.

MOLLICA, M. C.; PAIVA, M. C. Restrições estruturais atuando na relação entre [l] à [r] e [r] à Ø em grupos consonantais em português. **Revista da Abralin**, São Paulo, n. 11, p. 181-190, 1991.

NIEDZIELSKI, N. The effect of social information on the perception of sociolinguistic variables. **Journal of Social Psychology**, Oxford, v. 18, n. 1, p. 62–85, 1999.

OUSHIRO, Livia. **Identidade na pluralidade: avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo**. 2015. 394 f. Tese (Doutorado em Letras) (Programa de Pós-Graduação em Linguística e Semiótica) – Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2015.

PIERREHUMBERT, J. Probabilistic Phonology: discrimination and robustness. In: BOD, R.; HAY, J.; JANNEDY, S. (Org.). **Probabilistic Linguistics**. Cambridge/Massachussets: MIT Press, 2003, p. 177-228.

PIERREHUMBERT, J. Phonological representation: Beyond abstract versus episodic. **Annual Review of Linguistics**, v. 2, p. 33-52, 2016.

SCHILLING-ESTES, N. Investigating Stylistic Variation. In: CHAMBERS, J.; TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (Orgs.) **The Handbook of Language Variation and Change**. Oxford: Blackwell, 2002. p. 312-332.

SQUIRES, L. M. **Sociolinguistic priming and the perception of agreement variation: Testing predictions of exemplar-theoretic grammar**. 2011. 244f. Dissertation (PhD in Linguistics) - University of Michigan, Department of Psychology, Ann Arbor, 2011.

TEM TEM, Luiza F. *Rotacização das líquidas nos grupos consonantais: representação fonológica e variação*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Orgs.), **Directions for historical linguistics: A symposium**. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 95–188.

Anexo 1

Itens lexicais selecionados para composição dos estímulos de acordo com as condições de frequência de ocorrência e presença de outra líquida na palavra

	Com outra líquida na palavra	Sem outra líquida na palavra
Mais frequentes	Claro Flores Floresta Problema Flagrante Glossário	Chiclete Clube Placa Planta Plástico Público
Menos frequentes	Reflorestamento Cloro Florista Fluorescente Florida Clarividente	Blefe Glúten Tablete Glacê Pluma Flanela

Sobre os autores

Christina Abreu Gomes (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-0358-2029>)

Professora Titular do Departamento de Linguística e Filologia e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui Mestrado pela UFMG e Doutorado pela UFRJ.

Livia Fernandes Silva (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-2985-5494>)

Graduada em Licenciatura em Português-Inglês pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ana Cristina Baptista de Abreu (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-6289-5944>)

Possui Mestrado e Doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Recebido em junho de 2022.

Aprovado em setembro de 2022.

Percepção e avaliação de orações relativas: um estudo piloto

Perception and evaluation of relative clauses: a pilot study

André Poltronieri Santos¹
Lilian Coutinho Yacovenco²

Resumo: Com o presente estudo, investigamos como falantes/leitores brasileiros percebem e avaliam diferentes estratégias de relativização na escrita. Partimos da compreensão de que a avaliação é um dos problemas que envolvem a teoria da variação e mudança linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968) e de alguns estudos de percepção, avaliação, crenças e atitudes sobre fenômenos variáveis no português brasileiro (FREITAG, 2016; OUSHIRO, 2015a). Elaboramos um questionário com cinco frases, das quais três continham diferentes estratégias de relativização. As avaliações indicam que a relativa com *cujo* é mais conscientemente percebida pelos respondentes: foi a que recebeu o maior número de avaliações como *bonita* e associada a pessoas mais escolarizadas, por outro lado, recebeu menos avaliações relacionadas à simpatia. As avaliações das relativas copiadora e cortadora foram mais neutras e indicaram que essas variantes já estão incorporadas ao vernáculo brasileiro, a primeira, inclusive, à escrita. Por ora, concluímos que a variante cortadora e a copiadora não apresentam saliência suficiente para serem percebidas, sendo avaliadas, em geral, de forma neutra. A variante com *cujo* pareceu ser mais saliente, pois depende da escola para ser aprendida e é considerada bonita, associada a contextos mais formais e a pessoas mais escolarizadas.

Palavras-chave: percepção; avaliação; estratégias de relativização; estudo piloto.

Abstract: With the present study, we investigated how Brazilian speakers/readers perceive and evaluate different relativization strategies in writing. We start from the understanding that evaluation is one of the problems involving the theory of linguistic variation and change (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968) and from some studies on perception, evaluation, beliefs and attitudes about variable phenomena in Brazilian Portuguese (FREITAG, 2016; OUSHIRO, 2015a). We developed a questionnaire with five sentences, three of which contained different relativization strategies. The evaluations indicate that the relative with *cujo* (whose) is more consciously perceived by respondents: it received the highest number of evaluations as *beautiful* and associated with more educated people, however, on the other hand, it received less evaluations associating it to likeable people. The evaluations of the resumptive pronoun and PP-chopping variants were more neutral and indicate that these variants are already incorporated into Brazilian Portuguese vernacular, the former, including, to written language. We concluded that PP-chopping and resumptive pronoun variants are not salient enough to be perceived, being evaluated, in general, neutrally. The variant with *cujo* seemed to

¹ Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Vitória, ES, Brasil. Endereço eletrônico: a-polt@hotmail.com.

² Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Departamento de Línguas e Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Vitória, ES, Brasil. Endereço eletrônico: lilianyacovenco@yahoo.com.br.

be more salient, as it depends on schooling to be learned and is considered beautiful, associated with more formal contexts and to educated people.

Keywords: perception; evaluation; relativization strategies; pilot study.

Apresentação

As pesquisas sobre fenômenos variáveis no português brasileiro (doravante, PB) têm sido predominantemente voltadas ao estudo da produção linguística. Desde o início da sociolinguística variacionista no Brasil, há grande interesse na documentação das variedades aqui faladas, resultando na consolidação de diversos projetos de pesquisa, como o Programa de Estudos sobre o Uso da Língua – PEUL (PAIVA, SCHERRE, 1999), Projeto Variação Linguística na Região Sul do Brasil – VARSUL (BISOL, 2005), Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba – VALPB (HORA; PEDROSA, 2001) e Projeto Português Falado na Cidade de Vitória – PortVix (YACOVENCO *et al.*, 2012), para citar apenas alguns.

Apesar da ampla descrição do PB, ainda não há, no Brasil, um programa bem definido de estudos sobre percepção e avaliação linguística (FREITAG, 2016). Sendo a avaliação uma questão importante para a mudança linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968), é proposto, no presente artigo, um estudo sobre a percepção e a avaliação das estratégias de relativização.

Do ponto de vista da tradição gramatical, a oração relativa é denominada *oração subordinada adjetiva*. É um tipo de oração ligada a um antecedente por meio de um conectivo (um pronome relativo), que tem como função restringir ou fornecer uma explicação sobre esse antecedente. Em funções sintáticas preposicionadas³, exercidas pelo pronome relativo, pode haver até três possibilidades de relativização, conforme tipologia proposta por Tarallo (1983). Os exemplos abaixo, da amostra PortVix, ilustram essas três estratégias:

Relativa *pied-piping*: orações relativas nas quais há i) movimento de preposição antecedendo o pronome relativo; ou ii) uso de pronomes relativos plenos como *qual*, *cujo* e *onde* (TARALLO, 1983, p. 88).

(1) acho que vai incentivando quem tá vendo as coisas funcionando e realmente acho que nós vamos chegar *num ponto em que a sociedade vai ‘tar envolvida* e ajudando... voluntariamente né? (PortVix: homem, 26 a 49 anos, ensino superior)

³ Funções regidas por preposição, como objeto indireto, adjuntos adverbiais e demais complementos oblíquos.

Relativa copiadora: variante vernacular que contém um elemento correferente ao antecedente relativizado, como *ele, ela, lá, isso*, um sintagma nominal etc. Salvo raras exceções (BECHARA, 2009), essa estratégia de relativização não é mencionada pela tradição gramatical.

(2) *essa médica_i que eu estou com ela_i* ela disse que deve ser... deve ela falou assim né “deve ser o remédio porque a senhora não tem nada” (PortVix: mulher, 50 anos ou mais, ensino fundamental)

Relativa cortadora: são assim denominadas as estratégias de relativização vernaculares que não apresentam nem a preposição regida pelo verbo nem a cópia.

(3) tirar do sério? ó pra tirar do sério tem que pisar no meu calo ou tem que me contrariar mu:::ito ou tem que fazer *uma coisa_i que eu não goste []_i mesmo* entendeu ou me xinGAR::: ou me provoCAR fora isso eu não esquento. (PortVix: homem, 15 a 25 anos, ensino superior)

Destacamos, entre alguns trabalhos que versaram sobre estratégias de relativização, a dissertação de Mollica (1977), a tese de Tarallo (1983), a tese de Corrêa (1998) e Santos (2020). Embora tenham trabalhado com *corpora* distintos, os resultados dessas quatro pesquisas apontam para uma mesma direção de mudança linguística: a tendência de se apagar a preposição em relativas de funções regidas por preposição. Ainda que a tradição gramatical recomende o uso de relativas como no exemplo (4), as pesquisas mostram que os/as falantes têm preferido a variante expressa no exemplo (5), sem a preposição:

(4) você tá com *uma pessoa de quem você gosta*

(5) você tá com *uma pessoa que você gosta* (PortVix: mulher, 15 a 25 anos, ensino fundamental).

Em sua pesquisa sobre as estratégias de relativização, Tarallo (1983, p. 130) afirma que as relativas copiadoras são formas estigmatizadas socialmente – conclusão inferida a partir dos resultados de produção, visto que as relativas copiadoras foram variantes mais produtivas entre falantes de classes sociais mais baixas em comparação aos falantes das classes sociais mais altas. Outros trabalhos reafirmam essa hipótese, como os de Corrêa (1998) e Mollica (2003), embora ainda não haja qualquer estudo que tenha identificado tal estigma de forma direta.

Considerando a necessidade de apresentar um olhar direto sobre a percepção e a avaliação das relativas, o presente trabalho busca preencher essa lacuna.

Percepção e avaliação

O estudo da variação linguística compreende não só a produção, mas também a percepção e a avaliação de fenômenos variáveis. Estabelecemos a distinção conceitual entre esses dois últimos termos, tal como Oushiro (2015a) pontua: a percepção se refere a inferências, conscientes ou não, que os falantes de uma língua fazem ao ouvirem outros falantes. A depender do grau de consciência, essas inferências podem ser objeto de comentários metalinguísticos. A avaliação, por outro lado, diz respeito ao discurso metalinguístico manifestado pelos falantes sobre determinadas variantes (OUSHIRO, 2015a, p. 32).

Diferentes estudos têm apresentado resultados convergentes em relação à produção das relativas de sintagma preposicional na fala (MOLLICA, 1977; TARALLO, 1983; CORRÊA, 1998; SILVA E LOPES, 2007; VALE, 2014; SANTOS, 2020). Observa-se emprego predominante de relativas cortadoras, sendo a estratégia preposicionada (e também a variante com *cujo*) praticamente inexistente na fala, encontrada hoje em textos escritos – e, ainda assim, de forma escassa. A relativa copiadora, por sua vez, embora seja pouco frequente, tem se apresentado como uma variante com funcionalidade relativamente bem definida: parece ser um recurso de referência de antecedentes sintaticamente distantes, que contêm traço semântico [+ humano] e [- específico] (MOLLICA, 1977; TARALLO, 1983; SANTOS, 2020), conforme ilustramos com o exemplo (6):

(6) [*uma pessoa*]_i companhia assim [que você pode chamar [*ela*]_i] pra ir em todos lugares entendeu? (PortVix: menina, 7-14 anos, ensino fundamental)

O antecedente *uma pessoa* apresenta o traço semântico [+ humano], com o vocábulo *pessoa* e, também, [- específico], pelo emprego de artigo indefinido. A distância entre o antecedente e a cópia, na posição canônica (complementando o verbo chamar) dentro da oração relativa, constitui um contexto de [+ distância]. Além disso, a cópia pronominal tende a ser empregada em funções sintáticas mais encaixadas, como a função de genitivo (KEENAN; COMRIE, 1977; MOLLICA, 1977; TARALLO, 1983; SANTOS, 2020), exemplificada em (7):

(7) que nem a vez que eu vi aquele filme da:: da [*menina*]_i lá [que o diabo entra no corpo [*dela*]_i] (PortVix: mulher, 15-25 anos, ensino fundamental)

Com base em resultados de produção das pesquisas mencionadas, levantamos algumas hipóteses para serem verificadas a partir de testes de percepção. Por ser muito frequente e não ser objeto de repreensão em aulas de língua portuguesa no ensino básico, é possível que a variante cortadora (como em *uma pessoa que você gosta* em vez de *uma pessoa de que você gosta*) não seja percebida como *errada*, uma vez que é uma variante que está abaixo do nível da consciência, não sendo, portanto, objeto de comentários pelos falantes nem mesmo usada em programas humorísticos para caracterizar, de modo estereotipado, os personagens. Contrapostos a essa variante, há fenômenos mais salientes, como a concordância nominal variável (como em *dois real*), associada a pessoas menos instruídas (OUSHIRO, 2015a, 2015b). Ao testarmos a percepção das estratégias de relativização, esperamos respostas mais neutras em relação à avaliação da relativa cortadora.

Quanto à variante copiadora (por exemplo, *essa médica_i que eu estou com ela_i*) identificamos duas interpretações divergentes em relação à produção. A primeira, compartilhada por Tarallo (1983) e Corrêa (1998), pontua que a relativa copiadora é socialmente estigmatizada. Mollica (2003), por sua vez, considera que essa variante seja empregada como um recurso funcional, sendo, por isso, menos estigmatizada nos casos de maior distância entre o antecedente e a cópia (MOLLICA, 2003, p. 133). Considerando essa última afirmação, tomamos como hipótese que, por ser um recurso funcional, é possível que a relativa copiadora não tenha saliência suficiente para ser percebida e, portanto, não seja avaliada negativamente nem positivamente, isto é, deveria receber avaliações mais neutras.

Quanto à variante com *cujo*, é possível que seja avaliada como uma forma associada a pedantismo, pois é uma estratégia aprendida via escolarização, encontrada principalmente na escrita (CORRÊA, 1998; SILVA; LOPES, 2007) e não na fala vernacular.

Abordagens e métodos

Baseando-nos nas hipóteses levantadas, elaboramos um questionário com cinco frases, das quais três contêm orações relativas e duas, fenômenos não relacionados à relativização. Essas duas últimas foram utilizadas como distratoras, com o objetivo de distrair os participantes para que não percebessem o fenômeno objeto de estudo. Para a aplicação do questionário, utilizamos o pacote de aplicativos do *Google Docs*, especificamente o *Google Forms*, destinado ao gerenciamento de formulários e questionários. Apresentamos, abaixo, as cinco frases que constituíram o questionário. Na primeira delas, há ausência de concordância nominal e verbal. Na segunda, há uma relativa cortadora; na terceira, uma relativa copiadora; na quarta, inserimos

as formas reduzidas do verbo *estar* (tô) e da conjunção subordinativa *para* (pra). Por fim, na quinta frase, temos uma relativa com o pronome relativo *cujo*. As formas que interessam ao estudo de percepção estão destacadas abaixo.

(8) *Meus filho* são muito *inteligente*, mas tem um deles que é preguiçoso. *Nós torce* para ele encontrar um emprego logo.

(9) Conheço muitas pessoas carentes de atenção. Minha vizinha é *uma senhora que eu converso* todo dia.

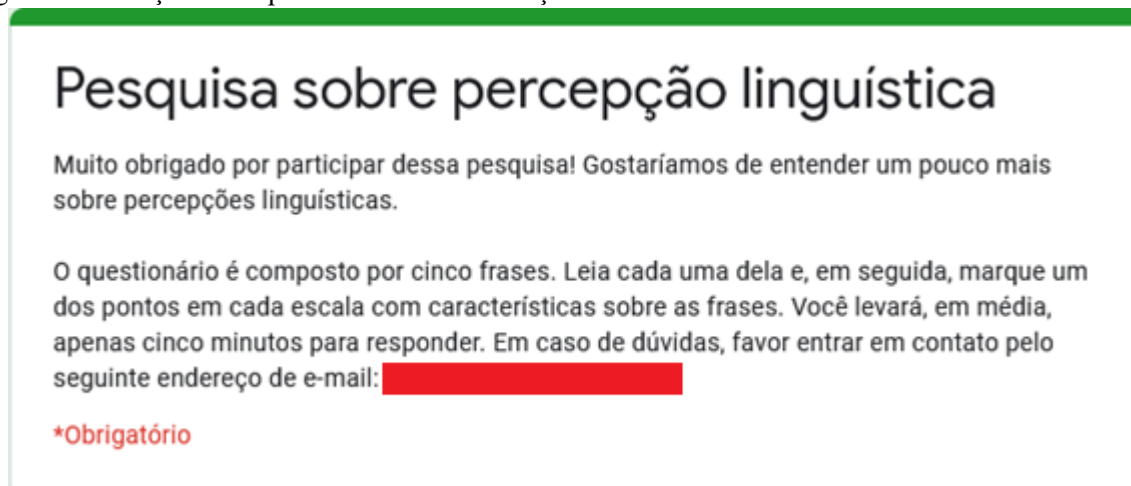
(10) A festa de aniversário foi muito boa! Sua prima me vendeu *um bolo que o recheio dele estava muito bom!* Todo mundo elogiou!

(11) Seu cachorro já teve os filhotinhos? *Tô* mandando essa mensagem só *pra* você não esquecer que vou adotar um.

(12) Conheço *um rapaz cuja família voltou para a Alemanha*. Ele estuda na minha sala e é professor de alemão.

O questionário foi divulgado virtualmente da seguinte forma: pediu-se que um contato divulgasse o questionário a outros contatos – parentes, colegas de trabalho, grupos de redes sociais virtuais e aplicativos de mensagem, como o whatsapp. Ao acessar o questionário, era apresentado o cabeçalho contendo as instruções, conforme figura 1:

Figura 1 - Cabeçalho do questionário com instruções



Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Após a leitura de cada frase, era solicitado aos participantes que atribuissem uma avaliação das sentenças a partir de qualificações opostas, estabelecidas em pares, havendo um

ponto intermediário entre esses pares opostos. No total, foram cinco questões por frase: a primeira, ilustrada abaixo, relacionava-se a características estéticas da frase.

Figura 2 - Primeiro quesito avaliativo

Você considera essa fala FEIA ou BONITA? *

1 2 3

FEIA ○ ○ ○ BONITA

Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

A segunda questão se relaciona à inteligibilidade da frase: se era confusa ou clara. A terceira, ao grau de formalidade da frase – sendo, portanto, uma questão sobre características estilísticas. A quarta e a quinta questões estavam relacionadas, respectivamente, a impressões que os participantes poderiam ter sobre as pessoas que produziram as frases: se eram muito ou pouco escolarizadas e se eram simpáticas ou antipáticas.

Ao final do questionário, foram solicitadas informações relacionadas ao perfil social de cada participante, como sexo, idade, nível de escolaridade, ocupação e local de nascimento. Além disso, foi disponibilizado espaço para que os participantes deixassem comentários acerca do questionário. Por fim, apresentamos o termo de consentimento livre e esclarecido, com o qual os participantes deveriam concordar para que suas respostas fossem computadas.

Apresentação do perfil dos participantes

O questionário foi respondido por 137 pessoas, das quais 80 são mulheres e 57, homens. Quanto à escolaridade, a maioria dos participantes (67,6%) tem ensino superior completo, seguido por 20,9% de pessoas com ensino superior incompleto e 8,6% com ensino médio completo. Apenas quatro participantes estão distribuídos entre as pessoas menos escolarizadas: duas têm ensino fundamental incompleto, uma, ensino fundamental completo e a outra, ensino médio incompleto.

Em relação à idade, estratificamos os participantes em três faixas etárias: de 18 a 30 anos; de 31 a 45 anos e de 46 anos ou mais. As duas primeiras faixas etárias apresentaram distribuição semelhante: 37% dos participantes tinham entre 18 e 30 anos, e 35%, entre 31 e 45. A menor parte (28%) dos participantes pertencia à faixa etária de 46 anos ou mais.

Em suma, a maior parte dos respondentes cursava ou já concluiu o ensino superior e tinha entre 18 e 45 anos de idade.

Avaliações dos enunciados com orações relativas

Na presente seção, apresentamos as avaliações atribuídas aos enunciados com diferentes estratégias de relativização. A figura 3 mostra a distribuição das avaliações em relação às frases que continham a relativa cortadora:

Figura 3 - Distribuição quantitativa de cinco avaliações sobre o enunciado com variante cortadora (continua)

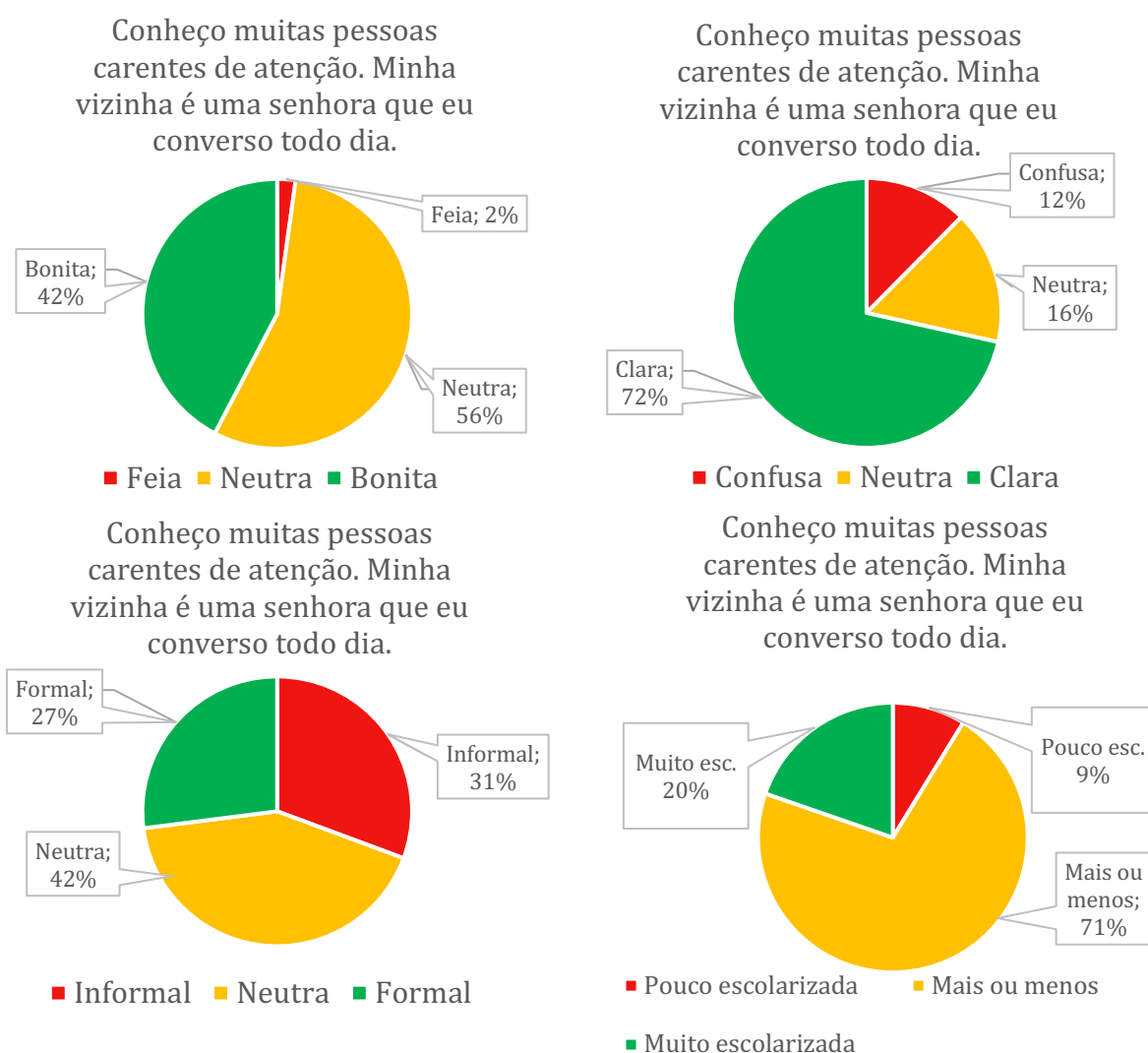
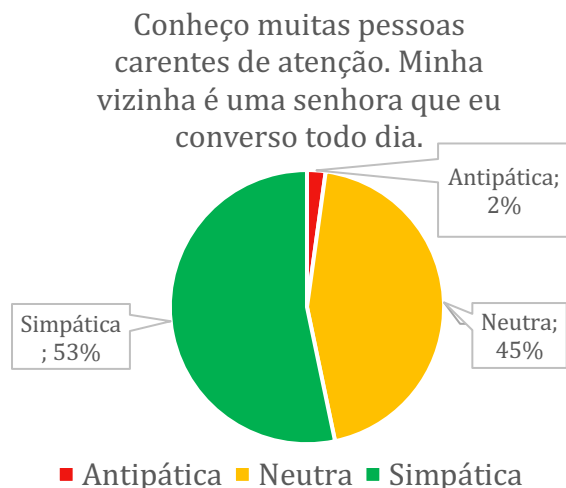


Figura 3 - Distribuição quantitativa de cinco avaliações sobre o enunciado com variante cortadora (continuação)



Fonte: elaborada pelos autores (2022).

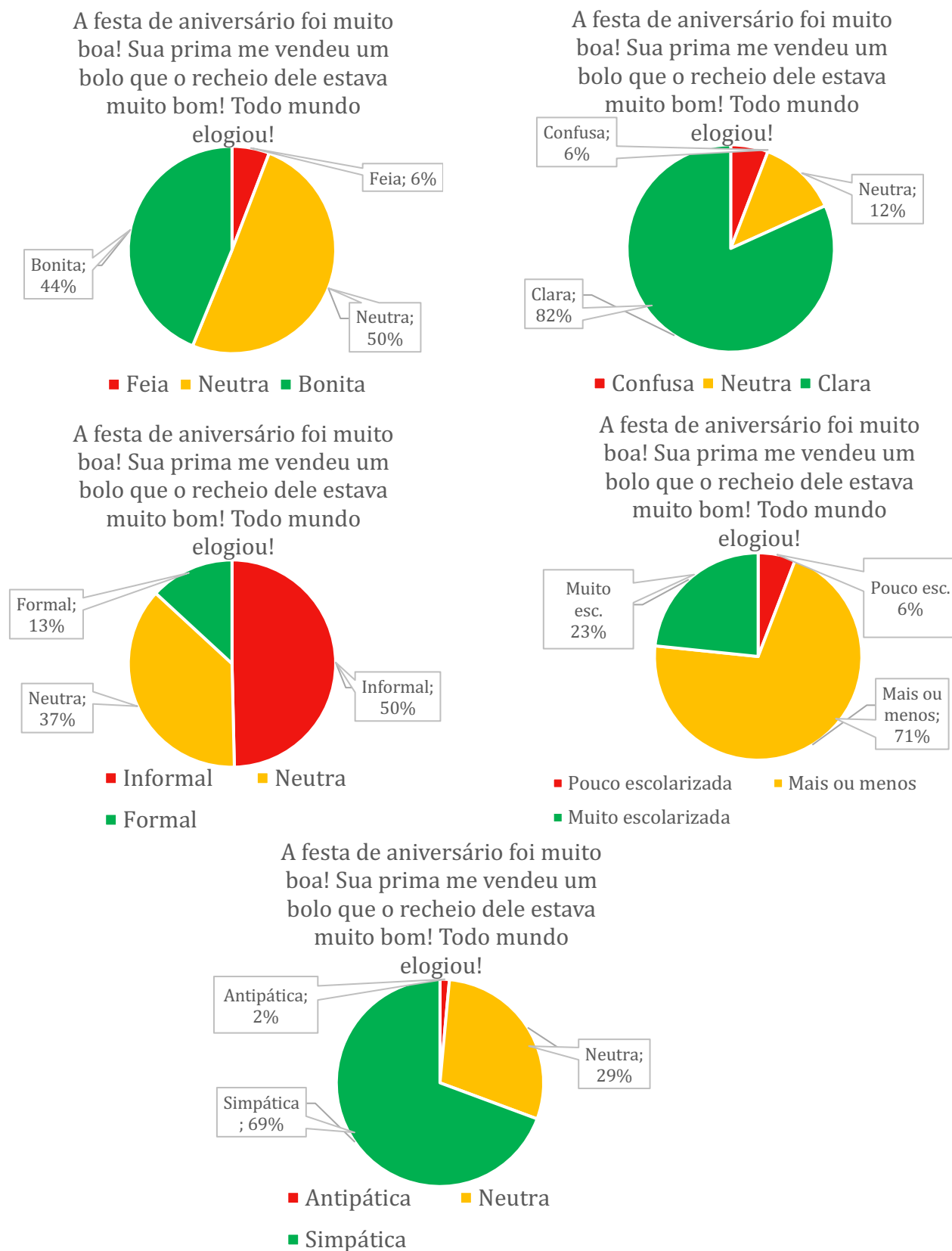
Em relação à característica estética (feia/bonita), a frase que continha a variante cortadora foi avaliada de forma neutra pela maioria dos participantes (56%), recebendo 42% de avaliações positivas. Apenas 2% consideraram o enunciado feio. A avaliação segundo o critério estilístico (grau de formalidade) apresentou tendência a ser considerada neutra ou informal, no entanto, 27% dos participantes consideraram o enunciado formal.

A maior parte das avaliações também indicou que a frase está associada a um nível intermediário de escolaridade (71%) ou de maior grau de escolarização. Apesar de o critério de inteligibilidade (clara vs. confusa) e a questão afetiva (simpática vs. antipática) terem recebido avaliações mais positivas, a frase com a relativa cortadora foi avaliada, em geral, de forma mais neutra.

Esse resultado confirma nossa hipótese de que a variante cortadora não é considerada *errada*: as avaliações neutras indicam que essa relativa já é reconhecida como uma estratégia de relativização comum, natural e plenamente aceitável no português brasileiro.

A figura 4, abaixo, apresenta os resultados para o enunciado com a relativa copiadora.

Figura 4 - Distribuição quantitativa de cinco avaliações sobre o enunciado com variante copiadora



Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Quanto à característica *feia*, a frase que continha a variante copiadora apresentou uma diferença de 4 pontos percentuais a mais do que a frase com a relativa cortadora, no entanto, prevaleceram as avaliações *neutra* (50%) e *bonita* (44%). A copiadora foi considerada mais clara (82%) do que a frase que continha a variante cortadora (72%). Em relação à formalidade, 50% dos participantes consideraram a frase com relativa copiadora como sendo informal e 37%, neutra. As avaliações acerca do nível de escolaridade foram predominantemente neutras e com maior grau de escolarização (23%). Por fim, o critério afetivo (simpática ou antipática) foi avaliado de forma positiva por 69%, isto é, 16 pontos percentuais a mais do que a avaliação desse mesmo critério para a frase com relativa cortadora.

Os resultados, mais uma vez, levam à confirmação de nossa hipótese, ao menos parcialmente: as avaliações não indicam haver estigma nem prestígio quanto à estratégia copiadora, mas parece haver associação dessa variante a informalidade.

Na figura 5, abaixo, apresentamos os resultados das avaliações para a relativa com o pronome *cujo*.

Figura 5 - Distribuição quantitativa de cinco avaliações sobre o enunciado com a variante copiadora (continua)

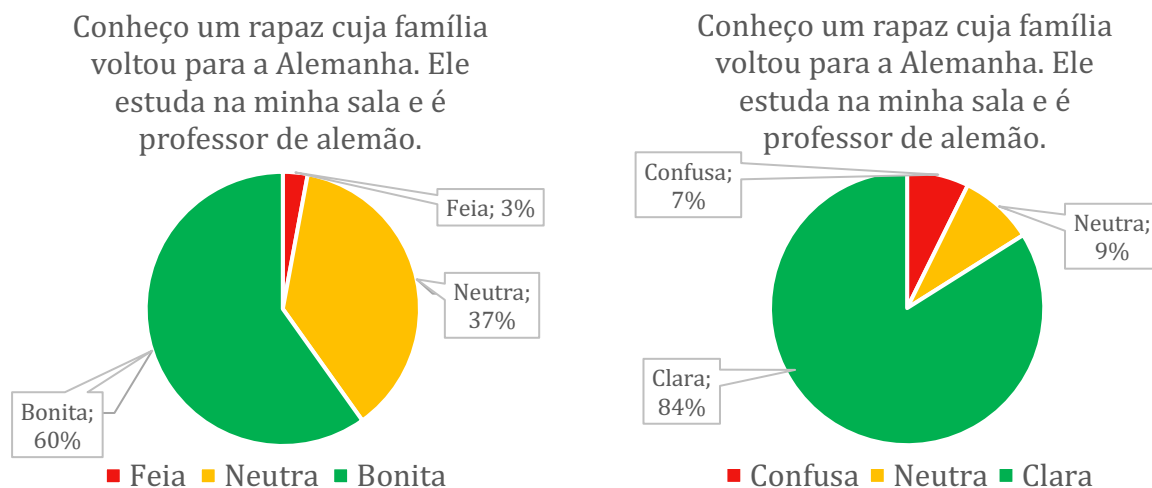
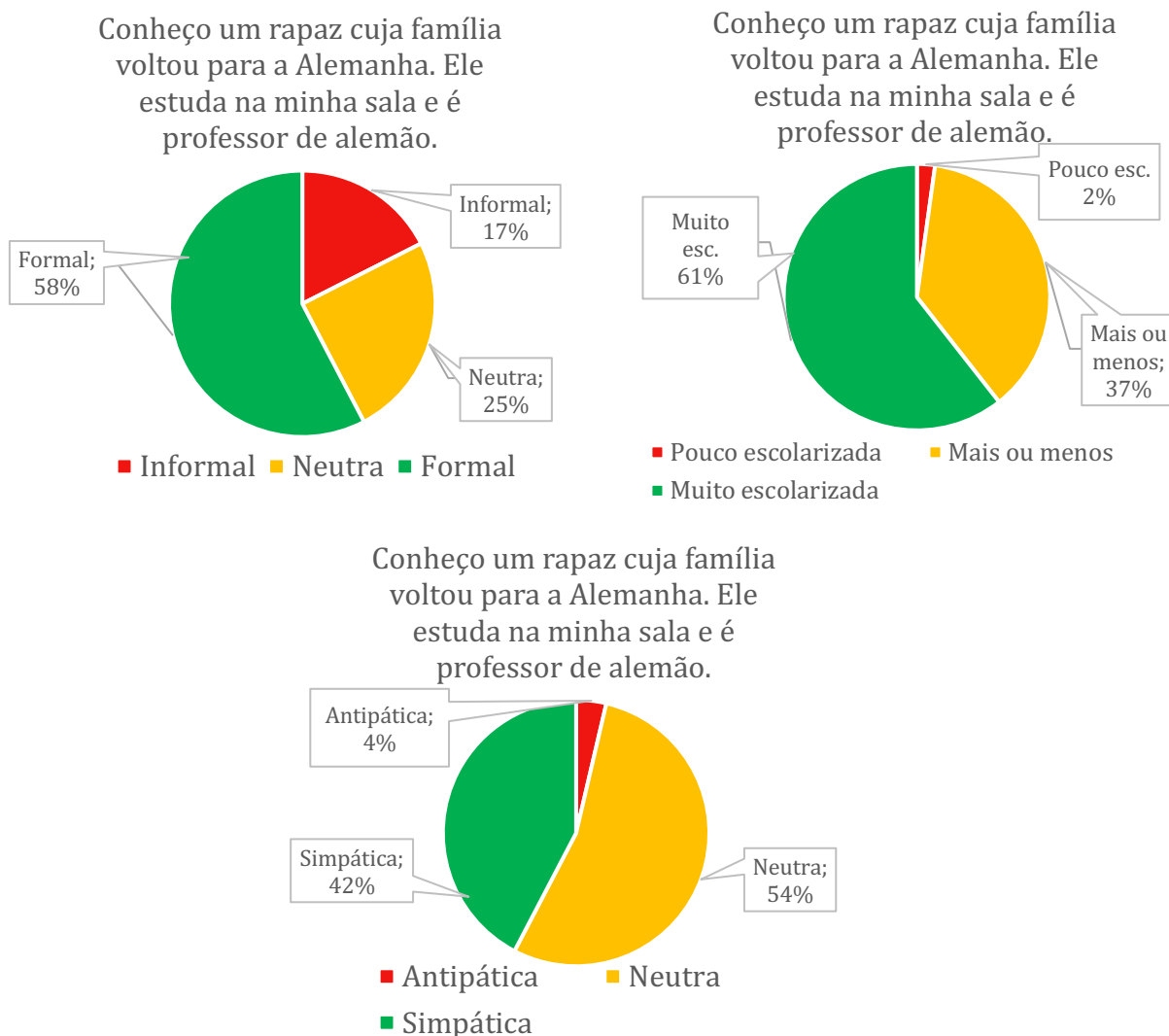


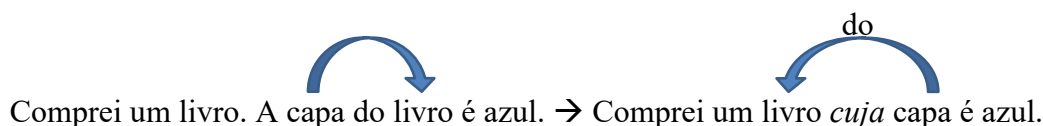
Figura 5 - Distribuição quantitativa de cinco avaliações sobre o enunciado com a variante copiadora (continuação)



Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

A frase que apresentava a variante com *cujo* foi considerada bonita por 60% dos participantes e neutra por 37%. A maioria (84%) também a avaliou positivamente quanto à clareza. No que diz respeito à formalidade, a variante foi avaliada como formal por 58% dos participantes, e apenas 17% dos participantes a considerou informal. Quanto à escolaridade, 61% associaram a frase a pessoas muito escolarizadas – apenas 2% a consideraram uma frase típica de pessoas pouco escolarizadas. É possível que as avaliações relacionadas à escolaridade e à formalidade da relativa com *cujo* se devam ao fato de ser uma variante que exige uma organização sintática mais complexa que as demais estratégias de relativização. O pronome relativo *cujo* sintetiza uma relação de posse entre um antecedente (*possuidor*) e um elemento ulterior (*coisa possuída* pelo antecedente), ilustrada abaixo:

Figura 6 - Relação sintática estabelecida pelo pronome relativo *cujo*



Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

A relação sintática entre os termos se estabelece no sentido de o núcleo ter especificação à direita (a capa *do livro*). Entretanto, ao se empregar o pronome relativo *cujo*, a relação é invertida, conforme se verifica nas setas da figura 6. Por ser essa estrutura sintática mais complexa, é surpreendente o resultado de que a relativa com *cujo* tenha sido avaliada como *clara* por 84% dos respondentes.

Além disso, essa estratégia é encontrada predominantemente em textos escritos (CORRÊA, 1998), que, muitas vezes, são considerados representativos de situações mais formais. Ressalta-se que não há associação direta entre textos escritos e formalidade, pois há textos orais também formais.

Esses resultados mostram que as estratégias de relativização apresentam diferentes graus de percepção. As variantes vernaculares (cortadora e copiadora) receberam avaliações mais neutras, com diferença predominante em relação ao grau de formalidade a elas atribuído: a cortadora foi avaliada de forma neutra, ao passo que a copiadora foi considerada informal por 50% dos participantes. A frase que apresentava uma relativa com *cujo*, apesar de não fazer parte do vernáculo do português brasileiro, conforme Mollica (1977), Tarallo (1983) e Santos (2020), foi avaliada como bonita, clara, formal e produzida por pessoas muito escolarizadas. Conforme apontado anteriormente, os testes de percepção ratificam a afirmação de que essa variante seria rebuscada, já que é utilizada por pessoas muito escolarizadas e em contextos de maior formalidade, além de ser considerada bonita.

Avaliações das frases distratoras

Para o questionário, foram elaborados cinco trechos escritos que apresentavam diferentes fenômenos linguísticos variáveis. Desses enunciados, dois eram distratores e tiveram o objetivo de desviar a atenção dos/das participantes para as orações relativas. Dessa forma, a percepção de fenômenos que apresentam diferentes graus de saliência poderia ser observada ao compararmos suas avaliações. Retomamos as frases distratoras em (8) e (11), abaixo:

(8) *Meus filho são muito inteligente, mas tem um deles que é preguiçoso. Nós torce pra ele encontrar um emprego logo.*

(11) *Seu cachorro já teve os filhotinhos? Tô mandando essa mensagem só pra você não esquecer que vou adotar um.*

As frases em (8) contêm casos de concordância nominal e verbal zero, destacados em negrito. Em (11), há a redução do verbo *estar* e da conjunção subordinativa *para*. Os participantes deviam avaliá-las segundo os mesmos critérios estabelecidos para as frases com as variantes de orações relativas. Apresentamos, primeiramente, os resultados das avaliações atribuídas às frases sem a marcação de concordância nominal nem verbal:

Figura 7 - Distribuição quantitativa de cinco avaliações sobre o enunciado com concordância nominal e verbal zero (continua)

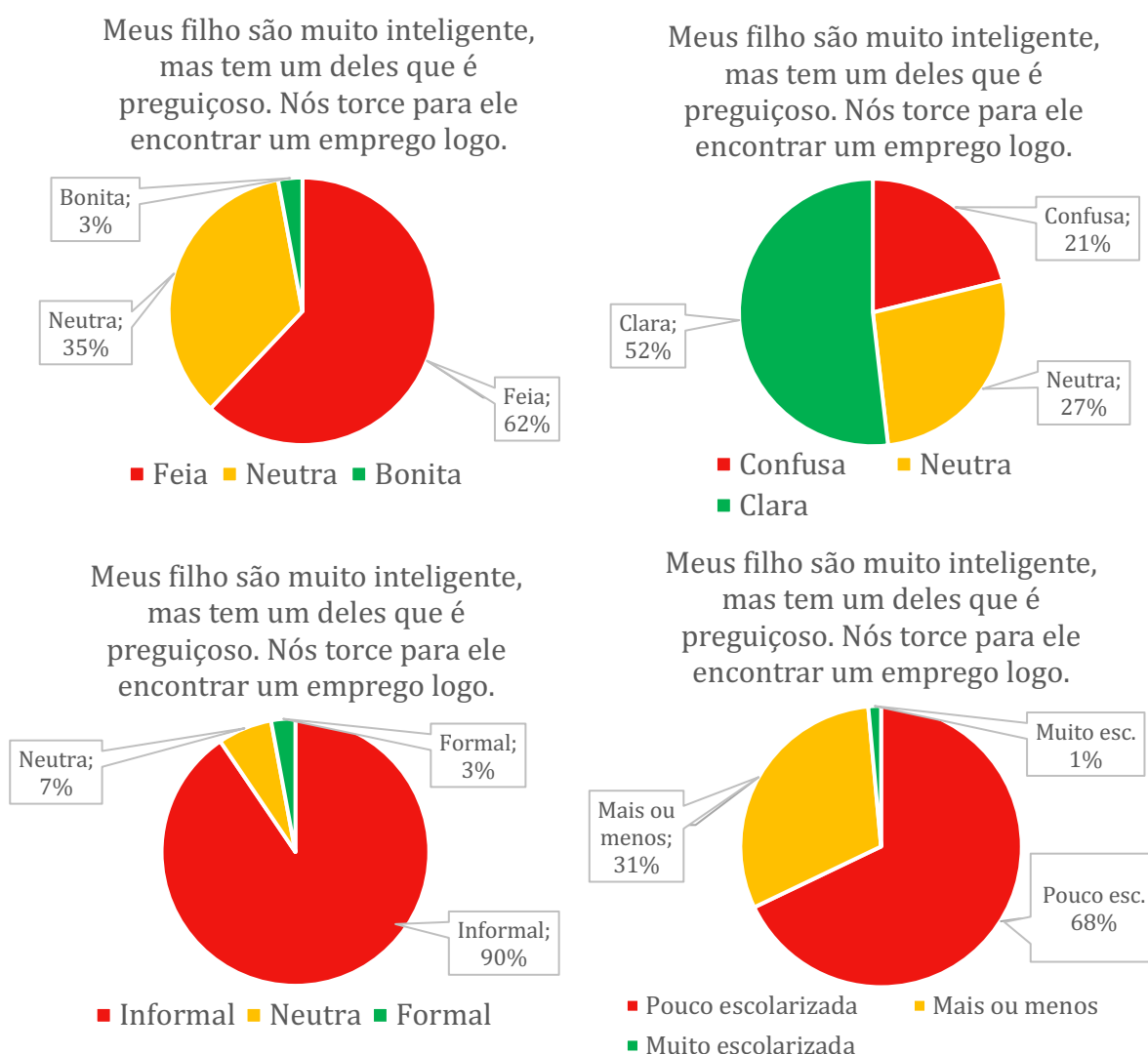
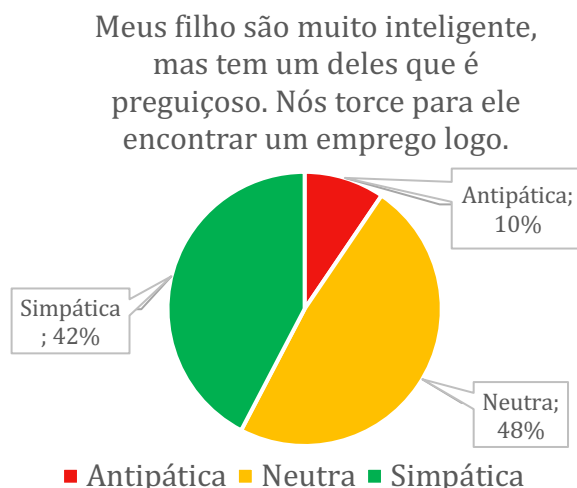


Figura 7 - Distribuição quantitativa de cinco avaliações sobre o enunciado com concordância nominal e verbal zero (continuação)



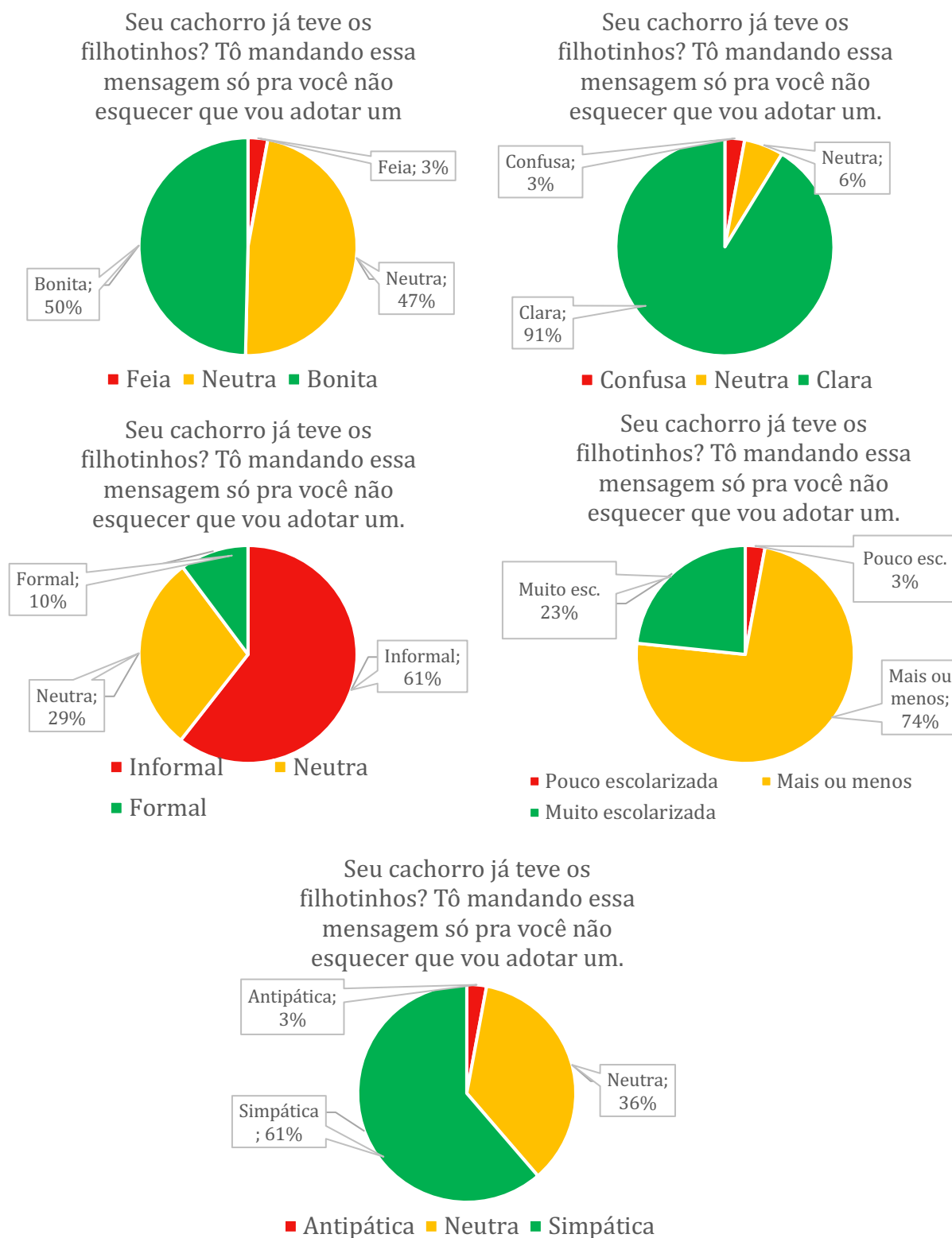
Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

Comparando-se esses resultados aos demais, fica evidente o estigma que pesa sobre o fenômeno da não marcação de concordância nominal e verbal. A maioria dos participantes avaliou a frase como feia (62%) e associada a pessoas pouco escolarizadas (68%). Embora tenha sido considerada clara por 52% dos participantes, chama atenção o fato de que 21% a consideraram confusa – maior índice de avaliações sobre essa característica entre todas as frases avaliadas. Nem mesmo a relativa com *cujo*, que exibe um padrão sintático cognitivamente mais complexo que as outras frases (cf. Figura 6), foi avaliada tão frequentemente como confusa. A frase que não apresenta marcação de concordância de número, apesar de ter ordem canônica SVO, foi a que recebeu avaliação mais negativa quanto à sua clareza, apresentando 21% de julgamentos como *confusa*.

As avaliações referentes à formalidade indicam que essa frase foi considerada informal por 90% dos participantes – mais uma vez, o maior índice entre todas as frases avaliadas. Por fim, as avaliações quanto ao critério afetivo foram predominantemente neutras (48%) e simpáticas (42%). Por outro lado, obteve também o maior índice de avaliações negativas, tendo sido associada a pessoas antipáticas por 10% dos participantes. Entendemos, portanto, que os critérios avaliados nos testes estão relacionados a percepções e julgamentos sociais sobre esse fenômeno, frequentemente associado a pessoas com baixa escolarização (OUSHIRO, 2015).

Agora, apresentamos os resultados das avaliações para a frase distratora com redução do verbo *estar* e da preposição *para*:

Figura 8 - Distribuição quantitativa de cinco avaliações sobre o enunciado com forma reduzida de *estar* e *para*



Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

De forma geral, as avaliações à frase com redução do verbo *estar* e da conjunção *para* foram neutras ou positivas. Quanto ao critério estético, foi considerada bonita (50%) ou neutra (47%). A maioria dos participantes considerou a frase clara (91%), informal (61%) e associada a pessoas mais ou menos escolarizadas (74%). As avaliações relacionadas ao critério afetivo se assemelham aos resultados das demais frases: predominantemente positivas (61%) ou neutras (36%). Destacamos, também, a percepção e a avaliação da frase distratora com redução de *estar* e *para*, que apresentou uma avaliação neutra, isto é, não apresentou avaliação negativa em nenhum dos quesitos. Foi, entretanto, a segunda mais avaliada como sendo informal, ficando atrás apenas da sentença que apresentava sintagmas sem marcação de concordância nominal nem verbal. Podemos dizer que os participantes associam a informalidade à ausência de marcas da variedade padrão, como são os casos das sentenças sem marcação de concordância e a que apresentou formas reduzidas de *estar* e de *para*.

Algumas considerações

Os resultados encontrados no presente estudo nos permitem tecer algumas considerações sobre a percepção das orações relativas.

Em primeiro lugar, observamos que, entre as relativas, a cortadora não pareceu ter saliência linguística suficiente para ser percebida e, conseqüentemente, recebeu avaliações mais neutras em relação à característica estética (56%), à formalidade (42%) e à simpatia (45%). Quanto à escolaridade, o índice de 71% revela-se o valor mais neutro, sendo similar aos encontrados para a variante copiadora. Esses resultados indicam que a avaliação neutra pode se dever ao fato de essa variante já ter sido incorporada ao vernáculo brasileiro e, portanto, seu uso estar abaixo do nível de consciência dos falantes.

Quanto à relativa copiadora, esperávamos que fosse avaliada de forma neutra, visto que, segundo Mollica (2003), é empregada como um recurso funcional para reativar o item referenciado. Os resultados mostram que relativa copiadora não foi avaliada de forma negativa: apenas 6% dos avaliadores consideraram o enunciado com a relativa copiadora feio ou confuso. Em relação à formalidade, 50% a consideraram informal e 71% acham que foi produzida por pessoas mais ou menos escolarizadas (isto é, uma avaliação neutra). A copiadora não foi considerada nem feia nem bonita pela maioria (56%), mas foi associada à informalidade (50%). Esse resultado surpreende, já que a relativa copiadora é mais frequentemente empregada com antecedentes [+ humanos], no entanto, a frase do questionário apresentou uma copiadora com um antecedente [- humano]. Em suma, os resultados apontam para a não estigmatização da relativa copiadora, o que poderia indicar que é uma estratégia utilizada por questões funcionais,

isto é, à retomada anafórica de um antecedente sintaticamente distante (TARALLO, 1983; MOLLICA, 2003).

A relativa com o pronome *cujo*, por sua vez, foi avaliada de forma mais positiva que as demais variantes: foi considerada bonita (60%), clara (84%), mais formal (58%) e relacionada a pessoas mais escolarizadas (61%), o que confirma nossa hipótese de que essa variante seria avaliada como a variante menos vernacular. Também é a que apresenta um baixo índice quanto ao quesito de simpatia, pois apenas 42% consideram que as pessoas que produzem o enunciado sejam simpáticas. Esse resultado é esperado, visto que o *cujo* é um pronome relativo pouco empregado mesmo na escrita, conforme resultados de Corrêa (1998) e Silva e Lopes (2007), relacionado a contextos de maior formalidade (e tudo o que está relacionado a esses contextos).

Cumprir destacar que, conforme nossa hipótese, as estratégias cortadora e copiadora são mais vernaculares, estando abaixo do nível da consciência, fato corroborado por percepções mais neutras dos participantes. Nos extremos, há, de um lado, a relativa com o pronome *cujo*, que é considerada a mais formal (58%), a mais bonita (60%) e representativa de falantes com maior escolaridade (61%). No outro extremo, temos as frases sem concordância nominal e verbal, que são percebidas como mais informais (90%), as mais feias (62%) e representativas de falantes com menor escolarização (68%). Os dois extremos, no entanto, aproximam-se na avaliação quanto à simpatia de quem produziu as frases: para ambas as frases, o índice de pessoas consideradas simpáticas é de apenas 42%, o mais baixo encontrado.

Em síntese, os resultados do teste sugerem que as três estratégias de relativização são percebidas (e, portanto, avaliadas) de forma distinta: parece haver maior grau de percepção da relativa com *cujo*, visto que recebeu avaliações mais definidas, isto é, menos neutras. Quanto às relativas cortadora e copiadora, os participantes as avaliaram de forma mais neutra, indicando que não há fortes associações entre essas variantes e os critérios aqui aferidos – embora tenha havido associação relativamente consistente com relação à informalidade. Por ser um estudo piloto, esperamos que a criticidade das leitoras e leitores frente a nossas análises possibilite avançarmos nas questões que envolvem percepção e avaliação do fenômeno aqui investigado.

Referências

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BISOL, L. VARSUL: amostra, coleta e transcrição. In: ZILLES, A. M. S. **Estudos de variação linguística no Brasil e no Cone Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CORRÊA, V. R. **Oração Relativa: o que se fala e o que se aprende no português do Brasil**. 1998. 174 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1998.

FREITAG, R. M. K. Uso, crença e atitudes na variação na primeira pessoa do plural no Português Brasileiro. **DELTA**, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 889-917, dez. 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502016000400889&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 14 jun. 2021.

HORA, D.; PEDROSA, J. L. R. (Orgs.). **Projeto Variação Lingüística no Estado da Paraíba – VALPB**. João Pessoa: Idéia, v. 5, 2001.

KEENAN, E.; COMRIE, B. Noun Phrase Accessibility and Universal Grammar. **Linguistic Inquiry**, Cambridge, v. 8, n. 1, 1977. p. 63-99.

MOLLICA, M. C. de M. **Estudo da cópia nas construções relativas em português**. 1977. 95 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.

MOLLICA, M. C. de M. Relativas em tempo real no português brasileiro contemporâneo. In: PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. (orgs.) **Mudança lingüística em tempo real**, Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003. p. 129-138.

OUSHIRO, L. **Identidade na pluralidade**: avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo. 2015a. Tese (Doutorado em Semiótica e Lingüística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015a. doi:10.11606/T.8.2015.tde-15062015-104952. Acesso em 21 jul. 2021.

OUSHIRO, L. O que se diz e como se fala: relações entre o discurso metalingüístico e a variação linguística. **Signo y seña**, n. 28, p. 139-167, 2015b.

PAIVA, M. C. de; SCHERRE, M. M. P. Retrospectiva sociolingüística: contribuições do PEUL. **DELTA**, v. 15, p. 201-232, 1999.

SANTOS, A. P. **As Construções Relativas na Fala de Vitória/ES**: uma perspectiva sociolingüística. 2020. 156 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2020.

SILVA, B. G.; LOPES, C. R. O papel da frequência na gramaticalização do que: análise das estratégias de relativização no português do Brasil. **Veredas on line**, Juiz de Fora, v. 11, n. 1, p. 80-100, 2007. Disponível em www.ufjf.br/revistaveredas/. Acesso em 12 jun. 2021.

TARALLO, F. L. **Relativization Strategies in Brazilian Portuguese**. Tese (Doutorado em Linguística). Philadelphia, University of Pennsylvania, mimeo. 1983.

VALE, M. J. Q. **Estratégias de Relativização na Fala de Adultos Maranhenses**. 2014. 102 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical Foundations for a Theory of Language Change. In: LEHMANN, W. P.; MAKIEL, Y. (orgs.) **Directions for Historical Linguistics: A Symposium**. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 97-195.

YACOVENCO, L. C.; SCHERRE, M. M. P.; TESCH, L. M.; BRAGANÇA, M. L.; EVANGELISTA, E. M.; MENDONÇA, A. K. de; CALMON, E.; CAMPOS JÚNIOR, H. S.; BARBOSA, A. F.; BASÍLIO, J. O. S.; DEOCLÉCIO, C. E.; SILVA, J. B.; BERBERT, A. T. F.; BENFICA, S. A. Projeto PortVix: a fala de Vitória/ES em cena. **Alfa**, São Paulo, v. 56, n. 3, p. 771-806, 2012. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/issue/view/449>. Acesso em 25 jun. 2021.

Sobre os autores

André Poltronieri Santos (Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-4905-1242>)

Doutorando em Estudos Linguísticos (PPGEL/UFES). Tem graduação em Letras pelo Centro Universitário de Itajubá - FEPI (2016) e mestrado em Linguística pela Universidade Federal do Espírito Santo (2020). Membro do Projeto Português Falado em Vitória (PortVix). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6125651735094828>

Lilian Coutinho Yacovenco (Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-3568-0539>)

Tem graduação em Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1987), mestrado em Letras (Letras Vernáculas) (1993) e doutorado em Letras (Letras Vernáculas) (2000), é Professora Titular da Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenadora do Projeto Português Falado em Vitória (PortVix), atua na área de Sociolinguística. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4214287374430490>

Recebido em junho de 2022.

Aprovado em setembro de 2022.

“Aqui não se fala assim não”: percepções avaliativas acerca da dupla negação no falar maranhense

“Here, we do not talk like this not*”: evaluative perceptions about double negation in Portuguese spoken in Maranhão

Flávia Pereira Serra¹
Conceição de Maria de Araujo Ramos²

Resumo: Ancorado nos preceitos teórico-metodológicos da Sociolinguística, em especial nos estudos lambertianos sobre percepção linguística, este artigo objetiva investigar as percepções avaliativas de informantes maranhenses sobre o uso da dupla negação no português falado no Maranhão. Para tanto, aplicamos um teste de percepção a 24 informantes, sendo dezesseis de São Luís, capital do Estado, e oito de Jarmy dos Pretos, comunidade quilombola maranhense, estratificados segundo sexo – homem e mulher –, faixa etária – faixa I, de 20 a 40 anos, e faixa II, de 55 anos ou mais – e nível de escolaridade – grau I, nível fundamental, e grau II, nível superior. Com base nesses testes, foram identificadas 36 crenças acerca do uso da dupla negação no PB, das quais quatro foram abordadas neste artigo. Essas crenças evidenciam que, embora a dupla negação seja recorrente no falar do Maranhão, os maranhenses participantes da pesquisa demonstram uma atitude negativa perante o uso da estrutura, além de, no geral, não se reconhecerem como seus usuários.

Palavras-chave: percepção linguística; crenças e atitudes linguísticas; dupla negação; português maranhense.

Abstract: Anchored in the theoretical-methodological precepts of Sociolinguistics, especially in Lambertian studies on Linguistic Perception, this article aims to investigate the evaluative perceptions of informants from Maranhão about the use of double negation in the Portuguese spoken in the area. To this end, we applied a Perception Test to 24 informants, sixteen from São Luís, capital of the state, and eight from Jarmy dos Pretos, a quilombola community in Maranhão, stratified according to sex - man and woman -, age group - range I, 20 to 40 years old, and range II, 55 years old or more – and education level – grade I, elementary level, and grade II, graduated level. Based on these tests, 36 beliefs about the use of double negation in BP were identified, four of which were addressed in this article. These beliefs show that, although the double denial is recurrent in speaking of Maranhão, the participants of the research demonstrate a negative attitude towards the use of the structure, in addition to, in general, not recognizing themselves as its users.

Keywords: linguistic perception; linguistic beliefs and attitudes; double negation; portuguese spoken in Maranhão.

¹ Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Londrina, PR, Brasil. Endereço eletrônico: flavia.pereira.serra@uel.br.

² Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Humanas, Departamento de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, São Luís, MA, Brasil. Endereço eletrônico: cma.amos@ufma.br.

Introdução

No Português Brasileiro (PB), a negação apresenta três estruturas representativas que parecem coexistir num contexto de variação, sem perspectiva aparente de mudança linguística (LIMA, 2010). São elas: Negação pré-verbal (Neg1), “Eu *não* tenho”; dupla negação (Neg2), “*não* tenho *não*”; negação pós-verbal (Neg3), “tenho *não*”.

Segundo Ilari e Basso (2016), a estrutura Neg1 costuma ser descrita como a mais comum e preferida pela norma culta e em textos escritos, e Neg2 e Neg3 parecem ser mais comuns na língua falada e em registros menos formais, sendo assim as estruturas negativas consideradas não-canônicas no PB.

Essa propriedade fez com que o PB se destacasse como única língua românica a apresentar tal variação, o que tem despertado o interesse de muitos pesquisadores da área, que se voltam para os estudos da negação seguindo diferentes vieses. Porém, para este estudo, foram adotados os fundamentos teórico-metodológicos da Sociolinguística (LABOV, [1972] 2008), uma vez que nosso objetivo é investigar as percepções avaliativas acerca do uso da dupla negação no português falado no Maranhão.

No que tange à expressão de Neg2 no português maranhense, os trabalhos de Sousa (2016) e Serra (2018) comprovaram que há recorrência da estrutura, com frequência de 19,8%, no primeiro estudo, e de 17,3%, no segundo, sendo a segunda estrutura mais recorrente no Estado, assim como nas demais localidades brasileiras onde a expressão da negação foi investigada. Além disso, a estrutura foi classificada por Serra (2018) como um marcador linguístico, uma vez que os falantes têm consciência de sua variação social e estilística, além de serem capazes de fazer julgamentos a respeito da variante/fenômeno, mesmo que de forma não-sistematizada.

Por meio da aplicação de três instrumentos de pesquisa – Roteiro de Discurso Semidirigido, Teste de Produção e Teste de Percepção –, avaliamos a frequência e a produção da dupla negação e relacionamos esses resultados às crenças e atitudes dos mesmos informantes acerca do uso da estrutura em sua comunidade. Neste artigo, exploramos quatro das 36 crenças acerca de Neg2 por nós identificadas e que foram explanadas na dissertação de mestrado.

Consciência linguística: alguns conceitos relevantes

Todo falante, ao ter contato com outra variedade linguística que não a sua, é capaz de perceber diferenças, fazer comparações entre tais variedades e julgá-las, independentemente do conhecimento linguístico, teórico que possa ter. Corroborando essa ideia, Hora e Henrique

(2015, p. 101), ao fazerem a avaliação das variáveis *crenças e atitudes linguísticas em professores alfabetizadores*, afirmam que “[...] os ouvintes leigos são conscientes da variação linguística à medida que eles podem imitá-la, usá-la para identificar de onde são as pessoas e fazer julgamentos sobre as características sociais dos falantes.”.

Essa consciência linguística, segundo López Morales ([1989] 2004), é perceptível quando um falante tem conhecimento da existência de diferentes formas variantes e opta pelo uso de uma delas. Para fazer essa escolha, “[...] o falante necessita partir de um determinado conhecimento do panorama sociolinguístico para poder atuar de acordo com suas restrições e imposições.” (LÓPEZ MORALES, [1989] 2004, p. 257). A variante é eleita geralmente por ser considerada mais adequada e não por ser, coincidentemente, na maioria das vezes, a forma de prestígio. Labov ([1972] 2008) afirma que esse é um processo natural da língua e que essa *escolha* contribui grandemente para o processo de mudança linguística, uma vez que o rechaço de uma variante pode enfraquecer seu uso e possibilitar seu desaparecimento.

López Morales ([1989] 2004) sugere que a maneira de falar dos sujeitos funciona como um índice classificatório, na maioria dos casos, pois muitos falantes têm consciência da variação linguística e de suas implicações sociais. Vale ressaltar que, além de levar em consideração a escolha da provável variante de prestígio, o falante pode ainda optar por uma das variantes por questões de intencionalidade, isto é, escolher determinada variante pensando no impacto que esta pode causar em seu interlocutor.

Com isso, os estudos sobre percepção linguística se tornam cada vez mais relevantes, uma vez que nos possibilitam alcançar um entendimento mais amplo, principalmente do encaixamento social dos fenômenos, tendo em vista que as atitudes têm repercussões de natureza sociolinguística. Assim, é possível observar o nível de consciência linguística dos falantes, suas atitudes e crenças perante as estruturas e se eles se sentem seguros ou inseguros linguisticamente, o que pode influenciar diretamente o processo de mudança linguística.

Além desses fatores, a noção de consciência linguística está também relacionada com os conceitos de segurança e insegurança linguísticas, que, segundo Calvet (2002), referem-se ao fato de o falante sentir-se confortável e confiante com sua norma. Quando seguro, não se sente questionado em relação ao seu modo de falar; quando inseguro, considera seu falar pouco valorizado, tendo em mente outro modelo, mais prestigioso.

Segundo López Morales ([1989] 2004, p. 277), os trabalhos de Labov ([1966] 2006, [1972] 2008), que impulsionaram as análises acerca da segurança linguística, possibilitam investigar os níveis de segurança e insegurança, tabulando “[...] as diferenças assinaladas pelo falante entre as formas que ele crê que são corretas e as que usa normalmente em seu estilo

espontâneo.”³. Um dos resultados desses estudos aponta que o estrato social mais baixo é o que apresenta maior nível de insegurança linguística.

Essa ideia se coaduna com o que Moreno Fernández (2009) chama de atitude positiva ou negativa do falante diante de um determinado fenômeno da língua. Para ele, se um falante considera incorreta ou feia a variante por ele utilizada, essa atitude configura-se como negativa, com alto grau de insegurança linguística, podendo, provavelmente, levar à mudança, em consequência do rechaço e da tentativa de não uso da variante na comunidade. No entanto, se o falante demonstra que a norma utilizada por ele é a norma, isto é, é aquela que deve ser adotada, o falante apresenta alto grau de segurança linguística e atitude positiva diante da variante que usa.

Vale ressaltar que, apesar de a maioria dos estudos que investigam esses fatores – níveis de consciência, segurança e insegurança linguísticas – ser de natureza fonético-fonológica (LABOV ([1966] 2006); LAMBERT, LAMBERT (1968); LÓPEZ MORALES, [1989] 2004)), é possível investigá-los em outros níveis de análise linguística, como o morfossintático, por exemplo. Dessa forma, buscamos com este trabalho analisar a percepção de falantes maranhenses acerca da dupla negação.

A dupla negação

A dupla negação, estrutura negativa não-canônica mais recorrente no PB, tem sido alvo de diversos estudos, principalmente sob os vieses da Sociolinguística e da Pragmática. Nos estudos sociolinguísticos, percebemos incidência considerável da estrutura em diversas localidades, como no Rio de Janeiro, em que representou 25,4% das realizações de estruturas negativas (NUNES, 2014); no Espírito Santo, onde a frequência da estrutura foi de 22,1% (REIMANN; YACOVENCO, 2011) e na comunidade negra de Helvécia (BA), em que a estrutura corresponde a 33% das realizações (SOUZA; LUCCHESI, 2004).

Quanto ao uso da estrutura no português maranhense, Sousa (2016) faz um mapeamento em cinco localidades que compõem a rede de pontos do Atlas Linguístico do Maranhão. Com 19,8% das realizações de estruturas negativas, a dupla negação se mostrou mais recorrente entre os homens (61,3%) e entre os falantes com nível de escolaridade mais baixo (71,9%), mas não apresentou diferença significativa no que diz respeito à variável idade. Já a pesquisa de Serra (2018) utilizou dados de fala, coletados *in loco*, de informantes naturais de São Luís, capital do Estado, o que a caracteriza como comunidade aberta ao contato com

³ Tradução livre de: “[...] las diferencias señaladas por el hablante entre las formas que él cree correctas y las que usa normalmente en su estilo espontáneo.”

outras comunidades e culturas, e de Jamary dos Pretos, uma das comunidades quilombolas mais antigas do Maranhão, caracterizada como uma comunidade fechada, pelo fato de ter um contato mais restrito com o mundo que ultrapassa suas fronteiras.

No viés pragmático, há um crescente esforço de alguns estudiosos para justificar a motivação do uso da dupla negação. Durante algum tempo, houve uma tentativa de justificar esse uso como sendo um reforço linguístico ou mecanismo enfático. No entanto, autores como Schwenter (2005, 2006), argumentam que essas explicações são de cunho intuitivo e, portanto, insuficientes para justificar cientificamente o uso da estrutura. Schwenter afirma, ainda, que, até o presente momento, é possível identificar fatores que permitem ou não o uso da estrutura em determinados contextos. Para ele, tanto a dupla negação como a negação pós-verbal só são permitidas se a proposição negada tiver sido ativada anteriormente no discurso; já a negação pré-verbal, de caráter pressuposicional nulo, é possível em todos os contextos, incluindo aqueles em que a proposição não for ativada.

Roncarati (1996), em seu estudo sobre a percepção que os falantes têm sobre a dupla negação, ao aplicar um teste de atitudes a um conjunto de universitários de Fortaleza, percebeu que: (i) os falantes consideraram essa estrutura característica do falar nordestino; (ii) os contextos nos quais o interlocutor é “[...] induzido a se sentir naturalmente desafiado ou desacreditado” funcionam como gatilho para o uso da estrutura; e (iii) a dupla negação “[...] carrega um matiz de convicção sobre aquilo que se nega” (RONCARATI, 1996, p. 98-99).

Além do trabalho de Roncarati, Alkmim (2001) que objetiva, por um lado, discutir a alegada contribuição das línguas africanas para explicar a existência da dupla negação no PB e, por outro, analisar a atuação de fatores sociais no uso das três estruturas negativas no português falado em Minas Gerais, busca correlacionar esse uso com a atitude do falante – positiva ou negativa – diante dessas estruturas. A análise quantitativa mostra que a dupla negação é a segunda estrutura mais recorrente na comunidade investigada (19,5%), e o seu uso é mais frequente entre os jovens (PR .60) e desfavorecido entre os idosos (PR .39), o que, para ela, pode ser um indício de mudança linguística. Já os resultados da aplicação do teste de atitudes a falantes de Ouro Preto evidenciaram que, aos usuários de negação pós-verbal – variante não-canônica atribuída ao uso coloquial da língua –, foram atribuídos empregos/ocupações associadas a *status* social mais baixo, levando-nos a deduzir que o uso dessa estrutura é de menor prestígio social.

Procedimentos metodológicos

A fim de investigar as percepções avaliativas de falantes maranhenses acerca do uso da dupla negação no português de sua comunidade, construímos uma amostra, da qual foram selecionados 24 informantes, sendo 16 naturais de São Luís e oito de Jamary dos Pretos, comunidade quilombola localizada próximo ao município de Turiaçu, no norte maranhense. Os falantes foram divididos igualmente por sexo – homens e mulheres –, faixa etária – faixa I, de 20 a 40 anos, e faixa II, 55 anos ou mais – e escolaridade – grau I, ensino fundamental incompleto, e grau II, ensino superior –, sendo esta última variável considerada apenas entre os falantes de São Luís, já que em Jamary todos os informantes são de grau I.

Para observar a percepção dos falantes acerca da dupla negação, elaboramos um teste de percepção, formado por 14 situações-estímulo (SE)⁴, cujo objetivo foi verificar se os falantes consideravam a dupla negação adequada aos contextos em que lhes foram apresentadas. Cada situação-estímulo continha as três estruturas negativas presentes no PB – negação pré-verbal, dupla negação e negação pós-verbal –, e foi solicitado ao informante que indicasse, segundo sua percepção, a mais adequada ao contexto e, sempre que possível, justificasse sua resposta. Com base nessas informações, avaliamos suas crenças e atitudes a respeito da estrutura em foco.

Crenças acerca da dupla negação no Português Maranhense

No imaginário dos falantes maranhenses, foram identificadas 36 crenças acerca da dupla negação, sendo dez de ordem estrutural, nove contextuais/discursivas e 17 sociais (cf. SERRA, 2018). Deste total, selecionamos quatro, de ordem social, explanadas a seguir.

Crença 01 – A dupla negação é um costume herdado dos mais velhos, que se afasta da variedade padrão

Apesar de análises quantitativas sobre o uso da dupla negação no PB não mostrarem resultados expressivos no que tange ao fator faixa etária, durante o Teste de Percepção, informantes, como o falante 22, natural de Jamary dos Pretos, apontaram a estrutura como característica do falar de pessoas mais antigas, que foi herdado por eles e permanece até os dias atuais.

⁴ As SE foram elaboradas com base no que os estudos sobre a negação apontam como contextos propícios para a realização (ou não) da dupla negação (cf. RONCARATI (1996), FURTADO DA CUNHA (2001), SCHWENTER (2005)). Assim, foram apresentadas situações nas quais a proposição não havia sido ativada no discurso e que, portanto, não poderiam ser utilizadas Neg2 ou Neg3, a fim de verificar se os falantes perceberiam estranhamento ou agramaticalidade. Isso ocorreu com maior frequência em crenças do tipo estrutural e contextual/discursivo acerca da dupla negação, não exploradas neste recorte.

(1) DOC⁵..: Ahn ran. Mas ela podia falar como?

INF.: A filha poderia dizer “Eu não desliguei o fogão”, mas, *pelo costume da mãe*, ela diz: “Não desliguei o fogão não”.

DOC.: Ah tá... Pelo costume da mãe.

INF.: É. *Pelo costume da mãe, ela aprendeu foi assim, aí ela diz é assim.* (...) DOC.: uhn... certo. E o senhor costuma falar mais como?

INF.: *Eu costumo falar nessa seguinte forma como eu tô dizendo, porque foi o costume da mãe, e pra melhor entender, da avó que me criou, aí era só desse jeito que ela falava que eu também falo.*

INF.: Ah... quase tudo assim. É como eu tô dizendo, uma vez uma menina disse pra mim, “ontem não, A., ontem!” (risos) É assim que é. “Cumpade não, é compadre!”

DOC.: Tentando mudar seu jeito de falar, né?

INF.: Tentando mudar! *Mas é só assim que a gente acostumou, é só assim que a gente fala.* (Inf. 22⁶, Jamary dos Pretos, homem, Faixa II, Grau I)

Vale ressaltar que esse informante demonstra ainda certa insegurança linguística, pelo fato de se sentir julgado pelo modo como fala; no entanto, explica que assim lhe foi ensinado pelas pessoas antigas de sua localidade e que permanecerá falando da mesma maneira, sinalizando que o seu modo de falar compõe a herança da comunidade:

(2) INF.: Aí “Não sei não” (risos)

DOC.: Ah sim.

((Confirma-se que o falante tem uma atitude negativa a respeito de Neg2, apesar de se reconhecer falante))

INF.: É, todas as palavra da gente, é tudo assim, é como eu tô dizendo, às vezes tem uns... *“Aquele pessoal ali, eles falo tudo é daquele jeito” ((com desdém)) Mas é por causa dos costume dos velho, aí nós apredimo e isso ficou!*

DOC.: Com certeza. Aí fica, né? O jeito de falar também é herança.

INF.: Também é herança, o jeito de falar. É! Tudo é herança! A mesma coisa é como eu disse, o tipo de dança, dança de tambor, num é?

⁵ Todos os exemplos foram extraídos do *corpus* constituído para a pesquisa que culminou na dissertação de mestrado intitulada “*Eu não falo ‘não’ duas vezes não*”: usos e percepções avaliativas sobre a dupla negação no português falado no Maranhão (SERRA, 2018), defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão, que teve por objetivo investigar a expressão da dupla negação no português falado no Estado e as percepções avaliativas dos falantes acerca dessa estrutura. As entrevistas realizadas para a pesquisa foram transcritas grafematicamente, e as siglas DOC e INF correspondem a Documentador e Informante, respectivamente.

⁶ A codificação de cada informante indica o número a ele atribuído em Serra (2018).

DOC.: Uhn run. (Inf. 22, Jamary dos Pretos, homem, Faixa II, Grau I)

Esse trecho, da mesma entrevista, pode nos remeter à hipótese crioulista acerca da origem da dupla negação – e a negação pós-verbal –, a qual supõe que essas estruturas provêm do contato de línguas africanas com o português. Nesse sentido, a dupla negação seria mais recorrente na fala dos mais antigos, uma vez que seu uso seria passado de geração a geração, estando presente principalmente na fala dos mais velhos. Além disso, observamos que esse informante equipara o jeito de falar à dança de tambor, uma das incontestáveis heranças africanas para cultura brasileira/maranhense, ao afirmar que ambos são heranças deixadas pelos mais velhos.

Podemos relacionar ainda esse argumento ao comentário feito pelo informante 12, natural de São Luís, acerca da origem da estrutura. Segundo essa informante, a dupla negação pode ser oriunda da forma precária como os escravos aprenderam a língua falada no Brasil no período escravagista:

(3) DOC.: *E o senhor escuta aqui em São Luís as pessoas repetindo o NÃO?*

INF.: *Olha, em São Luís se fala melhor o português, mas no interior, principalmente no sertão no Maranhão, não se fala a mesma coisa. Os termos são diferentes, porque foi se passando de pai pra filho (inint.). Principalmente, porque no sertão, no interior, é onde se localizava os escravos, aquelas pessoas que não tinham conhecimento, nada de leitura, essas coisas. E eles começaram a aprender o português, porque tiveram a necessidade de falar, mas sempre falavam mal, atravessado, essas coisas. E isso foi ficando, foi sendo adquirido pelo sertanejo que continuou vivendo assim. Isso é o que eu acho, não sei se é certo, porque é o que eu tô pensando, mas eu calculo que essa razão é justamente por falta desses conhecimentos.*

(Inf. 12, São Luís, homem, Faixa II, Grau I)

Entre os falantes de Jamary, foi identificada a crença de que a dupla negação é hábito não só herdado dos seus antepassados, como também uma prática atual entre os mais velhos. O falante 22, que faz parte do grupo da faixa etária II, se assume como usuário de Neg2 e afirma que seu uso não é tão recorrente entre os mais jovens:

(4) DOC.: *E eles costumam falar assim: “Num vou não. Tenho muita coisa pra fazer”?*

INF.: *Tem, tem muita coisa que eles digam. “Não, num vou não. tem muita coisa preu fazer”. Ainda digam assim: “Não, num foi ele que me convidou pra mim ir em tal parte, mas eu num vou não, tenho muita coisa pra mim fazer”*

DOC.: *Ah sim... Os mais velhos falam desse jeito, é?*

INF.: *Falam desse jeito.*

(...)

DOC.: *E os mais novos também falam assim?*

INF.: *Os mais novo, não. Os mais novo hoje já tem alguma coisa diferente pra dizer.*

D. chega lá em casa com os menino. *Eu disse: “eu te olhei ontem”. Ela disse: “ontem não, A., ontem!”* (risos) “Eu te olhei ontem!” Pois é, eles já não falam assim. Ontem! Eu digo “ontem”. Todo tempo eu digo assim. A mesma coisa... “cumpade”, é só assim que eu chamo, “meu cumpade”, né? Mas eu digo é “compadre”, né? (risos)

DOC.: *Compadre, né? Os mais novos falam assim.*

INF.: *Compadre, e eu falo “cumpade”.*

DOC.: *E eles falam assim: “Eu num vou não”?*

INF.: *Eles falam “Eu num vou não, tenho alguma coisa pra fazer”, os mais velho. Os mais novo é algum, algumas veze quem diga.*

DOC.: *Ah tá, mas é mais os mais velhos, né?*

INF.: *É mais os mais velhos. Eu, no caso, é assim que digo “Eu num vou não, eu tenho alguma coisa pra fazer”. (Inf. 22, Jmary dos Pretos, homem, Faixa II, Grau I)*

Verificamos que ele comenta que os mais novos, além de não serem usuários de Neg2, costumam *corrigir* os mais velhos, incentivando-os a fazerem uso da norma padrão. Com isso, supomos que, para ele, Neg2 é considerada um desvio da norma, uma vez que equipara a estrutura à redução do ditongo final em ontem > /onti/ e outras variações fonético-fonológicas do PB que geralmente são estigmatizadas.

Crença 02 - A dupla negação é falada por pessoas sem instrução

Há sujeitos que associam o uso de Neg2 ao falar de pessoas sem instrução, como o informante 10, de São Luís – faixa etária II e grau I de escolaridade. Para ele, a pessoa que responde a um questionamento fazendo uso de Neg2 é uma “iniciante”, isto é, alguém “que não tem um certo grau de instrução”, como evidencia este trecho de sua fala:

(5) INF: Por mim, certo [é] a última “não fui eu”, porque é a mehma coisa; ele volta a usar a palavra “não”. “não fui eu... não”. Olha, você ver que não encaixa o texto, a palavra, a pergunta no texto “não fui eu não” isso tá... *é uma pergunta assim... elaborada pra iniciante.*

DOC: O senhor acha que esse tipo de resposta é pra iniciante?

INF: *É, e pessoas que eu acho que não tem um certo grau de instrução, pouca instrução, não muita instrução. A pessoa responder uma pergunta desse tipo, dessa natureza.*

DOC: O “não fui eu não”?

INF: o “não fui eu não”

(...)

DOC: E o senhor já ouviu alguém falar assim?

INF: Já. *Eu lido e tô em contato constantemente, até dentro da minha profissão mesmo eu lido com pessoas de pouca instrução, como eu, entendeu, que a gente vê muito esses erros. É no cotidiano.* (Inf. 10, São Luís, homem, Faixa II, Grau I)

Vale destacar que o informante 10, apesar de se incluir no grupo de pessoas sem instrução, não se reconhece usuário de Neg2; entretanto, afirma perceber o uso dessa estrutura em seu meio social, no qual, em sua opinião, “a gente vê muito esses erros”. Isso nos remete ao comentário feito pela informante 13, que relaciona o uso da estrutura à falta de leitura:

(6) INF.: Ela falou aí “Vou. Não.” Não?

DOC.: “Não vou não”.

INF.: “Não. Vou. Não.” Não vou.

AUX.: *A senhora costuma falar assim?*

INF.: *Eu sou professora de português.*

DOC.: Ah... (risos)

INF.: (risos)

(...)

INF.: Hoje você vê pessoas, pessoas formada! Colega, colega, colega, professor! Já feita num sei o quê, que fala tanta coisa... Claro que tu não vais corrigir, né? Mas aquilo não te sai...

DOC.: Uhn...

AUX.: Não soa bem, né?

INF.: De jeito nenhum! Não. Então não precisa! *Vamos ler um pedacinho de jornal todo dia, vamos ouvir. Porque se você ouvir com atenção, você sabe direitinho como (inint.) as coisas.* (Inf. 13, São Luís, mulher, Faixa II, Grau II)

Crença 03 - A dupla negação é característica de um falar caipira, interiorano, rural

A dupla negação, além de ter sido associada à linguagem coloquial e rudimentar, foi também apontada como característica do falar rural, interiorano, pelos falantes 10, 12, 13, 15, 16. Mello *et al.* (1998), ao estudarem as estruturas negativas no PB, afirmam que a dupla negação e a negação pós-verbal são recorrentes em dialetos rurais.

Os informantes 10 e 12, de mesmo perfil social, não realizaram a dupla negação espontaneamente em discursos livres e afirmaram que a estrutura é característica da fala caipira, de “caboco do interior”. Observamos, com isso, uma atitude negativa por parte desses dos falantes, evidenciada também pelo uso dos termos pejorativos *caboco* e *caipira*, como demonstram suas falas:

(7) INF: “não sei”

DOC: Então...

INF: É a resposta certa, porque a reitora faz a pergunta e lá alguém fala “não sei não”. Eu considero assim, não é discriminado, nem preconceito, *mas é uma resposta muito da caipira.*

(Inf. 10, São Luís, homem, Faixa II, Grau I)

(11) INF.: Não, porque você diz “Tu vai lá?”, “Não vou não.” Porque não há necessidade! Se você já disse não, por que o outro NÃO depois?

DOC.: Ah sim. O senhor acha que não precisa, né?

INF.: *Não, mas é um hábito que muita gente tem, principalmente o caboco do interior.*

Ele diz: “Cê gosta disso?”, “Não, eu num gosto não”, e às vezes ele repete três, quatro vezes o mesmo não”. (Inf. 12, São Luís, homem, Faixa II, Grau I)

A informante 13, que se identifica como professora de língua portuguesa, além de apontar o uso da dupla negação como decorrente de pouca leitura, crença que compartilha com os informantes 10 e 12, crê que o uso de Neg2 é mais recorrente na fala dos alunos que migram do interior para a capital. Na escola, na condição de professora, ela tenta moldar a fala do aluno à variedade padrão da língua que, evidentemente, não inclui a dupla negação, como observamos no trecho a seguir:

(8) DOC.: E a senhora já ouviu alguém falar...

INF.: Essas coisa aí??

DOC.: “Não quero falar sobre isso não”?

INF.: Mah menino!

AUX.: *Na escola os meninos falam?*

INF.: *Não. É muito difícil. Geralmente é quando eles vêm de outros lugares assim, aí a gente vai dando um jeitinho aqui pra ele ir conversando melhor. Mas a gente conversa, tem gente que conversa é muito!*

AUX.: Uhn run. *Outros lugares como, assim?*

INF.: *Interior. Muito, muito...*

AUX.: *Aí eles falam desse jeito, né?*

INF.: “Eita, muié, num fez isso não?”. Eu tenho uma neta que fala assim (risos). “M.!”
“Oxa, vô, desculpa. Num vou falar maih não.” “Num vou falar maih não” (avaliando a fala)

DOC.: Ela é de onde?

INF.: São Luís Gonzaga!

(...)

AUX.: A senhora escuta mais é com pessoas mais velhas ou mais novas?

INF.: Tanto faz, minha querida! Porque se eu não leio, eu não sei conversar, eu não sei escrever, eu não sei nada.

AUX.: É mais então pra quem não tem leitura?

INF.: Justamente. *Por isso que eu tava te dizendo que esse palavreado logo do começo a gente ouve muito, muito, mas dos meus meninozinhos que vêm do interior.* Aí vem a mãe e tal e diz assim: “Maih muié! Ele num feh não, muié!”. E tu vai fazer o quê? São essas coisas... leitura, tem que ter leitura! (Inf. 13, São Luís, mulher, Faixa II, Grau II)

Vale observar que a informante, ao representar a fala interiorana, faz uso da dupla negação realizando ainda fenômenos fonético-fonológicos estigmatizados e geralmente associados ao falar interiorano.

A informante 15 associa o uso da negação pré-verbal ao falar urbano, e o da negação pós-verbal, ao falar caipira. Para ela, ocorrências de Neg3 e de Neg2 seriam documentadas com mais frequência no interior. No entanto, vale lembrar que essa informante associou anteriormente o uso de Neg2 a uma fala rudimentar, mas não necessariamente interiorana:

(9) INF.: o “Não, já comi” é uma forma mais... mais aqui pra nós.

DOC.: uhn... daqui da...

INF.: entendeu? *Mais assim da pessoa do... do... mais da cidade. Eu vejo essa... essa diferença, entendeu?* O “Quero não” é uma forma que nós aqui, na vivência que a gente tem, a gente já não... não tem. *Mas se você estiver num interior você vê isso com... mais facilidade.*

DOC.: *qual que a senhora disse que vê com mais facilidade?*

INF.: “Quero não”, no interior.

DOC.: ah, o “Quero não”.

INF.: “Quero não”.

DOC.: e “Não quero não”?

INF.: *Também.* (Inf. 15, São Luís, mulher, Faixa II, Grau II)

O informante 16, natural de São Luís, informa que a dupla negação não é usual em sua comunidade e crê que a estrutura é mais recorrente e no interior do Maranhão. Sugere, ainda, que o fato de a estrutura ser realizada em sua localidade está relacionado com o processo migratório, resultante do deslocamento de pessoas do interior para a zona urbana em busca de melhores condições de emprego. São esses imigrantes, segundo o informante 16, que trazem consigo marcas de seu falar, que incluem vícios de linguagem, típicos de sua região. A dupla negação está, então, inserida nesse grupo de vícios, como evidencia em sua fala:

(10) INF: É a segunda “não quero falar sobre isso”. essa forma “não quero falar sobre isso não” *não é usual pra gente, essa negativa duas vezes*. Eu pelo menos não fui acostumado, *mas não tô dizendo que não é usual, que tem em determinadas regiões que falam isso, falam assim dessa forma*.

DOC: *Quais regiões?*

INF: Não sei te dizer, *mas acho que no interior do estado, do Maranhão mesmo, eu já ouvi gente falar*.

(...)

DOC: E antigamente o senhor escutava o pessoal falando assim “tu não queres ficar boa não”?

INF: Escutava sim. Escutava, escutava. *Porque às vezes as pessoas que trabalhavam ou que vêm do interior pra trabalhar, elas têm outro sotaque, outra...vamos dizer, vício de linguagem, porque é da região, típico dali da região. Sai errado pra gente*.

(Inf.16, São Luís, homem, Faixa II, Grau II)

No entanto, a frequência de uso da dupla negação (19%) em Jamary dos Pretos, área rural investigada, se assemelha à frequência observada na área urbana, São Luís (13%)⁷, conforme evidencia a análise quantitativa feita por Serra (2018), o que não corrobora a crença de alguns falantes a respeito do uso da estrutura.

Crença 04 – A dupla negação não realizada em São Luís, cidade conhecida como Atenas Brasileira.

⁷ Serra (2018) registrou, em contexto de discurso livre, o uso de 231 estruturas negativas em Jamary dos Pretos, (86,2% de Neg1, 13% de Neg2 e 0,8% de Neg3) e 540, em São Luís (78% de Neg1, 19% de Neg2 e 3% de Neg3). Vale destacar que foram consideradas realizações de Neg1 situadas apenas em contextos de informação velha no discurso, isto é, em contextos nos quais a proposição havia sido previamente ativada no discurso. Essa medida foi tomada a fim de garantir que fossem analisadas apenas as realizações nas quais as três estruturas seriam intercambiáveis, sendo, portanto, variantes de uma mesma variável, conforme a noção de compatibilidade funcional.

O estudo de Sousa (2016) a respeito da dupla negação no português maranhense mostra que, em São Luís, a estrutura teve ocorrência de 9,7% das realizações de estruturas negativas; já os resultados do presente trabalho apontam que Neg2 reúne 19% das ocorrências dessas estruturas. As pesquisas comprovam que, mesmo com a baixa porcentagem da dupla negação, os números são significativos e evidenciam que a estrutura é a segunda mais recorrente no português falado no Estado, apresentando, portanto, resultado similar ao das outras localidades que já investigaram seu uso. Entretanto, os informantes 9, 12 e 13 denotam uma crença que não condiz com essa realidade. Para eles, a dupla negação não seria utilizada por falantes de São Luís.

A informante 9 afirma que a estrutura não é utilizada pelos falantes de São Luís e que esta seria característica do falar baiano, como vemos no exemplo 19.

(11) INF.: “E tu não quer ficar boa não”, acho melhor.

DOC.: É? A senhora costuma falar desse jeito? “E tu não queres ficar boa não? E tu não quer ficar boa não?” A senhora fala assim?

INF.: Não, acho mais parecido com a fala do baiano (risos).

DOC.: É? Mas aqui em São Luís as pessoas falam assim?

INF.: Não.

DOC.: Qual mesmo que a senhora disse que escolheu? Não tô lembrando...

INF.: “E tu não queres ficar boa” (com firmeza). (Inf. 9, São Luís, mulher, Faixa II, Grau I)

Vale ressaltar que a dupla negação, classificada por cearenses como um *nordestinismo*, segundo dados de Roncarati (1996), foi identificada por demais informantes desta pesquisa como característica do falar de diferentes pontos do Nordeste: Bahia, informante 3 e 9, Ceará, informante 24, e Pernambuco, informante 13. No entanto, apesar de São Luís ser uma capital nordestina, os informantes ludovicenses a *excluem* do grupo de usuários da dupla negação, sob a justificativa de que nesta localidade se fala “o melhor português do Brasil”, demonstrando atitude negativa perante ao uso da variante.

Já os informantes 12 e 13 da mesma faixa etária, mas com níveis de escolaridade diferentes – grau I e grau II, respectivamente – afirmam que os ludovicenses não são usuários da estrutura, enaltecendo o português falado na localidade, como podemos observar no exemplo 12:

(12) DOC.: Mas a senhora considera automaticamente correto aqui em São Luís ou no Brasil? ((após a informante afirmar que, em uma prova, a dupla negação não seria aceitável)).

INF.: Não, porque temos palavras e palavras, né? Empregos e empregos de palavras. Porque uma palavra só tem diversos sentidos.

DOC.: Uhn...

INF.: *Só que, pra nós, eu acho, eh... ludovicenses, a gente não fala assim. E quando você ouve, você se assusta. “Vixe, olha como fulano falou errado!”*. Entendeste?

AUX.: Sim. Ah, então quando a senhora escuta o povo falando assim, já acha estranho, né?

INF.: Claro, a gente acha!

AUX.: Uhn run.

INF.: A gente pode é não falar. Mas de achar, acha. (Inf. 13, São Luís, mulher, Faixa II, Grau II)

A informante 13, ao afirmar “nós, ludovicenses, a gente não fala assim”, insere-se em um grupo aparentemente mais elevado do que o das pessoas que são usuárias da dupla negação. Para ela, os ludovicenses, além de não serem usuários da estrutura, ainda julgam o uso desta quando proferida por outros falantes.

Já o informante 12 afirma que a dupla negação não é usada em São Luís, pois aqui se fala “o melhor português”. Ele explica que o falar da capital difere do falar do interior pelo fato de este ter sofrido grande influência dos escravos trazidos para o Maranhão no período escravagista. De acordo com esse informante, o português aprendido pelos escravos, de forma precária, teria influenciado o português dos sertanejos e deixado marcas que permanecem até os dias atuais, como assinala em sua fala:

(13) DOC.: *E o senhor escuta aqui em São Luís as pessoas repetindo o NÃO?*

INF.: *Olha, em São Luís se fala melhor o português, mas no interior, principalmente no sertão no Maranhão, não se fala a mesma coisa. Os termos são diferentes, porque foi se passando de pai pra filho (inint.). Principalmente, porque no sertão, no interior, é onde se localizava os escravos, aquelas pessoas que não tinham conhecimento, nada de leitura, essas coisas. E eles começaram a aprender o português, porque tiveram a necessidade de falar, mas sempre falavam mal, atravessado, essas coisas. E isso foi ficando, foi sendo adquirido pelo sertanejo que continuou vivendo assim. Isso é o que eu acho, não sei se é certo, porque é o que eu tô pensando, mas eu calculo que essa razão é justamente por falta desses conhecimentos.* (Inf. 12, São Luís, homem, Faixa II, Grau I)

Interessante observar que, mesmo sem ter conhecimento teórico a respeito da estrutura, o informante apresenta uma explicação similar a uma das correntes teóricas que busca explicar

a origem da dupla negação no PB: a hipótese crioulista. Segundo essa hipótese, a dupla negação teria se originado do contado entre a língua portuguesa com as línguas de escravos africanos. Nessa perspectiva, a convivência entre africanos e portugueses teria ocasionado uma situação de bilinguismo, uma vez que os africanos tinham sua própria língua, mas tiveram de aprender a língua portuguesa e, nesse processo, algumas características das línguas africanas teriam sido transportadas para a língua portuguesa, entre elas, a dupla negação.

Mello *et al.* (1998) afirmam que:

Estas estruturas negativas duplas e de final de predicado encontram paralelos num subgrupo de línguas crioulas, principalmente de base ibérica, por exemplo, no palenquero, no crioulo de base castelhana falado na Colômbia (Schwegler 1988, 1991d, 1993b, e no prelo *b*) e nos crioulos de base portuguesa do Golfo de Benim (Holm 1987, 1992; Mello & Lorenzino 1992; Mello 1992; Schwegler 1993b e no prelo 'b'; Günther 1973:78). Além disso, existem estruturas paralelas no português de São Tomé e Angola, e no castelhano da República Dominicana (Schwegler no prelo 'b') e das áreas de população negra na Colômbia (Schwegler 1993b e no prelo *b*). (MELLO *et al.*, 1998, p. 105).

Os estudiosos fazem referência ao trabalho de Schwegler (1991), que concluiu a priori que a origem interna de Neg.2 e Neg.3 poderia ser europeia, porém, em um estudo posterior, o pesquisador infere que essas estruturas podem ser resultado de uma possível influência de modelos afro-portugueses. A maior realização dessas estruturas foi registrada em Salvador, fato que pode estar relacionado com a grande concentração de pessoas de procedência afro-brasileira na região. Careno (1997), dentre outros autores, assume também a origem africana da dupla negação.

Verificamos, ainda, que a justificativa dada pelos informantes 12 e 13 pode estar diretamente relacionada com o antigo mito, presente não só no imaginário dos maranhenses, mas também no imaginário de brasileiros oriundos de outros estados, que se materializa na ideia de que *os maranhenses falam o melhor português do Brasil*. Esse mito é aludido por Serra (1965), Couto (1986), Travaglia (1996). O primeiro, ao comentar a forte relação entre o português padrão e o povo da capital maranhense no século XIX, afirma que esse mito, o qual deu à cidade o título de Atenas Brasileira, surge devido ao grande número de maranhenses que viajavam a Coimbra na época:

Essa 'influência' vem de longe, tem suas raízes na velha Coimbra, onde estudaram gerações e gerações de maranhenses, que foram seus filósofos, seus matemáticos, seus botânicos, seus romancistas, seus polígrafos de renome. Até hoje, o *estilo* do maranhense é oratório, é coimbrão. A velha cidade portuguesa enchia a cabeça dos jovens, que de lá voltavam com suas capas romanescas, suas cabeleiras empoadas, saturados de idéias revolucionárias. Tôda uma geração de boêmios intelectuais deu à nossa gente 'êsse' *espírito* de grande apêgo às letras e às artes. Essa tradição é o maior orgulho da terra. O maranhense sempre incha o papo quando diz: isto aqui é a 'Atenas

Brasileira'. Existe até no homem do povo, êsse orgulhozinho cabloco. (SERRA, 1965, p. 17).

Nos exemplos 14 e 15, a seguir, também constatamos esse compartilhamento da crença de que em São Luís se fala o melhor português. A informante 3, por exemplo, que relaciona o uso da dupla negação com o falar baiano, relata um acontecimento enfatizando que os ludovicenses são conhecidos por falarem “tudo certinho, sem sotaque”:

(14) INF.: Tanto que lá, quando eu cheguei lá o rapaz perguntou... eu fui no comércio, eu disse “Boa tarde”, aí ele disse “Você não é daqui, da onde você é?”, eu disse “*Eu sou do São Luís do Maranhão*”, *porque tá falando certinho*.

DOC.: Ah, é?

AUX.: E no Rio de Janeiro, pra onde a senhora viajou?

INF.: É... eu já... eles... eles sabem logo que a pessoa fala...

AUX.: Eles costumam usar “Não sei não”?

INF.: Não, porque eles chamam muito.

(...)

INF.: *Aí ele disse “Você não é daqui”, eu disse “Não, eu sou do São Luís do Maranhão”. Tendeu? Fala certinho, não fala... com sotaque.* (DOC.: Uhn...) *Assim que ele me disse, tendeu?*

DOC.: Ah, sim. Quando tu falou que era de São Luís, eles disseram que tu falava certinho?

INF.: *Foi, que falava certinho. Não tem sotaque.*

(...)

DOC.: E outras pessoas chegaram a falar isso pra ti lá em Brasília que tu falava certinho?

INF.: Já... tem... lá no mês de junho tem a festa do Nordeste (DOC.: Uhn.), e a gente... cada... cada estado tem a sua barraca (DOC.: Uhn rum), *aí tinha a nossa do Maranhão, aí ele disse “Ah, a barraca que fala certinho”.* (inint) *que a gente não tinha sotaque.* (Inf. 3, São Luís, mulher, Faixa I, Grau I)

O informante 16, que afirma ser o uso da dupla negação independente da faixa etária do falante, declarou ainda que esse uso está relacionado com o fator diatópico e que São Luís, por ser a Atenas Brasileira, teria o falar mais puro, preservado, como vemos no exemplo 15:

(15) DOC: E o senhor acha que tem diferença entre os mais velhos e os mais jovens?

INF: Não, eu acho que a linguagem, ela...é da região, do habitat da pessoa. Às vezes a gente...também é dito que a gente fala um pouco cantando, mas não excessivamente

como o baiano, como o pernambucano. Eu acho que da região Nordeste, Norte, *nós somos...por isso que somos considerados a Atenas Brasileira, porque a nossa sonoridade é melhor, e ela é correta, com os pronomes, com colocação. A gente não canta, não verbera. Eu acho isso.* (Inf. 16, São Luís, homem, Faixa II, Grau II)

O informante afirma ainda que o falar de São Luís tem “sonoridade melhor, é correto, que não canta ou reverbera”. Sabemos, contudo, que o português falado atualmente no Maranhão se distancia dessa visão; no entanto, a ideia de que no Estado se fala o melhor português parece perdurar até os dias de hoje, ainda estando enraizada no imaginário de muitos falantes, fato evidenciado pelos dados de Miranda (2014), coletados também por meio da aplicação de um teste de atitudes a falantes de duas localidades maranhenses, e pelos dados deste estudo.

Considerações Finais

Com base nos comentários analisados, percebemos que, apesar de a dupla negação ser uma estrutura recorrente no falar maranhense, os falantes selecionados para esta pesquisa apresentam, em grande parte, atitude negativa perante o uso da estrutura, atribuindo a ela crenças de teor negativo, além de, no geral, não se reconhecerem usuários da dupla negação.

Apesar de ainda ser considerada uma estrutura desprestigiada por grande parte dos falantes, sua frequência se mantém no falar de diversas comunidades, inclusive na maranhense, como mostram estudos quantitativos (SOUSA, 2016; SERRA, 2018). Isso comprova que, apesar de os falantes terem uma atitude negativa em relação à estrutura, sua frequência não indica que esta poderá cair em desuso devido ao possível rechaço da comunidade.

Ressaltamos aqui a importância dos estudos que investigam a consciência linguística dos falantes em relação a variantes linguísticas, uma vez que estes nos revelam que a análise de particularidades da língua não se resume apenas à observação de fenômenos linguísticos relacionados com características sociais e linguísticas, já que nos permitem ver por meio dos olhos do próprio falante esses fenômenos, observando ainda quais juízos formam seu imaginário acerca desses fenômenos.

Referências

ALKMIM, M. G. R. **As negativas sentenciais no dialeto mineiro**: uma abordagem variacionista. 2001. 261f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Lingüísticos, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

CALVET, L. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.

CARENO, M. F. **Vale do Ribeira: a voz e a vez das comunidades negras**. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.

COUTO, H. **O que é português brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FURTADO DA CUNHA, M. A. O modelo das motivações competidoras no domínio funcional da negação. **D.E.L.T.A.**, v.17 n.1, p. 1-30, 2001.

HORA, D.; HENRIQUE, P. F. L. Como as restrições sociais e estruturais compõem a identidade do falante. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 50, p. 96-104, dez. 2015.

ILARI, R.; BASSO, R. **O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2016.

LABOV, W. **The Social Stratification of English in New York City**. Cambridge: Cambridge University Press, [1966] 2006.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, [1972] 2008.

LAMBERT, W. W.; LAMBERT, W. E. **Psicologia Social**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

LIMA, L. S. **A negação sentencial: uma abordagem pragmática**. 2010. 36 f. Monografia (Graduação em Língua Portuguesa e Inglesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

LÓPEZ MORALES, H. **Sociolingüística**. 3. ed. Madrid: Gredos, 2004.

MELLO, H. R.; BAXTER, A. N.; HOLM, J.; MEGENNEY, W. O Português Vernáculo do Brasil. In: PERL, M.; SCHWEGLER (Orgs.). **América Negra: panorâmica actual de los estudios lingüísticos sobre variedades hispanas, portuguesas y criollas**. Frankfurt am Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 1998.

MIRANDA, A. L. **Crenças, atitudes e usos variáveis da concordância verbal com o pronome TU**. 2014. 157 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MORENO FERNÁNDEZ, F. **Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje**. Barcelona: Ariel, [1998] 2009.

NUNES, L. L. **Motivações pragmáticas para o uso de dupla negação: um estudo do fenômeno em português europeu**. 2014. 68 f. Monografia (Graduação em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

REIMANN, C. A.; YACOVENCO, L. C. A dupla negação no português falado em Vitória/ES: traço da identidade linguística capixaba?. In: **Anais do Congresso Nacional de Estudos Linguísticos**. v. 1, n. 1, Vitória: UFES, 2011.

RONCARATI, C. A negação no português falado. In: MACEDO, A. T.; RONCARATI, C.; MOLLICA, M. C. **Variação e Discurso**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 97-111.

RONCARATI, C. Ciclos aquisitivos da negação. In: RONCARATI, C.; MOLLICA, M. C. **Variação e Aquisição**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. p. 65-102.

SCHWEGLER, A. Predicate negation in contemporary Brazilian Portuguese: a change in progress. **Orbis**, Leuven, v. 34, p. 187-214, 1991.

SCHWENTER, S. A. The pragmatics of negation in Brazilian Portuguese, **Lingua**, Amsterdã, v. 115, p. 1427-56, 2005.

SCHWENTER, S. A. Fine-Tuning Jespersen Cycle. In: BIRNER, Betty J.; WARD, Gregory Ward (Orgs.). **Drawing the boundaries of meaning: Neo-Gricean studies in honour of Laurence R. Horn**. Amsterdã e Filadélfia: Benjamins, 2006. p. 327-344.

SERRA, A. **Guia Histórico e Sentimental de São Luís do Maranhão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SERRA, F. P. **Eu não falo ‘não’ duas vezes não**”: usos e percepções avaliativas sobre a dupla negação no português falado no Maranhão. 2018. 190 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

SOUSA, L. K. P. **A dupla negação no português no Maranhão**: o que mostram os dados do Projeto ALiMA. 2016. Relatório (Projeto de Iniciação Científica) – Universidade Federal do Maranhão, 2016.

SOUZA, A. S.; LUCCHESI, D. Estruturas de negação em uma comunidade afro-brasileira: Helvécia – BA. **Hyperion Letras**, Salvador, n. 7. nov. 2004.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1996.

Sobre as autoras

Flávia Pereira Serra (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-5905-4239>)

Doutoranda em Estudos da Linguagem pelo programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), mestre em Letras e graduada em Letras Português/Inglês pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Pesquisadora dos projetos Atlas Linguístico do Maranhão (ALiMA) e Atlas Linguístico do Brasil (ALiB).

Conceição de Maria de Araujo Ramos (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-4554-8179>)

Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus I, São Luís, com doutorado em Letras (UFAL, 1999). Coordenadora do Atlas Linguístico do Maranhão (ALiMA) e Diretora Científica do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB).

Recebido em junho de 2022.

Aprovado em setembro de 2022.

[avali'ãdʊ] ou [avali'ãɲʊ]: o significado social da alternância [d] ~ [n] entre jovens universitários cariocas

[avali'ãdʊ] or [avali'ãɲʊ]: the social meaning of the alternation between [d] and [n] among young university students from Rio de Janeiro

Marcelo Alexandre Silva Lopes de Melo¹
Ísis Garcia Bastos Silva²

Resumo: Este trabalho apresenta os resultados de um estudo piloto sobre a avaliação social da alternância entre [d] e [n], ambas precedidas de vogal nasal – como em como em [avali'ãdʊ] ~ [avali'ãɲʊ] –, na comunidade de fala do Rio de Janeiro. Essa variável já foi objeto de estudos com dados de produção em diferentes variedades do português brasileiro (PB), os quais sugerem que [n] seria a variante estigmatizada, tendo em vista que ela é mais realizada entre falantes de menor escolaridade e de classes sociais mais baixas (GONÇALVES, 2018). Assim, realizou-se, remotamente, um experimento com 24 jovens universitários da cidade do Rio de Janeiro, utilizando a técnica *matched guise*, a fim de acessar os significados sociais das variantes em questão. Diferentemente daquilo que se esperava antes da aplicação do experimento, os resultados revelaram que a diferença de avaliação entre as variantes não se mostrou significativa, o que pode sugerir que a variante nasal não constitui um estereótipo associado à pouca escolaridade ou a falantes da classe baixa na variedade do PB analisada. Apesar de se tratar de um estudo piloto, este experimento pode contribuir para estudos futuros, sobretudo no que diz respeito à metodologia empregada e aos estímulos utilizados.

Palavras-chave: avaliação social; alternância [d] e [n] precedidas de vogal nasal; variação linguística; comunidade de fala.

Abstract: This work presents the results of a pilot study on the social evaluation of the alternation between [d] and [n], both preceded by a nasal vowel – as in as in [avali'ãdʊ] ~ [avali'ãɲʊ] – in the speech community of Rio de Janeiro. January. This variable has already been the object of studies with production data in different varieties of Brazilian Portuguese (BP), which suggest that [n] would be the stigmatized variant, given that it is more realized among speakers of lower education and low social classes (GONÇALVES, 2018). Thus, an experiment was carried out remotely with 24 university students from the city of Rio de Janeiro, using the *matched guise* technique, in order to access the social meanings of the variants in question. Differently from what was expected before the application of the experiment, the results revealed that the evaluation difference between the variants was not significant, which may suggest that the nasal variant is not a stereotype associated with low schooling or low-class

¹ Professor Adjunto do Departamento de Linguística e Filologia, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Endereço eletrônico: malmelo.lopes@letras.ufrj.br.

² Pesquisadora vinculada ao projeto *Dinâmica da variação e da mudança na comunidade de fala: um olhar a partir das margens* (PEUL/FL/UFRJ). Endereço eletrônico: isigarcia@letras.ufrj.br.

speakers in the BP variety analyzed. Despite being a pilot study, this experiment can contribute to future studies, especially with regard to the methodology used and the stimuli used.

Keywords: social evaluation; alternation between the stop consonant and the alveolar nasal preceded by nasal vowel; linguistic variation; community of speech.

Introdução

Este trabalho apresenta os resultados de um estudo piloto em que um experimento foi aplicado a jovens universitários da comunidade de fala do Rio de Janeiro e que tinha por objetivo observar a avaliação das variantes de uma variável sonora: alternância das consoantes oclusiva alveolar [d] e nasal alveolar [n] precedidas de vogal nasal, tal como em [avali'ãdo] e [avali'ãno], respectivamente. De maneira geral, os estudos variacionistas se concentram majoritariamente em análises de produção, havendo uma quantidade menor de trabalhos sobre a avaliação e percepção (CAMPBELL-KIBLER, 2006). Assim, considerando esta menor quantidade de estudos variacionistas sobre avaliação, o intuito deste trabalho é contribuir para este campo de estudo do português brasileiro com um experimento acerca de uma variável já estudada sob o ponto de vista da produção, mas ainda não estudada sob o ponto de vista da avaliação na variedade carioca. Ademais, mesmo que se trate de um estudo piloto, entende-se que seja importante reportar os resultados obtidos de maneira preliminar, a fim de que estudos futuros possam não só aprimorar a metodologia empregada, bem como melhorar a qualidade dos estímulos utilizados.

Esta pesquisa trabalha com a hipótese de que a realização da nasal alveolar [n] em oposição à realização da oclusiva alveolar [d] em final (ndo), tanto em verbos no gerúndio quanto em não-verbos, seria a variante estigmatizada pelos falantes da comunidade de fala do Rio de Janeiro. Esta hipótese é baseada em estudos anteriores acerca da mesma variável em outras variedades, como o de Freitag, Cardoso e Pinheiro (2018), que conclui que a realização de [d] está associada a contextos de maior monitoramento, falantes do sexo feminino e com maior escolarização – o que aponta para a estigmatização da variante [n]. Além disso, o estudo de Gonçalves (2018), sobre a mesma variável na variedade paulista, sugere uma possível menor aceitação da variante nasal a partir da relação inversamente proporcional entre maior percentual de apagamento de [d] e grau de escolarização do falante. Em outras palavras, Gonçalves (2018), a partir de dados de produção, aponta para a estigmatização da realização da sequência (ndo) com a consoante nasal [n]. Com isso, o objetivo deste trabalho é verificar se a avaliação de um grupo de falantes da comunidade de fala do Rio de Janeiro acerca da variável linguística citada aponta ou não para o estigma que é, geralmente, atribuído à nasal alveolar [n].

Para acessar a avaliação dos falantes acerca das variantes da variável em questão, foi elaborado um experimento piloto em que os participantes, todos jovens universitários da comunidade de fala do Rio de Janeiro, deveriam julgar o grau de aceitabilidade de uma candidata a um cargo de âncora em um telejornal. Assim, após ouvir cada sentença, os participantes deveriam, numa escala de 01 (não apta) a 07 (totalmente adequada), avaliar se a candidata estava apta ou não ao cargo. Em razão da pandemia de Covid-19, o experimento, que continha lista com itens verbais (formas de gerúndio) e itens não-verbais, foi realizado totalmente de maneira remota.

O presente trabalho se apresenta dividido em quatro seções: na primeira, serão expostos os fundamentos teóricos em que se apoia o presente estudo; na segunda seção, serão apresentados alguns estudos anteriores sobre a variável em questão; na terceira, será apresentada a metodologia utilizada para o experimento de avaliação; na quarta, serão analisados os resultados do experimento; na quinta, por fim, serão extraídas as conclusões a partir dos dados de análise.

Avaliação da variação

Apesar de se observar um aumento considerável dos estudos sobre percepção e avaliação, ainda há uma predominância dos estudos de produção nas pesquisas variacionistas. Esse aumento considerável dos estudos de percepção e avaliação se deu, sobretudo, em razão da necessidade de se buscar correlatos cognitivos da variação linguística, a fim de melhor compreender não só os mecanismos pelos quais a mudança linguística se implementa, bem como a organização do conhecimento linguístico. Nesse sentido, diversos estudos sobre percepção e avaliação da variação linguística têm se debruçado sobre diferentes aspectos da organização cognitiva da variação (CLOPPER, CONREY, PISONI, 2005; HAY, WARREN, DRAGER, 2006; STAUM-CASASSANTO, 2010; SQUIRES, 2011).

De acordo com Labov (2006), as reações subjetivas dos falantes costumam não refletir diretamente suas opiniões pessoais, isto é, caso os falantes sejam indagados diretamente sobre determinada(s) forma(s) linguística(s), as atitudes frente a tais formas tendem a não emergir. Assim, para capturar as reações subjetivas dos falantes, se torna necessário adotar uma metodologia específica e adequada. A técnica dos *falsos pares* (*matched guise test*), desenvolvida por Lambert *et al.* (1960), permite colocar os participantes de um experimento diante de dois conjuntos de possibilidades, os quais são produzidas por um mesmo falante que usa formas diferentes. Segundo Oushiro (2015), essa técnica teve grande impacto nos estudos sobre avaliação, já que permitiu demonstrar que diferentes variedades linguísticas impactam a

avaliação dos sujeitos em diferentes situações, as quais vão desde a escolha de um inquilino ou de um candidato a uma vaga de emprego à associação da natureza de um crime cometido a falantes de uma determinada variedade.

Em Labov *et al.* (2011), foram realizados experimentos para o estudo da percepção acerca da variável (ING) no gerúndio, como em *creating* (criando), a fim de medir a saliência das formas /in/ e /iŋ/ no inglês americano. Os experimentos descritos em Labov *et al.* (2011, p. 434) tiveram como objetivo determinar se os ouvintes conseguem discriminar e avaliar os níveis de variação de /in/, a variante estigmatizada. Nos experimentos aplicados, foi analisada a sensibilidade à variável (ING) de ouvintes que deveriam avaliar, em uma escala, a aptidão de uma suposta âncora de telejornal por meio de dez frases contendo a variável, ora realizadas como nasal alveolar [n], ora como nasal velar [ŋ]. Os estímulos foram controlados de forma que as respostas às sentenças correspondiam a uma função logarítmica na qual o efeito de cada desvio da norma era proporcional ao aumento percentual nos desvios. A partir disso, os resultados mostraram que quanto maior o índice de [n], menor era a aceitação da candidata por parte do ouvinte. Com isso, pôde-se apontar menor prestígio da variante alveolar de acordo com os ouvintes, que julgaram a suposta candidata que as realizava como menos apta para o cargo de âncora. Os resultados ainda apontaram para uma diminuição da sensibilidade à medida que as frequências da variante alveolar aumentavam. Ou seja, quanto mais se ouvia a variante alveolar – forma de menor prestígio – pior se avaliava a candidata à âncora de telejornal, levando à conclusão de que a repetição da forma de menor prestígio levava a uma maior penalização. Ainda de acordo com Labov *et al.* (op. cit.), a variante alveolar foi mais penalizada pelos ouvintes do sexo feminino, bem como ouvintes de faixa etária mais elevada (adultos).

Levon e Buchstaller (2015) analisaram o efeito da modularidade linguística em diferentes níveis da gramática, a partir de avaliações sociais dos ouvintes sobre diferentes formas linguísticas. Para tanto, os autores investigaram se duas variáveis do inglês britânico situadas em diferentes níveis da gramática – uma variável fonológica e uma variável morfossintática – estariam igualmente disponíveis para avaliações sociais dos ouvintes. Assim, foi realizado um estudo de percepção, a fim de examinar como fatores sociais e psicológicos moderam as avaliações percentuais dos ouvintes britânicos a partir de duas variáveis observadas: (a) o fronteamo de TH ([θ] > [f]); (b) inserção de sufixo verbal -s quando o sujeito é 3ppl (*Northen Subjetc Rule* – NSR). Os resultados apontaram que variáveis estruturais de *nível superior* (morfossintático) estão disponíveis para avaliação dos ouvintes e que as reações dos ouvintes são condicionadas por efeitos independentes da região proveniente e do estilo cognitivo individual. Em relação à frequência, os resultados mostraram que não houve

interação entre as variáveis, indicando que os participantes trataram as duas variáveis separadamente. Além disso, o aumento da frequência de [f] – variante fonológica não-padrão – levou a avaliações mais negativas, efeito observado irrestritamente em toda população de ouvintes. Por outro lado, as avaliações da variante morfossintática não-padrão dependem de um fator social (região do ouvinte) e de um fator cognitivo medido previamente pelos autores (capacidade de Linguagem Pragmática).

Considerando que a variável (-r) na cidade de São Paulo está associada “a identidades geográficas, a graus de formalidade, de escolarização e a classes sociais, além de outras dimensões que se referem ao status dos falantes” (p. 261), Oushiro (2015) realizou um experimento de percepção e avaliação desta variável. Os resultados obtidos pela autora mostraram que o uso das variantes está associado a identidades geográficas (capital vs. interior; centro vs. periferia), sendo tal associação estendida para o status relativo dos falantes na comunidade e, em menor grau, a inferências sobre o caráter dos indivíduos. Assim, a variante retroflexa é menos bem avaliada quando os traços se referem ao status dos falantes (classe social, nível de escolaridade, formalidade, centralidade do bairro, articulação e sofisticação), e mais bem avaliadas em relação a características associadas às dimensões de solidariedade e dinamismo (trabalho, simplicidade, sinceridade, solidariedade). Ainda segundo a autora, os resultados confirmam estudos anteriores, uma vez que, segundo tais estudos, “línguas, variedades e variantes favorecidas pelas classes menos privilegiadas são percebidas mais negativamente quanto a atributos de status e valorizadas quanto a traços de solidariedade” (p. 318).

Em seu estudo a respeito da comunidade de fala do Rio de Janeiro, Melo (2017, 2022) analisou, por meio de um experimento elaborado com a técnica *matched guise*, a avaliação das variantes da coda (r) interna e coda (s). O experimento foi aplicado a falantes pertencentes a grupos sociais distintos da comunidade de fala: um grupo de jovens excluídos socialmente, bem como três outros grupos de indivíduos de diferentes setores de classe média com diferentes graus de inserção social. Os resultados obtidos pelo autor apontaram para uma avaliação negativa tanto da variante glotal para a coda (s), como da ausência do segmento para a coda (r) interna. Ademais, foi possível observar que a avaliação das variáveis não é compartilhada por todos os falantes da comunidade de fala, tendo em vista que os grupos de falantes com algum grau de inserção social avaliaram as variantes de ambas as variáveis de formas distintas e o grupo constituído por jovens excluídos socialmente não mostrou diferenças na avaliação das variantes das duas variáveis observadas. O autor buscou, ainda por meio dos experimentos, observar o efeito da frequência de exposição a uma variante estigmatizada (LABOV *et al.*

2011). Assim, um grupo de participantes de cada grupo social ouviu sentenças em que dois itens com as variantes eram produzidos. Apesar de não ser a mesma situação testada por Labov *et al.* (op.cit.), o aumento no número de itens em uma mesma sentença com determinada variante poderia levar o falante a ter diferentes avaliações. No entanto, os resultados apontaram que as sentenças com duas variantes não levaram a um efeito significativo em direção a uma maior penalização das sentenças com duas variantes estigmatizadas.

De uma maneira geral, o que se observa nos diferentes trabalhos que abordam a avaliação da variação sociolinguística é uma recorrente associação entre as variantes produzidas e o julgamento dos falantes que delas fazem uso (LAMBERT *et al.*, 1960; CAMPBELL-KIBLER, 2010; LABOV, 2006, 2008; LABOV *et al.*, 2011; OUSHIRO, 2015). De maneira geral, as variantes usadas por falantes de classes sociais mais elevadas costumam ser mais usadas por falantes em situações formais de interação (LABOV, 2006, p. 265), sendo, por outro lado, as variantes de menor prestígio identificadas como características de grupos de falantes pertencentes a classes sociais menos privilegiadas ou menos escolarizadas (VOTRE, 2010, p. 52). Oushiro (2015, p. 318) sustenta que, além da relação estigma-prestígio, as formas linguísticas comumente usadas por falantes de classes menos privilegiadas tendem a ser percebidas “mais negativamente quanto a atributos de status e valorizadas quanto a traços de solidariedade”.

Embora não seja objetivo deste trabalho discutir hipóteses de organização do conhecimento linguístico no que diz respeito a forma como as informações sobre o falante, identidade e frequência são armazenadas e processadas, é importante citar que, sobre essa questão, Labov *et al.* (2011) argumentam que há duas hipóteses sobre a forma como avaliação social pode ser capturada: (a) por meio de um monitor sociolinguístico; (b) por meio da representação em exemplares. Labov *et al.* (2011) defendem que o processamento e armazenamento de julgamentos ou valores sociais seriam realizados por meio de um monitor sociolinguístico, que seria um módulo separado capaz de avaliar qualquer item que possa ser lembrado pelo falante. De acordo com a outra hipótese – representação em exemplares –, haveria uma capacidade de fazer inferências estatísticas a partir das representações detalhadas, as quais contêm informações não meramente distintivas e informações indexadas socialmente (WARREN e DRAGER, 2006).

A variável em análise

Nesta seção, serão apresentados alguns estudos que abordam a variável analisada neste trabalho, com o objetivo de mostrar o comportamento já observado para a alternância das

consoantes [d] e [n] precedidas de vogal nasal em diferentes comunidades de fala do português brasileiro (doravante PB), tais como a variedade sergipana, paulistana e carioca. Alguns estudos anteriores acerca da variável em análise incluem, além da produção, análises sobre a percepção e o nível de consciência social acerca de mudanças linguísticas, elementos fundamentais deste trabalho.

Em seu estudo sobre os efeitos sociais da saliência na realização da oclusiva alveolar [d] em segmento (ndo), Freitag, Cardoso e Pinheiro (2018) abordam o nível de consciência social como um fator importante da mudança linguística. Os autores analisaram uma amostra do Banco de Dados Falares Sergipanos, composta por entrevistas em Aracaju, estratificada com base em sexo, escolaridade e idade. Notou-se que a realização da consoante oclusiva [d] em segmento (ndo) é desfavorecida entre falantes com ensino médio e do sexo masculino. Além disso, em relação aos condicionamentos linguísticos e lexicais, os autores concluíram que há maior conservação em palavras de outras classes do que em morfemas de gerúndio. De acordo com o estudo, isso reforça a existência de parâmetros lexicais para a difusão da mudança dessa variável. Os autores concluíram, ainda, que a realização da oclusiva em segmento (ndo) na fala de Aracaju se comporta como um indexador de segunda ordem, uma vez que “está associada à maior escolarização, perfil feminino, e a contextos de maior monitoramento” (p. 673). Por fim, os autores afirmam que são necessários mais estudos sobre o nível de consciência social do fenômeno estudado, para que haja o desvelamento dessa questão.

Gonçalves (2018) analisou o fenômeno da ausência de [d] no segmento -ndo na variedade paulistana do PB, investigando “as variáveis linguísticas e sociais que se correlacionam à realização de (NDO), através de dados extraídos da amostra coletada pelo Projeto SP2010 (MENDES e OUSHIRO, 2012)”. O autor aborda os gerúndios em três estruturas diferentes: justaposição, orações adverbiais reduzidas e perífrases. Em relação aos gerúndios em justaposição, os dados da pesquisa apontam maior ausência da oclusiva entre falantes do sexo masculino, de faixa etária *intermediária* (35 a 59 anos), com menor escolaridade e residentes de áreas mais periféricas. Em relação a orações adverbiais reduzidas, foi observado que os falantes mais jovens e de classe social mais baixa tendem a não realizar a oclusiva. Quanto à perífrase, as variáveis sociais preditoras de ausência da oclusiva centram-se na faixa etária e classe social: os falantes mais jovens, de classes mais baixas e de menor escolaridade (até o Ensino Médio) favorecem a ausência da oclusiva [d]. Concluiu-se, então, que a ausência de [d] é a variante estigmatizada por certos grupos sociais, devido ao grau da ausência da oclusiva ser inversamente proporcional ao aumento dos segmentos da escolarização. Assim, foi observado, novamente, que os falantes das classes mais baixas

favorecem o apagamento de /d/. O autor também inclui o fator da escolaridade junto à classe social, revelando que “o apagamento vem sendo utilizado em maior número na fala de pessoas com até o Ensino Médio” (p. 91). Gonçalves conclui, então, que a variante apresentada – apagamento de [d] – é tratada de forma estigmatizada por certos grupos sociais, devido ao grau do apagamento ser inversamente proporcional ao aumento dos segmentos da escolarização.

Mollica e Mattos (1992) analisam o fenômeno da assimilação da consoante oclusiva no segmento (ndo) na comunidade de fala do Rio de Janeiro por meio de duas abordagens: multivariacional e difusionista. As autoras não analisam grau de prestígio em relação ao fenômeno estudado, visto que o objetivo da pesquisa foi “evidenciar [...] o interesse em conjugar metodologias de análise para fenômenos de variação e/ou mudança” (p. 54). Foram observados os índices de preservação - realização - da oclusiva alveolar [d]. Primeiramente, em relação à abordagem multivariacional, os resultados mostraram que quanto menos sílabas o item tiver, maior o índice de realização da oclusiva. Quanto à variável “contexto fonológico seguinte”, foi observado que o índice de realização de [d] é apenas 5% maior que o índice em ambiente de não-silêncio (pausa). Relativamente à abordagem difusionista, os resultados de Mollica e Mattos (1992) apontam para a relação entre a categoria gramatical do item e a taxa de variação: em nomes próprios e adjetivos, a preservação da oclusiva é de 100%; essa taxa cai ligeiramente em numerais (98%), e assim continua progressivamente nas categorias verbo no presente do indicativo (94%), nome comum (82%) e conector (82%), até chegar às formas de gerúndio, com 61%. Para as autoras, esses dados reforçam a hipótese de que “há classes gramaticais mais resistentes à inovação do que outras” (p. 58), o que pode acontecer devido a restrições da classe gramatical, como ocorre na categoria nome comum, que sofre restrições de natureza fonológica, pelo fato de só serem encontrados sete nomes comuns com terminação (ndo). Também é importante destacar que Mollica e Mattos (op. cit.) não analisam grau de prestígio ou consciência social em relação ao fenômeno estudado. De acordo com as autoras, o objetivo da pesquisa foi “evidenciar [...] o interesse em conjugar metodologias de análise para fenômenos de variação e/ou mudança” (p. 54).

Neste trabalho, serão apresentados os resultados de um experimento em que se buscou observar o possível estigma associado à realização da nasal alveolar [n], considerando verbos no gerúndio de 1^a, 2^a e 3^a conjugações – classificados de acordo com a frequência – e alguns itens não-verbais, tais quais nome comum, nome próprio, numeral e advérbio.

Metodologia

Nesta seção, será apresentada a metodologia para a realização do experimento piloto de avaliação do presente estudo³. Participaram 12 homens e 12 mulheres, com idade entre 18 e 30 anos, sendo todos universitários cariocas. O experimento foi elaborado por meio do programa *PsychoPy*⁴ e aplicado por meio da plataforma *Pavlovia*⁵, tendo em vista que aquele possui a linguagem de programação necessária para que este possa abrigar o experimento e, assim, permitir que ele seja aplicado de maneira remota. O objetivo era observar o grau de aceitabilidade da alternância entre a realização das consoantes oclusiva [d] e da consoante nasal [n], ambas alveolares, como em brinc[ãdʊ] ~ brinc[ãnʊ], na comunidade de fala do Rio de Janeiro. No experimento, as variáveis de análise foram: as variantes; a conjugação verbal; classificação entre verbo e não-verbo; e frequência de uso na língua.

Para o experimento, foram elaboradas 16 sentenças divididas em 04 listas, cada uma contendo 04 itens com a variável: 03 listas de itens verbais (gerúndio) e 01 lista com itens não-verbais. Os itens verbais foram concebidos a partir das 03 conjugações verbais:

QUADRO 01 - Estímulos do experimento de avaliação

LISTA	ESTÍMULO	
01	itens verbais	1ª conjugação
02		2ª conjugação
03		3ª conjugação
04	itens não-verbais	

Fonte: elaboração própria (2022)

As 16 (dezesseis) sentenças foram gravadas duas vezes, uma contendo uma oclusiva no ataque da última sílaba – como em and[ãdʊ] e m[ũdʊ] – e outra contendo uma nasal na última sílaba – como em and[ãnʊ] e m[ũnʊ]. Foram gravadas ainda 06 sentenças distratoras em que não havia itens com a variável em análise, as quais foram gravadas apenas uma vez e se assemelhavam aos demais estímulos do experimento no que se refere ao tamanho (cada uma, 20 sílabas em média). Todas as sentenças elaboradas para o experimento podem ser encontradas no Anexo 01 deste trabalho.

³ Experimento aprovado pelo Comitê de Ética do Instituto de Estudos e Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro / IESC – UFRJ, CAAE n. 19063219.0.0000.5286, parecer n. 5.077.520, projeto *Dinâmica da variação e da mudança na comunidade de fala: um olhar a partir das margens*.

⁴ *PsychoPy* é um pacote de *software* de código aberto escrito na linguagem de programação *Python*, principalmente para uso em pesquisas em neurociência e psicologia experimental. Disponível em < <https://www.psychopy.org/> > (acessado pela última vez em 20/09/2022).

⁵ *Pavlovia* é plataforma *online* que usa o *Gitlab* para hospedar experimentos, iniciar e executar estudos e armazenar dados com segurança. Disponível em < <https://pavlovia.org/> > (acessado pela última vez em 20/09/2022).

Na concepção das sentenças com itens verbais, além das três conjugações verbais, também foi considerada a frequência dos verbos a serem utilizados; portanto, foram intercalados verbos de alta e baixa frequência na língua, a fim de observar uma possível diferença de avaliação. Como se esperava observar avaliações mais negativas relacionadas à realização da consoante nasal, esperava-se, assim, que verbos pouco frequentes e com realização da consoante nasal seriam ainda mais penalizados pelos participantes do que aqueles de alta frequência na língua e produzidos com a mesma variante. Isto porque itens mais frequentes podem ser mais rapidamente atingidos por processos de redução fonética. De acordo com Bybee (2016, p. 43), “palavras de alta frequência sofrem mais mudança ou mudança em uma velocidade maior do que palavras de baixa frequência”. Essas mudanças impactam as representações abstratas dos falantes e, conseqüentemente, o processamento das formas. Neste sentido, por serem mais frequentes e, possivelmente, mais propensos à redução fonética, tais itens poderiam ter suas representações mais impactadas de forma que a percepção de um item frequente com a consoante nasal não causaria uma avaliação tão negativa, haja vista que o falante encontraria representações robustas para as duas formas – com oclusiva e com a nasal. Já com itens menos frequentes, por não terem representações tão robustas e precisarem de um acesso mais complexo, uma forma com a consoante nasal – a variante supostamente estigmatizada – estaria mais propensa a uma avaliação mais negativa. As frequências foram obtidas por meio de consulta ao banco de dados do Projeto ASPA/UFMG (ver Anexo 01).

O experimento foi elaborado no programa *Psychopy* e, posteriormente, disponibilizado na plataforma *Pavlovia*, permitindo que cada participante realizasse o experimento de maneira remota. Cada participante foi exposto, necessariamente, duas vezes às 24 sentenças, gravadas por uma suposta candidata ao cargo de âncora de telejornal. Após ouvir cada sentença repetidamente, foi exibida uma escala de 01 a 07 para classificação da sentença ouvida, sendo 01 a classificação mais baixa (candidata não-apta para o cargo) e 07, a mais alta (candidata perfeitamente apta). Os participantes tiveram liberdade de escolher qualquer espaço entre 01 e 07, possibilitando, assim, uma maior abrangência nas avaliações. Antes de dar início ao teste pela plataforma, o seguinte comando foi mostrado aos participantes na tela:

Você vai ouvir várias frases que foram gravadas por uma mulher que deseja se inscrever para uma vaga de apresentadora de telejornal. Você vai ouvir duas vezes cada frase e, após isso, deverá avaliar se a candidata está apta a ocupar o cargo que pretende, em uma escala de 01 a 07 em que 01 indica que candidata ‘deveria tentar outro trabalho’ e 07 indica que a candidata ‘está perfeitamente adequada’.

Havia dois grupos de participantes, tendo sido todos os participantes expostos às mesmas 24 sentenças originais, porém, com alternância quanto à variante apresentada. Um grupo, por exemplo, foi exposto à metade das sentenças com a variante [d] e a outra metade com a variante [n]. Já o outro grupo foi exposto às mesmas sentenças com as variantes trocadas: as sentenças em que os participantes do grupo 01 foram expostos à variante [d], os participantes do grupo 02 foram expostos à variante [n]; as sentenças em que os participantes do grupo 01 foram expostos à variante [n], os participantes do grupo 02 foram expostos à variante [d]. Também é importante citar que o programa *PsychoPy* organiza as sentenças de maneira aleatória, de forma que cada participante foi exposto às sentenças em uma ordem única.

Após a realização destes, foi utilizado o programa MS Excel para organização dos dados. As respostas dos participantes – escala de aceitabilidade em que o participante situava o cursor em uma escala entre 01 e 07 – oferecem respostas muito precisas, com até dez casas decimais, dependendo de que lugar da escala o participante escolhesse. Assim, foi considerada a pontuação até duas casas decimais: se a resposta capturada fosse 5,016666836 – caso o participante situasse o cursor um pouco depois do ponto 05 no contínuo –, o valor considerado para análise foi 5,02. Ao final, foi utilizado o Teste *Kruskal-Wallis* com o intuito de checar a significância estatística da diferença entre as médias das respostas para as duas variantes. O *Kruskal-Wallis* é um teste não paramétrico, aplicado quando não há normalidade de distribuição dos valores da variável dependente.

Resultados

Para analisar os resultados, as médias para cada uma das variantes foi observada, conforme Tabela 01 a seguir:

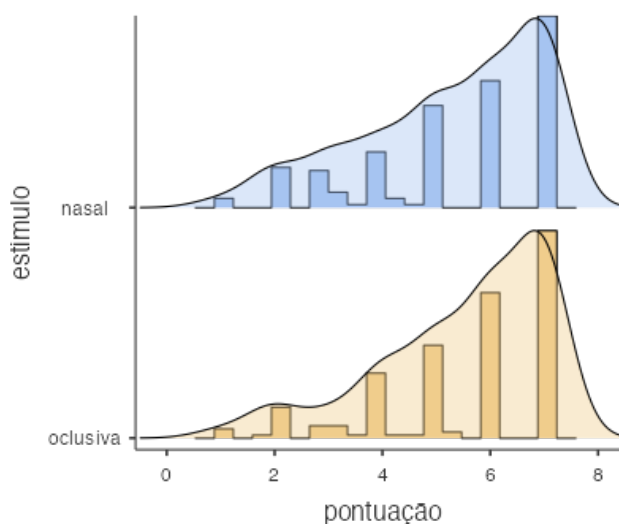
TABELA 01 - Médias respostas x variante

estímulo	N	média	mediana	SD
[d]	192	5.49	5.99	1.56
[n]	192	5.28	5.96	1.66

Fonte: elaboração própria

Os resultados revelam que as sentenças com a oclusiva [d] foram ligeiramente mais bem avaliadas do que as sentenças com a nasal [n], conforme pode ainda ser visto no gráfico a seguir:

GRÁFICO 01 - Médias respostas x variante



Fonte: elaboração própria (2022)

Embora tenha sido observada uma diferença entre as médias das pontuações atribuídas às variantes, verificou-se, por meio do Teste *Kruskal-Wallis*, que essa diferença não se mostrou significativa (p -valor = 0.204). Isso pode apontar para o fato de não haver diferença de avaliação social entre as variantes para a variedade do PB em análise. Em outras palavras, a realização da variante nasal em contexto (ndo) não parece, entre jovens universitários cariocas, ser um estereótipo associado à baixa escolaridade ou a falantes de classes sociais mais baixas.

Embora a diferença entre as médias para a pontuação atribuída a cada uma das variantes não tenha se mostrado significativa, foi feita uma investigação por lista de estímulos. Isto porque poderia haver diferenças entre as listas de verbos (por conjugação), bem como entre as listas de verbos e a lista de nomes. Os trabalhos com dados de produção já realizados sobre a variável em análise no PB apontam que a variante nasal é mais realizada entre verbos (gerúndios) do que entre itens não-verbais. Assim, poderia ser que, para algumas listas – sobretudo a de não-verbos –, houvesse diferença de avaliação entre as variantes oclusiva e alveolar.

A Tabela 02 traz os resultados para as listas de palavras com itens verbais:

TABELA 02 - Médias por listas de verbos – variantes x respostas

estímulo	N	média	mediana	SD
[d]	144	5.43	5.99	1.56
[n]	144	5.25	5.96	1.66

Fonte: elaboração própria (2022)

Assim como se observou para todas as listas, não há diferença significativa entre as três listas com verbos: p-valor = 0.171 (teste *Kruskal-Wallis*). O mesmo acontece com cada uma das listas de verbos:

TABELA 03 - Médias por listas de verbos (1ª conjugação) – variantes x respostas

estímulo	N	média	mediana	SD
[d]	144	5.33	5.98	1.71
[n]	144	5.19	5.96	1.73

p-value = 0.399 (teste *Kruskal-Wallis*)

Fonte: elaboração própria (2022)

TABELA 04 - Médias por listas de verbos (2ª conjugação) – variantes x respostas

estímulo	N	média	mediana	SD
[d]	144	5.15	5.02	1.57
[n]	144	5.29	5.00	1.56

p-value = 0.769 (teste *Kruskal-Wallis*)

Fonte: elaboração própria (2022)

TABELA 05 - Médias por listas de verbos (3ª conjugação) – variantes x respostas

estímulo	N	média	mediana	SD
[d]	144	5.82	6.00	1.34
[n]	144	5.26	5.98	1.71

p-value = 0.304 (teste *Kruskal-Wallis*)

Fonte: elaboração própria (2022)

Conforme se depreende da leitura das tabelas 03, 04 e 05, embora seja possível notar que houve maior penalização das sentenças com a consoante nasal em verbos de 1ª e 3ª conjugação – e, curiosamente, maior penalização das sentenças com a consoante oclusiva em itens de 2ª conjugação (5.15) – as diferenças entre as médias de pontuações atribuídas às variantes não se mostrou significativa para nenhuma das três conjugações verbais.

Conforme dito anteriormente, trabalhos anteriores com a variável em análise e realizados com dados de produção apontam que a variante nasal é mais observada em itens verbais (gerúndio), sendo baixa a realização desta variante entre itens não-verbais. Por esse motivo, foi feita análise de alguns itens não verbais e os resultados podem ser observados na tabela 06, a seguir:

TABELA 06 - Médias por listas de itens não-verbais – variantes x respostas

estímulo	N	média	mediana	SD
[d]	144	5.66	5.99	1.57
[n]	144	5.38	5.98	1.66

Fonte: elaboração própria (2022)

Assim como na análise apenas com os itens verbais de 1ª e 3ª conjugação, percebe-se maior penalização de itens produzidos com a variante oclusiva. Entretanto, assim como nas demais análises, a diferença entre as médias de pontuação atribuídas às duas variantes não se revelou significativa após aplicação do teste *Kruskal-Wallis*: p-valor = 0.384. O mesmo pode ser observado em relação à avaliação das variantes por itens não-verbais, conforme pode ser observado na tabela a seguir:

TABELA 07 - Médias por listas de itens não-verbais– variantes x respostas

ITENS	estímulo	N	média	mediana	SD
mundo	[d]	12	5.21	1.62	1.99
	[n]	12	5.98	1.04	3.03
Orlando	[d]	12	5.66	6.46	2.97
	[n]	12	5.07	5.48	2.97
quando	[d]	12	5.82	6.47	1.01
	[n]	12	5.50	5.50	1.00
segundo	[d]	12	5.98	6.00	1.99
	[n]	12	5.73	6.96	1.95

Fonte: elaboração própria(2022)

Apesar de a variante nasal ter recebido menor pontuação nos itens ‘Orlando’, ‘quando’ e ‘segundo’, as diferenças entre as médias de pontuação atribuídas às variantes também não se mostraram significativas após aplicação Teste do *Kruskal-Wallis*: p-valores = 0.184; 0.488 0.885, respectivamente. É possível observar ainda que o item ‘mundo’ foi mais penalizado quando realizado com a consoante oclusiva, mas, assim como nos demais itens não-verbais analisado, a diferença entre as médias de pontuação atribuídas às variantes não se mostrou significativa (p-valor = 0.419). Considerando o estudo de Mollica e Mattos (1992), em que se observou ser a realização de [d] no segmento (ndo) mais frequente entre itens não-verbais, é interessante notar que os resultados para este estudo piloto, o fato de um participante ouvir estímulos com a variante nasal [n] em itens não-verbais não levou a uma maior penalização.

Como o design do experimento foi pensado a partir de itens verbais frequentes e pouco frequentes na língua, a tabela 08 traz os resultados para os grupos de itens verbais a partir da frequência dos itens que compunham cada grupo:

TABELA 08 - Médias por itens de alta e baixa frequência – variantes x respostas

ITENS	estímulo	N	média	mediana	SD
alta frequência	[d]	72	5.51	5.99	1.50
	[n]	72	5.23	5.97	1.73
baixa frequência	[d]	72	5.35	5.99	1.01
	[n]	72	5.26	5.48	1.04

Fonte: elaboração própria (2022)

Conforme assinalado anteriormente, cada lista com itens verbais contava com 04 itens, sendo dois de alta frequência no PB e dois baixa frequência no PB. Isto porque se entendeu ser importante analisar também a frequência dos itens, a fim de observar sua influência sobre o julgamento dos participantes quando a nasal era realizada. A partir dos resultados da tabela 07, é possível observar que as diferenças entre as médias de pontuação atribuídas às variantes são bem pequenas. Após ser aplicado o teste *Kruskal-Wallis*, observa-se que essas diferenças não se mostraram significativas (p-valores = 0.322 e 0.349 para itens de alta frequência e itens de baixa frequência, respectivamente).

Como os dois grupos de participantes tinham o mesmo número de homens e mulheres, foi possível fazer a análise das avaliações das variantes por sexo. A tabela 09 traz os resultados para o sexo dos participantes:

TABELA 09 - Médias por sexo (homens e mulheres) – variantes x respostas

PARTICIPANTES	estímulo	N	Média	mediana	SD
homens	[d]	96	5.28	5.92	1.01
	[n]	96	5.57	5.99	1.00
mulheres	[d]	96	5.41	5.98	1.01
	[n]	96	5.28	5.99	1.04

Fonte: elaboração própria (2022)

Labov (2008, p. 281) argumenta que, “na fala monitorada, as mulheres usam menos formas estigmatizadas do que os homens e são mais sensíveis do que os homens ao padrão de prestígio”. Assim, esperava-se que poderia haver diferenças entre o comportamento de homens e mulheres. No que se refere à avaliação das variantes de acordo com o sexo dos participantes,

nota-se que as mulheres penalizaram mais as sentenças com a variante nasal do que variante oclusiva. Entre os homens, o inverso pode ser observado: os homens penalizaram mais as sentenças que continham estímulos com a variante oclusiva do que com a nasal. Contudo, não há diferença significativa entre as médias das pontuações atribuídas às variantes, quer seja pelos homens (p -valor = 0.113), quer seja pelas mulheres (p -valor = 0.505).

Discussão

No experimento realizado para o presente estudo piloto, foi observada a avaliação social da alternância entre as consoantes oclusiva alveolar [d] e nasal alveolar [n] precedidas de vogal nasal, como em [avali'ãdɔ] e [avali'ãɔ], respectivamente. Como citado anteriormente, a variável foi apresentada em itens verbais – classificadas entre verbos de 1ª, 2ª e 3ª conjugações, bem como alta e baixa frequência – e não-verbais. Além disso, participaram da pesquisa falantes do sexo masculino e feminino na mesma quantidade, para que se pudesse acessar a avaliação das variantes de acordo com o sexo do participante. Os participantes do experimento foram jovens universitários da comunidade de fala do Rio de Janeiro e o objetivo era observar o grau de aceitabilidade das variantes na comunidade de fala carioca, com base em hipóteses de estudos de produção anteriores.

Os estudos de Freitag, Cardoso e Pinheiro (2018), Ferreira (2010), Ferreira, Tenani e Gonçalves (2012) e Martins (1999; 2001 *apud* GONÇALVES, 2018) observaram que a classe gramatical em que a consoante nasal mais ocorre é a classe de verbos no gerúndio, em comparação a classes não-verbais. Considerando todos os grupos de itens do experimento, observou-se que os estímulos com a consoante nasal foram ligeiramente mais penalizados do que os itens com a variante oclusiva. No entanto, a diferença entre as médias das pontuações atribuídas às duas variantes nas listas de itens verbais e não-verbais não se revelou significativa, o que pode sugerir que a variante nasal não constitui um estereótipo associado à pouca escolaridade ou a falantes pertencentes à classe social baixa na variedade carioca. Além disso, as diferenças de médias das pontuações atribuídas às duas variantes em cada uma das listas também não se mostraram significativas: seja em itens verbais no gerúndio (nas três conjugações, em itens de alta e baixa frequência na língua), seja em itens não-verbais, as médias apontam para uma ausência de estigma atribuído à variante nasal, tendo em vista que não houve diferença significativa nas médias de pontuação atribuídas às duas variantes.

Além disso, embora Labov *et al.* (2011) tenham verificado que sujeitos adultos mostraram uma sensibilidade à variante alveolar não-padrão a partir de 10% de repetição, o mesmo não se verificou para a variante nasal em contexto (ndo): mesmo expostos a 50% de

repetições da variante nasal, os participantes não demonstraram avaliar de forma diferente esta variante da variante oclusiva. Novamente, os resultados encontrados podem ter relação com a avaliação social das variantes de (ndo) na variedade do PB avaliada: conforme dito anteriormente, para a variedade analisada, a variante [n] não chega a ser um estereótipo associado à baixa escolaridade ou a falantes de classes sociais mais baixas. Possivelmente, esses resultados apontam para a necessidade de se incluir, em trabalhos futuros, mais itens não-verbais, bem como aumentar a incidência da variante nasal no bloco de estímulos.

Acreditava-se ainda na possibilidade de maior penalização da consoante nasal por parte das mulheres, com base em Labov (2008, p. 281), que argumenta que, em contextos de fala mais monitorada, as mulheres tendem a usar formas menos estigmatizadas do que os homens, sendo, ainda, mais sensíveis a formas prestigiadas do que os homens. Porém, os resultados do presente estudo apontam que, apesar de a variante [n] ter recebido pontuação inferior àquela dada à variante [d] por parte das mulheres, não há diferença significativa entre as médias de pontuação atribuídas às duas variantes. Em relação aos homens, apesar de ser observada uma tendência inversa à das mulheres, a diferença entre as médias de pontuação atribuídas às duas variantes também não se mostrou significativa.

Por fim, como já citado, em razão da pandemia, o experimento foi realizado de forma exclusivamente remota, o que pode, em função da própria característica da variável, ter sido um fator para que as diferenças entre as variáveis não tenham sido percebidas pelos participantes da maneira mais aguçada: como estavam em casa, as diferenças de materiais (fones de ouvido, volume adequado, conexão à internet etc.) podem ter tido alguma interferência nos resultados. Considera-se que a aplicação do experimento de forma presencial possa capturar os resultados com maior precisão, além de possibilitar a participação de grupos sociais mais variados. Portanto, espera-se que esse estudo piloto seja um ponto de partida para trabalhos futuros mais aprofundados envolvendo a alternância da oclusiva alveolar e a da nasal alveolar em contexto (ndo) no português brasileiro. De qualquer forma, apesar de haver diferenças de avaliação entre as duas variantes da variável em análise, parece que essas diferenças não são tão grandes conforme supõem os estudos de produção sobre essa variável. Ou pode ser ainda que uma maior frequência de uma variante possa impactar de forma mais robusta a avaliação dos falantes.

Referências

BYBEE, J. **Language, usage and cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CAMPBELL-KIBLER, Kathryn. **Listener perceptions of sociolinguistic variables: the case of (ing)**. Tese de Doutorado. Stanford University, 2006. 282 f. Disponível em: http://www.ling.ohio-state.edu/~kbek/KCK_diss.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2021.

CLOPPER, Cynthia G; CONREY, Bryanna; PISONI, David. B. Effects of talker gender on dialect categorization. **Journal of Language and Social Psychology**. [s.l.], v. 4, n. 2, p. 182-206, 2005.

FERREIRA, J. S. **O apagamento do /d/ em morfema de gerúndio no dialeto de São José do Rio Preto**. 2010. 142 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2010.

FERREIRA, J. S.; TENANI, L. E.; GONÇALVES, S. C. L. **O Morfema do Gerúndio “ndo” no Português Brasileiro: análise fonológica e sociolinguística**. Letras & Letras, v. 28, n. 1, p. 167-188, 2012.

FREITAG, R. M. K; CARDOSO, P. B.; PINHEIRO, B. F. M. Saliência na conservação de /d/ no segmento /ndo/: efeitos sociais e estilísticos. In **Gragoatá**, Niterói, v.23, n. 46, p. 654-678, mai.-ago. 2018.

GONÇALVES, Dany. **Pronúncia variável de (NDO) na fala paulistana**. 2018. 117 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

HAY, Jennifer; WARREN, Paul; DRAGER, Katie. Factors influencing speech perception in the context of a merger-in-progress. **Journal of Phonetics**, [s.l.], v. 34, n. 4, p. 458-484, 2006.

LABOV, William. **The Social Stratification of English in New York City**. New York: Cambridge University Press, 2006.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso (tradução). São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LABOV, William; ASH, Sharon; RAVINDRANATH, Maya; Weldon, Tracey; BARANOWSKI, Maciej; NAGY, Naomi. **Journal of Sociolinguistics**. Blackwell Publishing: p. 431-463, 2011.

LAMBERT, W. E *et al.* Evaluational reactions to spoken languages. **Journal of Abnormal and Social Psychology**, vol. 60(1), 44–51, 1960.

MELO, M. A. S. L. de. **Direcionalidade da mudança sonora: o papel do item lexical e da avaliação social**. 2017. 153 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Rio de Janeiro, 2017.

MELO, M. A. S. L. Padrões de avaliação de duas variáveis sonoras na comunidade de fala do Rio de Janeiro: uniformidade ou diferentes tendências?. **Organon**, v. 37, p. 102-124, 2022.

MOLLICA, M. C.; MATTOS, P. Pela conjugação das abordagens variacionista e difusionista. **Revista de Estudos da Linguagem**. Belo Horizonte, Faculdade de Letras, UFMG, v. 1, n. 1, p.53-63, 1992.

OUSHIRO, Livia. **Identidade na pluralidade: avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo**. 2015. 394 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, São Paulo, 2015.

SQUIRES, Lauren. **Sociolinguistic priming and the perception of agreement variation: testing predictions of exemplar-theoretic grammar**. 2011. 227 f. Tese (Doutorado), Department of Linguistics, University of Michigan, Michigan, 2011.

STAUM CASASANTO, Laura. What do Listeners Know about Sociolinguistic Variation?, **University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics**, Philadelphia, v. 15, n. 2, p. 40-49, 2010.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**; tradução Marcos Bagno; revisão técnica Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. [1968].

ANEXO 01

LISTA 01. Sentenças de itens verbais para o experimento de avaliação

Lista	Sentença	Classificação	Frequência ASPA
01 1ª conj	1. O ministro da economia segue falando sobre o projeto.	frequente	9.521
	2. As vítimas do assalto foram andando até a delegacia.	frequente	2.180
	3. O atual prefeito disse estar orçando o valor da obra.	não-frequente	10
	4. O governo federal não vem logrando acabar com a crise.	não-frequente	22
02 2ª conj	5. O brasileiro anda bebendo muito nesse período difícil.	frequente	698
	6. Os presos seguem fazendo muitos protestos violentos.	frequente	31.833
	7. O Estado continua não provendo os pobres na pandemia.	não-frequente	39
	8. A lei marcial segue vigendo nesse período complicado.	não-frequente	11
03 3ª conj	9. O homem foi assaltado saindo de casa pela manhã.	frequente	4.590
	10. O suspeito foragido foi encontrado dormindo em casa.	frequente	1.729
	11. As empresas vêm falindo cada vez mais na pandemia.	não-frequente	76
	12. A tinta será removida polindo a superfície da pintura.	não-frequente	14

LISTA 02. Sentenças de itens não-verbais para o experimento de avaliação

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Não há previsão de quando a vacina chegará. 2. Mais espécies entraram em extinção no mundo. 3. O atleta conseguiu chegar em segundo lugar. 4. A tempestade foi ainda mais forte em Orlando. |
|--|

Sobre os autores

Marcelo Alexandre Silva Lopes de Melo (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-8025-0530>)

Professor Adjunto do Departamento de Linguística e Filologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui graduação em Direito (2000) e Letras - Português/Inglês (2010) pela UFRJ, mestrado (2012) e doutorado (2017) em Linguística pela UFRJ. É membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística (UFRJ), membro do GT de Sociolinguística da ANPOLL e do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL/UFRJ). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística, atuando principalmente na pesquisa dos seguintes temas: variação e mudança linguística, percepção da variação socialmente indexada e aquisição da escrita, em especial por grupos de indivíduos periféricos.

Ísis Garcia Bastos da Silva (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-3610-5608>)

Licenciada em Letras - Português/Inglês pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua como professora de Inglês e Língua Portuguesa para o ensino básico. Atualmente, desenvolve pesquisas na área de Sociolinguística, com particular interesse no significado social da variação.

Recebido em junho de 2022.

Aprovado em setembro de 2022.

A relação entre conhecimento, uso e faixa etária de *blends* por falantes nativos do PB¹

The relationship between the knowledge, use and age group of blend words by Brazilian Portuguese native speakers

Emerson Viana Braga²

Vera Pacheco³

Warley José Campos Rocha⁴

Resumo: O *blend* é um fenômeno morfológico que engloba a junção entre duas bases, como em *matel* (mato + matel). É, também, considerado bastante contextual e efêmero na língua. Partindo do argumento de Silva (2019) de que o *blend* surge a partir da experiência cotidiana do falante, questionamo-nos: o conhecimento e o uso dos *blends* estão associados à faixa etária? Nossa hipótese é de que o conhecimento está associado à capacidade de decomposição semântica dos *blends*. Somente o uso está associado à faixa etária. Assim, objetivamos investigar qual faixa etária conhece e faz uso de *blends* com maior frequência. Para isso, elaboramos um formulário eletrônico que foi respondido por pessoas de quatro faixas etárias: (I) até 25 anos; (II) entre 26 e 35 anos; (III) entre 36 e 45 anos; e (IV) acima de 45 anos. Por fim, obtivemos um total de 405 respostas e observamos que, em nossa amostra, os *blends* foram mais conhecidos e declaradamente usados por juízes, os participantes da pesquisa, da faixa I, seguidos pelos da faixa II.

Palavras-chave: *blend*; Português Brasileiro; faixa etária.

Abstract: Blend is a morphological phenomenon that encompasses the overlap between two bases as matel (mato + matel). It is also considered quite contextual due to its ephemerality in the language. Based on argument of Silva (2019) that the blend arises from the speaker's everyday experience, we ask ourselves: Are knowledge and use of blend words associated with age group? Our hypothesis is that only use is associated with age group. Knowledge is associated with the ability of semantic decomposition of blend words. Thus, we aimed to investigate which age group knows the use of blends more frequently. For this, we created an electronic form that was answered by people from four age groups: (I) up to 25 years old; (II) between 26 and 35 years old; (III) between 36 and 45 years old; and (IV) over 45 years. Finally, we obtained 405 responses and we observed that, in our sample, the blends were more often known and assumedly used by people in the age group I, followed by the ones of the age group II.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB/Brasil).

² Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESB, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Vitória da Conquista, BA, Brasil. Endereço eletrônico: emevibra@hotmail.com.

³ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESB, Departamento de Estudos Linguísticos e Literários e Programa de Pós-Graduação em Linguística, Vitória da Conquista, BA, Brasil. Endereço eletrônico: vera.pacheco@gmail.com.

⁴ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, IFRO, Colorado do Oeste, RO, Brasil. Endereço eletrônico: warley.rocha@ifro.edu.br.

Keywords: blend word; Brazilian Portuguese; age group.

Introdução

A obtenção de novas palavras na língua é um recurso linguístico que se mostra criativo quando há a geração de palavra com sequenciamento linear, ou seja, quando a palavra formada mantém todo o corpo fônico no nível fonético das bases originais, como é o caso dos processos de composição, a exemplo de *guarda-chuva*. Mostra-se mais criativo, ainda, quando gera, também, entradas lexicais não lineares de formação de palavras, ocasionando rupturas, truncamentos. No grupo destes exemplos, há o *blend*, um característico processo morfológico que une duas palavras, formando uma terceira, como na palavra *portunhol*, que é constituída de outras duas, *português + espanhol*.

Essa operação morfológica tem sido vista em diferentes contextos sociais, desde situações comunicativas diversas a redes sociais e jornais. Isso evidencia que a língua tem uma maneira de descrever a realidade em que está envolvida, além de reverberar numa necessidade social de abarcar tudo o que for pertinente a si (SAPIR, 1969).

O *blend* é um fenômeno de natureza peculiar e isso decorre do fato de ser conhecido no meio em que foi criado. Este é um dos motivos de ser considerado, também, efêmero: pode desaparecer da mesma maneira como surgiu. Poucos *blends* se consolidam na língua e têm um reconhecimento unânime, como *namorido* (namorado + marido), *chafé* (chá + café), por exemplo.

Independentemente da efemeridade da palavra gerada pelo processo de *blend* na língua, defendemos, neste trabalho, que o reconhecimento dele na palavra independe da idade que os falantes da língua têm. O uso, por outro lado, dependerá da faixa etária. Nesse contexto, levantamos o seguinte questionamento: o conhecimento e o uso dos *blends* estão associados à faixa etária? Como hipótese, consideramos que o conhecimento estaria associado à capacidade de decomposição semântica dos *blends*, e somente o uso estaria associado à faixa etária. Nosso objetivo, portanto, é investigar qual faixa etária conhece e faz uso de *blends* com maior frequência.

Partindo do argumento de que o *blend* surge da “[...] vivência do falante e sua experiência cotidiana” (SILVA, 2019, p. 30), elaboramos um formulário *online* e utilizamos o fator extralinguístico, faixa etária, cunhado no modelo da Sociolinguística Variacionista de Labov (2008), para amparar nossas discussões. O formulário foi respondido por 405 pessoas de quatro faixas etárias: (I) até 25 anos; (II) entre 26 e 35 anos; (III) entre 36 e 45 anos; e (IV) acima de 45 anos.

Este texto contém, portanto, além desta introdução, as seguintes partes: inicialmente, apresentamos uma descrição mais geral sobre a operação morfológica que investigamos neste trabalho. A seguir, trazemos a descrição de como foi desenvolvido o delineamento desta pesquisa. Após isso, descrevemos nossos resultados e, por fim, traçamos algumas considerações sobre os resultados alcançados com este estudo.

Formação de palavras por *blends*

Antecede às discussões teóricas e técnicas a respeito dos *blends* uma ressalva sobre a denominação dada a esse fenômeno de sobreposição e mistura de bases utilizada pelos pesquisadores da área. Em referência a esse processo morfológico, encontramos, na literatura, os termos cruzamento vocabular, mistura, fusão vocabular, amálgama, *portmanteau* etc. Entre as diferentes denominações utilizadas, encontramos o termo *blend*, que será adotado neste trabalho pelo fato de: i- remeter a uma mistura – tradução mais literal da palavra –, fato que ocorre quando duas palavras ‘embrulham’ corpo fônico e significados, formando uma terceira; ii- por ser um termo utilizado em muitos trabalhos linguísticos, no mundo, na área de Morfologia e iii- por acreditar que “[...] a literatura da área precisa adotar um vocabulário universal para evitar a proliferação de vários termos técnicos usados em referência a uma mesma entidade” (GONÇALVES, 2013, p. 139).

Dito isso, o *blend* pode ser definido como um processo não linear de palavras que resulta da formação entre duas bases, sofrendo uma ruptura em sua formação. Essa não linearidade decorre do fato de que *blends* tendem a suprimir sílaba(s). É o caso de *namorido* (namorado + marido) em que são suprimidas as duas últimas sílabas da primeira base, *-rado*, e a primeira sílaba da segunda base, *ma-*.

Por se tratar de duas palavras que formam uma terceira, esse fenômeno tem sido relacionado aos processos de composição (justaposição e aglutinação), que serão detalhados, posteriormente, neste artigo. No entanto, dada à supressão de material fônico, alguns autores defendem que o *blend* é diferente da justaposição e da aglutinação. Um desses autores é Gonçalves (2003, 2019), para quem, em termos fonológicos, por não apresentar um encadeamento, o *blend* se diferencia da justaposição e da aglutinação, como se verifica no quadro 1.

Quadro 1 - Processos de formação de palavras por justaposição, aglutinação e por *blend*.

PROCESSO	BASE 1	BASE 2	FORMAÇÃO
a. justaposição	guarda	chuva	guarda-chuva
b. aglutinação	água	ardente	aguardente

<i>c. blend</i>	futebol	Vôlei	futevôlei
-----------------	---------	-------	-----------

Fonte: elaboração própria (2022).

Note que, no exemplo em *a*, as bases preservam toda autonomia fonética, ou seja, mantêm todos os segmentos que as constituem e, conseqüentemente, seu acento. Em *b*, ocorre a supressão de um segmento, por meio de sândi vocálico, com a crase. Em *c*, por outro lado, uma das bases tem uma sílaba suprimida.

Essa ruptura na formação do fenômeno é apresentada por Gonçalves (2019, p. 152) como “[...] um processo não concatenativo de formação de palavras consistente na fusão de duas bases”, como *maravilinda* (maravilhosa + linda). O linguista adota a noção de não concatenativo para tratar do fenômeno, pois defende que não há um encadeamento na junção entre as bases, ou seja, ocorre um rompimento em sua formação. Em *maravilinda*, por exemplo, há uma ruptura na junção das bases, ocasionando supressão de segmentos. Braga (2019) mostra que essa supressão de segmentos da(s) base(s) tende a ser, majoritariamente, de sílabas, revelando, de acordo com o autor, outra singularidade do fenômeno.

Do ponto de vista semântico, os *blends* podem se diferenciar da justaposição e da aglutinação. No primeiro, o significado da palavra formada sempre remete às bases das quais é oriunda, enquanto, no segundo, o significado da formação tende a se afastar de suas bases. Kehdi (1997) define os processos de composição como um tipo de formação lexical que cria novas palavras na combinação de vocábulos que já existem na língua. Por essa definição, apenas, *blend* poderia se caracterizar como um processo de composição.

Entretanto, ele argumenta que, nos processos de composição, os elementos primitivos não têm mais uma significação própria em detrimento de um conceito novo, global e único. O autor afirma que “[...] um substantivo como *amor-perfeito* designa uma flor e, em qualquer contexto em que figure, pode comutar com uma palavra simples, como *rosa*, *margarida* ou *cravo*” (KEHDI, 1997, p. 35, grifos do autor). Essa constatação refere-se, nas palavras de Kehdi (1997), a uma comutação formal natural, não significando, desse modo, que esses nomes sejam sinônimos.

Por outro lado, os *blends* sempre remetem às suas bases de origem. Em *marinoivo*, por exemplo, junção de *marido* e *noivo*, o significado da palavra tem relação com as bases que lhe deram origem: *marinoivo* é um noivo que, possivelmente, já tem uma relação similar a de casado, por isso, considerado como marido também. Independente disso, fica evidente que os processos de composição têm convergências e divergências com essa operação morfológica.

Apesar dessas convergências e divergências entre os processos, evidencia-se que todos são importantes para o léxico da língua: palavras formadas por justaposição sofrem

lexicalização semântica, já nas palavras formadas por aglutinação, a lexicalização é formal, além de semântica, uma vez que sofrem supressão na estrutura morfológica (VILLALVA, 2000). Situação parecida com os compostos por aglutinação ocorre com palavras formadas por *blends*. A distinção é que os primeiros suprimem apenas um segmento, enquanto os *blends* têm supressão de sílaba(s), além de seu significado remeter sempre às suas bases de origem, o que não acontece com a aglutinação.

Independentemente disso, todos esses processos contribuem para a ampliação do léxico e o *blend* é um processo que tem ganhado um certo destaque nos últimos anos, dada à sua propagação de uso em diferentes contextos comunicativos, sobretudo nas redes sociais – ambiente de uso muito recorrente entre a maior parte da população atualmente.

Silva (2019), por exemplo, fez uma análise do fenômeno formado por antropônimos. Em sua investigação, no âmbito morfológico e fonológico, a autora encontrou casos de formação que resultavam em antropônimo acrescido de qualificador, como em *Luladrão* (Lula + ladrão), *ships*⁵, como *Brumar* (Bruna + Neymar), nomes de batismo, como *Andrélina* (André + Carolina) e oniônimos⁶, como *veterimário* (veterinário + Mário).

A autora argumenta, também, que, para que haja um propósito expressivo eficiente, ou seja, um reconhecimento do *blend*, é necessário que haja um conhecimento de mundo prévio sobre as bases que estão envolvidas. Ela esclarece que “[...] por conhecimento de mundo, entende-se aqui um saber extralinguístico, contextual, como a vivência do falante e sua experiência cotidiana, ou seja, elementos extratextuais” (SILVA, 2019, p. 30).

Diante de todas as discussões feitas sobre o processo do *blend*, pudemos observar que se trata de um processo criativo que forma novas palavras na língua. Essa criatividade mostra que a língua não é estanque e revela uma força expressiva que os processos de criação de palavras, como o *blend*, podem ter. Nas palavras de Andrade e Rondinini (2016), mais precisamente,

os CVs⁷ revelam criatividade no uso da língua materna e sua força expressiva resulta da síntese de significados e do inesperado que se consegue com a combinação. Quase sempre com finalidade expressiva particular e circunstancial, não somente são encontrados na linguagem coloquial, humorística e publicitária, mas também na linguagem literária,

⁵. “É uma expressão criada por meio da palavra *relationship*, do inglês ‘relacionamento’ (...). O fenômeno se refere à relação interpessoal, unindo, geralmente por meio de um neologismo, os referentes de um possível relacionamento amoroso.” (SILVA, 2019, p. 84) (grifos da autora).

⁶ Segundo Monteiro (1986, p. 197), oniônimos são “nomes próprios referentes a marcas industriais ou artigos comerciais”.

⁷ CV é a sigla para cruzamento vocabular, termo usado pelos autores.

exprimindo um certo tom de lirismo, a exemplo de *deleitura* (deleite + leitura) e *falavra* (fala + palavra) (ANDRADE; RONDININI, 2016 p. 873).

O termo criatividade, algumas vezes, é analisado com o termo produtividade na literatura. Basílio (2010), por exemplo, valendo-se de Veale (2006), adota a visão de que a questão da produtividade/criatividade dos *blends* está, justamente, na criatividade da língua que tem o poder de mudar a maneira como estamos vendo e representando o mundo.

Nesse ínterim, a autora defende que, para análise do fenômeno, a criatividade é o aspecto mais relevante e discute que podemos observar resultados inesperados nas *fuves*⁸ que expressem valor poético ou expressivo, pois “[...] fusões vocabulares expressivas podem mudar o modo como o mundo é conceptualizado em nossas palavras habituais, e realmente o fazem” (BASÍLIO, 2010, p. 208).

Embora se mostre um fenômeno criativo e produtivo de formação de palavras, a grande questão é que o *blend* é um processo morfológico dependente do contexto de sua criação, sendo, por isso, reconhecido apenas no meio em que foi criado. Sendo assim, para que um *blend* se propague na língua, é necessário que haja um grupo social para criá-lo e propagá-lo.

Para isso, lançamos mão da Sociolinguística Variacionista de Labov (2008) que (i) relaciona a linguagem a fatores sociais para distinguir diferentes comunidades de fala para a desconstrução da ideia de homogeneidade linguística e (ii) defende que a variação e a mudança das línguas são essenciais, como um fenômeno gerado, culturalmente, por fatores linguísticos e extralinguísticos.

Nessa perspectiva, o caráter do *blend* é neológico a partir do momento que o falante cria uma palavra nova na língua (no caso do fenômeno, a partir de outras palavras). A criação de novas palavras, muitas vezes, está associada à idade desse falante e esse fator social tem uma correlação primária com a mudança linguística (FREITAG, 2011). Freitag (2011) afirma que

[...] a idade é uma das três supercategorias sociais nas sociedades industrializadas modernas, junto com a classe e o sexo. [...] Intuitivamente, percebemos a influência da idade nos processos de variação e mudança

⁸ Salientamos que Basílio (2010) faz uma análise de *blends* formados por fusões vocabulares, por ela, chamadas de *fuves*. Nesse sentido, o conceito apresentado pela autora, de que FUVÉ “é uma construção estruturada de modo a incorporar fonologicamente os dois itens lexicais envolvidos, representando iconicamente a inclusão da função semântica do qualificador no significado da palavra base” (BASÍLIO, 2010, p. 202), abarca, apenas, os *blends* formados por interposição lexical. Neste trabalho, no entanto, nos valeremos de seus argumentos para explicar os *blends* formados por combinação truncada e substituição sublexical, também. Para mais esclarecimentos acerca dos tipos de *blends*, sugerimos a leitura de Gonçalves (2003) e Andrade (2008).

linguística: uso de uma expressão ‘fora de moda, gírias desatualizadas, enfim, percebemos que o tempo passou e ainda guardamos traços daquela época em nosso repertório linguístico (FREITAG, 2011, p. 46).

Uma forma de fazer análise da idade é, segundo a metodologia de Labov (1994), observando o tempo aparente, ou seja, um curto período. “Essa saída metodológica pressupõe que a idade cronológica dos indivíduos represente uma ‘passagem no tempo’, e se apoia na hipótese clássica de que a língua de um indivíduo se constitui até cerca de seus quinze anos de idade” (FREITAG, 2011, p. 47).

A estratégia dessa metodologia adota uma pesquisa em função das faixas etárias “[...] para caracterizar uma situação de estabilidade, mudança incipiente, mudança em progresso ou mudança completa” (FREITAG, 2011, p. 47). Assim, fazer uma análise dos *blends*, analisando a idade dos falantes, levando em conta os grupos etários, torna-se relevante para compreender em qual grupo ocorre maior frequência de percepção e uso desse processo.

Delineamento da pesquisa

Apresentamos nesta seção o delineamento da pesquisa partindo da coleta dos *blends*, passando pela coleta dos dados e seleção do perfil dos sujeitos participantes da pesquisa.

Coleta dos *blends*

Como já dissemos, pretendemos investigar o nível de conhecimento e uso que o falante nativo tem de palavras formadas por *blends*. Apesar de já ser estabelecido, na literatura, que esse fenômeno é efêmero e necessita de um contexto enunciativo para que se tenha um efeito de sentido (cf. SILVA, 2019; MARANGONI JR., 2021), elaboramos um questionário como forma de entender se o uso do processo pode estar atrelado à idade dos falantes nativos.

Como forma de descrever os dados por meio de aspectos variacionistas e esclarecer melhor o aspecto contextual dos *blends*, tomaremos, como base, os padrões sistemáticos de variação na sociedade, desenvolvidos por Labov (2008), que, por meio da Sociolinguística Variacionista, parte do princípio de que a variação linguística precisa ser analisada a partir de fatores externos, como faixa etária, gênero, lugar de origem etc.

Inicialmente, coletamos palavras que se configuram como *blends*, formados com diferentes naturezas. Essas palavras foram encontradas em redes sociais, ambientes onde têm sido bastante utilizadas. *Blends* do PB, portanto, podem ser formados a partir dos tipos descritos no quadro 2 a seguir. Utilizamos, também, a configuração adotada por Silva (2019)

que fez um trabalho a partir de novos empregos do processo como já discutimos anteriormente neste trabalho.

Quadro 2 - *Blends* utilizados para atestar a percepção do falante do PB.

BLENDS	BASES	TIPOS DE FORMAÇÃO
<i>Namorido</i>	namorado + marido	Substantivo comum
<i>Bolsolixo</i>	Bolsonaro + lixo	Antropônimo acrescido de qualificador
<i>Maravigold</i>	maravilhosa + <i>gold</i>	Empréstimo
<i>Brumar</i>	Bruna + Neymar	<i>Ship</i>
<i>Petrolinda</i>	Petrolina + linda	Oniônimo acrescido de qualificador

Fonte: elaboração própria (2022).

O número total de *blends* foi, neste caso, de cinco palavras e sua escolha foi feita pensando na motivação morfofonológica, uma vez que esses *blends* são formados por fragmentos que tendem a remeter mais diretamente, pela semelhança fonética, às suas bases de origem. Outra escolha, também, foi pensando na circulação dessas palavras ao aparecer em redes sociais (*WhatsApp*, *Instagram*) e em diferentes contextos comunicativos informais⁹, tentando, com isso, perceber se o falante já havia visto ou ouvido nesses ambientes.

Portanto, buscamos investigar se eles eram conhecidos e usados por pessoas mais jovens ou mais velhas. Desse modo, qualquer pessoa poderia responder ao questionário, independente do seu lugar de origem, seu nível de escolaridade ou sexo.

Coleta dos dados e perfil dos participantes

Nosso intuito era alcançar o maior número possível de pessoas, por isso, elaboramos um formulário *online*, através do *Google Forms*¹⁰, e o propagamos na *internet* por meio de redes sociais, como *WhatsApp*, *Instagram* e *Facebook*. Tal formulário foi estruturado em duas seções, sendo a primeira constituída por questionários de controles sociais, tais como: idade, sexo, lugar de origem e seu nível de escolaridade. O período da realização da coleta foi feito entre o mês de maio ao mês de julho de 2020.

Importante salientar que todos os participantes que compuseram esta pesquisa aceitaram integrar, voluntariamente, o estudo e que o delineamento metodológico tem

⁹ Assumimos que não foi feita uma mensuração da frequência de ocorrência dos *blends* selecionados em um recorte temporal e em redes sociais predeterminadas, atestando, inclusive sua circulação nesses ambientes. Todavia, entendemos que esses *blends* circulam nas redes sociais e que estão à disposição do repertório lexical do usuário, uma vez que podemos observar sua ocorrência em comentários na *internet*, em postagens ou em situações que tenham alguma discussão que esteja ligada às suas bases de origem.

¹⁰ “É um serviço gratuito para criar formulários *online*. Nele, o usuário pode produzir pesquisas de múltipla escolha, fazer questões discursivas, solicitar avaliações em escala numérica, entre outras opções” (TECHTUDO, 2018).

fundamentos éticos assegurados pela Certificação de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE), nº 42703020.5.0000.0055.

No que tange à localização dos juízes, as respostas consistiram em reconhecimentos de palavras de pessoas oriundas de distintas regiões do país, sendo, entretanto, uma porção considerável de indivíduos da Bahia, aproximadamente 38% das respostas, uma vez que nos situamos neste estado e temos uma rede de contato maior na referida região. As demais respostas foram distribuídas entre os outros estados do país.

Quanto ao sexo, obtivemos respostas da maioria se reconhecendo como feminina, grupo (I), num total de 232 respostas (57.4%); uma outra parte se reconhecendo como masculina, grupo (II), num total de 170 respostas (41.8%); e uma terceira parte se reconhecendo como não-binária, num total de 3 respostas (0.8%). Salientamos que só controlamos os dois primeiros grupos e deixamos em aberto para os juízes que não se identificassem com um, dos dois, primeiros grupos.

O nível de escolaridade das pessoas foi controlado a partir dos grupos: (I) ensino médio incompleto, (II) ensino médio completo, (III) nível superior incompleto, (IV) nível superior completo, (V) especialização, (VI) mestrado e (VII) doutorado. Este último compôs o menor número, com 9 respostas (2.2%), e o grupo que correspondeu ao maior número de respostas foi o (III), nível superior incompleto, com 124, correspondendo a 30.6%.

Embora não tenham sido explorados, neste trabalho, esses fatores sociais farão parte de propostas futuras que, possivelmente, poderão apresentar resultados que se relacionem com os encontrados neste estudo¹¹.

Foi solicitado, para as pessoas, que respondessem sua idade em (i) até 25 anos, (ii) entre 26 e 35 anos, (iii) entre 36 e 45 anos e (iv) acima de 45 anos, como forma de verificar quais esses grupos conheciam mais os *blends*. As pessoas que têm idade em até 25 anos foram as que mais responderam ao questionário, correspondendo a 190 respostas e equivalendo a 46.9%. O segundo maior número foi do grupo entre 26 e 35 anos com um total de 158 respostas (39%). 37 respostas foram do grupo de pessoas que têm entre 36 e 45 (9.2%) e as demais do grupo acima de 45 anos, 20 respostas (4.9%).

A segunda seção foi constituída por perguntas de percepção, como forma de avaliar o conhecimento e uso que o falante tinha sobre determinado *blend*. Para atestar a percepção dos juízes sobre os *blends*, elaboramos um questionário no qual examinávamos o conhecimento

¹¹ Acerca desses fatores extralinguísticos, esclarecemos, ainda, que este trabalho integra uma pesquisa maior – que controla tais fatores –, mas devido ao limite de informações, e para não incorrer no risco de fazer uma análise aligeirada das outras variáveis, optamos por focalizar, aqui, apenas, a faixa etária.

do sujeito sobre o *blend* apresentado e cuja resposta deveria ser uma dentre os itens apresentados: (I) não conheço, (II) já ouvi falar, mas não sei o significado, (III) conheço e (IV) conheço e uso. Com essa tarefa de reconhecimento das palavras apresentadas, visamos a entender qual a relação que o falante e seu grupo etário poderiam ter com aquele determinado *blend*.

Obtivemos um total de 405 respostas, o que nos pareceu expressivo. Depois de atingir um número significativo de respostas, foi feita a coleta e distribuimos as respostas no *Excel* como forma de descrever os dados em porcentagens para ver quais faixas etárias conheciam mais os *blends*.

Resultados e discussão do formulário

Como já foi discutido, até aqui, palavras criadas por *blends* surgem o tempo todo, naturalmente, na língua. Esse processo tem sido usado, frequentemente, em situações comunicativas diversas, sobretudo em ambientes virtuais, como as redes sociais, onde as pessoas expõem suas sensações. Isso leva-nos ao fato de que “[...] o léxico não é apenas um nível linguístico para nomear e classificar, mas também para conhecer uma realidade” (ROMERO, 2017, p. 24). Observemos os resultados, na tabela 1, a seguir, a percepção e o uso declarado que os falantes têm acerca dos *blends*, aqui, analisados:

Tabela 1 - Percepção e uso declarado de *blends* por parte de falantes do PB.

BLENDS	NÃO CONHEÇO		JÁ OUVI FALAR, MAS NÃO SEI O SIGNIFICADO		CONHEÇO		CONHEÇO E USO	
	Resps.	%	Resps.	%	Resps.	%	Resps.	%
<i>Namorido</i>	9	2.2%	5	1.2%	234	57.8%	157	38.8%
<i>Bolsolixo</i>	7	1.7%	9	2.2%	153	37.8%	236	58.3%
<i>Maravigold</i>	43	10.3%	9	2.2%	187	46.2%	166	41%
<i>Brumar</i>	120	29.6%	22	5.4%	215	53.1%	48	11.9%
<i>Petrolinda</i>	154	38%	33	8.1%	188	46.4%	30	7.4%

Fonte: elaboração própria (2022).

A tabela 1 apresenta um resultado bastante heterogêneo acerca dos *blends*, reiterando o fato de que alguns podem ser mais reconhecidos que outros, dado o fato de ser reconhecido apenas no grupo em que foi criado. Neste caso, quanto maior a circulação da palavra na língua, mais tende a ser reconhecida. Na tabela, todos os dados mostraram-se expressivos em

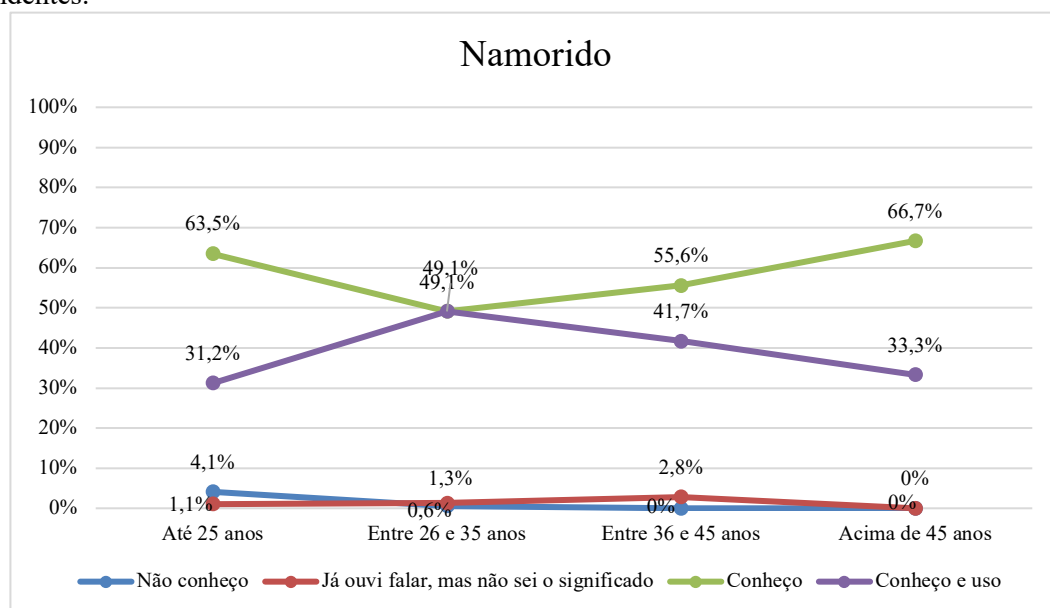
termos de conhecimento, independentemente, da idade. Quando comparado o seu uso, também, há uma diferença de porcentagem.

Das 405 respostas recolhidas, *Petrolinda* foi o *blend* menos conhecido pelos falantes, com 38% das respostas, correspondendo 154 respostas, enquanto *namorido* foi o mais conhecido com 57,8%, contabilizando 234 respostas. Por outro lado, o *blend Bolsolixo* mostrou-se mais expressivo com o conhecimento e uso 58,3%, equivalente a 236 respostas.

Isso direciona para o fato de que a língua pode ser compreendida como um comportamento social, em que os falantes podem expressar suas ideias e necessidades (LABOV, 2008). Os *blends* que se mostraram mais conhecidos, como os da tabela 1, podem estar atrelados ao fato de serem usados mais frequentemente, porque a maioria está em evidência em redes sociais, TV, etc. e isso parece independe da faixa etária.

Neste sentido, em sendo os ambientes virtuais os espaços em que os *blends* circulam com mais facilidade e, ao mesmo tempo, em sendo os ambientes virtuais os espaços, majoritariamente, utilizados pelos jovens que já nasceram neste mundo tecnológico, é esperado que a faixa etária jovem seja aquela que mais reconhece e usa esses neologismos. Por isso, levantamos a hipótese de que *blends* poderiam ser mais reconhecidos e usados, declaradamente, pelas faixas etárias mais jovens. O gráfico 1, a seguir, apresenta os resultados de *namorido*, um dos *blends* aqui investigados:

Gráfico 1 - Porcentagem da Percepção e uso declarado de *namorido* de acordo com a idade dos respondentes.



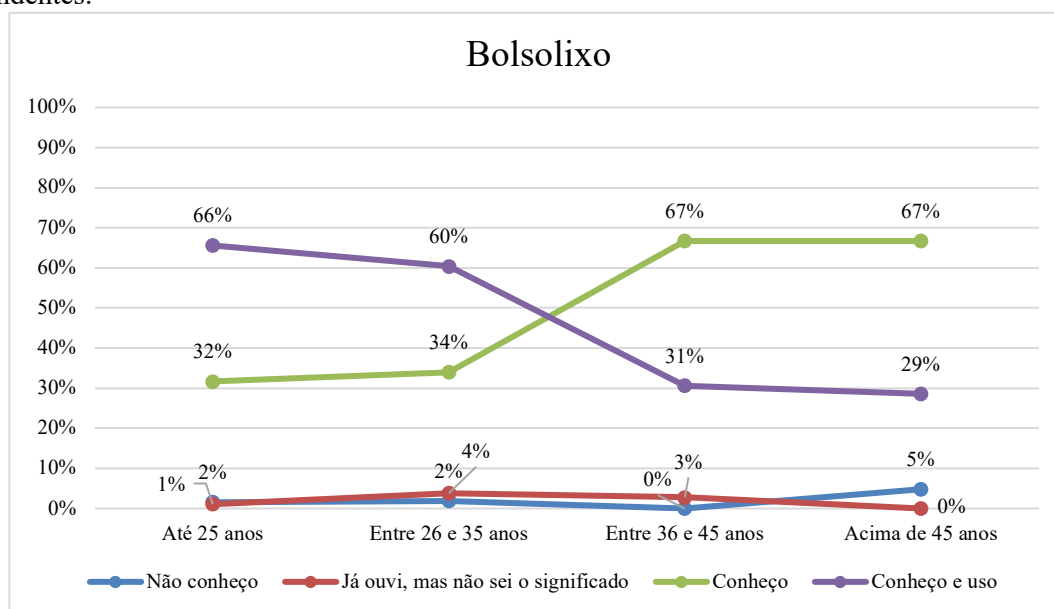
Fonte: elaboração própria (2022).

Apenas 31.2% de jovens com até 25 anos conhecem e usam o *blend* *namorido* (namorado + marido), um dado que não se mostra tão expressivo. Dado mais curioso, ainda, é que a faixa etária acima de 45 anos conhece, correspondendo a quase 67%. Esse resultado pode estar ligado ao fato de *namorido* ser um *blend* – sob o viés semântico/pragmático – mais usado por pessoas mais maduras que têm uma relação de casadas com companheiros sem uma formalização civil. Outra possível hipótese seria a de que a formalização de união com parceiros não seja uma preocupação dos jovens de hoje, mas isso não impossibilita que os grupos etários mais jovens não o reconheçam.

Por isso, outra observação pode ser feita no âmbito morfossemântico, em que os juízes dos quatro grupos etários podem reconhecer o *blend* por ter uma recuperabilidade das bases de que é oriundo (namorado e marido). A primeira base tem supressão de duas sílabas e a segunda apenas uma, além de compartilhar material fônico, o que sugere que os falantes possam reconhecê-lo, mesmo com a fragmentação de sua formação.

Além disso, *namorido* já é um *blend* consolidado há mais tempo na língua (Cf. MARAGONI JR., 2021) e, por isso, também, a justificativa de sua expressividade em grupos com mais idade. Ainda assim, podemos observar que 63.5% do grupo da faixa etária mais jovem e 49.1% entre 26 e 35 conhecem o *blend*. 49.1% é a mesma porcentagem observada neste último grupo etário que declara conhecer e usar, o que confirma nossa hipótese. Observemos, agora, o gráfico 2 com os resultados do *blend* *Bolsolixo*:

Gráfico 2 - Porcentagem da Percepção e uso declarado de *Bolsolixo* de acordo com a idade dos respondentes.



Fonte: elaboração própria (2022).

O *blend Bolsolixo* (Bolsonaro + lixo) apresentou uma porcentagem maior no reconhecimento e uso por pessoas com até 25 anos, com 66%, seguidos de pessoas entre 25 e 36 anos com 60%, ratificando nossa hipótese. Esses resultados podem ser uma sinalização da rejeição do público mais jovem pelo político. Pesquisas mostram que a insatisfação ao seu governo move jovens a votar pela primeira vez, como apresenta Assunção (2022). Além disso, uma pesquisa do DATAFOLHA¹² apontou que o atual ocupante do cargo aparece em segundo lugar, pelo público entre 15 a 29 anos, com apenas 20% de votantes.

Essa rejeição, aparentemente, parece diminuir à medida que aumenta a faixa etária dos brasileiros, pois pessoas entre 35 e 45 anos e acima de 45 apontaram somente conhecer e não usar esse *blend*, ambos com 67%. Essas porcentagens podem, ainda, decorrer do reconhecimento, em uma das bases (*bolso-*) do *blend*, de uma figura pública bastante conhecida por todos os brasileiros que é Jair Messias Bolsonaro, presidente da república do Brasil no momento do recorte temporal em que as respostas foram obtidas, e seu uso ser frequente por conta de pesquisas apontarem uma rejeição da sua gestão, gradativamente, maior¹³.

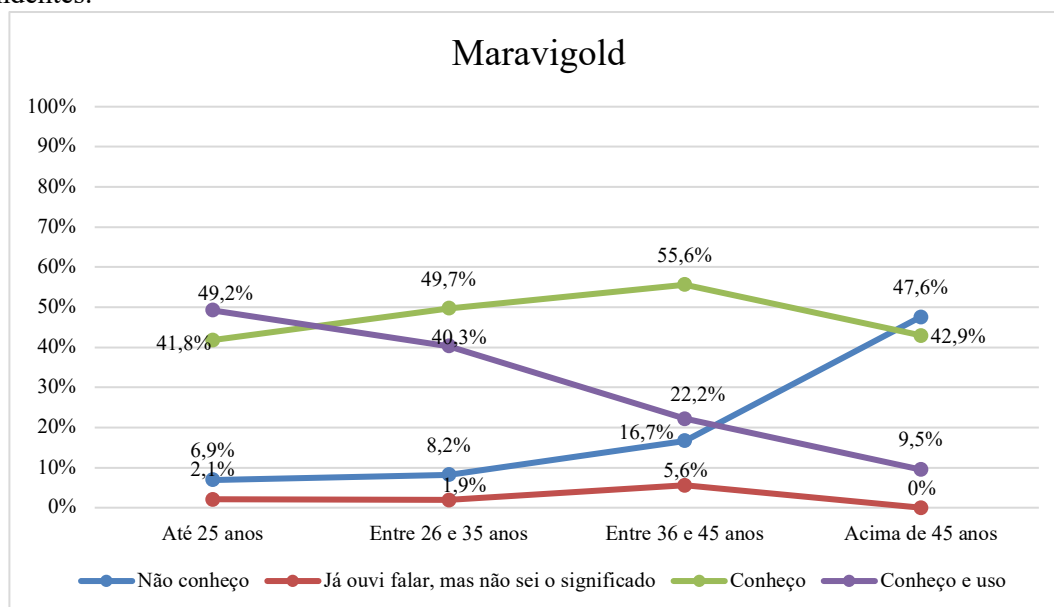
Ainda, o reconhecimento de uma forma lexical que envolve o sobrenome de uma figura pública, como o do chefe executivo, carrega um aspecto semântico de depreciação, isto é, “[...] criações jocosas que nascem, a maioria delas, do sentimento de repulsa e reprovação a esse líder, muitas vezes envolvendo crítica explícita em relação à sua conduta como presidenciável ou como presidente da República” (GONÇALVES, 2020, p. 658).

Passemos para o gráfico 3 com os resultados de *maravigold*:

¹² “O levantamento foi realizado entre os dias 20 e 21 de julho de 2022, com 1000 jovens e adolescentes de 15 a 29 anos, e as questões eleitorais foram direcionadas aqueles com idade entre 16 e 29 anos que votam, totalizando 935 entrevistas nesse universo” (DATAFOLHA, 2022).

¹³ “A metade (48%) dos eleitores avalia como ruim ou péssimo o governo Bolsonaro (eram 46%)” (DATAFOLHA, 2022).

Gráfico 3 - Porcentagem da Percepção e uso declarado de *maravigold* de acordo com a idade dos respondentes.



Fonte: elaboração própria (2022).

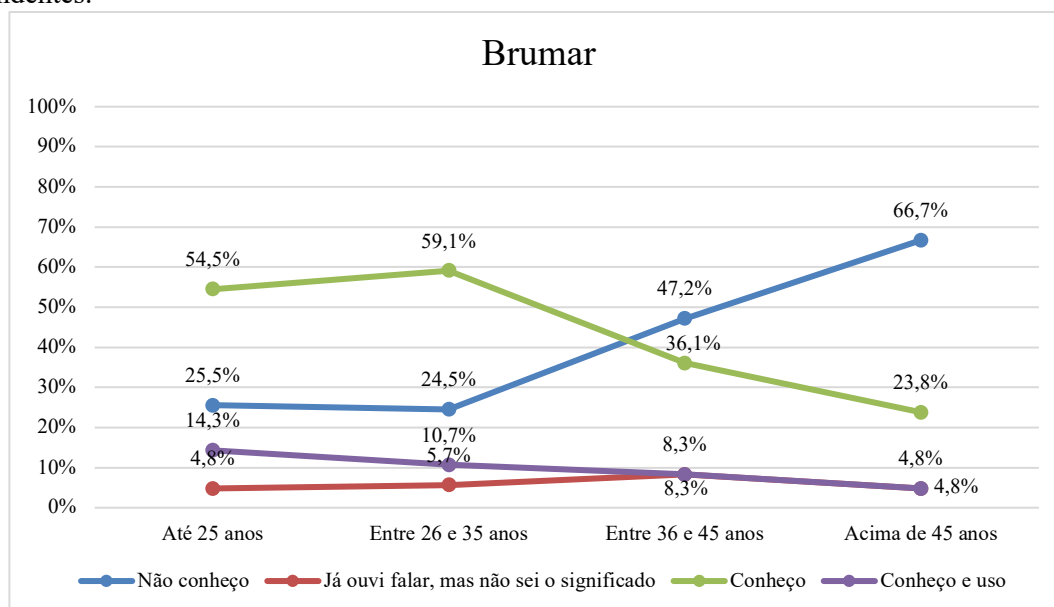
O *blend maravigold* (maravilhosa + *gold*) mostrou-se mais conhecido por pessoas entre 36 e 45 anos com 55.6%, seguidas por pessoas entre 26 e 35 anos com 49.7%. Mas quando observamos as pessoas que conhecem e usam esse *blend*, o grupo etário com menor idade é que se destaca, equivalendo a, praticamente, 50% dos dados. Essa situação vai decrescendo de acordo com os demais: 40.3% no grupo entre 25 e 36 anos, 22.2% no grupo entre 36 e 45 anos e 9.5% no grupo acima de 45 anos. Sendo assim, apesar de ser mais conhecido pelo terceiro grupo etário, os mais jovens demonstram conhecer e usar esse *blend*, confirmando, mais uma vez, nossa hipótese.

Podemos observar, mais uma vez, que os quatro grupos etários demonstram conhecer bem o *blend*. Esse reconhecimento pode estar associado ao fato de a primeira base manter as partes iniciais no nível fonético, *maravi-*, e, aparentemente, essa fragmentação carregar, consigo, o sentido necessário para que o falante reconheça o *blend*. Em outras palavras, “[...] a semântica de um *blend* é uma estrutura cognitiva coerente que incorpora e integra seletivamente aspectos da semântica das palavras ativadas” (KEMMER, 2003, p. 71)¹⁴. A segunda base ainda mantém todo corpo fônico no nível fonético, viabilizando, assim, um reconhecimento do falante, independentemente de sua faixa etária.

A seguir, no gráfico 4, estão descritos os resultados de *Brumar*

¹⁴ A autora descreve a operação morfológica por meio da Linguística Cognitiva. Por isso, o uso do termo *palavras ativadas* que, em outras palavras, são as bases que formam um determinado *blend*.

Gráfico 4 - Porcentagem da Percepção e uso declarado de *Brumar* de acordo com a idade dos respondentes.



Fonte: elaboração própria (2022).

Os resultados que se apresentam em *Brumar* (Bruna ‘Marquezzine’ + Neymar ‘Jr.’) são bem interessantes, porque o grupo etário acima de 45 anos demonstrou não conhecer, correspondendo a quase 67% dos dados. Esse não reconhecimento ser maior, por este grupo, corresponde ao argumento de Silva (2019) de que os nomes próprios são mais designativos do que avaliativos, como os nomes comuns (SILVA, 2019). Isso explica, então, o fato de os falantes não recuperarem as bases oriundas no *blend* formado.

Com relação ao grupo II, entre 26 e 35 anos, podemos justificar que demonstrou conhecer mais, com quase 60% dos dados, por se tratar de um *ship* entre dois jovens muito conhecidos e ter sido criado no período em que namoraram, momento em que este grupo etário era mais jovem e o fato de não estarem mais juntos pode justificar o seu não uso corriqueiro, recentemente, por esta faixa etária, quando comparamos ao período em que estavam namorando¹⁵.

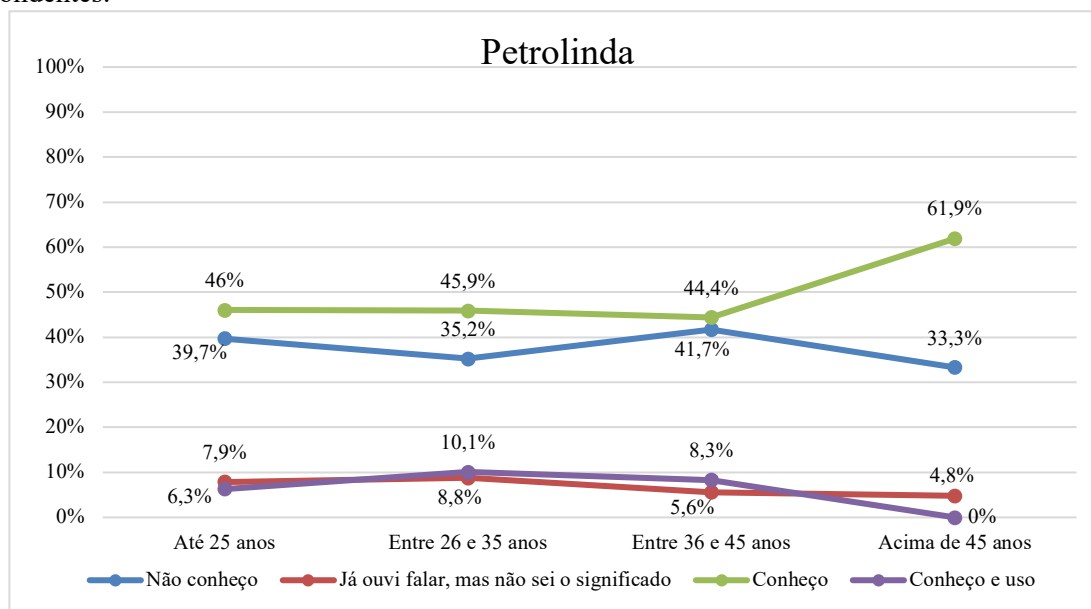
O grupo de até 25 anos, também, apresentou dados expressivos com 54.5% em conhecer o *blend*. Uma hipótese para o reconhecimento deste grupo pode ser pelo fato de se tratar de duas personalidades que ainda estão em alta na mídia e nas redes sociais, ou seja, pertencem a geração mais recente – jovem atriz e jovem jogador de futebol – e que tenham fãs que, ainda, torcem pelo relacionamento de ambos. Como já é sabido, ambos não estão mais

¹⁵ Cabe ressaltar, ainda, que o período em que as personalidades, Bruna Marquezine e Neymar Jr., namoraram, é, majoritariamente, distante do período em que esta pesquisa foi realizada.

juntos há um certo tempo e, talvez, por isso, os dados do item *conheço* e *uso* não tenham se mostrado tão expressivos em todas as faixas etárias.

Note que, percentualmente, apesar de não ser conhecido e usado por grande parte dos dois primeiros grupos etários, os mais jovens, o *blend* apresenta um percentual mais baixo, ainda, nos dois últimos grupos etários, os mais velhos. A proposição de que o conhecimento de um *blend* pode estar atrelado aos fragmentos que se mantêm no nível fonético, como nos três primeiros *blends*, é válida neste exemplo: o corpo fônico que compõe o *blend*, *bru-* e *-mar* pode não ter sido suficiente para recuperabilidade dos quatro grupos etários, sobretudo dos grupos (III) e (IV). No entanto, ainda que não tenha tido resultados mais significativos de conhecimento e uso, os grupos mais jovens demonstraram conhecer mais o *blend*, e nossa hipótese pode ser confirmada parcialmente.

Gráfico 5 - Percentagem da Percepção e uso declarado de *Petrolinda* de acordo com a idade dos respondentes.



Fonte: elaboração própria (2022).

O *blend Petrolinda*, diferentemente dos demais aqui analisados, mostrou-se mais expressivo com pessoas acima de 45 anos, conhecendo, com quase 62% dos dados. Para os que conhecem e usam, as porcentagens foram, majoritariamente, baixas, incluindo a faixa etária com mais idade. Os grupos de até 25 anos e entre 26 e 35, ainda assim, mostraram conhecer e usar mais esse *blend*, que, somando-se, equivale a 16,4% dos dados. Os dados desse *blend* não confirmam parcialmente nossa hipótese, o que pode ser justificado por se tratar de um *blend* que, pragmaticamente, se refere a um lugar (Petrolina, cidade nordestina) e, neste caso, não ser usado por todos os falantes da língua com mais frequência. Talvez se

esse questionário fosse respondido somente por moradores de Petrolina, o resultado teria sido outro.

Apesar da pouca expressividade percentual dos que conhecem e usam, *Petrolinda* apresentou um bom índice percentual de conhecimento por parte dos grupos etários (I), (II) e (III) e um alto índice percentual, acima dos 50%, no quarto grupo etário. Esse dado aponta para o fato de que um *blend* pode ser reconhecido por qualquer falante, independente da sua faixa etária e independente do contexto em que foi criado.

Pensando nisso, observamos que todos os *blends* analisados neste trabalho tiveram um bom percentual de conhecimento por parte dos falantes, independentemente, de sua idade. Associamos este conhecimento à interpretação morfossemântica que os falantes fazem dos fragmentos que se mantêm no nível fonético, como defendem Silveira (2002) e Rio-Torto (2014).

Podemos assegurar esses argumentos quando observamos os processos de composição por justaposição e aglutinação, analisados no primeiro momento deste trabalho. Mostramos que o sentido das palavras formadas por esses processos se afasta das bases de que são oriundas. A questão curiosa é que, diferentemente dos *blends*, esses processos mantêm todo seu corpo fônico no nível fonético e têm um significado distante aos das bases – *guarda-chuva*, por exemplo, não remete diretamente ao verbo guardar ou ao substantivo chuva, mas sim a um objeto. Sendo assim, parece ser coerente o fator recuperabilidade de sentido nos fragmentos fonológicos das bases feitas pelos falantes da língua em *blends*, como defende Kemmer (2003).

Diante dos resultados apresentados, fica o questionamento: será que a possibilidade de resgatar o sentido do *blend* a partir do sentido das bases individuais não leva o item conhecido ser tão alto entre todas as faixas etárias? É o que parece ter sido evidenciado com os resultados que trouxemos neste trabalho: todos os *blends* tiveram uma taxa alta de conhecimento entre todas as faixas etárias. No entanto, todos eles foram mais reconhecidos e, declaradamente, usados por pessoas mais jovens.

Considerações finais

A proposta deste estudo foi verificar o conhecimento e uso declarado que o falante nativo do PB tem acerca de palavras formadas por *blends*, levando em consideração à sua idade. Por meio das análises feitas, ficou evidente que o fenômeno é contextual, como defende (SILVA, 2019), no sentido de que *blends* podem ser conhecidos e usados no grupo

em que foram criados, geralmente, os mais jovens. Porém, podem ser conhecidos em grupos onde não foram criados, geralmente, os mais velhos.

Além disso, alguns *blends* precisam de um conhecimento prévio para serem reconhecidos de modo que o falante recupere o conteúdo semântico no fragmento mantido no nível fonético. O reconhecimento de *bolsolixo*, por exemplo, decorre do fato de se ter, em uma das bases, o fragmento do nome de uma figura pública e esta estar em evidência na mídia, redes sociais, jornais de modo geral.

No que tange à nossa hipótese, podemos inferir que foi confirmada, pois os dois grupos etários mais jovens, até 25 anos e entre 26 e 35 anos, demonstraram conhecer e usar os *blends*, os grupos etários entre 36 e 45 anos e acima de 45 demonstraram conhecer e esse conhecimento estar associado à recuperabilidade semântica que os informantes fazem dos fragmentos que compõem o *blend*.

Todos os *blends* se mostraram bem reconhecidos pelos juízes, independentemente de sua faixa etária. Esse reconhecimento, então, se deve à formação das bases, e o uso se deve à faixa etária. Isso, também, pode ser indício de que esses *blends* estão inseridos no contexto social. Fica evidente, portanto, que o processo é recorrente na língua e, quanto mais frequente um *blend* for usado, tende a ser mais conhecido pelo falante.

Referências

ANDRADE, K. E. **Uma análise otimalista unificada para as mesclas lexicais do Português do Brasil**. 2008. 151 p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ANDRADE, K. E.; RONDININI, R. B. Cruzamento vocabular: um subtipo da composição? **DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, p. 861-887, 2016.

ASSUNÇÃO, C. Insatisfação com governo move jovens a votar pela primeira vez. ‘Bolsonaro não dá mais’. **Rede Brasil Atual (RBA)**, São Paulo, SP, 2022. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/insatisfacao-com-governo-move-jovens-a-votar-pela-primeira-vez-bolsonaro-nao-da-mais/>. Acesso em: 03 out. 2022.

BASÍLIO, M. Fusão vocabular expressiva: um estudo da produtividade e da criatividade em construções lexicais. **XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**, Porto, p. 201-210, 2010.

BRAGA, E. V. **Haplologia à luz da Teoria da Otimidade e à luz da Percepção do falante nativo**. 2019. 90 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019.

DATAFOLHA. **Avaliação negativa do governo Jair Bolsonaro oscila de 46% para 48%**. Datafolha: Instituto de Pesquisas, 2022. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2022/05/1989387-reprovacao-ao-governo-do-presidente-jair-bolsonaro-pl-fica-estavel-e-oscila-de-46-para-48.shtml>. Acesso em: 20 jun. 2022.

DATAFOLHA. **Lula tem 51% entre jovens, contra 20% de Bolsonaro**. Datafolha: Instituto de Pesquisas, 2022. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2022/07/lula-tem-51-entre-jovens-contr-20-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 03 out. 2022.

FREITAG, R. M. K. O “social” da sociolinguística: o controle de fatores sociais. **Diadorim**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 43-58, 2011.

GONÇALVES, C. A. Blends lexicais em português: não-concatenatividade e correspondência. **Veredas** (UFJF), Juiz de Fora, v. 7, n. 1 e n. 2, p. 149-167, 2003.

GONÇALVES, C. A. Na sextaneja com a caipifruta da mãedrasta: o estatuto morfológico dos *spliters* no português brasileiro contemporâneo. **Diadorim**, Rio de Janeiro, n. 13, vol. Especial, p. 139-158, 2013.

GONÇALVES, C. A. **Morfologia**. São Paulo: Parábola, 2019.

GONÇALVES, C. A. Uma análise construcional das (de) formações lexicais com os nomes do atual chefe executivo. **Gragoatá**, Niterói, v. 25, n. 52, p. 648-687, mai.-ago. 2020.

KEHDI, V. **Formação de palavras em português**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997.

KEMMER, S. Schemas and lexical blends. In: CUICKENS, H.; ET ALL. **Motivation in language**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2003.

LABOV, W. **Principles of linguistic change: internal factors**. Oxford: Blackwell, 1994.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARANGONI JÚNIOR, C. E. **A blendividade na formação de palavras: a derivação dos blends na interface entre morfologia, fonologia e pragmática**. 2021. 222 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

MONTEIRO, J. L. **Morfologia portuguesa**. Fortaleza, EDUFC, 1986.

ROMERO, S. C. **Léxico e sociedade: um estudo sociolinguístico sobre os neologismos em blogs de política durante o segundo turno eleitoral de 2014**. 2017. 465 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

RIO-TORTO, G. Blending, cruzamento vocabular ou fusão lexical em português: padrões estruturais e (des)semelhanças com a composição. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 7-29, jan./jun., 2014.

SAPIR, E. Language. **Linguística como ciência**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969.

SILVA, V. B. D. **O cruzamento vocabular formado por antropônimos: análise Morfológica e Fonológica**. 2019. 184 p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SILVEIRA, C. M. F. D. **Cruzamento vocabular em português: acaso ou processo?** 2002. 76 p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

TECHTUDO. **Google Forms: o que é e como usar o app de formulários online**. Techtudo, 2018. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/2018/07/google-forms-o-que-e-e-como-usar-o-app-de-formularios-online.ghtml>. Acesso em: 18 jun. 2022.

VEALE, T. An analogy-oriented type of hierarchy for linguistic creativity. **Knowledge-Based Systems**, v. 19, p. 471-479, 2006.

VILLALVA, A. **Estruturas morfológicas: unidades e hierarquia nas palavras do português**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

Sobre os autores

Emerson Viana Braga (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-5738-3829>)

Mestre e Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin). É bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Membro do laboratório de Pesquisa e Estudos em Fonética e Fonologia, vinculado ao programa em que estuda.

Vera Pacheco (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-7986-7701>)

Mestra e Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas, com pós-doutorado na UNESP/Araraquara. É professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin) e dos cursos de Letras Vernáculas e Modernas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Coordena o Laboratório de Pesquisa e Estudos em Fonética e Fonologia (LAPEFF).

Warley José Campos Rocha (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-7412-8424>)

Mestre e Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin). É professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *campus* Colorado do Oeste. Membro do Laboratório de Pesquisa e Estudos em Fonética e Fonologia (LAPEFF) e do Grupo de Pesquisas em Sociofuncionalismo e em Linguística Histórica, vinculados ao Programa em que estuda.

Recebido em junho de 2022.

Aprovado em setembro de 2022.

O sotaque capixaba: um estudo de percepção

The capixaba accent: a study of perception

Leila Maria Tesch¹

Resumo: Desde os anos 2000, realizamos pesquisas variacionistas com o objetivo de descrever e analisar a fala de pessoas nascidas e residentes em Vitória, capital do Espírito Santo, no projeto “Português falado na cidade de Vitória” (PortVix) (cf. YACOVENCO *et al.*, 2012). Contudo, ainda há muitas inquietações em relação à identificação de traços identitários dos capixabas. A pergunta diante desse cenário é: você reconhece um capixaba pela sua fala? Para responder a essa questão, realizamos um estudo de percepção com o objetivo de verificar se o capixaba teria uma identidade linguística definida, e também se os brasileiros conseguem reconhecer capixabas pela fala. Neste artigo, tencionamos apresentar os resultados obtidos por meio de um formulário on-line. Analisamos as respostas de 1432 participantes a respeito das seguintes questões: i) você consegue reconhecer um capixaba?; ii) você acha que o capixaba tem sotaque?; iii) você poderia dar exemplos do sotaque capixaba?; iv) para você, o que caracteriza o sotaque capixaba? Em geral, os resultados demonstram que o sotaque capixaba é percebido, porém a identificação linguística está muito ligada a expressões típicas e a aspectos prosódicos. Além disso, vários participantes apontaram como característica uma possível mistura de sotaques, principalmente dos estados limítrofes – Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia.

Palavras-chave: Sociolinguística; estudo de percepção; sotaque capixaba.

Abstract: Since the 2000s, we have carried out variationist research with the aim of describing and analyzing the speech of people born and residing in Vitória, capital of Espírito Santo, in the project “Portuguese spoken in the city of Vitória” (PortVix) (cf. YACOVENCO *et al.*, 2012). However, there are still many concerns regarding the identification of identity traits of the capixabas. The question in this scenario is: do you recognize a capixaba by his speech? To answer this question, we carried out a perception study to verify if the capixaba would have a defined linguistic identity, verifying if Brazilians can recognize capixaba by speech. In this article, we intend to present the results obtained through an online form. We analyzed the responses of 1432 participants regarding the following questions: i) Can you recognize a capixaba?; ii) Do you think that people from Espírito Santo have an accent?; iii) Could you give examples of the capixaba accent?; iv) For you, what characterizes the capixaba accent? In general, the results demonstrate that the Espírito Santo accent is perceived, but the linguistic identification is closely linked to typical expressions and prosodic aspects. In addition, several participants pointed out as a characteristic a possible mixture of accents, mainly from the neighboring states – Rio de Janeiro, Minas Gerais and Bahia.

Keywords: Sociolinguistics; perception study; capixaba accent.

¹ Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Departamento de Línguas e Letras, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Vitória, ES, Brasil. Endereço eletrônico: leilatesch@gmail.com.

Considerações iniciais

O Brasil, com sua dimensão continental, é composto por diversos falares os quais, muitas vezes, são associados a localidades a que essas pessoas pertençam. Tais características próprias de uma determinada região podem ser denominadas de sotaques. Os falares de algumas regiões parecem ser mais facilmente reconhecidos e outros não são reconhecidos com tanta facilidade.

É comum na comunidade de fala do estado do Espírito Santo se ouvir o questionamento de o capixaba² ter ou não sotaque. Alguns defendem que sim, geralmente exemplificando com variações lexicais consideradas típicas,

[...] destacando-se o verbo ‘pocar’, com diversos sentidos, como em a) O menino **pocou** o balão de gás; b) Ele se **pocou** de rir da piada contada; c) Ele **pocou** a cabeça no acidente e d) A praia ‘**tá pocando**’. Outra marca seria o termo ‘gastura’, que significa ‘agonia’, ou, ainda, o uso de ‘taruíra’ por ‘lagartixa’. Outra característica é a expressão ‘ir pru rock’, mesmo quando a dança for qualquer outro ritmo ou mesmo significar ‘ir pra balada’. (YACOVENCO *et al.*, 2012, p. 776)

No entanto, a configuração da variedade capixaba ainda não é clara, nem para a comunidade acadêmica, nem para os leigos, nem mesmo para os próprios habitantes do Espírito Santo.

Com o objetivo de buscar entender essa questão, este estudo³ tenciona apresentar os resultados de um teste de percepção, via *google forms*, respondido entre 17 de março e 20 de abril de 2021, por 1472 participantes, que buscou verificar se o capixaba teria uma identidade linguística definida. Dessa forma, objetivamos responder, neste trabalho, a estes quatro questionamentos, por meio da análise das respostas desses participantes: (i) você consegue reconhecer um capixaba?; (ii) você acha que o capixaba tem sotaque?; (iii) você poderia dar exemplos do sotaque capixaba?; (iv) para você, o que caracteriza o sotaque capixaba?

Nossa principal hipótese é que o capixaba teria uma identidade linguística, porém a sua principal característica é ser identificado por não apresentar muitas marcas linguísticas identitárias na sua fala. Essa hipótese está baseada nos resultados até o momento encontrados

² O termo capixaba se refere às pessoas que nasceram no estado do Espírito Santo. Segundo os estudiosos da língua tupi, capixaba significa roça, roçado, terra limpa para plantação. Os índios que aqui viviam chamavam de capixaba a plantação de milho e mandioca, muito comum na ilha que hoje é a capital do Espírito Santo, Vitória. Com isso, a população de Vitória passou a chamar de capixabas os índios que habitavam na região e depois o nome passou a denominar todos os moradores do Espírito Santo.

³ Este estudo é parte do projeto de Pós-Doutorado denominado *O sotaque capixaba: um estudo de percepção*, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Estadual de Campinas, sob a supervisão de Livia Oushiro, entre março de 2020 e fevereiro de 2021.

nas pesquisas desenvolvidas com base no PortVix⁴, em fenômenos fonéticos, morfossintáticos e sintáticos, tendo em vista que, no geral, não encontramos muitas marcas próprias, prevalecendo os traços mais gerais do português brasileiro, o que implica dizer que parece haver uma ausência de marcas dialetais claras, com poucas exceções⁵.

Quase todos os fenômenos analisados apontaram para o alinhamento a outras variedades do português brasileiro. [...] O maior uso do pronome *você* e a quase inexistência do pronome *ocê* por falantes de Vitória parecem ser uma característica da variedade capixaba, revelando ser uma marca identitária, ao se contraporem os resultados aos de outras pesquisas baseadas na fala de Minas Gerais. Do mesmo modo, a ausência de artigos definidos antes de nomes de pessoas e de possessivos também caracteriza a fala capixaba. (YACOVENCO *et al.*, 2012, p. 802-803)

Os estudos de percepção linguística objetivam observar como certos significados sociais podem se associar a usos linguísticos, tendo em vista que buscam verificar como diferentes formas linguísticas são ouvidas e processadas pelos membros de uma comunidade (CAMPBELL-KIBLER, 2006). Essa área da Sociolinguística ainda tem sido pouco explorada, mas pode contribuir significativamente para um maior entendimento dos usos linguísticos. Na seção seguinte, contextualizamos os estudos de percepção dentro da Teoria da Variação e Mudança Linguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006).

Sociolinguística: Estudos de percepção

A Sociolinguística Variacionista é um modelo teórico que tem por pressuposto a possibilidade de sistematização da heterogeneidade linguística. William Labov foi um dos primeiros a relacionar as variações linguísticas às diferenciações existentes na estrutura social de cada comunidade, formulando a Teoria Variacionista. Labov (1972), em seu trabalho mais conhecido, investigou o inglês de Nova York com a finalidade de descobrir não apenas como os falantes pronunciavam o /r/, mas os fatores que orientavam a ocorrência das variantes.

Para William Labov (1972), a sociolinguística é o estudo da estrutura linguística e sua evolução no contexto social de uma comunidade de fala. O pressuposto básico do estudo da variação – entendida como a coexistência de duas ou mais formas para dizer a mesma coisa, ou seja, com o mesmo significado - é o de que a heterogeneidade linguística não é aleatória, mas regulada por um conjunto de regras. Segundo Chambers (1995), a variação linguística não é

⁴ PortVix (Português Falado na Cidade de Vitória), constituído de entrevistas com 46 informantes capixabas de diferentes faixas etárias, níveis de escolaridade e sexos (cf. YACOVENCO, 2002; YACOVENCO *et al.*, 2012).

⁵ Conforme se pode verificar na citação, retirada do artigo *Projeto PortVix: a fala de Vitória/ES em cena*, com a síntese das treze pesquisas realizadas até o momento da publicação do texto, 2012.

livre, mas obedece a padrões regulares que possuem significação social, revelam a forma como as línguas os refletem e as relações sociais. Os dados podem ser analisados sem ser necessário se recorrer ao axioma da categoricidade.

Dessa forma, o objeto de estudo da Sociolinguística é a língua observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso. Seu objetivo é identificar as motivações, os fatores que controlam a variação e o peso de cada um deles sobre a ocorrência de uma ou outra variante. Nas últimas décadas, muitos estudos variacionistas, em diferentes comunidades de fala, foram desenvolvidos. Em sua maioria, em análises de produção linguística, em amostras da fala espontânea ou semiespontânea dos informantes, como o PortVix. Conforme Freitag *et al.* (2016, p. 65) destacam,

Estudos feitos nessa perspectiva permitem identificar em que contextos surgem novas formas na língua, quais são os fatores estruturais que condicionam a variação, e sugerir direcionais da consciência social do fenômeno com base na distribuição das variantes em função dos fatores sociais controlados na amostra. No entanto, não basta saber como o brasileiro fala; é preciso também conhecer ‘como o brasileiro acha que fala’, seguindo pela perspectiva da sociolinguística da percepção.

O campo das percepções linguísticas, embora bem menos explorado nos estudos variacionistas, é um campo já bem constituído e produtivo. Além disso, pode contribuir significativamente para um maior entendimento dos usos linguísticos.

Ao ouvir uma pessoa, a habilidade de realizar inferências é tantas vezes automática que em geral passa despercebida. Por exemplo, ao ouvir a voz de alguém no ônibus, imediatamente passamos a imaginar o falante como homem ou mulher, jovem ou velho e de qual região seria. Essas inferências, independente de estarem corretas ou não, podem ter relação com o papel dos membros da comunidade de fala e da maneira como se relacionam. Como afirma Oushiro (2015, p. 265),

Determinar quais informações contextuais são recolhidas pelo ouvinte e como se dão tais inferências é o principal desafio metodológico para a modelagem de percepções sociolinguísticas, uma vez que qualquer evento de fala vem acompanhado de uma miríade de variáveis: o conteúdo da mensagem, a qualidade da voz, fatores suprasegmentais, emprego simultâneo de múltiplas variáveis fonéticas, morfológicas, sintáticas, sem contar inúmeros outros fatores situacionais ou sociais que variam de caso a caso.

Conforme demonstrado em diversos estudos (LAMBERT, 1960; CAMPBELL-KIBLER, 2009, 2010; LABOV, 2006, 2008, 2011; OUSHIRO, 2015), há uma associação entre as variantes produzidas e o julgamento dos falantes que delas fazem uso. Oushiro (2015), por exemplo, argumenta que “línguas, variedades e variantes favorecidas pelas classes menos

privilegiadas são percebidas mais negativamente quanto a atributos de *status* e valorizadas quanto a traços de solidariedade”.

Neste estudo, buscamos verificar se a variedade linguística capixaba é reconhecida e quais percepções são apontadas para descrevê-la.

Um pouco da história do Espírito Santo

Antes de iniciarmos a descrição do estudo e dos resultados do teste de percepção do sotaque capixaba, vale destacarmos, brevemente, algumas características deste estado e alguns fatos históricos.

O estado do Espírito Santo está localizado na região sudeste do Brasil, e a capital é Vitória. Quem nasce no Espírito Santo é considerado capixaba ou espíritossantense. A população é de aproximadamente 3,5 milhões de habitantes, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O Espírito Santo tem 78 municípios que compartilham um território de 46.096.925 quilômetros quadrados.

A economia do estado é baseada, principalmente, na agricultura e indústria. Parte significativa do rendimento também está na extração mineral das reservas de petróleo, de gás natural e de calcário. Os produtos de maior destaque são café, arroz, milho, feijão, abacaxi, cacau, mandioca e mamão. Na criação de animais, destacam-se bois, suínos e aves.

Em relação à história do estado, ressalta-se que foi uma das capitânicas hereditárias fundada pelos portugueses no início da colonização do Brasil. Em 23 de maio de 1535, Vasco Fernandes Coutinho chega ao Espírito Santo e funda a sede da capitania em Vila Velha. Segundo Gonçalves (2000), a colonização não foi tarefa fácil. A capitania do Espírito Santo não teve um desenvolvimento rápido, nem de sucesso, fato também ocorrido em várias outras capitânicas. Algumas das principais razões apontadas foram a resistência indígena à colonização portuguesa e a parca disponibilidade financeira do donatário, Vasco Fernandes Coutinho. Inicialmente, a região foi habitada por diversas tribos indígenas, pertencentes ao tronco Tupi, em geral considerados hostis. Na tarefa de catequizar os índios da região, destacou-se a figura de José de Anchieta que fundou a cidade de Anchieta e escolheu viver no Espírito Santo até o fim de sua vida.

Outro fator que contribuiu para que o Espírito Santo se mantivesse por muito tempo como uma capitania essencialmente litorânea foi a mineração em Minas Gerais, e o estado foi usado como uma barreira verde para dificultar o acesso às minas.

Foi em 1810 que o estado adquiriu autonomia e apenas na segunda metade do século XIX, com a expansão cafeeira, garantiu um povoamento. A partir da chegada dos imigrantes, o

Espírito Santo ganhou nova configuração geográfica. As barreiras naturais apresentadas, principalmente pela Mata Atlântica, foram rompidas e o interior, sobretudo o norte do Estado, até então intocado, conseguiu habitantes. O Espírito Santo recebeu imigrantes de diversas partes da Europa, principalmente da Itália e da Alemanha que, junto com os portugueses, africanos e indígenas, aqui residentes, deram os traços principais da cultura capixaba.

Diante desse cenário, percebe-se que o Espírito Santo é resultado de uma mistura, um encontro de raças, que proporcionou uma história rica em tradições e costumes. A herança indígena, africana e europeia está presente nas músicas, nas danças, na culinária, na arquitetura, e também nos usos linguísticos dos capixabas e acreditamos que essa configuração etnográfica do Espírito Santo pode ter contribuído para que o espiritossantense tenha uma variedade menos marcada, menos perceptível.

Procedimentos metodológicos

A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa sobre a percepção linguística do sotaque capixaba contou com as seguintes etapas: elaboração de formulários on-line via *google forms*, aplicação desses questionários, coleta dos dados e quantificação e análise dos resultados. Para efeito deste estudo, consideramos as respostas de participantes maiores de 18 anos de idade, brasileiros, do sexo masculino e feminino e de diversos níveis de escolaridade. Vale destacar que esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Universidade Estadual de Campinas e foi aprovada sob CAAE nº 38296720.1.0000.8142.

Devido ao fato de estarmos vivenciando um período de isolamento social, desde março de 2020, ocasionado pelo alto risco de contágio do coronavírus, optamos pela aplicação de um questionário on-line, tendo em vista que a aplicação do formulário ocorreu durante esse período. Outra motivação por essa opção se deve à possibilidade de aplicação a mais pessoas, tendo em vista que foi feita a divulgação do link de acesso pelas redes sociais da pesquisadora e por outras pessoas de diversos estados brasileiros que se prontificaram a ajudar nessa divulgação.

O questionário, intitulado *Sotaques do Brasil*, é composto por cinco seções: (i) apresentação da pesquisa e acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁶; (ii) perguntas sobre informações pessoais⁷ e perfil sociodemográfico (onde nasceu, onde mora, idade, gênero e escolaridade); (iii) questões ligadas ao reconhecimento de sotaques brasileiros;

⁶ Para continuar participando da pesquisa, foi obrigatório clicar no campo “Sim, aceito participar”.

⁷ Com a ressalva de que a identificação não seria divulgada e a pessoa não seria questionada, em nenhum momento do questionário, sobre o nome pessoal ou outra forma de identificação.

(iv) perguntas ligadas à avaliação de sotaques das capitais da região sudeste do Brasil; e (v) questões específicas sobre o sotaque capixaba.

Neste artigo, descrevemos e analisamos as questões referentes à quinta seção do formulário, explorando, especificamente, as seguintes perguntas: (i) você consegue reconhecer um capixaba?; (ii) você acha que o capixaba tem sotaque?; (iii) você poderia dar exemplos do sotaque capixaba?; (iv) para você, o que caracteriza o sotaque capixaba?

O questionário foi divulgado nas redes sociais da pesquisadora via WhatsApp, Telegram, Instagram, Facebook e e-mail. Também contamos com a divulgação realizada por amigos e por amigos de amigos, nessas mesmas redes sociais, de 17 de março a 20 de abril de 2021⁸.

Foram preenchidos 1472 instrumentos, dos quais 06 participantes se recusaram a participar e 34 foram eliminados pelo critério idade, por serem menores de 18 anos. Os 1432 questionários válidos e analisados foram respondidos por brasileiros de 18 a 76 anos (com idade média de 33 anos), sendo 1003 do sexo feminino (70% dos respondentes), 418 do sexo masculino (29%) e 11 participantes preferiram não dizer ou assinalaram a opção outro (menos de 1%). Em relação ao grau de escolaridade, em sua maioria, possuem pós-graduação, 652, ou graduação, 641, e poucos do ensino médio, 136, e apenas 3 do ensino fundamental. Por meio dessa descrição dos aspectos sociais dos participantes, podemos verificar que a amostra se constitui predominantemente de pessoas do sexo feminino, de jovens e com Ensino Superior (tanto da graduação quanto da Pós-Graduação). Esse perfil dos participantes deve ser considerado para a análise dos resultados aqui apontados e discutidos.

É importante ressaltar que controlamos também a cidade e o estado em que os participantes nasceram e onde moram atualmente. Devido à diversidade de cidades, descreveremos apenas os estados em que cada um deles nasceu, a saber: Acre, 2 participantes; Alagoas, 3; Amapá, 3; Amazonas, 3; Bahia, 71; Ceará, 46; Distrito Federal, 6; Espírito Santo, 743; Goiás, 14; Maranhão, 6; Mato Grosso, 1; Mato Grosso do Sul, 4; Minas Gerais, 165; Pará, 11; Paraíba, 4; Paraná, 19; Pernambuco, 13; Piauí, 1; Rio de Janeiro, 115; Rio Grande do Norte,

⁸ Vale destacar que contamos com o apoio do programa *Em Movimento*, da Rede Gazeta, vinculada à Rede Globo, e da apresentadora Luana Esteves, com a divulgação do link do formulário em suas redes sociais. Esse apoio ocorreu devido ao fato de o programa me procurar para realizar uma participação para abordar a questão do sotaque capixaba, coincidentemente, no período em que estava com o questionário aberto. No momento em que eles entraram em contato, comentei sobre a minha pesquisa e eles se prontificaram a me ajudar na divulgação e, ao concluir o período para responder ao formulário, participei do programa conversando sobre as características da variedade capixaba e abordei de forma sucinta alguns dos resultados encontrados (disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9460542/>). Também é interessante pontuar que a ideia de realizar um estudo de percepção sobre o sotaque capixaba surgiu a partir de outra participação minha neste programa, um ano antes de definir o tema do meu Pós-Doutorado (Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7150580/>).

5; Rio Grande do Sul, 55; Rondônia, 4; Santa Catarina, 15; Sergipe, 1 e São Paulo, 122. Podemos perceber que a maior parte dos participantes nasceram no Espírito Santo, mais especificamente, em torno de 52% dos participantes. Destacamos ainda a participação de praticamente todos os estados brasileiros, exceto de Roraima e Tocantins.

Em relação aos estados em que os participantes moram atualmente, novamente a maioria dos participantes da pesquisa são moradores do estado do Espírito Santo (62% dos respondentes). Além disso, não tivemos a participação de moradores de apenas três estados brasileiros - Acre, Sergipe e Tocantins. A distribuição por estados foi: Alagoas, 1 participante; Amapá, 1; Amazonas, 3; Bahia, 54; Ceará, 42; Distrito Federal, 5; Espírito Santo, 892; Goiás, 16; Maranhão, 6; Mato Grosso, 1; Mato Grosso do Sul, 2; Minas Gerais, 93; Pará, 8; Paraíba, 2; Paraná, 21; Pernambuco, 5; Piauí, 1; Rio de Janeiro, 55; Rio Grande do Norte, 5; Rio Grande do Sul, 53; Rondônia, 1; Roraima, 2; Santa Catarina, 22 e São Paulo, 118. Para nossa surpresa, tivemos a participação de brasileiros que atualmente moram em outros países, a saber: 7 em Portugal; 4 nos Estados Unidos; 3 no Peru; 2 no Reino Unido; 2 na Holanda; 1 na Turquia; 1 na França; 1 no Canadá; 1 na Espanha e 1 na República Tcheca.

Essa diversidade de localizações é bastante interessante para a pesquisa, uma vez que possibilita verificar se os capixabas percebem a sua identidade linguística e também se brasileiros de outras regiões percebem essa identidade, ou seja, um falar típico do Espírito Santo.

Com o objetivo de verificar a percepção à questão - O capixaba tem ou não tem sotaque? -, apresentamos a seguir as 1432 respostas às perguntas ligadas a esse tema. Conforme mencionado anteriormente, analisamos neste texto apenas a última seção do questionário, intitulada *Você acha que capixaba tem sotaque?* que objetiva, especificamente, verificar questões referentes ao sotaque capixaba. Porém, no questionário, antes de iniciarmos as perguntas ligadas aos capixabas, na seção 5, foi apresentado o seguinte comentário (quadro 1) aos respondentes, com o objetivo de explicar o termo capixaba:

Quadro 1 - Descrição da seção 5 do questionário *Sotaques do Brasil*

<p style="text-align: center;">Você acha que capixaba tem sotaque?</p> <p>Quem são os capixabas? O termo capixaba se refere às pessoas que nasceram no estado do Espírito Santo. Agora, queremos saber se você conhece o capixaba e a sua opinião a respeito do sotaque das pessoas do Espírito Santo.</p>

Fonte: Elaboração própria (2022).

Você acha que capixaba tem sotaque? Estudo de percepções

Analisamos, nesta seção, as 1432 respostas obtidas por meio do preenchimento do formulário *Sotaques do Brasil*, relacionadas diretamente à percepção do sotaque capixaba, como mencionado nos procedimentos metodológicos, na seção 5 do questionário, intitulada *Você acha que capixaba tem sotaque?*. Dessa forma, apresentamos e descrevemos as respostas às seguintes perguntas: (i) você consegue reconhecer um capixaba?; (ii) você acha que o capixaba tem sotaque?; (iii) você poderia dar exemplos do sotaque capixaba?; (iv) para você, o que caracteriza o sotaque capixaba? Seguem as repostas a essas perguntas.

Você consegue reconhecer um capixaba?

Nesta questão, os participantes da pesquisa poderiam responder *sim*, *não* e *não sei* a essa questão, em relação ao comportamento, ao modo de falar e ao modo de se vestir do capixaba. Vale mencionar que essa questão foi proposta no questionário para verificar até que ponto o modo de falar do capixaba seria selecionado como uma forma de se identificar quem é do Espírito Santo. Nessa pergunta, os respondentes eram obrigados a selecionar uma das três opções – *sim*, *não* e *não sei* (nessa ordem) – a cada um desses critérios – comportamento, modo de falar e modo de se vestir.

Os resultados descritos na tabela 1 evidenciam que a afirmação de identificação pelo modo de falar foi a opção mais selecionada (dos 1432 participantes, 652 responderam *sim*, ou seja, 45,6%). Assim, percebemos a importância da identidade linguística para o reconhecimento do capixaba. Em relação às demais formas de se identificar um capixaba – comportamento e modo de se vestir –, podemos verificar que a maior parte dos respondentes assinalaram a opção *não*.

Tabela 1 - Frequência e proporção das 1432 respostas à questão *Você consegue reconhecer um capixaba?* do formulário *Sotaques do Brasil*.

		Sim	Não	Não sei
Comportamento	N	510	516	406
	%	35,6%	36%	28,4%
Modo de falar	N	652	426	354
	%	45,6%	29,7%	24,7%
Modo de se vestir	N	159	836	437
	%	11,1%	58,4%	30,5%

Fonte: Elaboração própria (2022).

A maior seleção da identificação do capixaba por meio do modo de falar à pergunta *Você consegue reconhecer um capixaba* pode evidenciar que, independente da região dos participantes, o modo de falar é uma das características mais evidentes para a identificação das pessoas em relação à construção da sua identidade. A partir da percepção do sotaque, um falante pode ser indexado por outro a uma determinada região ou origem geográfica.

Segundo Chambers (1995, p. 137), ao discutir os significados sociais em relação aos usos linguísticos, a origem regional do falante apresenta um importante significado social que não é controlado pelo próprio falante. Para a autora, todo o trabalho desenvolvido na Sociolinguística está, por definição, preocupado com a forma como o comportamento linguístico se relaciona com outros aspectos do comportamento social, pois a variação linguística não apenas reflete as diferenças sociais, mas também é usada pelos falantes para se posicionarem no mundo social e, por meio de tal posicionamento, construir e reconstruir esse mundo. Assim, podemos verificar que os comportamentos linguísticos e outras estruturas sociais se correlacionam, porque os falantes/ouvintes se conectam mentalmente, consciente ou inconscientemente. O significado social, então, é o conteúdo social ligado nas mentes de um determinado falante/ouvinte a um determinado comportamento linguístico.

Você acha que o capixaba tem sotaque?

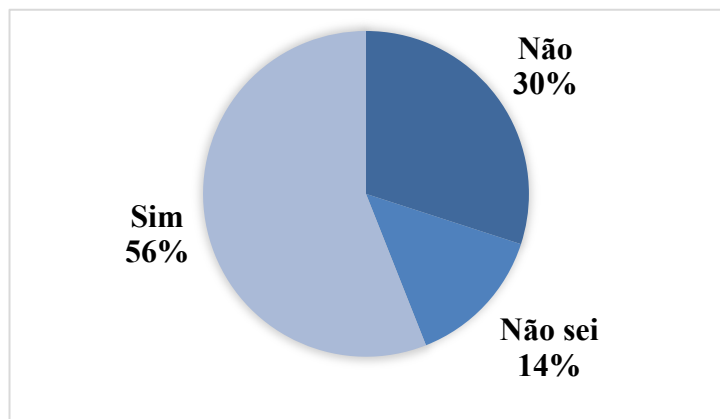
Conforme mencionado, a grande pergunta deste estudo está diretamente ligada ao questionamento: *Afinal, capixaba tem ou não tem sotaque?* Ao fazermos a pergunta *Você acha que capixaba tem sotaque*, verificamos que a maior parte dos respondentes assinalou a opção *sim* – os resultados estão descritos na tabela 2 e no gráfico 1.

Tabela 2 - Frequência e proporção das 1432 respostas à questão *Você acha que o capixaba tem sotaque?* do formulário *Sotaques do Brasil*.

	Frequência	Proporção
Sim	798	56%
Não	430	30%
Não sei	204	14%

Fonte: Elaboração própria (2002).

Gráfico 1 - Distribuição das 1432 respostas à questão *Você acha que o capixaba tem sotaque?* do formulário Sotaques do Brasil.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Esse resultado demonstra que boa parte dos participantes respondeu que o capixaba tem sotaque. No entanto, 30% responderam que não, evidenciando que um grupo considerável não percebe a variedade capixaba como uma marca identitária. Essa postura também é evidenciada em diversas discussões entre os próprios capixabas e em diversas postagens nas redes sociais. Para exemplificar, segue uma publicação do perfil do instagram Espírito Santo em Depressão (@espíritosantoemdepressao) que já abordou o tema múltiplas vezes. Nessa imagem (figura 1), percebemos a divergência de opiniões sobre o capixaba ter ou não sotaque e a tentativa de silenciar aquele que tenta afirmar que teria sim sotaque.

Figura 1 - Imagem de publicação no *instagram* que ilustra a divergência de opiniões e a suposta relutância dos capixabas em reconhecer que possuem sotaque.



Fonte: Publicação no perfil do *instagram* @espíritosantoemdepressao.
Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CWJ8lPgsxkd>. Acesso em: 06 jun. 2022.

Vale destacar que as próximas questões só foram respondidas pelos participantes que assinalaram a opção *sim*, pois somente teriam como responder às questões *Você poderia dar exemplos do sotaque capixaba?* e *Para você, o que caracteriza o sotaque capixaba* os participantes que reconheceram que o capixaba tem sotaque. Os participantes que responderam “não” e “não sei” foram encaminhados para o término do questionário e receberam a mensagem de agradecimento pela participação na pesquisa.

Você poderia dar exemplos do sotaque capixaba?

Essa foi a única pergunta do questionário aberta para que os participantes pudessem digitar as suas impressões e apontar diretamente os exemplos do sotaque capixaba. Dos 798 respondentes⁹, 581 apontaram características que consideram típicas do falar capixaba.

Diante da diversidade de exemplos apresentados e com o objetivo de organizar esses dados, optamos por padronizar, de alguma forma, essas respostas. Por exemplo, rotulamos como *expressões típicas* as respostas que explicitaram marcas lexicais, gírias e expressões capixabas. Como *ditongação*, casos em que as pessoas descreviam exemplos desse fenômeno, como em “A adição de ‘i’ antes de palavras que terminam com ‘s’ ou ‘z’, por exemplo, ‘arroiz”” ou “Há também o hábito de colocar i onde não tem, como arroiz”.

Depois de organizadas, essas palavras e expressões foram analisadas via nuvem de palavras¹⁰ que consiste em uma representação visual de dados de texto, normalmente usada para descrever dados. Essa nuvem de palavras mostra palavras e expressões citadas pelos respondentes nas respostas abertas. Assim, a imagem gerada é composta por palavras e expressões citadas na qual o tamanho indica sua frequência (quanto maior a palavra mais frequente o seu uso e quanto menor, menos frequente).

⁹ Vale recordar que somente responderam a esta pergunta os participantes que responderam sim à questão *Você acha que capixaba tem sotaque?*

¹⁰ Recurso disponível no site www.wordclouds

Também foram apontados alguns traços fonéticos/fonológicos como ter uma pronúncia específica do /S/. Em relação a esse traço, vale destacar que muitas dessas respostas destacavam a diferença dessa pronúncia entre capixabas e cariocas. E também com bastante frequência foi apontado o fenômeno da ditongação que consiste no acréscimo de uma semivogal a uma sílaba, principalmente seguida de s ou z, como em “arroiz”.

Por outro lado, também encontramos como respostas questões interessantes a respeito de considerar a fala capixaba como de difícil classificação. Seguem alguns desses apontamentos para exemplificar:

- (1) Como a identidade ainda do povo capixaba está em formação devido a diversos fatores históricos e culturais muitas formas dialetais ainda estão sendo solidificadas.
- (2) Não acredito numa ‘neutralidade’ de sotaque; acredito que o capixaba tem sotaque porque sotaque é um conjunto de marcas na hora de falar, e cada região tem sua forma de falar. Então, se o capixaba tem uma fala sem marcas muito típicas, não deixa de ser a nossa forma de falar (logo, nosso sotaque). Não existe uma neutralidade, um não-sotaque, porque isso significaria dizer que existe uma forma ‘padrão’ e que as outras são diferentes desta.
- (3) Tem uma questão de cadência que é difícil descrever.

O levantamento dos fenômenos linguísticos que indexam identidades regionais, segundo a apreciação desses respondentes, visa a contribuir para as discussões a respeito da variedade linguística capixaba em termos de regionalismos. Consideramos que esse controle possibilitou verificar uma representação linguística fortemente relacionada ao falar do capixaba.

Para você, o que caracteriza o sotaque capixaba?

Nesta questão, apresentamos aos participantes algumas opções a serem assinaladas. Cada participante poderia assinalar um ou mais campos. Vale destacar que as opções que apresentamos nessa pergunta foram elaboradas a partir das respostas obtidas por outra pesquisa realizada por meio de entrevistas¹¹ a 20 pessoas que nasceram e cresceram em diversos estados do Brasil, mas que atualmente moram no estado do Espírito Santo. Nessas entrevistas, os participantes foram questionados: *Quando você ouve uma pessoa falando, você percebe que ela é capixaba? O que te chama a atenção para dizer que ela é capixaba?*

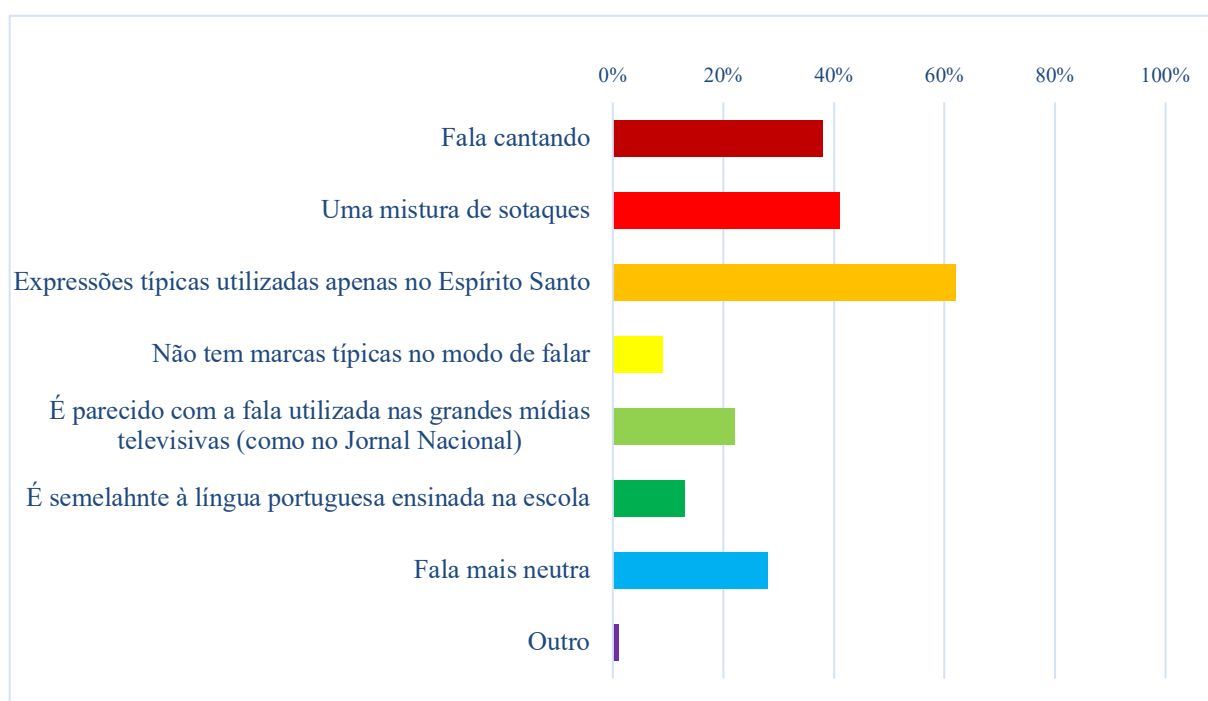
¹¹ Os resultados dessa pesquisa ainda não foram publicados, pois ainda estão sob investigação.

Tabela 3 - Frequência e proporção das 798 respostas à questão *Para você, o que caracteriza o sotaque capixaba?* do formulário Sotaques do Brasil.

	Frequência
Fala cantando	304
Uma mistura de sotaques	337
Expressões típicas utilizadas apenas no ES	503
Não tem marcas típicas no modo de falar	71
É parecido com a fala utilizada nas grandes mídias televisivas (Jornal Nacional)	179
É semelhante à língua portuguesa ensinada na escola	109
Fala mais neutra	228
Outros	79

Fonte: Elaboração própria (2022).

Gráfico 2 - Distribuição das 798 respostas à questão *Para você, o que caracteriza o sotaque capixaba?* do formulário Sotaques do Brasil.



Fonte: Elaboração própria (2022).

Os resultados descritos na tabela 3 e no gráfico 2 sugerem que a característica mais marcante da fala capixaba se refere ao uso de expressões típicas. É interessante relacionar esse resultado ao descrito na figura 2, nuvem de palavras, em que o uso de expressões típicas também foi apontado como uma das principais características do falar capixaba pelos participantes, quando convidados a apontar um exemplo do sotaque espiritosantense. Ainda comparando os

resultados da tabela 3 e do gráfico 2 à figura 2, percebemos que as demais formas mais selecionadas – fala cantando e mistura de sotaques – também são fortemente mencionadas.

Considerações finais

Retomando o questionamento sobre capixaba ter ou não ter sotaque, o teste de percepção descrito e analisado neste texto evidencia que a variedade capixaba é uma marca identitária dos espiritosantenses.

No entanto, os resultados evidenciam que as características mais relacionadas à fala capixaba se referem a expressões típicas, com forte destaque para o termo “pocar”.

Conforme mencionamos no início deste texto, os resultados alcançados ao longo de 20 anos de atuação do PortVix contribuíram para a realização desta pesquisa de percepção e os resultados encontrados até o momento em estudos de produção realizados nesse *corpus* convergem com os aqui encontrados, uma vez que a variedade capixaba parece não ter marcas fonológicas, morfológicas, sintáticas e discursivas muito evidentes, por isso sendo muitas vezes caracterizada como um sotaque menos marcado, ou como uma fala mais neutra.

A Sociolinguística da produção e da percepção são diferentes, uma vez que nem sempre os fenômenos variáveis mais frequentes são os mais percebidos pelos falantes. No entanto, levando em consideração as questões aqui descritas e analisadas, podemos constatar a importância dessas duas frentes de trabalho para um maior entendimento das variedades regionais.

Referências

CHAMBERS, F. K. **Sociolinguistic Theory**. Massachusetts: Blackwell Publishers, 1995.

CAMPBELL-KIBLER, K. **Listener perceptions of sociolinguistic variables: the case of (ing)**. Tese de Doutorado. Stanford University, 2006. 282f.

CAMPBELL-KIBLER, K. The nature of sociolinguistic perception. **Language Variation and Change**, vol. 21, p. 135-156, 2009.

CAMPBELL-KIBLER, K. The effect of speaker information on Attitudes toward (ing). **Jornal of language and social psychology** [s.l.], v. 29, n. 2, p. 241-223, 2010.

FREITAG, R. M. Ko., SEVERO, C. G., ROST-SNICHELOTTO, C. A.; TAVARES, M. A. Como os brasileiros acham que falam? Percepções sociolinguísticas de universitários do Sul e do Nordeste. **Todas as Letras**, vol. 18(2), p. 64–84, 2016.

GONÇALVES, F. de C. A colonização no Espírito Santo entre 1535 e 1700 e a contribuição dos diversos segmentos populacionais na formação socioeconômico-cultural. **Dimensões**, Vitória, n.11, p. 53-61, 2000.

LABOV, W. Some principles of linguistic methodology. **Language in Society**, vol. 1(1), p. 97-120, 1972.

LABOV, W. **The Social Stratification of English in New York City**. New York: Cambridge University Press, 2006.

LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LABOV, W.; ASH, S.; RAVINDRANATH, M.; WELDON, T.; BARANOWSKI, M.; NAGY, N. Properties of the sociolinguistic monitor. **Journal of Sociolinguistics**, [s.l.], v. 15, n. 4, p. 431-463, 2011.

LAMBERT, W. E.; GILES, H.; GARDNER, R. G.; FILLERBAUM, S. Evaluational reactions to spoken languages. **Journal of Abnormal and Social Psychology**, [s.l.], v. 60, n. 1, p. 44-51, 1960.

OUSHIRO, L. **Identidade na pluralidade: avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo**. 2015. 394 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, São Paulo, 2015.

WEINREICH, U., LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].

YACOVENCO, L. O projeto “O português falado na cidade de Vitória”: coleta de dados. In: LINS, M. P.; YACOVENCO, L. (orgs.) **Caminhos em lingüística**. Vitória: Nuples, 2002, p. 102-111.

YACOVENCO, L. C.; SCHERRE, M. M. P.; TESCH, L. M.; BRAGANÇA, M. L. L.; EVANGELISTA, E. M.; MENDONÇA, A. K. de; CALMON, E. N.; CAMPOS JÚNIOR, H. da S.; BARBOSA, A. F.; BASÍLIO, J. O. S.; DEOCLÉCIO, C. E.; SILVA, J. B. da; BERBERT, A. F.; BENFICA, S. de A. Projeto PortVix: a fala de Vitória/ES em cena. **Alfa: Revista de Linguística** (UNESP. Online), v. 56, p. 771-806, 2012.

Sobre a autora

Leila Maria Tesch (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-3919-1230>)

Professora do Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal do Espírito Santo. Possui graduação em Letras Português pela Universidade Federal do Espírito Santo (2004), mestrado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007) e doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011). Realizou estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Ufes (2013-2015) e estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Unicamp (2020). Foi coordenadora do Pibid Letras Português da Ufes, de 2015 a 2020. É uma das coordenadoras do Projeto

Português Falado na cidade de Vitória (PortVix), atuando na área de Sociolinguística, em estudos de produção e percepção.

Recebido em junho de 2022.

Aprovado em setembro de 2022.

Consciência sociolinguística: uma revisão do conceito com base em estudos brasileiros e estrangeiros

Sociolinguistic awareness: a review of the concept based on Brazilian
and foreign studies

Andréa Ualt¹
Isabella Mozzillo²
Bernardo Limberger³

Resumo: Investigações emergentes sobre consciência sociolinguística têm contribuído para desvelar os mecanismos que incidem sobre a associação de determinados significados sociais aos fatos da língua, bem como contribuído para melhor compreender os processos constitutivos da identidade linguística dos falantes. Diante disso, este trabalho tem como objetivo principal analisar o conceito de consciência sociolinguística, a partir de nove artigos publicados em contexto nacional e internacional. Como caminho metodológico para atingir tal objetivo, escolhemos o da revisão teórica e descrição qualitativa dos estudos. A análise e reflexão sobre a noção de consciência sociolinguística, à luz dos referenciais teóricos de Oushiro (2021), Freitag (2020), McGowan e Babel (2019), Bijvoet e Fraurud (2016), Pearce (2015) entre outros, indicaram dois grandes domínios para a acepção do termo, o da percepção e o do discurso metalinguístico, bem como o uso de diferentes protocolos metodológicos que atendam às especificidades atinentes à cada domínio. Nesse sentido, conclui-se sobre a relevância de que mais pesquisas sobre a temática sejam realizadas e divulgadas.

Palavras-chave: consciência sociolinguística; percepção; avaliações linguísticas.

Abstract: Emerging investigations on sociolinguistic awareness have contributed to uncovering the mechanisms that affect the association of certain social meanings to the facts of the language, as well as contributing to a better understanding of the constitutive processes of speakers' linguistic identity. Therefore, the main objective of this work was to analyze the concept of sociolinguistic awareness, based on nine articles published in a national and international context. As a methodological way to achieve this objective, we chose the theoretical review and qualitative description of the studies. The analysis and reflection on the notion of sociolinguistic consciousness, in the light of the theoretical references of Oushiro (2021), Freitag (2020), McGowan and Babel (2019), Bijvoet and Fraurud (2016), Pearce (2015) among others, indicated two great domains for the meaning of the term, that of perception and metalinguistic discourse, as well as the use of different methodological

¹ Universidade Federal de Pelotas, Centro de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras, Pelotas, RS, Brasil. Endereço eletrônico: andreaualt@gmail.com.

² Universidade Federal de Pelotas, Centro de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras, Pelotas, RS, Brasil. Endereço eletrônico: isabellamozzillo@gmail.com.

³ Universidade Federal de Pelotas, Centro de Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras, Pelotas, RS, Brasil. Endereço eletrônico: limberger.bernardo@gmail.com.

protocols that meet the specificities of each domain. In this sense, it is concluded that more research on the subject should be carried out and disseminated.

Keywords: sociolinguistic awareness; perception; language assessments.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo principal apresentar e discutir o conceito de consciência sociolinguística a partir da análise dos objetivos, referenciais teóricos, abordagens metodológicas e resultados de artigos acadêmicos publicados sobre o tema em contexto brasileiro e estrangeiro.

Os estudos sobre consciência sociolinguística são relativamente recentes e abordam o conceito desde diferentes áreas da Linguística, dentre elas, a Sociolinguística, a Psicolinguística, a Antropologia Linguística e uma nova área cujos estudos despontam no Brasil, a Linguística Folk⁴.

A esses diferentes campos científicos se interpõem questões bastante desafiadoras, dentre elas, a de conceituar o que seria *consciência sociolinguística*, considerando, por exemplo, os termos consciência e percepção. Nesse sentido, apresentamos duas perguntas sobre a problemática que podem contribuir para a análise e compreensão do conceito nos trabalhos selecionados:

A – Qual a acepção com que o termo *consciência sociolinguístico* é considerado nos diferentes campos científicos da linguagem?

B - Percepção e consciência sociolinguística são conceitos que se equivalem ou são processos cognitivamente diferenciados?

Essa discussão conceitual coloca a questão não só distante de um consenso, como também repercute nas escolhas metodológicas dos estudiosos. Dentre as repercussões que incidem sobre a problemática metodológica, McGowan e Babel (2019, p. 231) apontam a dificuldade em poder identificar se os pesquisadores de áreas distintas estão significando da mesma forma o conceito de consciência sociolinguística quando o fazem pelo viés da percepção ou sob uma ótica discursiva. Para tanto, os autores levaram em consideração a divergência observada entre os resultados obtidos em estudos que examinaram as reações dos ouvintes por meio de tarefas de percepção, combinadas com uma abordagem qualitativa, e aqueles que analisaram os julgamentos dos participantes apenas por meio de técnicas

⁴De acordo com Baronas e Cox (2019), a Linguística Folk (ou Linguística Popular, termo de uso mais recorrente no Brasil) designa os saberes espontaneamente construídos pelos mais diversos atores sociais que não estão necessariamente fundamentados em uma teoria científica da linguagem. A rigor, a Linguística Folk trata de conceitos populares sobre os fatos da linguagem realizados por falantes não linguistas.

elicitativas. McGowan e Babel (2019, p. 231) consideraram que a rivalidade entre os dados resultou não só de modelos metodológicos distintos, mas, sobretudo, dos diferentes vieses teóricos. Nesse sentido, buscando apresentar soluções para a questão levantada, os pesquisadores sugerem ampliar os estudos em torno da construção de uma modelagem teórica e metodológica que considerem níveis de percepção e diferentes sistemas cognitivos envolvidos na configuração da consciência.

Ainda sobre a questão metodológica, Schmid (2014, p.154), que considerou em seu estudo dificuldades semelhantes às mencionadas por McGowan e Babel, assevera que uma metodologia triangulada captura de forma mais apropriada os aspectos perceptivos (inconscientes) e atitudinais (conscientes) envolvidos nas avaliações que os falantes realizam em relação à(s) língua(s), possibilitando uma leitura mais abrangente dos resultados e seus significados.

Em que pesem os desafios referidos, os trabalhos sobre consciência sociolinguística são potentemente relevantes para diferentes âmbitos investigativos, sobretudo os que se circunscrevem às problemáticas que tratam da variação e mudança linguística, da constituição das identidades linguísticas e sociais e do desvelamento dos mecanismos que fundam o preconceito linguístico e erigem os estereótipos que marcam as identidades linguísticas.

No âmbito da educação, os estudos sobre consciência sociolinguística podem repercutir de forma bastante interessante ao revelar os significados sociais que os estudantes atribuem a determinadas variações da língua e como os conecta às línguas escolares (línguas de instrução, línguas da prática pedagógica, *massa* da matéria de estudo), tornando possível visualizar as limitações e deficiências das políticas linguísticas educacionais no que se refere ao ensino das línguas materna(s) e estrangeiras, bem como fatores relevantes sobre sucesso/fracasso escolar.

Tendo finalizado esta seção introdutória, na qual apresentamos o objetivo deste trabalho que foi o de revisar o conceito de consciência sociolinguística e apontar alguns dos principais desafios que se configuram em torno dessa conceituação, passamos a descrever como estruturamos as explanações deste artigo. Além da introdução, este trabalho está configurado em mais quatro seções, a saber: uma primeira seção na qual, por meio de referencial mais abrangente, descrevemos um panorama acerca do conceito de consciência sociolinguística; uma segunda na qual explicitamos a metodologia usada para selecionar os trabalhos para a revisão do conceito propriamente dita. Na terceira seção, resenhamos os artigos acadêmicos, evidenciando objetivos, questões teórico-metodológicas e discutimos alguns desses aspectos para melhor compreender de que forma suas acepções sobre o termo se

aproximam e/ou divergem. Por fim, nas considerações finais, quarta seção, buscamos responder às questões propostas na seção introdutória em relação à temática.

Consciência Sociolinguística: conceituação e reflexões

O conceito de consciência sociolinguística tem sido estudado por diferentes áreas como a Sociolinguística, a Antropologia Linguística, a Linguística Folk, a Dialetologia Perceptual, a Psicolinguística e a Sociofonética. No entanto, à medida que esses campos científicos dialogam, e combinam perspectivas teórico-metodológicas, novas suposições sobre o próprio conceito, sua função e relevância para decifrar de que forma o contexto social intervém em como as pessoas percebem e produzem a linguagem, acabam por reconfigurar metodologias e resultados.

A Sociolinguística⁵, a Antropologia Linguística e a Linguística Folk, cujos campos conceituais se inter-relacionam, abordam a consciência sociolinguística do ponto de vista do usuário da linguagem, buscando identificar e analisar os vínculos existentes entre as avaliações linguísticas e categorias sócio-políticas mais amplas. Segundo McGowan e Babel (2019, p. 234), os estudiosos dessas áreas tendem a usar como recursos metodológicos mais frequentes aqueles por meio dos quais os falantes podem discutir explicitamente opiniões e ideias sobre os aspectos linguísticos.

No campo da Linguística Folk, o conceito de consciência sociolinguística também é um potencial objeto de investigação, pois, a partir de sua abordagem, é possível desvelar os aspectos cognitivos, isto é, as crenças e ideias dos falantes que incidem na diferenciação social da linguagem e no curso da variação. (BIJVOET; FRAURUD, 2016, p. 23).

Nesse sentido, as pesquisadoras Bijvoet e Fraurud (2016, p. 23) tomam as crenças como objeto de análise para explorar a consciência sociolinguística. As autoras argumentam que as crenças apresentam uma estrutura subjacente que pode ser decomposta em três componentes-base: conhecimento linguístico, aspectos afetivos (sentimentos e atitudes que incidem nos julgamentos sobre os usos linguísticos de outros falantes) e aspectos cognitivos (as ideias e conhecimento popular sobre a língua). A abordagem da consciência sociolinguística, portanto, consiste em capturar as ideias e considerações dos falantes sobre as variações nos modos de falar próprios e de outros usuários da língua. No entanto, Bijvoet e

⁵A noção de consciência tem sido tópico de investigação nas diferentes abordagens dos estudos sociolinguísticos, sobretudo nas que se referem como primeira e terceira ondas da Sociolinguística. Contudo, quando os trabalhos da terceira onda investigam a associação entre aspectos sociais e os recursos linguísticos, estudiosos tecem duras críticas ao conceito de consciência e acabam por rejeitá-lo. Nesse sentido, faz-se necessário esclarecer que não há uma relação unívoca entre a noção de consciência nas diferentes abordagens da Sociolinguística.

Fraurud (2016, p. 23) apontam para a relevância de integrar o conceito de consciência sociolinguística ao das atitudes linguísticas que, na perspectiva teórica das autoras, referem-se aos sentimentos dos falantes sobre as línguas, isto é, a aspectos menos conscientes, a comportamentos mais reativos e, portanto, menos suscetíveis de serem monitorados e controlados. Dessa maneira, Bijvoet e Fraurud (2016, p. 23) argumentam que é possível usar a percepção como um tema de cobertura que possibilita uma análise mais abrangente das reações e avaliações⁶ dos falantes acerca da variação linguística.

Nos estudos sociolinguísticos, as atitudes linguísticas também se configuram como objeto de análise desde o qual é possível desvelar padrões de uma consciência sociolinguística. Nesse sentido, faz-se importante entender que o conceito de atitudes linguísticas, da mesma forma que a noção de consciência, varia de um viés a outro. Portanto, serão esses diferentes vieses sobre os quais se concebem as atitudes linguísticas que irão definir uma reciprocidade, ou não, entre atitude e consciência sociolinguística.

Dentre as perspectivas mais produtivas para definir atitudes linguísticas está a perspectiva mentalista a qual lhes confere uma qualidade sociopsicológica, isto é, uma estrutura cognitivo-afetiva que pode se configurar como reações/avaliações favoráveis ou desfavoráveis sobre o objeto linguístico (GÓMEZ MOLINA, 1987; SCHMID, 2014); uma forma de pensar e sentir a língua/linguagem que predis põem os falantes a reações (LAMBERT; LAMBERT, 1966, p. 78 apud CORBARI, 2013, p. 61) ou um discurso metalinguístico interpelado por ideologias (PEARCE, 2015). A perspectiva mentalista corrobora, no nosso ponto de vista, o vínculo entre os conceitos de consciência sociolinguística e atitudes linguísticas. A estrutura tripartida das atitudes em aspectos cognitivos (crenças e saberes sobre as línguas), afetivos (juízos e sentimentos acerca da variação) e comportamentais (conduta ou usos efetivos da língua) ratifica a existência de uma reciprocidade dinâmica entre consciência e atitudes, à medida que, por meio dela, se pode desvelar as crenças e ideologias dos falantes (consciência sociolinguística).

O conceito de consciência sociolinguística também interessa à Antropologia Linguística. Os estudiosos da área tendem a enfocá-la por meio da metalinguagem, isto é, pela forma como as pessoas falam ou representam a língua; ou, ainda, pelas ideologias linguísticas, através das quais examinam as dimensões política, econômica e histórica que incidem sobre a língua (McGOWAN; BABEL, 2019, p. 234). Os estudiosos dessa área entendem que a

⁶Em consonância com Oushiro (2015), fazemos distinção conceitual entre os termos *reações* e *avaliações*. O primeiro empregamos para fazer referência a aspectos inconscientes ou menos conscientes presentes dos julgamentos linguísticos dos falantes, isto é, suas inferências. O segundo, usamos para referir as explicações, metacommentários acerca dos usos linguísticos próprios e de outros falantes.

metalinguagem está baseada em características cognitivo-semióticas e que, desse modo, a consciência sociolinguística é o resultado tanto da qualidade da linguagem interna, quanto de fatores interacionais e relacionais que tornam algum aspecto linguístico mais ou menos saliente (SILVERSTEIN, 1981 apud MCGOWAN; BABEL 2019, p. 234).

Pearce (2015, p. 2) considera a consciência sociolinguística como um fenômeno discursivo, em contraste com outras pesquisas que a tratam como uma condição mental que preexiste às narrativas metalinguísticas dos participantes. Para o investigador, as explicações das pessoas sobre os aspectos linguísticos configuram a consciência sociolinguística.

Em relação à conceituação da consciência sociolinguística, torna-se importante também examinar os processos e as definições em relação ao binômio percepção-consciência. Em McGowan e Babel (2019), a percepção é tratada como um termo abrangente que se apresenta em dois níveis de conhecimento: implícito e explícito. Segundo os autores, o nível implícito é pré-atencional, inconsciente, responsável pelas reações dos indivíduos diante de um fato da língua. Ele pode ser captado por medidas experimentais como as tarefas de percepção. Já o nível explícito da consciência é o processo atencional, por meio do qual os participantes refletem sobre os estímulos linguísticos, verbalizando-os, manipulando-os no jogo discursivo para atender às necessidades prementes da interação. Essa operação é mensurada por meio dos metacomentários dos participantes.

Em relação à tipologia binária da percepção, infere-se, portanto, que McGowan e Babel usam os níveis implícito e explícito como marcadores úteis para examinar as avaliações linguísticas dos participantes, em processos mais ou menos conscientes. No entanto, advertem os autores, estes ainda são muito amplos para capturar todas as nuances da consciência sociolinguística.

O estudo de Schmid (2014, p. 147-148) também explora as reações e avaliações linguísticas dos participantes, integrando estudos da percepção com os das atitudes linguísticas. A autora descreve a percepção como um mecanismo cognitivo que atua como um *filtro* por meio do qual os participantes extraem informações do ambiente sociolinguístico, retendo aquelas que podem vincular significativamente às diferentes memórias. Nesse sentido, a percepção é singularizada e individualizada pelas experiências étnicas, culturais, geográficas, econômicas e históricas das pessoas. Faz ponte entre dois mundos, o individual e o social, além de ser fundamental para que os indivíduos possam identificar-se com o seu grupo originário (endogrupo) e distinguir-se de outros grupos (exogrupos).

A relevância do conceito de consciência sociolinguística apela a novas pesquisas e estudos que considerem, além das problemáticas aqui levantadas, outras interlocuções do

conceito com distintos campos do conhecimento da linguagem. Temáticas como a mudança linguística, noção de língua-alvo em contextos bi/multilíngues⁷; ensino de línguas a partir de uma pedagogia plurilíngue e, sobretudo, estratégias de combate ao preconceito linguístico podem ser interpeladas significativamente pelo conceito de consciência sociolinguística.

Caminho Metodológico

Para realizar este trabalho, escolhemos como instrumento de pesquisa o levantamento e análise de artigos científicos, vinculados à temática das reações e avaliações linguísticas, com foco no viés da consciência sociolinguística. Usamos, como procedimento de busca, o site Google Acadêmico, inserindo os descritores *percepção*; *consciência sociolinguística*; além do binômio *consciência sociolinguística-attitudes linguísticas*. Dos resultados encontrados, tanto publicações nacionais quanto internacionais, selecionamos aqueles em que a consciência sociolinguística aparece como teoria de base ou descrevem situações pertencentes ao escopo do tema. Na tabela a seguir, apresentamos os nove (9) trabalhos selecionados, dispostos cronologicamente: primeiramente os publicados em contexto estrangeiro e, em segundo lugar, os publicados em contexto brasileiro. Por fim, optamos por uma descrição qualitativa dos trabalhos selecionados que considerou os seguintes aspectos: a discussão do conceito propriamente dita, bem como seus métodos, resultados e contribuições.

Quadro 1 - Artigos publicados em contexto estrangeiro

Contexto Estrangeiro	
Autor(es). Ano. País	Título
SCHMID (2014), Equador/Bélgica	Percepción y Actitud Lingüística: el castellano serrano en contraste con el español costeño en el Ecuador
PEARCE (2015), Reino Unido	Mam or mum? Sociolinguistic awareness and language-ideological debates online
BIJVOET; FAURUD (2016), Suécia	What's the target? A folk linguistic study of young Stockholmers' constructions of linguistic norm and variation
AYIOMAMITOU; YAKOUMETTI (2017), Grécia/Chipre	Skewed sociolinguistic awareness of a native non-standard dialect: evidence from the Cypriot Greek writing of Greek Cypriot student
McGOWAN; BABEL (2019), Bolívia/Estados Unidos	Perceiving isn't believed: divergence in levels of sociolinguistic awareness
EVANS; LOURIDO (2019), Reino Unido	Effects of language background of the development of sociolinguistic awareness: the

7 Neste estudo, com base nos trabalhos de Altenhofen (2013) e Broch (2014), referimo-nos a contextos bi/multilíngues como espaços institucionais e geográficos em que se observam a coexistência de duas (bilíngue) ou mais (multilíngues) línguas e linguagens.

	perception of accent variation in monolingual and multilingual 5–7-year-old children
--	--

Quadro 2 - Artigos publicados em contexto brasileiro

Contexto Brasileiro	
Autor(es), Ano, País	Título
FREITAG; SANTOS (2016), Brasil	Percepção e atitudes linguísticas em relação às africadas pós-alveolares em Sergipe
FREITAG (2020), Brasil	Reparos em leitura em voz alta como pistas de consciência sociolinguística
OUSHIRO (2021), Brasil	Avaliações e Percepções Linguísticas

Consciência Sociolinguística – publicações em contexto internacional e brasileiro

Nesta seção, resenhamos os artigos selecionados para este trabalho, bem como, ao final, fazemos algumas reflexões sobre alguns de seus aspectos, de forma a identificar e compreender a concepção de consciência sociolinguística em cada um dos trabalhos resenhados.

O primeiro trabalho do contexto internacional é o de Schmid (2014). Em seu estudo, a autora analisou, a percepção e as atitudes linguísticas de participantes de duas variedades do espanhol equatoriano, o serrano e o do litoral, para conhecer quais usos linguísticos são considerados definidores de identidade para os falantes de cada comunidade linguística.

Schmid define percepção como um mecanismo cognitivo que desempenha função semelhante à de um filtro por meio do qual os indivíduos capturam as informações do ambiente. De acordo com essa dinâmica, o *input* linguístico é selecionado e comparado tendo como base as informações armazenadas nos diferentes esquemas da memória, de modo que fiquem retidas as mais significativas. Nesse processo, as atitudes linguísticas resultam da percepção, isto é, das reações inconscientes dos falantes a determinadas informações linguísticas que, mais adiante, paulatinamente, convertem-se em avaliações explícitas (conscientes) sobre os usos da língua. No estudo de Schmid (2014), as atitudes linguísticas, analisadas sob a perspectiva mentalista, são consideradas como a capacidade dos falantes de avaliarem os modos de falar do outro e os próprios, a partir de determinadas características da língua. Dessa forma, é possível inferir dois níveis de consciência: explícito, configurado pelas atitudes, e implícito, no âmbito da percepção.

Em sua investigação, Schmid usou como metodologia um protocolo combinado em tarefa de percepção associada ao uso de escala de diferencial semântico⁸ e entrevista sociolinguística. Os resultados de seus estudos, a partir dos dados obtidos na tarefa e entrevista, revelaram que os participantes reconhecem determinadas características fonético-fonológicas, *yeísmo*⁹ e velocidade (rapidez *versus* lentidão) como aspectos altamente contrastivos entre suas variedades (serrana e litorânea), portanto definidores de suas identidades linguísticas.

O segundo trabalho selecionado em contexto estrangeiro é o de Pearce (2015) que conecta sua investigação ao âmbito dos estudos da Linguística Folk. No seu estudo, o autor aborda o conceito de consciência sociolinguística com um fenômeno discursivo, isto é, o discurso metalinguístico dos falantes sobre as variações da língua. Pearce não concebe a consciência sociolinguística como um estado mental preexistente, desse modo sua abordagem não trata de níveis de conhecimento. Em relação à sua metodologia de pesquisa, o autor examinou mensagens trocadas entre usuários de uma comunidade virtual na qual debatem o uso das variantes sociolinguísticas *mam* e *mum*, em que *mum* aparece como a variante que recebe conotações sociais negativas. Os resultados do estudo demonstraram que a consciência sociolinguística dos participantes é interpelada por crenças que vinculam às variantes a questões históricas da origem do inglês, bem como às ideologias puristas e prescritivistas acerca da língua.

Bijvoet e Fraurud (2016) estudaram as percepções e atitudes de jovens multilíngues e monolíngues sobre a variação no ambiente sociolinguístico de Estocolmo, comparando-as e examinando-as para entender o que os estudantes consideram um *bom* modelo de língua para conseguir notas boas e um bom emprego. Dessa forma, o estudo das pesquisadoras suecas traz à luz o debate sobre a heterogeneidade da língua-alvo (que denominam como língua em desenvolvimento), bem como evidencia a relevância do conceito de consciência sociolinguística para entender a correlação dos significados sociais aos fatos linguísticos em um contexto no qual o fluxo migratório é um fator relevante.

As autoras adotaram um protocolo metodológico diverso para averiguar a consciência e as atitudes linguísticas dos participantes, que envolveu a aplicação de tarefa *Matched Guise* associada à escala de diferencial semântico, além da realização de grupo focal e entrevistas. Os resultados do estudo de Bijvoet e Fraurud (2016) apontaram para uma divergência entre o

⁸ Teste em que se apresentam adjetivos bipolares: (feio-bonito; forte-fraco – ou a graduações desses adjetivos - + agradável/- agradável).

⁹ Uma forma de pronunciar *ll* (em espanhol) e *lh* (no português) como *y* (fricativa, palatal, sonora).

que estudantes dizem ouvir e as explicações acerca do que acreditam ter ouvido, revelando as repercussões das informações sociais na forma como categorizam os próprios modos de falar e os de outros falantes.

Já Ayiomamitou e Yakoumetti (2017) propuseram-se a explorar a consciência sociolinguística de alunos falantes de grego cipriota que experienciam uma educação bidialetal na qual o grego moderno padrão é a língua de instrução oficial. Os autores consideram a consciência sociolinguística como um conhecimento operacionalizado em níveis mais ou menos conscientes: percepção (refere-se às inferências que podem ser ou não conscientes) e avaliação metalinguística (consciente e manipulada pelo falante). Na sua investigação, Ayiomamitou e Yakoumetti usaram como recurso metodológico uma tarefa de produção escrita para a qual os participantes foram instruídos a escrever em grego cipriota, a variedade não padrão. O procedimento foi realizado no espaço escolar e as instruções foram dadas pelos colaboradores na variedade familiar dos alunos.

Os resultados do estudo demonstraram que os estudantes apresentaram uma consciência sociolinguística distorcida sobre sua variedade familiar, já que suas produções revelaram textos obsoletos, com marcas que não estão mais em uso na fala grego cipriota. Para os autores, a distorção de consciência sociolinguística, que levou às crianças a produzirem textos arcaicos, podem indicar, entre outros fatores, falhas na política linguística educacional que, mesmo que se apresente bidialetal, ainda pode negligenciar a difusão da variedade regional não padrão.

O estudo de McGowan e Babel (2019) teve como objetivo investigar a influência das informações sociais em dois níveis de percepção sociolinguística de falantes bilíngues de espanhol e de quéchua. Os autores combinaram a tarefa *Matched Guise* com uma entrevista de acompanhamento para examinar as respostas dadas à tarefa de percepção. Os resultados apontaram para uma divergência entre os dados gerados no experimento e os obtidos nas entrevistas, assinalando, portanto, uma incongruência entre as reações de natureza mais afetiva e as avaliações reflexivas dos participantes.

McGowan e Babel (2019) consideraram que as reações e as avaliações podem ser categorizadas em dois níveis: um implícito, mais automático e sem reflexividade, medido no momento em que se dá a percepção; outro explícito, vinculado à consciência, com uma característica discursiva; medido em situações *cara a cara*, por meio de entrevistas e discursos metalinguísticos.

O último estudo inserido no contexto estrangeiro é o de Evans e Lourido (2019). O interesse das autoras nesse trabalho foi entender como se dá aquisição da consciência

sociolinguística por crianças monolíngues e bilíngues. Para tanto, estipularam como objetivo examinar como essas crianças extraem padrões de variação na fala para categorizar sotaques de falantes do lar (família); sotaques de falantes de variedades regionais desconhecidas e de falantes estrangeiros desconhecidos. No seu estudo, Evans e Lourido (2019) tiveram como participantes 65 crianças, entre 4 a 7 anos. Como recurso metodológico usaram a tarefa *Matched Guise*, por meio da qual os participantes foram orientados a categorizar 12 estímulos de falas em três categorias: familiar/lar; variedade regional desconhecida e sotaque estrangeiro.

As autoras partiram da hipótese de que crianças mais expostas às variações linguísticas conseguem identificar categorias graduadas entre o padrão familiar e um padrão desconhecido na sua comunidade.

Em seu estudo, Evans e Lourido (2019) apresentam o conceito de consciência sociolinguística como parte do conhecimento linguístico que se refere ao vínculo dos significados sociais aos aspectos linguísticos. Estas, assim como as informações linguísticas, são agrupadas e codificadas simultaneamente nas diferentes memórias e possibilitam aos falantes desenvolverem uma sensibilidade para as propriedades estatísticas do uso de diferentes variáveis, bem como construir uma *biblioteca mental* de traços linguísticos.

Os resultados do estudo de Evan e Lourido (2019) demonstraram que as crianças bilíngues foram capazes de categorizar os falantes nas três categorias de sotaques mencionadas. Em contraste, as crianças monolíngues só categorizaram falantes nas condições polarizadas, ou seja, sotaque casa vs. sotaque estrangeiro, em que os acentos foram maximizados. Dessa forma, as investigadoras ratificaram a hipótese inicial do trabalho e concluíram que uma experiência precoce com a fala, em um ambiente de diversidade linguística, afeta a capacidade das crianças para usarem a variação em uma tarefa de categorização explícita.

No Brasil, são recentes os trabalhos que trazem o conceito de consciência sociolinguística como uma teoria de base para o desenvolvimento de pesquisas. Selecionamos três estudos, Freitag e Santos (2016); Freitag (2020) e Oushiro (2021), os quais passamos a descrever.

Em Freitag e Santos (2016), o foco do estudo foi entender as avaliações subjetivas dos participantes quando correlacionam fatores sociais e estilísticos aos usos da língua. Nesse sentido, as autoras buscaram desvelar os componentes cognitivos e ideológicos presentes nas atitudes linguísticas de estudantes universitários sergipanos em relação à variação das oclusivas [t, d] vs. africadas [tʃ] e [dʒ]. Tendo em vista a opção por uma concepção das

atitudes linguísticas em que se as considera sob o domínio da percepção, e cuja estrutura composta por elementos cognitivos, afetivos e comportamentais, podem ser desvelados e medidos, Freitag e Santos (2016) decidiram pelo teste de percepção *Verbal Guise*¹⁰, associado à entrevista e à escala de diferencial semântico para apreender e analisar os julgamentos dos participantes.

A tarefa de percepção foi usada para mensurar os aspectos afetivos das atitudes em relação à variação das oclusivas [t, d] vs. africadas [tʃ] e [dʒ]; as crenças que incidem sobre essa variação foram tomadas por meio de entrevistas, já que Freitag e Santos consideram o questionário como uma ferramenta que propicia a elicitación desse componente.

Os resultados do estudo de Freitag e Santos (2016) revelaram que a forma não-palatalizada sofre estigma social em contraposição à forma palatalizada que é mais valorizada e prestigiada. Diante disso, os pesquisadores apontaram para a necessidade de que mais estudos sejam realizados, tendo como temáticas a influência das atitudes linguísticas nos processos de constituição da identidade pela linguagem, bem como a correlação das crenças e ideologias na forma como se percebem e avaliam os usos da língua.

O segundo trabalho inserido no contexto das produções acadêmicas brasileiras é o de Freitag (2020). Nesse trabalho, a pesquisadora examina a consciência sociolinguística dos participantes a partir dos reparos que fazem na leitura em voz alta em uma tarefa organizada para aferir níveis de consciência sociolinguística. Freitag defende que os erros de produção como pausas, gaguejos, lapsos de língua, entre outros, revelam pistas sobre os custos de processamento linguístico, já que informam onde o participante detém-se para pensar. Nessa situação, segundo a estudiosa, é possível aferir a consciência sociolinguística dos participantes porque, ao substituírem uma variante por outra, é possível identificar as avaliações (inferências) que orientaram a substituição.

Em relação à consciência sociolinguística, Freitag a apresenta como um tipo de conhecimento explícito que resulta das experiências agregadas das pessoas para identificar os diferentes aspectos linguísticos e compreender o quanto são socialmente significativas. Segundo a autora, a consciência abarca três níveis: percepção, reconhecimento e compreensão. Em cada um dos níveis se evidencia um efeito gradiente que pode ser mais ou menos implícito vs. explícito acerca do conhecimento sobre a variante linguística. Portanto,

10 A *Verbal Guise* é uma tarefa de percepção que mede as atitudes inconscientes, ou o nível implícito da consciência, mediante a audição de estímulos provenientes de diferentes falantes. Diferentemente, do *test matched guise* em que um único falante realiza as diferentes variantes sob a ideia de disfarces.

para Freitag (2020), a consciência sociolinguística está imbricada na construção do conhecimento sobre a variação.

O estudo dos reparos da variação em leitura em voz alta realizado por Freitag apontou a existência de contextos sensíveis ao processamento linguístico, isto é, padrões de comportamento diferenciado em relação aos cinco processos fonológicos variáveis controlados na sua pesquisa

Finalizamos esta seção, cujo objetivo foi o de analisar os trabalhos selecionados para entender como seus autores concebem o conceito de consciência sociolinguística, com o artigo recente de Oushiro (2021) sobre a relevância das pesquisas sobre avaliações e percepções sociolinguísticas. Nele, a pesquisadora, além de discutir a relevância do tema, descreve algumas abordagens metodológicas pertinentes a esse campo de estudo. Dentre as muitas contribuições derivadas dos estudos sobre avaliações e percepções, a autora destaca a que propicia a compreensão dos mecanismos envolvidos na configuração do preconceito linguístico. Segundo Oushiro, ao desvelarem certos significados sociais que se associam às variantes ou variedades, esses trabalhos tornam possível pensar e planejar estratégias de combate ao preconceito linguístico e de fomento à diversidade linguística.

Oushiro trata, ainda, no artigo, de questões como a heterogeneidade e variabilidade das percepções; a influência das experiências linguísticas dos participantes sobre as suas percepções e ratifica a reflexão de Eckert (2012) de que a língua não é só reflexo das categorias sociais, mas também construtora dessas categorias.

Uma contribuição importante do trabalho de Oushiro é a seção sobre as metodologias e os conceitos centrais para as pesquisas sobre avaliações e percepções. Nela, a autora considera algumas das principais dificuldades encontradas nos estudos de percepção e avaliação, como a de lidar com *subjetividades* e a de determinar quais informações dos participantes serão recolhidas ou medidas. Aponta critérios relevantes para a organização metodológica que implica na escolha de técnicas e procedimentos que sejam replicáveis em outros estudos; que abarquem diversos participantes e cujos resultados possam ser quantificáveis. Oushiro, ainda, apresenta, de forma detalhada, algumas tarefas e técnicas usadas para abordar as percepções e as avaliações dos participantes, considerando a abordagem e a concepção com que se aciona o termo consciência sociolinguística.

Ao finalizarmos esta seção, parece-nos importante fazer algumas considerações a respeito dos trabalhos apresentados. A primeira delas refere-se à variabilidade de perspectivas e acepções às quais pode ser vinculado o conceito de consciência sociolinguística. Nesse sentido, foi possível vê-lo integrado a duas grandes perspectivas, uma mentalista e outra de

natureza discursiva. Na perspectiva mentalista, a percepção é um tema de cobertura para explorar os níveis implícito e explícito da consciência (McGOWAN; BABEL, 2019, BIJVOET; FRAURUD, 2016, FREITAG; SANTOS, 2016, SCHMID, 2014). Diferentemente, na perspectiva discursiva ou da metalinguagem, a consciência sociolinguística tem sido abordada como discurso metalinguístico e não como um estado sociopsicológico dos falantes. Desse modo, importa capturar nos metacomentários os conceitos dos usuários da língua (não especialistas) sobre a língua e quais ideologias e crenças são compartilhadas por meio deles (PEARCE, 2015). Obviamente, as diferentes perspectivas configuram abordagens metodológicas concernentes às suas acepções e aos seus interesses teóricos. Os estudos que usaram a percepção como um tema de cobertura para explorar a consciência sociolinguística combinaram abordagens experimentais e qualitativas, de modo a gerar dados que incluíam as reações de nível implícito dos participantes, como pode ser evidenciado, por exemplo, na investigação de Bijvoet e Fraurud (2016) e na de McGowan e Babel (2019). Na abordagem de Pearce (2015), em que a acepção de consciência sociolinguística é tomada como um fenômeno discursivo, observa-se uma metodologia com base na análise do discurso.

Os protocolos metodológicos dos estudos experimentais (dos estudos na perspectiva da percepção) apontaram divergências entre as informações obtidas por meio das tarefas de percepção (nível implícito) e as oriundas de técnicas elicitativas, como as entrevistas sociolinguísticas (nível explícito), o que resultou em uma questão investigativa interessante: os participantes percebem a diferença linguística durante os testes, no entanto, não identificam como foi dito. Parece-nos ser esse o elemento mais intrigante, e, por consequência, o mais relevante entre os resultados apresentados, pois pode-se inferir, a partir da *discrepância* entre os dados, as ideologias e as crenças que movem as atitudes conscientes dos participantes sobre as formas da língua, outros falantes e identidades.

Por fim, a partir da análise desses estudos, podemos concluir que há uma potência do conceito de consciência sociolinguística para as diferentes ciências da linguagem, bem como sobre a necessidade de aprofundar discussões em torno das questões teórico-metodológicas.

Considerações Finais

Para as considerações finais deste trabalho, retornamos à seção introdutória deste artigo para responder às duas questões que orientaram a revisão do conceito de consciência sociolinguística.

A primeira questão levantada tratou de identificar e entender como o conceito de consciência sociolinguística é concebido pelos diferentes campos científicos, dentre eles a Sociolinguística, a Antropologia Linguística, a Psicolinguística e a Linguística Folk.

Como já referido, conclui-se sobre a variabilidade do conceito nessas diferentes áreas, entretanto, a partir da análise dos artigos que selecionamos, foi possível alocar a noção de consciência sociolinguística em duas grandes perspectivas, o da percepção e o da metalinguagem. Ainda assim, categorizada em uma mesma perspectiva, observamos matizes que diferenciam a definição do termo entre um estudo e outro. Em McGowan e Babel (2019), por exemplo, os pesquisadores usam o termo percepção para operacionalizar os níveis de consciência como conhecimento implícito e explícito. Desse modo, nesse trabalho, o nível explícito da percepção sociolinguística (a consciência) corresponde à capacidade dos falantes de explanarem, discursarem sobre os usos linguísticos. Incluído na mesma perspectiva, o estudo de Schmid (2014) vincula a consciência sociolinguística às atitudes linguísticas, de modo que são estas o nível de conhecimento explícito, verbalizado em comentários favoráveis ou desfavoráveis acerca dos aspectos da língua. Nesse sentido, é possível inferir que a concepção de consciência sociolinguística atende aos interesses e objetivos teórico-metodológicos próprios das diferentes áreas da Linguística e que, tal fato, corrobora a ausência de um consenso em relação ao conceito.

Nossa segunda questão indagou se os conceitos de consciência sociolinguística e percepção são sinônimos ou processos cognitivamente diferentes. Nossa reflexão anterior, sobre como é agenciada a aceção do termo consciência sociolinguística nas diferentes disciplinas da Linguística, interpela esse questionamento. Como já mencionado nesta seção, a percepção é tratada como um termo de cobertura que permite analisar a consciência sociolinguística dos participantes de forma mais abrangente, tomando em consideração como as inferências (menos conscientes) sobre determinados usos linguísticos intervêm nas avaliações (conscientes) e decisões dos falantes acerca da língua.

Nesse sentido, infere-se que percepção e consciência são processos cognitivamente diferenciados, entretanto, altamente imbricados e interdependentes, já que, por meio deles, é possível desvelar os aspectos afetivos (inconscientes) e cognitivos (conscientes) envolvidos nas avaliações linguísticas dos falantes. No estudo de McGowan e Babel (2019), como já observado, quando a percepção sociolinguística diz respeito ao nível explícito de conhecimento dos usuários da língua, os termos consciência e percepção são considerados como sinônimos. Importante destacar que na perspectiva discursiva, a noção de

consciência/percepção não é operacionalizada, como pode ser evidenciado no trabalho de Pearce (2015).

Um aspecto relevante diz respeito aos resultados obtidos por meio de medidas experimentais e técnicas qualitativas que revelaram divergência entre as informações perceptuais e os metacomentários, sugerindo, como bem consideram McGowan e Babel (2019), o envolvimento de no mínimo dois níveis de processamento a atuarem na percepção e racionalização das informações linguísticas. As discrepâncias entre os dados, no entanto, podem ser consideradas positivas à medida que ampliam a análise da consciência sociolinguística, dirimindo os possíveis efeitos da presença do pesquisador em interação direta com o participante.

Por fim, os estudos sobre percepção e avaliação, especialmente sobre o conceito de consciência sociolinguística, ainda que venham ganhando força na atualidade, são bem menos realizados quando comparados com os da produção. Assim sendo, é muito importante que se aprofundem estudos em torno dessa problemática.

Referências

- ALTENHOFEN, C. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, C.; SILVA, K.; TÍLIO, R.; ROCHA, C. (orgs.) **Política e Políticas Linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013. p. 93 – 111.
- AYIOMAMITOU, I; YIAKOUMETTI, A. Skewed Sociolinguistic Awareness of a Native Non-standard Dialect: Evidence from the Cypriot Greek Writing of Greek Cypriot Students. **Psychol**, Oxford, v. 8, p. 1-10, 2017.
- BIJVOET, E.; FRAURUD, K. What's the target? A folk linguistic study of young Stockholmers' constructions of linguistic norm and variation. **Language Awareness**, v. 25, nº 1 e 2, p. 17 -39, 2016.
- BROCH, I. **Ações de promoção da pluralidade linguística em contextos escolares**. 2014. 265 f. Tese (Doutorado em Letras) -Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- CORBARI, C.C. **Atitudes Linguísticas: um estudo nas localidades paranaenses de Irati e de Santo Antônio do Sudoeste**. 2013. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- EVANS, B.; LOURIDO, G. Effects of Language Background on the Development of Sociolinguistic Awareness: The Perception of Accent Variation in Monolingual and Multilingual 5- to 7-Year-Old Children. **Phonetica**, Leeds, nº 76, v 1-2, p. 142-162, 2019.
- FREITAG, R. M.K. Reparos na leitura em voz alta como pistas de consciência sociolinguística. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 36, p. 1-22, 2020.

FREITAG, R. K.; SANTOS, A.O.; "Percepção e atitudes linguísticas em relação às africadas pós-alveolares em Sergipe", In: **A Fala Nordestina: entre a sociolinguística e a dialetologia**, São Paulo: Blücher, 2016. p. 109 -122.

GÓMEZ MOLINA, J.R. Actitudes lingüísticas en una comunidad bilingüe y multidialectal: área metropolitana de Valencia. Anejo nº XXVIII de la **Revista Cuadernos de Filología**. Valencia, Universitat de Valencia, p. 11-175, 1998.

MCGOWAN, K.; BABEL, A. Perceiving isn't believing: Divergence in levels of sociolinguistic awareness. **Language in Society**, Cambridge, v.49. p. 231-256, 2019.

OUSHIRO, L. O que se diz e como se fala: relações entre o discurso metalingüístico e a variação lingüística. **Signo y Señá**, Buenos Aires, nº 28. p. 139-167, 2015.

OUSHIRO, L. Avaliações e percepções sociolinguísticas. **Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)**, [S. l.], v. 50, n. 1, p. 318–336, 2021.

PEARCE, M. *Mam or mum?* Sociolinguistic Awareness and Language-ideologica Debates Online. **Sociolinguistic Studies**, Sunderland, nº 9, v. 1, p. 115-135. 2015.

SCHMID, D. Percepción y actitud lingüística: el castellano serrano en contraste con el castellano costeño en el Ecuador. **E-Crit**, Besançon, nº 6, p. 145-157, 2014.

Sobre os autores

Andrea Ualt (Orcid ID: <https://orcid.org/1000-003-4448-3617>)

Graduada em Letras, Habilitação em Espanhol e Literaturas de Língua Espanhola, pela Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Professora da Educação Básica, Técnica e Tecnológica, EBTT, do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Sul-rio-grandense, na área de Cultura Linguística e Literária. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós- Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas, UFPel, na linha de *Aquisição, Variação e Ensino*, tendo como orientadora a Prof.^a Dra. Isabella Mozzillo e como coorientador o Prof. Dr. Bernardo Limberger. Membro dos Grupos de pesquisa, vinculados ao CNPq *Línguas em Contato* e Laboratório de Psicolinguística, Línguas Minoritárias e Multilinguismo (LAPLIMM).

Isabella Mozzillo (Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-8445-9174>)

Graduada em Letras - Licenciatura em Português-Francês pela Universidade Federal de Pelotas (1988), em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (1989). Mestre em Letras pela Universidade Católica de Pelotas (1996). Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2002). Realizou estágio pós-doutoral em Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2018). É Professora Titular do Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas. Líder do Grupo de pesquisa do CNPq *Línguas em Contato*, com interesses voltados para bilinguismo, contato lingüístico, ensino e aprendizagem de francês, bem como para a formação e o desenvolvimento do profissional de língua estrangeira.

Bernardo Limberger (Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-5504-2361>)

Professor de graduação e pós-graduação em Letras na Universidade Federal de Pelotas, onde atua com a linha de pesquisa Aquisição, variação e ensino. Doutor em Letras/Linguística pela PUCRS (bolsa CNPq), com pesquisa realizada no Instituto do Cérebro (InsCer) e estágio de doutorado (modalidade: sanduíche, bolsa Capes/DAAD) na Albert-Ludwigs-Universität Freiburg (Alemanha). Desenvolveu pesquisa de pós-doutorado (bolsa Humboldt) na Universidade Técnica de Dortmund (Alemanha). Atua principalmente com Psicolinguística, Linguística Aplicada e Dialetoлогия em interface com Psicologia e Neurociência. É líder do grupo de pesquisa Laboratório de Psicolinguística, línguas minoritárias e multilinguismo (LAPLIMM), vinculado ao CNPq. Seus principais interesses são: bilinguismo e multilinguismo, ensino, aprendizagem e processamento de línguas minoritárias e adicionais, alemão como língua estrangeira (DaF), políticas linguísticas e leitura.

Recebido em junho de 2022.

Aprovado em setembro de 2022.

Política Editorial

Diretrizes para autores

1. A **Revista (Con)Textos Linguísticos** publica artigos inéditos sobre fenômenos linguísticos de pesquisadores doutores brasileiros e estrangeiros. Graduandos, graduados, mestrandos e mestres podem submeter artigos para avaliação desde que em coautoria com doutores.
2. Os trabalhos são apreciados por dois membros do Conselho Editorial e/ou avaliadores *ad hoc*. Havendo divergência entre eles na indicação para publicação, o trabalho é submetido à avaliação de um terceiro parecerista, na qual a Comissão Editorial se baseará para decisão final sobre a publicação.
3. A Comissão Editorial cientificará os autores sobre o conteúdo total ou parcial dos pareceres emitidos sobre o trabalho, garantindo o anonimato dos pareceristas, uma vez que os pareceres são de uso interno da Comissão. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa dos seus artigos.
4. Os artigos podem ser escritos em português, inglês, espanhol ou francês.
5. Os dados e conceitos contidos nos artigos, bem como a exatidão das referências, serão de inteira responsabilidade do(s) autor(es).
6. Os originais apresentados não devem ter sido submetidos a outro periódico simultaneamente.
7. Os direitos autorais referentes aos artigos aprovados serão concedidos, sem ônus, automaticamente à **Revista (Con)Textos Linguísticos**, a qual poderá então publicá-los com base nos incisos VI e I do artigo 5º da Lei 9610/98.
8. Os autores devem providenciar autorização para uso das imagens. Caso contrário, será necessário retirá-las e apenas descrevê-las.

Normas para publicação

1. Os arquivos submetidos devem estar formatados conforme o modelo disponível aqui.
2. O artigo deve ser digitado em *Word for Windows*, versão 6.0 ou superior, em papel A4 (21 cm X 29,7 cm), com margens superior e esquerda de 3 cm e direita e inferior de 2 cm, sem numeração de páginas.

3. Os artigos devem ter extensão mínima de 10 e máxima de 20 páginas, incluindo todos os dados, como tabelas, ilustrações e referências bibliográficas.
4. O trabalho deve obedecer à seguinte estrutura e formatação:
 - **Título:** centralizado no alto da primeira página, em caixa baixa, contendo no máximo 240 caracteres com espaços, em fonte Times New Roman, tamanho 16, negrito.
 - **Título em inglês:** uma linha após o título na língua original do artigo, em caixa baixa, em fonte Times New Roman, tamanho 16. Se a língua original do artigo não for português, o título em português deve ser apresentado no lugar do título em inglês.
 - **Nome do(s) autor(es):** por extenso, com letras maiúsculas somente para as iniciais, duas linhas abaixo do título em inglês, alinhado à direita, seguido de um número que remeterá ao pé da página para identificação de vínculo institucional.
 - **Vínculo institucional:** em nota de rodapé, puxada do sobrenome do autor, na qual constem o departamento, a faculdade (ou o instituto, ou o centro), o nome da universidade por extenso, a cidade, a sigla da UF, o país e o endereço eletrônico do(s) autor(es).
 - **Resumos:** em português e inglês para os textos escritos em português; na língua do artigo e em português para artigos escritos em língua estrangeira. Precedido desse subtítulo e de dois-pontos, em parágrafo único, de no mínimo 100 e no máximo 200 palavras, justificado, sem adentramento, em espaçamento simples, duas linhas abaixo do(s) nome(s) do(s) autor(es). Cada um dos resumos deve ser seguido de no mínimo três e no máximo cinco palavras-chave na língua do resumo, com iniciais maiúsculas, separadas por ponto, em alinhamento justificado, espaçamento simples, sem adentramento.
 - **Texto do artigo:** iniciado na segunda página, em espaçamento 1,5 cm. Os parágrafos deverão ser justificados, com adentramento de 1,25 cm na primeira linha. Os subtítulos correspondentes às seções do trabalho deverão figurar à esquerda, em negrito, sem numeração e sem adentramento, com a inicial da primeira palavra em maiúscula. O subtítulo para a lista de referências também se submete a essa formatação. Deverá haver uma linha com espaçamento 1,5 entre o último parágrafo da seção anterior e o subtítulo seguinte. Todo destaque realizado no corpo do texto deve ser feito em itálico. Exemplos aos quais se faça remissão ao longo do texto deverão ser destacados dos parágrafos que os anunciam e/ou comentam e numerados, sequencialmente, com algarismos arábicos entre parênteses, com adentramento de parágrafo.

- **Referências:** precedidas desse subtítulo, alinhadas à esquerda, sem adentramento, em ordem alfabética de sobrenomes e, no caso de um mesmo autor, na sequência cronológica de publicação dos trabalhos citados, duas linhas após o texto.
 - Para referências em geral (de livro, de autor-entidade, de dicionário, de capítulo de livro organizado, de artigo de revista, de tese/dissertação, de artigo/notícia em jornal, de trabalhos em eventos, de anais de evento, de verbete, de página pessoal), seguir a NBR 6023 da ABNT. Os *documentos eletrônicos* seguem as mesmas especificações requeridas para cada gênero de texto, dispostos em conformidade com as normas NBR 6023 da ABNT; no entanto, essas referências devem ser acrescidas, quando for o caso, da indicação dos endereços completos das páginas virtuais consultadas e da data de acesso a arquivos *on line* apenas temporariamente disponíveis.
 - Para citações, seguir NBR 10520 da ABNT. Ressalte-se que as referências no texto devem ser indexadas pelo sistema autor-data da ABNT: (SILVA, 2005, p. 36-37). Quando o sobrenome vier fora dos parênteses, deve-se utilizar apenas a primeira letra em maiúscula.
 - No caso de haver transcrição fonética e uso de fontes do IPA, é necessário usar somente um tipo de fonte: silDoulosIPA, tamanho 12. A fonte pode ser obtida gratuitamente em: <http://scripts.sil.org/DoulosSIL_download>.
- **Anexos**, caso existam, devem ser colocados após as referências bibliográficas, precedidos da palavra Anexo, em negrito, sem adentramento e sem numeração.
 5. Os artigos que não se enquadrarem nas normas aqui expostas serão recusados.
 6. O artigo (um e somente um por grupo ou por autor) deverá ser enviado online em dois arquivos digitais, conforme as normas aqui divulgadas. No texto do primeiro arquivo deverá ser omitida qualquer identificação de seu(s) autor(es). No texto do segundo arquivo, anexado como “Texto do artigo com identificação de autoria”, deverá constar, em uma folha que anteceda o artigo, os seguintes dados: nome e endereço completo do(s) autor(es), com telefone e endereço eletrônico; formação acadêmica e vínculo institucional atual; especificação da seção em que se insere o artigo (Estudos Analítico-descritivos; Texto e Discurso; Linguística Aplicada).

7. Serão devolvidos aos autores artigos que não obedecerem tanto às normas aqui estipuladas quanto às normas de formatação.

Comissão Editorial

Janayna Bertollo Cozer Casotti
(Editora-gerente)

Flávia Medeiros Álvaro Machado
(Editora de Seção - Estudos Analítico-descritivos)

Janayna Bertollo Cozer Casotti
(Editora de Seção - Linguística Aplicada)

Micheline Mattedi Tomazi
(Editora de Seção - Texto e Discurso)

Mayara de Oliveira Nogueira
(Editora de Texto)

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Centro de Ciências Humanas e Naturais - CCHN
Programa de Pós-Graduação em Linguística - PPGEL

Av. Fernando Ferrari, 514
Campus Universitário - Goiabeiras
CEP 29075-910
Vitória - ES
Tel: +55 27 4009-2801